

BORIS FAUSTO CRIME E COTIDIANO

A CRIMINALIDADE EM SÃO PAULO (1880-1924)

O que se retrata nesse livro é um período de mudanças profundas para o Brasil. Foi nessa fase que se sentiram as consequências da abolição da escravidão, da imigração estrangeira, do nascimento das fábricas e do surgimento da massa operária especialmente numa pequena cidade de pouco mais de 35.000 habitantes: São Paulo. Ela se transformaria, em 40 anos, no segundo centro urbano do país, em tamanho e importância econômica.

Boris Fausto examina o fenômeno da criminalidade nessa fase, analisando o contexto de mudanças sociais da cidade. Sua preocupação não se limita à criminalidade envolvendo aqueles que estão à margem dessas mudanças, mas tenta compreender também o código de ética social da época, a ideologia que move a sociedade para a condenação ou absolvição dos homicidas, prostitutas, assaltantes e criminosos sexuais.

Crime e Cotidiano assume importância particular nos dias de hoje, para a compreensão de uma realidade semelhante àquela do começo do século e que voltamos a presenciar.

brasiliense
B

BORIS FAUSTO



CRIME E COTIDIANO

A CRIMINALIDADE EM SÃO PAULO (1880-1924)

editora brasiliense

LEITURAS AFINS

- Arqueologia da Violência — Ensaio de Antropologia Política — *Pierre Clastres*
- A "Conciliação" e outras Estratégias — *Michel M. Debrun*
- Crime, Violência e Poder — *Paulo Sérgio Pinheiro (org.)*
- Direitos Cíveis no Brasil, Existem? — *Hélio Bicudo*
- Economia Política da Urbanização — *Paul Singer*
- Escritos Indignados — Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário — *Paulo Sérgio Pinheiro*
- Que Crise é Esta? — *Marcel Bursztyn / Arnaldo Chain / Pedro Leitão (orgs.)*
- Os Pobres na Literatura Brasileira — *Diversos Autores*
- Sociedade e Política no Brasil Pós-64 — *Maria Herminia T. de Almeida (org.)*
- Violência, Povo e Polícia — *Maria Victória Benevides / CEDEC*

Coleção Primeiros Passos

- O que é Direito — *Roberto Lyra Filho*
- O que são Direitos da Pessoa — *Dalmo de Abreu Dallari*
- O que é Justiça — *Júlio C. Tadeu Barbosa*
- O que é Poder — *Gérard Lebrun*
- O que é Violência — *Nilo Odália*
- O que é Violência Urbana — *Régis de Moraes*

Coleção Tudo é História

- Os Crimes da Paixão — *Mariza Correia*

Boris Fausto

Biblioteca MA-PUC/SP



100134807

Crime e cotidiano

A criminalidade em São Paulo
(1880-1924)

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kfour
PUC/SP

brasiliense

1984

Copyright © Boris Fausto

Capa: Moema Cavalcanti

Revisão: José W.S. Moraes

TOMBO 79.827
D
Caro Lúcio
Costa

1979.10.18A
F. 6272
123



editora brasiliense s.a.

01223 — r. general jardim, 160

são paulo — brasil

Índice

Agradecimentos	7
Introdução	9
Criminalidade e controle social	30
Homicídio	92
Furtos e roubos	126
Crimes sexuais	173
Julgamento	226
Inconclusão	260
Textos	263
Nota sobre o procedimento	285
Fontes utilizadas	288

Agradecimentos

Minha lista de agradecimentos a pessoas que tornaram este livro possível é bastante grande. Incurrendo em omissões, lembro alguns nomes. Meu velho amigo hoje desembargador Fábio Moretzsohn de Castro me proporcionou os contatos para que pudesse examinar processos existentes no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado. Os funcionários do Arquivo me atenderam com extrema atenção e amenizaram a minha estada na poeira e na umidade, que para eles é permanente, com discussões tão variadas como os resultados dos jogos de domingo ou o precário aumento dos servidores públicos.

Arakcy e Leôncio Martins Rodrigues discutiram as primeiras opções da pesquisa. Reginaldo Prandi me orientou na elaboração do programa de computação, gastando várias horas de seu tempo. Cynira Stocco Fausto não precisou ter paciência, não datilografou nada e me ajudou enormemente em um certo modo de ver que espero seja uma das linhas de coerência deste trabalho. Carlos e Sergio Fausto estiveram presentes na crítica do texto. Os comentários de Lígia Silva, Mariza Corrêa e Barbara Weinstein a uma primeira versão de parte do Capítulo I abriram caminho para uma reformulação. Peter Fry leu o manuscrito final. Não pude assinalar a cada passo o quanto devo a sua crítica sem concessões, cuida-

dosa e estimulante. Em muitos pontos do livro há sugestões que são dele e algumas discordâncias com Peter me permitiram tentar sustentar meu argumento.

Por outro lado, lembro que ótimas condições de trabalho me foram proporcionadas por bolsas da "Guggenheim Foundation", do "Social Science Research Council" e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Foi de grande importância para o contato com outra realidade a minha estada por 9 meses no "Woodrow Wilson International Center for Scholars" (Washington), entre outubro de 1980 e junho de 1981. Pessoalíco os agradecimentos às muitas atenções recebidas do pessoal do Centro, em seu diretor dr. James H. Billington.

Introdução

Este é um estudo sobre criminalidade e crimes na cidade de São Paulo, entre 1880 e 1924. As duas expressões têm sentido específico: "criminalidade" se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes; "crime" diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.

A escolha do período e a fixação das datas-limite não é acidental. Como se sabe, naqueles anos, ao lado e como parte integrante de processos sociais de âmbito nacional, São Paulo experimentou um intenso crescimento econômico e demográfico, onde a imigração desempenhou um papel de primeira grandeza. Por várias razões — algumas de ordem geral, outras ligadas a condições peculiares —, a cidade converteu-se naquele período em um campo fértil para o estudo da delinquência, atualizando desafiadoramente questões clássicas como as das correlações entre criminalidade e crescimento urbano, criminalidade e cor, criminalidade e população imigrante, para ficar em uns poucos exemplos.

A rigor, duas cidades aparecem nas pontas deste trabalho. Em 1880, não obstante o processo de crescimento já

estar delineado, São Paulo é ainda um núcleo de pequena expressão, como pouco mais de 35 000 habitantes, menor do que o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. Após atravessar alguns períodos de espetacular crescimento demográfico, a cidade se converteu em 1924 em um importante centro urbano, com mais de 600 000 habitantes, o segundo maior do país desde o começo deste século. A onda imigratória, iniciada em meados dos anos oitenta, chegou ao apogeu no último decênio do século XIX para a seguir reduzir seu ímpeto. Enquanto em 1893 a maioria da população de São Paulo (55%) era constituída de estrangeiros, estes em 1920 tinham-se convertido em uma minoria (36%), embora ponderável, da população. Nos anos vinte, a vida de muitos imigrantes que haviam desembarcado jovens em terra estranha nos últimos anos do século, para “fazer a América”, se definira para bem ou para mal. Na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano. Os sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos.

A temática da imigração se combina com o seu reverso: a temática dos nacionais que viveram a “invasão” de São Paulo, em uma experiência comparável em certos aspectos à das pessoas de minha geração que viram se transformar a cidade da oligarquia e dos filhos de imigrantes, em consequência das migrações internas. A nova onda de “invasores” ocupou alguns dos velhos bairros proletários ou acampou na periferia da cidade em “vilas” e “parques” caóticos, com nomes ironicamente apazíveis, meros letreiros de ônibus portadores de uma carga cinzenta e malcheirosa, aos olhos da gente mais favorecida.

Nos velhos tempos, cada grupo social reagiu a seu modo ou sofreu as consequências da onda imigratória: a oligarquia que indiretamente a promovera, na busca de braços para o campo, tratou de contê-la dentro das fronteiras da ordem, reservando para si as áreas que institucionalmente podia bloquear — os postos mais altos da administração do Estado e o comando político; a reduzida pequena burguesia comercial e industrial sofreu o impacto de uma concorrência ativa que produziu ressentimentos; os negros e mulatos foram cristalizados em sua maioria no subemprego ou nos empregos inferiores, não obstante sua convivência física com os brancos pobres, em locais como os cortiços do Bexiga.

A década de 1890-1900, caracterizada pelo crescimento populacional a uma taxa geométrica de quase 14% ao ano, pode ser vista como momento dramático de passagem de São Paulo à maioridade, quando alguns problemas novos surgem e outros ganham intensidade. Em diferentes níveis, aparece a preocupação de controlar, de classificar, ligada ao objetivo das elites de instituir uma ordem urbana. Propósito de classificar, de entender, revelado na elaboração de estatísticas criminais para a Capital, com um mínimo de confiabilidade, a partir de 1892, ou na realização de um dos melhores censos da cidade em 1893.¹ Propósito de controlar segmentos da população como as prostitutas, os menores vadios ou os primeiros organizadores do incipiente movimento operário, facetas diversas reunidas em um caleidoscópio regulador. A primeira notícia sobre a regulamentação do meretrício data de 1879, quando o chefe de Polícia Augusto de Padua Fleury elaborou um projeto a respeito que não teve sequência. Em outubro de 1893, *O Estado de S. Paulo* voltou a levantar a questão, considerando os bordéis antros de jogo e roubo. Poucos anos depois, em 1896, foi baixado o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes”, sob inspiração de Candido Motta, objeto aliás de muitas críticas. As campanhas contra os “menores arruaceiros” ou abandonados, dos últimos anos do século, resultaram na criação do Instituto Disciplinar em 1902. Por último, as primeiras prisões de organizadores do movimento operário — socialistas e anarquistas que pretendiam comemorar o 1º de maio — se deram em 1894. Por alguns anos, a partir desta data, as estatísticas de prisões

¹ O maior cuidado na elaboração de estatísticas criminais é por si só revelador, nas condições da época. Observando o cuidado com a mensuração na *Comédia humana* de Balzac, Louis Chevalier assinala que isto não se deve apenas a características específicas da criação literária, mas à conjuntura social, conducente à preocupação com a medida e à ampliação das estatísticas. Chevalier contrasta a relativa pobreza documental do Segundo Império com a riqueza do material acumulado durante a Monarquia de Julho, lembrando a “normalidade” do primeiro em confronto com “as doentias condições sociais e biológicas” do último, registradas em inquietantes estatísticas. Cf. Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*, 1958.

Não se pode porém converter esta observação em regra geral. Na São Paulo dos últimos anos, quando a criminalidade assumiu ao que tudo indica grandes proporções, as estatísticas são precárias e defeituosas. Isto pode ser atribuído tanto à deficiência do funcionamento de órgãos públicos como ao objetivo de manipular a informação.

incluiram o item “anarquistas”, ao lado de outros como *caf-tens*, “gatunos” etc.²

A referência à última década do século XIX como momento dramático na vida da cidade não pressupõe um corte brusco. Em primeiro lugar, seria errôneo pensar que São Paulo tenha sido alguma vez algo semelhante a um lugar idílico. Desde os tempos coloniais, há referências esparsas à prática de delitos, à existência de gente pobre, doente, mendigando nas ruas. Afora isto, é certo que o interesse pelo tema da criminalidade, assim como as notícias de crimes, vinham em um crescendo desde os anos setenta.

Mas o último decênio do século — ressaltado certo artificialismo inevitável em qualquer periodização — representa uma inflexão. Na imprensa, descontada a nota folhetinesca, reflete-se a desconfiança pelo novo, o temor indefinido do crime, o desejo de ordem, como transparece neste texto do *Diário Popular*, a propósito da morte de um comerciante:

“São Paulo, que há muito tempo não fornecia aos jornais senão fatos insignificantes, encaixados em duas linhas insípidas de gazetilha, sem o relevo de um comentário; São Paulo, na semana finda elevou-se, em relação a assaltos e agressões, a uma altura a que nunca chegaram o pinhal de Azambuja e os bosques da Calábria...

O assassinato de Paulista (nome da vítima) que causou sério sobressalto nesta população despreocupada, ou antes preocupada com as incorporações *quand même* de companhias, assassinato cometido friamente com uma sanguinária brutalidade inqualificável, fez percorrer pelo dorso da população o calafrio do medo e fez-lhe eriçar os cabelos de terror.

O local, a hora, os meios, os fins do bárbaro assassinato, tudo premeditado com firmeza e tudo consumado com uma perícia digna da guilhotina, se ela existisse em nosso país e fossem presos os miseráveis, fizeram com que o povo que perambula de noite se munisse de armas, pouco confiante na solicitude e eficácia de nossa deficiente polícia.

² Sobre o tema da prostituição ver o livro pioneiro de Guido Fonseca — *A prostituição em São Paulo*, 1982. A defesa do Regulamento da Polícia de Costumes se encontra em Candido Mota, *Prostituição. Polícia de costumes. Lenocínio. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Chefe de Polícia*, São Paulo, 1897. Sobre a questão do menor ver Candido Mota, *Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo*, 1909.

Realmente, não era das mais agradáveis a perspectiva. Pensar que ao regressar ao lar, tranquilamente, podia o cidadão ser abafado por dois ou três homens possantes, sedentos de sangue e famintos de dinheiro, que não têm coragem de ganhar a vida pelo machado do trabalho e sim coragem para ganhá-la pelo trabalho da machadinha, pensar tudo isso era simplesmente horroroso!

Entretanto, e a crônica aplaude-a, a polícia fez um belo movimento de atividade, saiu a campo com zelo desusado e louvável; e, embora diga o povo que ela se parece com aquele que trançou as portas depois de ser roubado, a crônica reconhece que ela tem feito o possível para descobrir o paradeiro dos ferozes assassinos de Paulista, e também tem feito bem em chamar a sua presença os indivíduos que por aí andam e que a gente não sabe o que querem, de onde vieram e para onde vão, cínicos, calmos, ociosos.

Não desanime a polícia, seja a polícia forte, e mesmo que seja violenta às vezes, que importa? — afim de restabelecer os créditos de São Paulo gravemente comprometidos por celerados sem nome, prendendo-os, e de assegurar o sossego de todos, detendo os viciosos, desocupados e mendigos, cogumelos nacionais e importados que vivem à sombra do trabalho alheio”.³

Na medida em que a violação das normas penais vinha associada à recente presença maciça de estrangeiros, o preconceito contra estes e a sua associação com a criminalidade ganhou nítido contorno naqueles anos. Aparece aqui a outra face da imigração, a dos fracassados, dos aventureiros, dos fugitivos da justiça, que não se enquadra nos moldes do abnegado trabalhador, da gente ativa que estava suplantando os nacionais na pequena indústria e no comércio. Relatórios policiais responsabilizam os estrangeiros pelo avanço da criminalidade, teme-se que o Brasil comece a receber alienígenas de “etnias indesejáveis”.⁴ A própria associação profunda

³ *Diário Popular*, 29.1.1892.

⁴ Um dos mais curiosos artigos acerca das “etnias indesejáveis” diz respeito aos judeus, especialmente os judeus russos. Trata-se de um artigo assinado por “Um Paulista” cujas considerações “não são ditadas por qualquer preconceito anti-semitico, mas pura e simplesmente são filhas do muito amor que dedicamos a nossa pátria”. A inconveniência da admissão de judeus funda-se

entre o negro e o crime ou simplesmente o ócio cedeu no período algum terreno. Para nossos ouvidos acostumados a ligar a figura do imigrante à disciplina e ao trabalho soa estranho ouvir por exemplo a acusação de que os mendigos que infestam as ruas do Centro não são pretos, mas sobretudo imigrantes ociosos.⁵ Alguns textos oficiais daqueles anos vinculam também o crescimento da mendicância ao influxo de estrangeiros. O relatório do chefe de Polícia de 1895 faz esta vinculação e pondera que conseguiu entretanto reduzir em muito a presença de mendigos alienígenas no centro da cidade, local por eles preferido. O objetivo foi alcançado vedando simplesmente a entrada destes elementos na zona central e em outros pontos concorridos.⁶

Em suma, na última década do século XIX, São Paulo parece perder sua inocência, sacudida pela tensão entre nacionais e estrangeiros — de que o episódio do Protocolo Italiano é a demonstração mais evidente —, pelo crescimento desmesurado, pela ameaça de uma completa desfiguração em que a criminalidade, na consciência dos contemporâneos, é um elemento relevante.

Depois, os traços mais radicais deste período parecem desaparecer, como se a virada do século viesse anunciar novos tempos. Obviamente, os focos de tensão não se extinguíram e, em alguns casos, como o das reivindicações operárias, ganharam mesmo maior ímpeto. Mas, o refluxo da imigra-

em argumentos de ordem sócio-econômica e biológica. Inicialmente, o articulista aponta as diferenças culturais e climáticas entre o Brasil e a Rússia para demonstrar os riscos de nos vermos a braços com uma nuvem de descontentes nostálgicos, os quais ou teriam de ser repatriados ou se transformariam em um bando de pedintes e quicá de criminosos impelidos pela necessidade. Depois — a contradição não importa — acusa os judeus de monopolizar o comércio, graças a uma perseverança mal compreendida, pois é posta a serviço da seita, da família ou do indivíduo porque eles não têm pátria. Afinal, associa doença e raças malditas, a partir das opiniões de um certo professor Wuna, alemão e judeu de origem, um dos mais acatados especialistas do mundo em doença da pele. Segundo o professor Wuna, os judeus são atacados pela morféia com uma preferência assustadora, conclusão científica confirmatória da modesta observação do autor que já notara ter o morféico em nosso país, quase sempre, um tipo acentuado de judeu. *Diário Popular*, 29.1.1892.

⁵ *Diário Popular*, 30.4.1892. Para a frequente associação entre gatuno e estrangeiro, ver *Diário Popular*, 31.3.1891, e 23.5.1892.

⁶ Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Bento Pereira Barreto (Ano de 1895), São Paulo, 1896.

ção, refletido no crescimento da cidade em ritmo mais moderado, permitiu entre outros fatores uma rápida acomodação. A perda da inocência não se tornava catastrófica. Afinal, era possível a convivência entre as diferentes “etnias”, assim como era possível lidar com o movimento operário, tolerando-o ou reprimindo de acordo com as circunstâncias.

No terreno específico da criminalidade, a sensação de insegurança refletida na imprensa deu lugar a uma “naturalização” do crime, fenômeno inevitável como os cortiços — que se presume constituir um de seus focos — ou as inundações. Aqui e ali, nas críticas às autoridades policiais, fala-se de São Paulo como uma cidade perigosa. O tom geral porém não é assustador, e a impressão mais duradoura que se veicula é de uma cidade relativamente tranqüila, em contraste com a Capital da República. A importação temível parece ser sobretudo a proveniente do Rio de Janeiro, quer se trate de estrangeiros ou não. Com certa frequência, a imprensa considera alguns assaltos inusitados obra de ladrões cariocas, perseguidos pela polícia. Já em 1898, embora ainda estabelecesse correlações entre a condição de alienígena e a criminalidade, o jornal *A Nação* assinalava o contraste entre São Paulo e o Rio de Janeiro, em um artigo intitulado “Emigração Perigosa”: uma leva de ladrões está sendo premedida a sair do Rio, “valhacouto natural da malandragem, que lá tem seus núcleos constitutivos e quase, por bem dizer, sua escola primária de vício”, buscando São Paulo pelas muitas atrações de ganho, dada a existência de uma população abastada.⁷

A “naturalização” do crime não implica o desinteresse. Pelo contrário, ele se torna componente integrante do dia-a-dia como alimento cotidiano de uma parte do público letrado, especialmente após o surgimento de uma imprensa sensacionalista nos anos dez.⁸ Vai-se operando entretanto uma hie-

⁷ *A Nação*, 14.12.1898. A percepção das diferenças, apesar da linguagem, não é ilusória e se liga provavelmente às distinções da estrutura social das duas cidades, o que não é dizer muito. O tema se abre a pesquisas cheias de possibilidades que a realidade atual vem incentivar. No interior de um mesmo contexto amplo, as diferenças continuam sendo notórias. Basta pensar na amplitude do fenômeno do jogo do bicho, na correlação entre a marginalidade, a escola de samba e os clubes de futebol no Rio de Janeiro, ou mesmo na diferença de postura de certas autoridades policiais e judiciárias dos dois centros.

⁸ Em torno da última década do século XIX, o noticiário criminal ganha destaque nos jornais respeitáveis como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Pauli-*

rarquização mais clara dos delitos, segundo o prestígio dos envolvidos, as circunstâncias em que ocorrem ou os objetivos visados:

“Depois de uma calmaria de longos meses, a polícia registrou ontem um fato de sangue que, por algumas horas chegou a impressionar a população desta Capital, já esquecida das tremendas tragédias desenroladas nos primeiros meses deste ano. Durante algumas horas, a notícia da terrível cena de que foi teatro um campo existente ao lado da estrada da Boiada impressionou a população, impressão que foi-se desfazendo logo que soube serem o protagonista e a vítima pessoas desclassificadas. E, de fato, o drama sangrento de ontem pouco interesse pode despertar: é um crime de terceira classe, como se diz na gíria da reportagem... O caso é simples: um pardo boçal, julgando-se ludibriado pela amante, mata-a desfechando horas depois um tiro no ouvido”.⁹

O crime excepcional continua a ser cantado seja nos jornais seja através dos folhetins. Exemplo dos exemplos, o folhetim intitulado “O crime da mala ou um criminoso inocente”, narrando o assassinato do comerciante Elias Farah, ocorrido em setembro de 1908. Pela categoria social dos envolvidos, pelo mistério dos motivos encerrando um possível mas não comprovado adultério da mulher da vítima com o acusado Miguel Trad, pelos ziguezagues desnorteantes da palavra do réu, pela forma inusitada de livrar-se do cadáver que dá ao delito seu rótulo distintivo, o crime de Trad sensibiliza como nenhum outro a sociedade da época.¹⁰

No senso comum, a história da criminalidade — difícil de ser pensada como um tema “digno” — não poderia ocupar-se de outra coisa senão do acontecimento excepcional ou dos grandes personagens, convertendo-se em uma história

tano. Surgem os primeiros repórteres especializados que não se limitam ao mero registro. Eles introduzem a crônica policial como uma peça caracterizada por um certo estilo e competem às vezes com as autoridades na apuração dos crimes misteriosos. A aparição da imprensa sensacionalista nos anos dez (A Capital, e mesmo O Combate) vem radicalizar estes traços.

⁹ O Comércio de São Paulo, 17.8.1910.

¹⁰ Um anúncio detalhado da venda do folhetim se encontra em O Comércio de São Paulo, 31.10.1908.

dos crimes. Os meus dedicados amigos do Arquivo Judiciário do Estado, por exemplo, talvez nunca chegaram a entender que eu me preocupasse com pilhas de pacotes empoeirados, onde se amontoam dados repetidos sobre imigrantes obscuros e ladrões “pé-de-chinelo”. O importante para eles era localizar o primeiro crime da mala, as façanhas de Meneghetti, equivalentes aos fastos comemorativos e aos personagens ilustres da historiografia nobre.

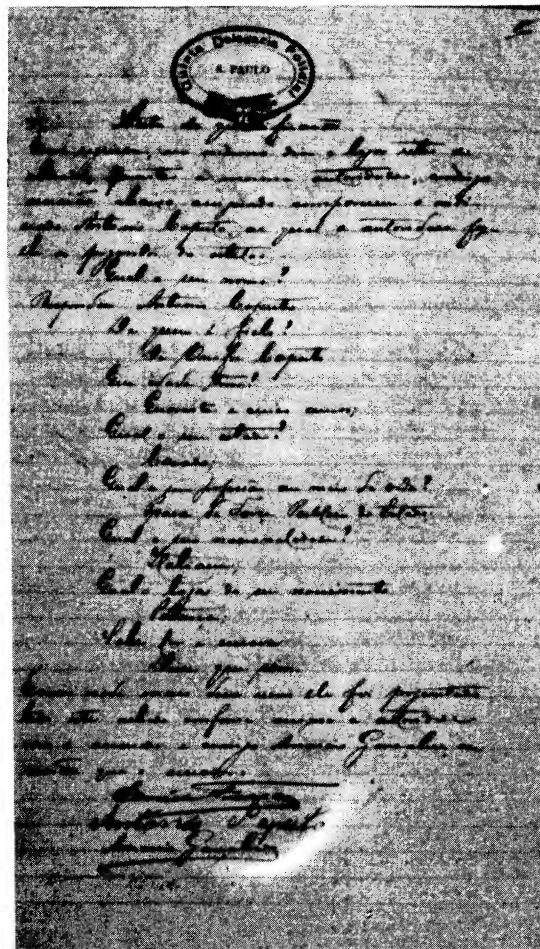
Entretanto, uma de minhas preocupações consiste em apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal. Isto pressupõe uma opção prévia, como resposta a uma questão frequente em estudos sobre criminalidade. Ao lidarmos com o crime estaríamos lidando com uma relação individual aberrante, pouco expressiva dos padrões de conduta ou das tensões reais de uma determinada sociedade? A história da criminalidade seria quando muito uma história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente? Parto de outro ponto de vista, ou seja, de que, se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais. Vários comportamentos, definidos como crime — do incesto ao homicídio — não são muitas vezes outra coisa senão a expressão de desejos ou de um potencial de agressividade reprimidos que se explicitam. A preocupação com as regularidades não significa porém o abandono do excepcional ou daquilo que na aparência é apenas pitoresco. Não só fatos desta ordem podem ser o sal de uma demonstração, como podem ser reveladores de dimensões não apreendidas de outra forma.

O texto aborda a temática a partir de dois níveis distintos: um deles, de espectro mais amplo, procura estabelecer quantitativamente as grandes linhas da criminalidade do período, expressas no número de infrações, na sua distribuição por tipos de delito, na correlação entre nacionalidade, idade, sexo, cor etc. e quebra da norma penal; o outro, de uma perspectiva que pretende ganhar em profundidade o que perde em extensão, empreende a análise de três tipos de delito — os homicídios, os furtos/roubos e os chamados crimes contra os costumes — abrindo-se para os temas da vida e da morte, da propriedade e do sexo.

Em cada um dos níveis indicados, utilizei preferencialmente materiais com características peculiares que acho significativo ressaltar. No primeiro caso, as estatísticas são a fonte predominante. Na literatura internacional sobre criminalidade há uma longa discussão acerca dos problemas conceituais e metodológicos suscitados pelas estatísticas criminais, que tomou às vezes a forma de uma menção ritual aos problemas, a ponto de um autor como Hindus ter-se recusado, em um ensaio, a repetir a litania acerca das dificuldades e utilidade do material estatístico.¹¹ As dúvidas em torno do significado das estatísticas criminais vão desde a negação de seu valor para certos períodos históricos até a questão mais complexa de quanto e o que elas medem.¹² De fato, as estatísticas referentes a prisões, ou a processos criminais, correspondem ao nível da atividade policial e judiciária, variável em função da eficácia. A questão da eficácia não é apenas técnica, mas está ligada à discriminação social e às opções da política repressiva, sobretudo no campo das contravenções. Certas condutas passíveis abstratamente de sanção só se tornam puníveis quando se referem aos pobres. Basta pensar na embriaguez, contravenção aplicável apenas aos indivíduos pouco respeitáveis, pois os demais não são bêbados mas pessoas “tocadas”, ou “um pouco altas”. Ao mesmo tempo, o aumento ou a queda de prisões por algumas infrações (a vadiagem é o exemplo mais flagrante) pode refletir não uma “alteração da realidade” mas apenas maior ou menor preocupação repressiva com relação a determinados comportamentos. Além disso há comportamentos considerados legalmente delituosos que em regra não são levados ao conhecimento da polícia ou pelos quais ela não demonstra interesse, como é o caso do espancamento da mulher pelo marido; outros dependem da

¹¹ Michael Stephen Hindus — “The Contours of Crime and Justice in Massachusetts and South Carolina: 1767-1878”, in *The American Journal of Legal History*, 1977.

¹² J. L. Tobias, escrevendo sobre o caso da Inglaterra, em *Crime and industrial society in the nineteenth century*, 1967, abandona o uso de estatísticas por considerá-las tão más que seriam inúteis para o período. Questões gerais sobre a utilização deste tipo de fonte são abordadas em Thorsten Sellin e Marvin E. Wolfgang, *The measurement of delinquency* (1964); V. A. C. Cattrell e T. B. Hadden, “Criminal statistics and their interpretation”, em E. A. Wrigley (ed.), *Nineteenth century society: Essays in the use of quantitative method for the study of social data*, 1972.



Auto manuscrito de qualificação de Antonio Caputo, acusado de homicídio (1906).

iniciativa da vítima ou de seu representante legal, como ocorre em alguns crimes sexuais.

A relatividade das estatísticas de prisões representa sob certos aspectos uma limitação. Mas aquilo que aparece à primeira vista apenas como lacuna tem virtualidades capazes de abrir caminho para outros níveis de conhecimento. As estatísticas refletem bem ou mal uma prática repressiva que tem uma relação complexa com a “criminalidade real” ou mesmo com o crime tal como definido nos códigos. Exemplificando, não só a prática repressiva até certo ponto seleciona e individualiza a seu critério o conjunto de ações criminosas como criminaliza condutas indiferentes do ponto de vista penal — a prisão de homossexuais sob variados pretextos é um exemplo claro.

O estudo das infrações específicas baseia-se fundamentalmente na análise de processos penais, uma fonte cheia de peculiaridades que merecem uma referência mais detida. Na sua materialidade, cada processo é no período considerado um produto artesanal, com fisionomia própria, revelada no rosto dos autos, na letra caprichada ou indecifrável do escrivão, na forma de traçar uma linha que inutiliza páginas em branco. Não por acaso, as resistências à introdução da datilografia de depoimentos articularam-se historicamente, nos meios forenses, em torno dos riscos da perda de autenticidade do processo.

A peça artesanal contém uma rede de signos que se impõem à primeira vista, antes mesmo de uma leitura mais cuidadosa do discurso. Distinções espaciais expressam-se nos erros de grafia, na transcrição em conjunto dos depoimentos de várias testemunhas, indicando que um processo foi instaurado em um bairro distante, com marcas fortemente rurais. Pobreza e riqueza deixam por vezes nitidas pegadas distintivas. Em um extremo, a relativa uniformidade resultante da sucessão de declarações, que não é cortada pelas petições de advogado; os requerimentos em letra vacilante, ou assinados a rogo, onde os requerentes esclarecem que deixam de selar por falta de recursos. No outro, as transcrições dos diferentes atos processuais entremeados de petições de advogado, em papel linho timbrado; os memoriais impressos, distribuídos aos desembargadores; a peça de defesa datilografada que, sobretudo em épocas mais remotas, revela o prestígio do próprio defensor. Isoladamente, talvez o texto mais carregado de

significações seja o documento de antecedentes, juntado em regra pelo réu, valendo-se de sua rede de relações — vizinhos, padrões, colegas, compatriotas, conterrâneos, fregueses. Ele serve para demonstrar, conforme o caso, a conformidade do acusado com o modelo sócio-familiar, sua origem respeitável etc. etc. Toda uma gradação da eficácia do documento se insinua, segundo quem o emite, a força de seu conteúdo verbal, os signos formais de que está revestido. “Papelucho de favor”, escritos a mão, em papel ordinário, onde se enfileiraram frágeis assinaturas anônimas contrastam com documentos na solene expressão do termo, em papel timbrado, datilografados, contendo a assinatura de pessoas influentes ou representantes de grandes empresas. Que importância dar aos garranchos de gente humilde do Brás, afirmando que um jovem indiciado por roubo é um moço de bom comportamento? Como negar valor à declaração de um deputado federal, atestando que um rapaz — acusado de furtar centenas de campanhas de casas ricas — “sempre teve excelente procedimento em Taubaté, onde mora, sendo neto do barão de Serra Negra, sobrinho do antigo arcebispo do Rio de Janeiro e de dois membros já falecidos da magistratura paulista”?

Na sua materialidade, o processo penal como documento diz respeito a dois “acontecimentos” diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a “verdade” da qual resultará a punição ou a absolvição de alguém. Entretanto, a relação entre o processo penal, entendido como atividade do aparelho policial-judiciário e dos diferentes atores, e o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendida através de critérios de verdade. Por sua vez, os autos, exprimindo a materialização do processo penal, constituem uma transcrição/elaboração do processo, como acontecimento vivido no cenário policial ou judiciário. Os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver.

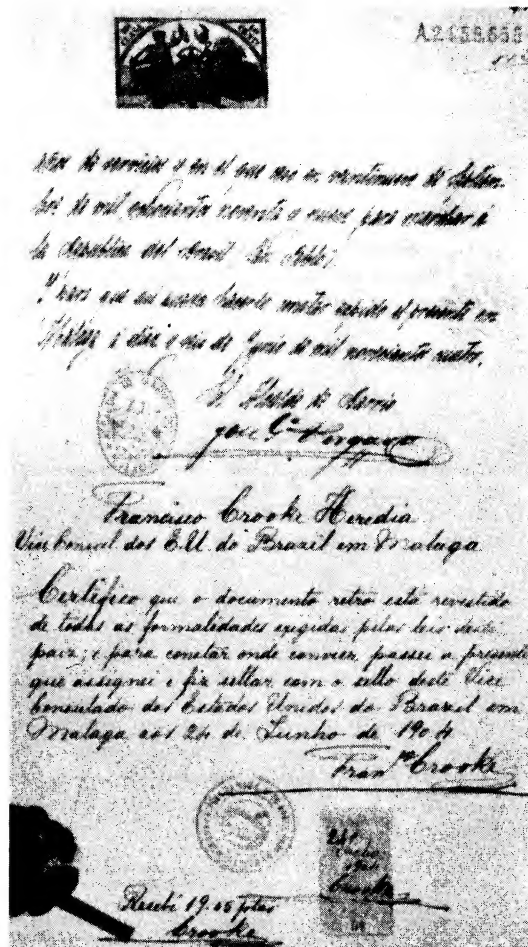
O processo constitui o elemento dinâmico na relação fato criminoso-processo-transcrição material (autos). Como observou Mariza Corrêa, o processo é de certo modo uma invenção, uma obra de ficção social. Reproduzindo suas palavras, “no momento em que os atos se transformam em

autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência".¹³ Este modelo de culpa e de inocência apresentado aos julgadores não se constrói arbitrariamente, mas segundo uma lógica ordenadora constituída por um conjunto de normas sociais. Tais normas abrangem tanto aquelas cuja violação acarreta uma sanção penal como outras que dizem respeito à conformidade com identidades sociais — a conduta adequada segundo o sexo, segundo o papel a ser exercido na família etc. Se o comportamento desviante destas identidades não implica de per si a aplicação de pena, é trazido à baila quando as normas do primeiro tipo são transgredidas, transformando-se nesta atualização em "preceito penal". Ou seja, o comportamento inadequado pode importar em condenação ou em exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso.

O processo se corporifica através de uma série de procedimentos dentre os quais se destaca um conjunto de falas de personagens diversos. A emissão destas falas e a forma de captá-las não é indiferente à construção do processo. Tomemos o caso das testemunhas e do acusado. Se é certo que qualquer discurso desfigura mecanismos e conteúdos internalizados, ainda quando se procura torná-lo o mais livre possível, isto é tanto mais verdadeiro no caso específico, onde a intenção é oposta. As condições em que se produz a fala das testemunhas dificultam a emissão; o objetivo dos que aparentemente a liberam conduzem, pelo contrário, à sua captura. Para uma pessoa das classes populares sobretudo, o aparelho policial e judiciário representa uma perigosa máquina, movimentada segundo regras que lhe são estranhas. É bastante inibidor falar diante dela; falar o menos possível pode parecer a tática mais adequada para fugir às suas garras.¹⁴ Condicio-

¹³ Mariza Corrêa, *Morte em família* (1983), p. 40.

¹⁴ Yves Castan, escrevendo sobre o Languedoc francês de fins do século XVIII, aponta como um dos obstáculos para se apreender a motivação dos delitos a atitude reticente das testemunhas, temerosas diante de um mundo judiciário cheio de perigos, que exige precauções incomuns de certeza, de pre-



Declaração de bons antecedentes enviada por autoridade espanhola, em favor de um acusado de homicídio (1904).

nada por estes elementos, a fala da testemunha é também rigidizada pelos manipuladores técnicos, na feliz expressão de Mariza Corrêa. Em regra, ela só discorre sobre aquilo que lhe é perguntado, sua palavra é cortada quando a narrativa, a critério das autoridades, não é pertinente para o esclarecimento dos fatos. Seu discurso deve ajustar-se ao padrão de identidades sociais vigentes, atestando a correspondência ou não correspondência das partes envolvidas, a este padrão.

Além disso, ao ser transcrito, o discurso eventualmente complexo da testemunha é remetido a um conjunto de regras altamente formalizadas (as normas do processo penal, o Código Penal). Um depoimento cheio de veredas, de nuances e contradições pode ser traduzido como comprovação de que o réu agiu por motivo frívolo, ou sob perturbação dos sentidos etc. etc. Em um procedimento análogo ao da imprensa, os manipuladores técnicos — cada um com suas variantes específicas — encerram as diferentes falas em uma camisa-de-força padronizada, tecida segundo os cânones do jargão judiciário e da linguagem erudita. Apagam-se os traços da emoção mais autêntica — já de si impossível de ser transcrita — a linguagem “pesada” das classes populares, o macarrônico dos imigrantes.¹⁵ As declarações se convertem em misto de depoimento e notícia, ao passar na transcrição da primeira pessoa para a terceira. A nova vestimenta do discurso coloca na boca de crianças de cinco ou seis anos descrições de relações sexuais em linguagem médico-legal, transforma pobres moças em ventríloquos que descrevem seu “desvirginamento” ou seus “contatos carnavais”.

Há porém outra voz limitada ou suprimida no processo: a voz do acusado. O padrão consiste em um progressivo apagamento de sua fala, ao longo do processo: presta declarações mais ou menos extensas no inquérito policial, reduz o seu discurso ao ser interrogado pelo juiz na fase judicial e

cisão, de observação. Yves Castan, “Mentalités rurale et urbaine à la fin de l’Ancien Régime dans le ressort du Parlement de Toulouse d’après les sacs à procès criminels (1730-1790)”, p. 116, in *Crimes et criminalité en France dans l’Ancien Régime — 17^e-18^e siècles*, 1971.

¹⁵ Fora de sua profissão ou de sua ocupação habitual é difícil para um pobre homem falar claramente; isto deve explicar o laconismo desajeitado, as respostas monossilábicas de certos acusados ou testemunhas. As palavras enérgicas, as blasfêmias exclamatórias dão ritmo à linguagem popular, que, forçada à decência judiciária, morre de enemia. Castan, *op. cit.*, p. 117.

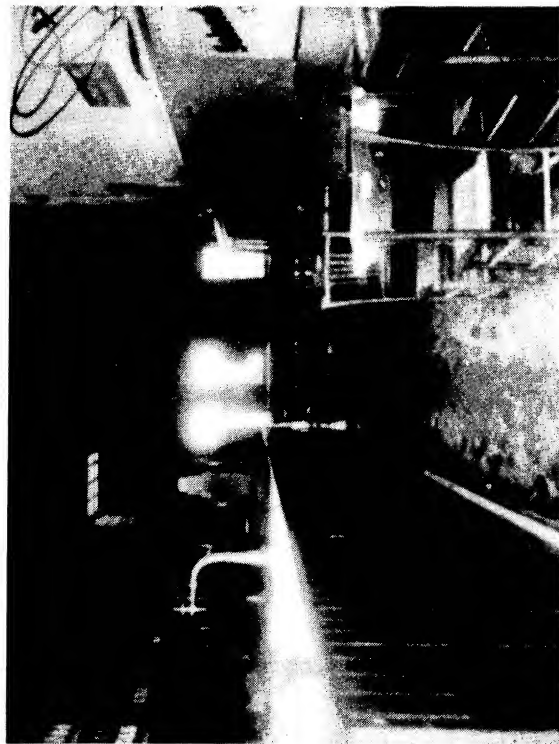
perante o Tribunal do Júri. A fala do acusado é ainda menos livre do que a das testemunhas. Ela é parcialmente liberada para servir a determinados fins. No inquérito policial, o objetivo maior — quando a intenção é acusatória — consiste em extrair a confissão; em juízo, o réu só responde sobre o que lhe é perguntado e as suas respostas, inclusive por influência do advogado, devem ajustar-se não à sua verdade mas à versão da defesa. Uma armadilha espreita a fala do acusado: em princípio, tudo o que disser em seu favor não constituirá prova em seu benefício, mas o que disser em contrário poderá levar à condenação ou ao agravamento da pena. Desta regra não decorre porém a consequência de que a melhor estratégia é calar-se. Pelo contrário, os Códigos condenam o silêncio: se o acusado não fala, o silêncio — tanto quanto as declarações incriminatórias — pode reverter em seu desfavor. É preciso pois falar, mas falar de modo conveniente, o que não significa apenas expressar-se verbalmente. O acusado deve construir uma imagem que se ajuste ao modelo de sua identidade social, ao temor reverencial devido à justiça. Isto se traduz não só pelas palavras, mas pelo gesto, pelo modo de sentar-se, de responder às perguntas, de colocar-se diante do corpo de jurados.

As peculiaridades do processo penal apontadas até aqui impõem limites e desafios mas não chegam a representar uma lacuna. Esta consiste no fato de que os processos não contêm a transcrição dos debates perante o Tribunal do Júri, por ocasião do julgamento, reduzidos a uma breve fórmula estereotipada. A lacuna é considerável por várias razões. Os discursos de acusação e defesa representam uma fonte importante para a apreensão de valores e representações sociais, permitindo localizar pontos sensíveis, capazes de determinar as opções do corpo de jurados. Não por acaso, a metáfora teatral nos vem sempre à mente na referência aos debates do Júri: um espetáculo onde dois atores básicos dramatizam versões diversas de um fato reelaborado no processo, utilizando os recursos de expressão (a repulsa, a comiseração, a ironia etc.) adequados ao momento.

Por outro lado, no tempo a que se refere este texto, a cena do júri pode ser encarada também como um espetáculo em sentido estrito que alcança um público presente e um público mais amplo através da comunicação escrita. Nos grandes dias, os personagens se paramentam para um aconteci-

mento brilhante da vida mundana. Em um rumoroso julgamento de 1910, o advogado de defesa “compareceu trajando bem talhado ‘frack’, calças de xadrez, colete de fantasia, botinas de verniz, tendo constantemente na mão um lenço de seda roxo”.¹⁶ A presença do público — elemento de reforço ideológico do qualificativo “popular” atribuído ao júri —, é parte componente da encenação, e seu comportamento está de antemão previsto. As emoções que o espetáculo provoca não podem ser exteriorizadas: as campainhas do presidente põem fim às palmas, aos sussurros crescentes, aos esboços de vaia. Apesar dos limites, o que atraía este público? O plenário do júri concorria com o teatro, o drama circense, como arena onde se encenavam as grandes paixões, os rasgos de heroísmo, as perversidades humanas. É bem verdade que a mulher adúltera, o marido traído, o parricida, o sedutor de donzelas não eram simbolizados diretamente mas trazidos à cena por duas ou três figuras masculinas. O final compensatório não estava também assegurado. Em troca, o fato de que o desfecho ficava em aberto dentro de certos limites aguçava a expectativa, sobretudo porque ele se convertia em momento da vida real, corporificando-se em uma figura muda, quase alheia na aparência ao espetáculo. Toda uma mitologia se criava em torno dos grandes atores: o promotor imbatível, o advogado amargurado e bêbado que tinha melhores condições para viver a infelicidade do réu e alcançava absolvições impossíveis. A cena de julgamento de um homicídio, em 1896, não era incomum: “o povo que enchia o Tribunal manifestava-se por alguns apartes ou aplausos e era chamado à ordem. Mas, ao ser lida a sentença, condenando o réu a 30 anos de prisão, uma manifestação de regozijo deixou-se patentear e ouviu-se uma estrepitosa salva de palmas. A multidão que assistira àquela condenação, ao sair, ergueu vivas ao Júri e à Justiça”.¹⁷

Hoje, a função dramática do júri desapareceu, sob o impacto das transformações sociais e do conseqüente surgimento de produtos simbólicos adaptados às características da sociedade de massas. É claro que hoje como ontem o julga-



Café e bilhar “República”, na praça da República, cena de um crime de homicídio (1923).

¹⁶ *O Comércio de São Paulo*, 27.1.10. Trata-se do julgamento de Albertina Barbosa, acusada de matar seu sedutor, ao qual me refiro com maior detalhe mais adiante.

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 26.4.1896.

mento excepcional suscita paixões, difundidas e transformadas em uma escala outrora inimaginável. Mas o cinema, a novela radiofônica e, sobretudo, a novela televisada tornaram obsoleta a função do júri como gênero assemelhado ao teatro e ao drama circense.

Deixei deliberadamente para o fim desta introdução a descrição de sensações que quase sempre são censuradas no produto intelectual. Não sei se conseguirei transmitir ao leitor um pouco do impacto produzido pelo contato com milhares de processos penais. As hipóteses prévias são arrastadas por uma enxurrada emotiva, neste contato com coágulos de sentimentos, tensões, relações humanas — vestígios esparsos de um tecido de vida aparentemente desdenhável para o recorte dos fatos sociais que merecem ter lugar no repositório da História. Apelos de aldeões de uma vila italiana em favor de um indiciado; cartas plebéias trocadas por namorados, no verso da propaganda dos produtos de uma fábrica; vítimas e réus que nos olham na virada de uma página, com o olhar gelado, triste ou desafiante. Além disto, para quem sempre viveu em São Paulo, o mergulho no passado reconstitui um espaço fantástico, reconhecível apenas pelo mesmo nome. Cenário e personagens são outros, sob a aparência de um idêntico lugar físico. Algumas cenas parecem fixas: o bar e restaurante da Praça da República, com suas mesinhas compostas, os espelhos, os anúncios de cigarro Iolanda; o quarto da prostituta estrangulada do largo do Paissandu, garrafas viradas, um gramofone e um papagaio emudecidos. Outras entram em movimento, deixando entrever as aventuras amorosas da Vila Nina ou da Ponte Grande; os passageiros assustados que na escura Várzea do Carmo perderam o último bonde para o Brás; a luta mortal entre “turcos” e italianos em um caminho de terra, após saírem de uma venda na Vila dos Pinheiros.

A tendência inicial é de imergir na controvérsia do processo, procurar encontrar verdades, ziguezaguear ao sabor desta ou daquela versão. As alternâncias de julgamentos sucessivos despertam a atenção para um jogo com muitas saídas que desembocam no tudo ou nada: dez anos de prisão — absolvição — quinze anos; combinações em sentido inverso etc.

Depois, as emoções despertadas pelos materiais provocam ansiedade, acompanhada do desejo de dar racionalidade às imagens. O desejo não se realiza inteiramente pois as

impressões iniciais são muito fortes e não nos abandonam nunca. Além disso, ao tentar introduzir uma ordem nos documentos acabamos por perceber que eles próprios são em grande medida obra de ficção, aberta à imaginação de quem os lê. Seu sopro vital nos acompanha, ao longo de todo o esforço racionalizador.

Após ter vivido esta experiência, encontrei-a tão bem descrita por Philippe Ariès que não hesito em citá-lo literalmente:

“Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis — como ele próprio o foi — às cores e aos odores das coisas desconhecidas. Mas ele também tem a ambição de organizar todos esses detalhes concretos numa estrutura abstrata, e é sempre difícil para ele (felizmente!) desprender-se do emaranhado das impressões que o solicitaram em sua busca aventurosa, é sempre difícil conformá-las imediatamente à álgebra no entanto necessária de uma teoria”.¹⁸

Por último, lembro que um texto desta natureza não se situa apenas nos marcos disciplinares (aliás discutíveis) da História, abrindo-se para a antropologia, a psicologia ou mesmo a psicanálise, áreas em que penetrei muito pouco, com as cautelas do novício. Trabalhei em uma zona de fronteira ao mesmo tempo cheia de atrativos e de riscos que deixaram suas marcas nas conclusões e nas incertezas do produto. A experiência valeu a pena; a leitura, o leitor dirá.

¹⁸ Philippe Ariès, *História social da criança e da família*, 1978, p. 9.

Criminalidade e controle social

Uma aproximação geral

A tentativa de apresentar uma visão geral da criminalidade esbarra com os problemas indicados na Introdução. Os dados imprecisos que chegam até nós tendem a mesclar pelo menos dois elementos de difícil separação: a criminalidade real, entendida na sua acepção simples de infração às normas do Código Penal, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exercendo uma atividade de amplo controle social.

Por sua vez, a opção por certo tipo de documento e a forma de tratá-lo revela pressupostos de orientação do pesquisador e o alcance de seu trabalho. Em regra, acredita-se na maior validade dos dados que se encontram mais próximos da quebra da norma, expressos no número de prisões ou de infrações registradas pela polícia, considerando-se gradativamente menos confiáveis as informações cada vez mais distantes do fato considerado delituoso, como denúncias, julgamentos etc.¹ Convém notar que este critério, verdadeiro de

um modo geral, não prevalece em certos crimes. O número de prisões nos delitos sexuais é inferior ao de inquéritos por não ser freqüente a prisão dos acusados.

Neste balanço inicial, optei por duas fontes básicas que, com todas as suas deficiências, permitem uma aproximação diferenciada do tema: as estatísticas de prisões e as de inquéritos. A primeira fonte dá uma visão ampla da atividade policial que vai muito além dos marcos da criminalidade, sobresaindo o papel da polícia como agente de controle social. A segunda permite uma aproximação do fenômeno da delinquência, através da responsabilização de pessoas, por quebra dos preceitos do Código Penal. A enorme defasagem entre o número de pessoas presas e pessoas processadas, em alguns anos onde a comparação é possível, revela claramente a significação das prisões como instrumento de controle social, mesmo tendo-se presente que muitas detenções decorrem efetivamente de delitos que deixam de ser objeto de inquérito pela sua pouca importância, ineficiência ou corrupção do aparelho policial, acordos etc. Para ficar apenas em uns poucos exemplos, em 1893, são presas 3466 pessoas na Capital, registrando-se a abertura de 329 inquéritos; em 1905, os presos são 11036 e os processados 794; em 1907 há 9361 presos, abrindo-se 1441 inquéritos.²

A Tabela 1 mostra que o coeficiente médio de prisões anuais esteve em torno de 310 por 10000 habitantes da cidade, no período 1892-1916. Este coeficiente se aproxima de um dado contemporâneo, dizendo respeito ao registro de ocorrências policiais, que ficou em torno de 338 por 10000 habitantes do município de São Paulo em 1979.³ Uma comparação com outras cidades brasileiras no período estudado ainda não é possível. No plano internacional, São Paulo se situa acima de Londres, onde as prisões anuais oscilaram entre 100 e 180 pessoas por 10000 nos anos de 1890-1920, e abaixo de um conjunto de cidades americanas com um coeficiente entre 460 e 630 nos anos referidos.⁴

² As estatísticas de prisões e inquéritos abertos ano a ano constam, com várias lacunas, dos relatórios dos chefes de Polícia da Capital ao secretário da Justiça e da Segurança Pública ou do secretário ao presidente do Estado. A não ser quando foi necessário individualizar a fonte, não menciono ao longo do texto relatórios específicos.

³ Dados manuscritos da Fundação SEADE.

¹ Eric H. Monkkonen, *Police in urban America, 1860-1920*, 1981, p. 69.

TABELA 1

Coeficiente de prisões por
10 000 habitantes, 1892-1916

<i>Períodos</i>	<i>Coeficientes</i>
1892-1896	339,92
1896-1900	358,90
1900-1904	418,95
1904-1908	327,43
1908-1912	274,17
1912-1916	245,30
Total	310,49

Fonte: RSJCP, 1892-1923. Censos nacionais de 1890, 1900 e 1920. Censo da cidade de São Paulo, 1893. Para o procedimento metodológico ver Apêndice.

A partir do marco inicial (1892), a Tabela 1 espelha uma atividade policial repressiva crescente, invertendo-se a tendência a partir de meados da primeira década deste século. Infelizmente, não é possível comparar o último decênio do século XIX com períodos anteriores, embora dados esparsos sugiram que na década tenha ocorrido uma brusca inflexão para cima, hipótese compatível com a maior sensibilidade em torno do tema da criminalidade.

É difícil explicar a tendência decrescente da atividade policial repressiva entre 1905-1916 em comparação com o período 1892-1905. Estes últimos anos podem ser considerados como sendo socialmente “mais problemáticos”, mas encerram problemas de natureza bem diversa. Entre 1892 e 1898, ocorrem profundas transformações na cidade decorrentes do fim do sistema escravista e, sobretudo, da imigração em massa com o conseqüente acentuado crescimento demográfico. Os anos 1898-1905 caracterizam-se *grosso modo* pela recessão econômica, a partir da crise cafeeira, refletindo-

⁴ Os dados de Londres e das cidades americanas são respectivamente de Ted Robert Gurr e outros, *The politics of crime and conflict. A comparative history of four cities*, 1977, p. 112; Monkkonen, *op cit.*, p. 72.

se em menores índices de crescimento demográfico e na redução do nível de emprego. Ao que tudo indica, a ação policial cresce proporcionalmente ao longo destes anos. Convém observar porém que a distribuição de prisões segundo o tipo de delito não revela muita congruência com o ciclo recessivo, como é o caso da “gatunagem”, que começa a cair proporcionalmente já no início deste século (Tabela 10).

Por sua vez, seria apressado atribuir sem ressalvas a queda da atividade repressiva ao período mais estável decorrente da retomada do crescimento econômico a partir de 1905, para se fixar uma data, ausentes agora os problemas de ajustamento social provocados pela imigração em massa. Assim, anos como 1914 e 1915, marcados pelas dificuldades decorrentes da Guerra Mundial (queda de nível da atividade econômica, desemprego etc.) não perturbam a tendência decrescente do coeficiente de prisões.

Este exercício de aproximações, cheio de incertezas, leva-me a sugerir que talvez o período considerado seja demasiado curto para se estabelecer correlações seguras entre a atividade policial — como indicador das preocupações repressivas da elite dirigente — e a conjuntura social em seus diferentes aspectos. Penso também que as dificuldades expressam a inexistência de um ajustamento automático entre o nível da atividade policial e as alternâncias da conjuntura.

As prisões contravencionais, bem como as efetuadas para “averiguações”, revelam uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem viver, ou simplesmente pela indefinida figura dos “suspeitos”. No período 1892-1916, com lacunas nos anos 1899, 1901 e 1903, dentre 178 120 pessoas presas na cidade, 149 245 (83,8%) foram detidas pela prática de contravenções ou para averiguações e 28 875 (16,2%) sob a acusação de crimes. Convém observar que um grande número destes é constituído de delitos de reduzida importância, pequenos furtos que em sua imensa maioria não dão origem à abertura de um inquérito policial.

As prisões por contravenções são majoritárias em quase todas as partes do mundo. A proporcionalidade constatada em São Paulo, no período considerado, mostra uma intensa preocupação policial com a ordem pública. Com as ressalvas da comparação heterogênea, observe-se que, em 1880, apenas 62,5% das prisões em dezoito das maiores cidades dos Esta-

dos Unidos corresponderam às contravenções de embriaguez, desordens, vadiagem e a averiguações.⁵ Monkkonen acentuou como as prisões pelos chamados crimes sem vítima caíram persistentemente nos Estados Unidos, em números relativos, entre 1860 e 1920, indicando nas condições daquele país um crescente interesse pelo “controle do crime” em desfavor do controle das “classes perigosas”.⁶ Meus dados abrangem um período menor e apresentam descontinuidades. De qualquer forma, tomando-se as duas faixas extremas de cinco anos passíveis de comparação, verifica-se uma tendência inversa da acima apontada (Tabela 2).⁷

As diferentes rubricas contravencionais permitem especificar aproximadamente a natureza das preocupações policiais com a ordem pública, apesar das dúvidas que muitas opções classificatórias introduzem. Por exemplo, chama a

TABELA 2
Proporção de prisões por crimes e contravenções em dois períodos

Motivo	1892-1896	1912-1916
	%	%
Crimes	5 324 (24,5)	7 459 (14,4)
Contravenções	16 397 (77,5)	44 492 (85,6)
Total	21 721 (100,0)	51 951 (100,0)

Fonte: RSJCP, 1892-1923.

⁵ Eric H. Monkkonen, *op. cit.*, p. 103.

⁶ Monkkonen, *op. cit.*, p. 75.

⁷ As informações relativas a anos recentes são enganosas e se prestam a uma análise que foge ao alcance deste trabalho. Segundo os números oficiais, referentes a ocorrências policiais e não a prisões, apenas 2% e 2,4% destas ocorrências no Município de São Paulo, respectivamente em 1980 e 1981, dizem respeito a contravenções penais. Cf. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1982, pp. 555-556. Daí não se pode deduzir o desinteresse do aparelho repressivo pelo controle das “classes perigosas”, dedução que iria contra as evidências do dia-a-dia. Muito provavelmente, as prisões para averiguações, por desordens, embriaguez, vadiagem etc. se tornaram operações rotineiras não registradas nos boletins de ocorrências ou, em alguns casos, mudaram de rótulo.

atenção o número muito reduzido de prisões por mendicância, uma contravenção ideologicamente desconfortável, na medida em que invoca de imediato a desigualdade social e a crítica à repressão em favor do assistencialismo.⁸ Certamente, muitos mendigos entraram na categoria inclusive de vadios, até porque a mendicância era considerada pelas autoridades policiais e alguns juristas como simples modalidade de vadiagem. Mesmo tendo-se em conta a precariedade da categorização, é possível estabelecer distinções entre as três contravenções principais. A vadiagem representa o receptáculo maior, onde se enquadra o “viveiro natural da delinquência” na linguagem dos relatórios policiais. O próprio sistema repressivo constitui este viveiro, formado por uns poucos grandes “malandros” e a massa de pequenos marginais ou desempregados, à beira da indigência; a desordem vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa; a embriaguez se aproxima da desordem, na medida em que reflete como esta uma preocupação com o comportamento das pessoas em público, mas é indicativa de atitudes que combinam autodestruição e agressividade.

No Código Penal de 1890, prevê-se apenas a punição de um certo tipo de “desordem”, assimilada à vadiagem através de uma identificação aparentemente estranha, levando-se em conta a distinção que foi feita. Trata-se, no caso, de um claro exemplo de criminalização de um comportamento com o propósito de reprimir uma camada social específica, discriminada pela cor. A preocupação com a “capoeiragem” está ligada a uma conjuntura histórica e em particular a uma cidade — o Rio de Janeiro do período imediatamente posterior à Abolição. Não por acaso, muito embora já fosse objeto de censura, a prática não figurou como delito específico no Código Criminal do Império de 1830. O artigo 402 e parágrafo único do Código Penal, inserido no capítulo que trata dos vadios e capoeiras, considera criminoso “fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação de capoeiragem” ou ainda “andar em correias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma

⁸ As informações sobre prisões entre 1892 e 1916 registram apenas um total de 995 pessoas. Raramente, entre 1892 e 1910 constam prisões sob esta rubrica, o que ocorre somente em 1893, 1895, 1898 e 1908.

lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando a pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal”, sendo circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Foi esta a base legal para a conhecida perseguição aos capoeiras realizada pela polícia do Rio de Janeiro, nos primeiros anos que se seguiram à proclamação da República. Em um artigo sobre o tema, Assis Cintra distingue entre os capoeiras profissionais e os amadores. Os profissionais são definidos como capangas políticos, que viviam à custa dos cabos eleitorais ou como desordeiros e ladrões, que atacavam os transeuntes. Os amadores eram meninos bonitos avalentados, filhos de gente rica e importante, ou mesmo rapazes de boas famílias, que praticavam e aprendiam a capoeiragem por simples esporte. O articulista assinala que o barão do Rio Branco, quando estudante, aprendera a arte e que Floriano Peixoto fora um dos mais hábeis capoeiras da Escola Militar. Segundo ele, a campanha do primeiro chefe de polícia da República, Sampaio Ferraz, acabou com os capoeiras, fossem profissionais ou meninos bonitos.⁹ É certo porém que os capoeiras profissionais — alvo principal da repressão — formaram desde sua origem verdadeiras organizações de escravos e libertos, com uma dupla face a um tempo ameaçadora e instrumental para a elite branca do Rio de Janeiro.¹⁰

Entretanto, no contexto da cidade de São Paulo, tendo-se em conta a menor importância da população negra e alguns dados de repartição das contravenções por nacionalidade, tudo indica que a prisão por desordens se aproxima da descrição que fiz — comportamento episódico de pessoas em público —, sendo problemático considerá-la um instrumento repressivo a faixas da população discriminadas pela cor.

Dentre as três contravenções principais — embriaguez, desordens, vadiagem — a primeira aparece como motivadora do maior número de prisões (Tabela 3).

⁹ Assis Cintra, em *A Gazeta*, 1.3.1948. Citado por Otávio Goulart de Camargo, “A vadiagem no Brasil”, *Investigações*, 1949. Uma análise dos incidentes provocados pela ação de Sampaio Ferraz, “o cavanhaque de aço”, se encontra em Gizlene Neder e outros, *A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930*, 1981, p. 238.

¹⁰ Neder, *op. cit.*, e Patricia Ann Aufderheide, “Order and violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840”, 1976.

TABELA 3
Prisões segundo as principais
contravenções, 1892-1916¹

<i>Contravenções</i>	<i>Prisões</i>	<i>%</i>
Embriaguez	49 713	(42,5)
Desordens	45 870	(39,2)
Vadiagem	21 422	(18,3)
Total ²	117 005	(100,0)

Fonte: RSJCP.

¹ Faltam dados para os anos 1899, 1901 e 1903.

² As três principais contravenções representam 91,4% das contravenções em geral.

Se considerarmos apenas os anos extremos e contínuos do período pesquisado, nota-se uma curiosa evolução. Na distribuição proporcional, as rubricas “vadiagem” e “embriaguez” crescem claramente, enquanto a rubrica “desordens” apresenta uma tendência inversa. A alteração mais nítida se dá entre “desordens” e “embriaguez”, com uma troca de posições no primeiro lugar (Tabela 4).

A que se deve esta última tendência? Convém não afastar desde logo a fluidez da distinção, pois com muita frequência os desordeiros estão bêbados. Ainda assim, admitida a ressalva, subsiste a pergunta: por que preferir gradativamente

TABELA 4
Proporção de prisões segundo as principais contravenções em
dois períodos

<i>Contravenções</i>	<i>1892-1896</i>		<i>1912-1916</i>	
	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Embriaguez	3 734	(25,5)	14 081	(40,7)
Desordens	8.163	(55,8)	11 274	(32,6)
Vadiagem	2 729	(18,7)	9 239	(26,7)
Total	14 626	(100,0)	34 594	(100,0)

Fonte: RSJCP.

mesmo nestas situações o rótulo de “bêbado” e não o de “desordeiro”? A categoria “desordens” é heterogênea, mas não acredito que tenha abrigado em número significativo anarquistas, socialistas, trabalhadores em greve. Para estes havia outras figuras penais e não há razões para supor, por exemplo, que as greves preocupassem mais as autoridades policiais em fins do século XIX do que nos anos 1912-1916.

Penso que a grande incidência proporcional das desordens nas prisões efetuadas entre 1892 e 1896 se liga à presença em massa de novas levas de imigrantes na cidade. Seu comportamento deve ter atraído a atenção da polícia, preocupada com a manutenção da “ordem pública”. De um lado, os novos padrões de convivência, as novas formas de lazer introduzidas pelos imigrantes representavam uma quebra dos padrões do bom comportamento, na ótica da “sociedade respeitável” e de seus quadros dirigentes. De outro, não há por que negar que surgissem de fato muitos conflitos entre gente apinhada nos cortiços, precariamente liberada aos domingos das normas do trabalho. Afinal de contas, as alegrias do domingo eram muitas vezes a outra face das tensões a que estava submetida a população imigrante, na luta por adaptar-se e ascender socialmente na nova terra. Com o correr do tempo, é razoável supor que o comportamento desta população não só se tornou menos “explosivo” como passou a ser visto como “normal” pelas autoridades policiais. Ganham então preferência as prisões por embriaguez, não vinculadas à nacionalidade, reprimindo-se em maior número uma conduta individual perturbadora dos “bons costumes”, quando assumida por gente pobre.

Entretanto, seria errôneo deduzir do número de prisões a importância atribuída pela elite governante a cada uma das contravenções. A desordem e a embriaguez não são objeto de especial preocupação, insistindo-se apenas em muitos relatórios oficiais em se lembrar o papel do álcool como agente potenciador de delitos graves. Pelo contrário, a vadiagem recebe contínuas referências por não constituir uma quebra accidental da ordem, ou um vício com consequências sobretudo pessoais, mas um modo de ser delinqüente que investe contra “a lei suprema do trabalho”. Como lembrou o secretário da Justiça e Segurança Pública Washington Luiz, em 1906, “vadios são não só os vagabundos, como os mendigos válidos, os jogadores de profissão, os *caftens*, os ratonei-

ros, etc., enfim todos os hóspedes do artigo 399 do Código Penal”.¹¹

A estigmatização de camadas sociais destituídas com o rótulo de “vadios” é um dado que percorre a história brasileira desde o período colonial. Brevemente, lembro como a reduzida diversificação das atividades econômicas e a utilização em larga escala da mão-de-obra escrava na agricultura de exportação deixou poucas possibilidades de emprego estável para os homens livres sem recursos. Estes seguiram diversos destinos, às vezes combinados, na história de vida individual: precários agricultores de subsistência, à margem do que se costuma chamar de centro dinâmico da economia; agregados das grandes fazendas; gente que vem depositar-se nas cidades, expulsa do setor agrícola nos momentos de crise etc. Em seu estudo sobre a pobreza mineira do século XVIII, Laura de Mello e Souza mostrou como o Estado alternativamente reprimia ou tirava partido desta camada social. O elemento ocioso que só servia para consumir viveres e contrabandear podia se metamorfosear no sertanista corajoso e atrevido, bom para povoar lugares longínquos infestados de índios, para descobrir vezeiros perdidos na distâncias, para rechaçar o castelhano belicoso que pressionava a fronteira.¹² Caio Prado Júnior refere-se ao segmento de pobres livres ou libertos constituídos pelos desocupados permanentes. Demonstrando pouca ou nenhuma simpatia por esta “casta numerosa de vadios”, define-a como “a parte mais degradada, incômoda e nociva da população vegetativa da Colônia, vagando de léu em léu à cata do que se manter, e que, apresentando-se a ocasião, envereda francamente pelo crime”.¹³

Até que ponto a preocupação oficial com a vadiagem abrangeu a região de São Paulo até meados do século XIX é uma pergunta que fica em aberto. Minha hipótese é de que a questão não teve maior importância, em uma área por muito tempo secundária do ponto de vista econômico e escassamen-

¹¹ Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo Secretário da Justiça e Segurança Pública, Washington Luiz Pereira de Sousa (Ano de 1906), São Paulo, 1907.

¹² Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro, A pobreza mineira no século XVIII*, 1982, p. 140.

¹³ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, 1953, p. 281.

te urbanizada. Mesmo ao longo dos anos 1870-1890 — um período já caracterizado por profundas transformações estruturais — o tema raramente ocupa as páginas dos relatórios de chefes de Polícia e presidentes da Província e, quando surge, o tom condenatório é entremeado por notas de comiseração. O quadro se altera a partir da última década do século XIX, quando a vadiagem vem a merecer destaque especial. Os vadios passam a representar uma categoria à parte de contraventores, o viveiro da delinquência, seres dotados de atrevimento, astúcia e maldade, verberados nas infundáveis frases dos relatórios oficiais:

“Quanto aos vagabundos, ou insaciáveis parasitas de todas as sociedades, as imprudentes sanguessugas que se desenvolvem e se alastram nas cidades populosas, o mal ainda é pior, pois que, tendo comumente os radicados defeitos dos que se dão ao vício de embriaguez e dos que habitualmente usam armas proibidas, são os principais autores, os mais salientes protagonistas, não unicamente dos já referidos crimes, como também dos ataques à propriedade alheia, o furto, o roubo, o assalto, que muitas vezes produzem as mais sanguinárias tragédias que eles concebem, urdem e praticam já com tão cínica temeridade, com descaro tão atrevido com que parece escarnecerem e desafiar as próprias autoridades, já com uma astúcia tão sutil, com uma tão sagaz destreza que procuram apagar cuidadosamente o menor vestígio, o mais leve rastro que possa encaminhar a mais ativa, a mais desvelada, a mais vigilante das autoridades em suas escrupulosas diligências”.¹⁴

O controle social dos vadios foi feito em especial através das prisões, não havendo em regra muito empenho das autoridades em processá-los (Tabela 5).

De qualquer forma, o processo é mais freqüente na rubrica de “vadiagem” do que em “desordens” ou “embriaguez”. Nos anos indicados na Tabela 5, há apenas 20 processos por desordens e quatro por embriaguez. Chama a atenção a tendência ao aumento da responsabilidade penal nos anos 1905-1907, que viria a decrescer em anos posteriores. O perío-

¹⁴ Relatório apresentado ao Secretário da Justiça pelo Chefe de Polícia da Capital (Ano de 1892), São Paulo, 1893.

TABELA 5
Prisões e processos por vadiagem
1893-1907

Anos	Prisões	Processos
1893	338	9
1894	897	15
1895	579	42
1902	1 030	—
1905	1 138	207
1906	795	105
1907	1 073	754

Fonte: RSJCP.

do corresponde a uma alteração de critérios repressivos feita pelo secretário da Justiça Washington Luiz, que, sobretudo a partir dos últimos meses de 1906, moveu uma extensa campanha contra a vadiagem sob o lema “não prender sem motivo, não prender sem processar”. A construção do estabelecimento correcional para adultos na Ilha dos Porcos (atual Anchieta) em Ubatuba, bem como a ampliação do Instituto Disciplinar para menores facilitou a responsabilização e prisão de vadios, até então apenas multados por infração de posturas municipais.

Os dados de prisões efetuadas na Capital e no Interior, onde predominavam as áreas rurais e as pequenas cidades, revelam, nos anos comparáveis, que até mesmo em termos absolutos há maior número de prisões por vadiagem na Capital (Tabela 6).

A que se deve esta desproporção? Aqui é necessário distinguir entre a preocupação oficial com a vadiagem como fenômeno coletivo, característica de vários momentos da história brasileira, e a repressão individualizada consistente no enquadramento de pessoas consideradas vadias em normas legais a que estou me referindo. Sob o primeiro aspecto, não faltam exemplos, sobretudo no meio rural, de arregimentação, pressões de todo tipo, expulsão de determinadas áreas de segmentos da população rotulados de vadios, abrangendo até mesmo produtores independentes. No caso específico do Estado de São Paulo de fins do século XIX e das primeiras décadas deste século, as condições sócio-políticas vigentes no

TABELA 6
Prisões por vadiagem – Capital e
interior, 1895-1903

<i>Anos</i>	<i>Capital</i>	<i>Interior</i>
1895	579	263
1902	1 030	507
1904	1 470	342
1905	1 138	645
1906	795	562
1908	588	904
1909	747	478
Total	6 347	3 701

Fonte: RSJCP. Os números são tanto mais expressivos se considerarmos que a população do município da Capital correspondia em 1900 a 10,5% da população de todo o Estado.

campo não eram propícias à formação de grandes contingentes de “desocupados”. Ao mesmo tempo, haviam cessado certas necessidades da utilização de pessoas pobres, como é o caso do recrutamento forçado para as guerras de fronteira. Os grupos de população instável parecem ter-se concentrado nas maiores cidades — o que corresponde em grande medida à Capital — em consequência de amplos processos sociais com destaque para o deslocamento de ex-escravos provenientes do campo e a ocupação dos melhores empregos pelas levas de imigrantes. Isto não quer dizer que entre os desocupados urbanos não se encontrasse gente fracassada na tentativa de “fazer a América”, aventureiros cosmopolitas etc.

Qual a razão do variável empenho das autoridades em exercer controle sobre esta gente? Pelo menos em São Paulo, não há indícios de que os vadios fossem vistos como um estrato socialmente perigoso, capaz de engrossar movimentos de rebeldia contra o poder constituído, embora as autoridades tenham aproveitado em certas ocasiões a adoção de medidas repressivas no plano político para “limpar” a cidade.¹⁵ Não é

¹⁵ *O Comércio de São Paulo*, de 4.12.1904, critica a polícia do Rio de Janeiro e de São Paulo que, aproveitando-se da decretação do estado de sítio, em consequência da chamada revolta da vacina na Capital da República passou

possível também ligar a pressão sobre os vadios a razões econômicas, considerando-a um instrumento necessário para garantir a oferta de mão-de-obra, pois, de um modo geral, não havia este problema na cidade.

Os desocupados permanentes ou mesmo transitórios eram perseguidos (e muitas vezes tolerados) porque constituíam não um perigo mas um inconveniente social, tanto quanto os delinquentes com os quais quase sempre se confundem. Os relatórios das autoridades, assim como os projetos de “regeneração” dos vadios refratários, revelam uma visão da vadiagem como desvio comportamental e não como decorrência de contingências sociais, um indicador adicional de que os vadios não eram encarados como uma ameaça à ordem pública. Lembro por último que, em uma região caracterizada pelo rápido crescimento das atividades econômicas, o “desamor ao trabalho” representava um procedimento altamente condenável, uma opção individual perversa em um meio bafejado pelo progresso onde, segundo se acreditava, havia oportunidades para todos. Esta ótica se perturbava e dava lugar à comisseração para com os desempregados nos momentos de crise, como ocorreu por exemplo nos dois primeiros anos da Primeira Guerra Mundial. Mas, afinal de contas, isto não nos soa familiar? Nos últimos anos da vida da cidade, à medida que a crise econômica se instalou, tornou-se cada vez menos aceitável socialmente estigmatizar supostos vadios, mendigos ou trabalhadores sem emprego ao grito de “vai trabalhar, vagabundo”.

a efetuar a prisão indiscriminada de pessoas tidas como vagabundas e *caftens*, algumas das quais estavam sendo enviadas para o Acre. Alguns relatos de movimentos sociais em São Paulo e no Rio permitem sugerir uma inserção diversa dos “destituídos sociais” em cada uma destas cidades. Veja-se, a propósito da “revolta da vacina”, esta descrição de um choque entre numeroso grupo de amotinados do bairro da Saúde e forças da polícia e do Exército: “A luta foi tremenda e, no meio dos turbulentos, avultava em denodo, numa bravura de verdadeira fera, um crioulo alto e reforçado, que era o chefe dos grupos da Saúde. Esse indivíduo empunhava um revólver em cada mão e desfechava-o seguidamente sobre a força, e quando esta pôs o grupo em debandada ainda ficou ele a lutar, em resistência aos soldados, dos quais prostou um morto e dois gravemente feridos... Final, ao cabo de tenaz e cega resistência, foi o sinistro crioulo preso... Esse crioulo tem a alcunha de ‘Prata Preta’ e, pela sua conhecida bravura como famoso desordeiro, fôra proclamado chefe dos sublevados da Saúde. Nos embates ali travados foi sempre visto nos pontos mais perigosos, atirando contra a força”. *Jornal do Comércio*, 17.2.1904, transcrito por Edgard Carone, *A República Velha. Evolução política*, 1971, p. 212.

Algumas informações permitem uma aproximação um pouco mais concreta das pessoas presas ou processadas sob a acusação de vadiagem. Os relatórios do Secretário da Justiça dos anos 1904 e 1906 — únicos a estabelecer um cruzamento entre presos por contravenção e nacionalidade — mostram como os brasileiros são amplamente majoritários na rubrica “vadiagem”, enquanto os estrangeiros predominam em “embriaguez” e mais ainda em “desordens” (Tabela 7).

TABELA 7
Distribuição das prisões pelas principais contravenções segundo a nacionalidade, 1904-1906

Nacionalidade	Vadiagem		Embriaguez		Desordens	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nacionais	2 428	(71,3)	5 578	(47,2)	2 868	(40,0)
Estrangeiros	975	(28,7)	6 251	(52,8)	4 298	(60,0)
Total	3 403	(100,0)	11 829	(100,0)	7 166	(100,0)

Fonte: RSJCP.

Por sua vez, as indicações referentes a pessoas processadas por vadiagem nos anos 1907 e 1908 indicam como os nacionais continuam sendo majoritários, mas em proporção bem menor (Tabela 8).

TABELA 8
Processos por vadiagem segundo a nacionalidade, 1906-1908

Nacionalidade	Brasileiros (%)	Estrangeiros (%)
Italianos	—	23,6
Portugueses	—	6,6
Espanhóis	—	5,7
Outros	—	10,4
Total	53,7	46,3

Fonte: RSJCP.

Estes dados dão alguma consistência à hipótese de que a massa de vadios era formada por uma população destituída predominantemente nacional, onde talvez fosse possível encontrar um número significativo de pretos e mulatos, marginalizados de atividades econômicas atraentes nos anos pré e pós-Abolição.¹⁶ O crescimento do número de estrangeiros quando se trata de pessoas incriminadas é indicativo de que estes correspondem menos a uma “pobre gente deserdada” e mais aos contornos da criminalidade.

No que diz respeito ao sexo, as mulheres constituem 3,8% dos processados, percentagem bastante inferior à encontrada tomando-se o número global de prisões, nos anos disponíveis. Há aliás indícios de que as autoridades policiais, depois de uma primeira investida indiscriminada, passaram a evitar a responsabilização penal das mulheres por vadiagem, pois as 35 processadas concentram-se quase todas no primeiro semestre de 1907, havendo um único processo em 1908.

A distribuição das prisões segundo a natureza dos crimes indica a dominância dos crimes contra a propriedade (Tabela 9).

TABELA 9
Prisões segundo a natureza dos crimes, 1892-1916¹

Crimes	Número	%
Sangue	11 397	(39,5)
Propriedade	15 784	(54,6)
Fraude	982	(3,4)
Sexo	726	(2,5)
Total	28 829	(100,0)

Fonte: RSJCP.

¹ Faltam dados para os anos 1899, 1901 e 1903.

¹⁶ Infelizmente, as fontes impressas não trazem informações sobre a cor dos vadios. Aufderheide, *op. cit.*, mostrou como as autoridades sempre fizeram uma aproximação entre a vadiagem e a população negra. Por exemplo, as “partes de semana”, feitas pelos juizes de paz de Salvador (1834-1836) referiam-se com muita frequência, em suas descrições, a “crioulo forro, negro, pardo, cabra vadio, ou preto vadio”.

A especificação ao longo dos anos demonstra a tendência já apontada à queda proporcional destes delitos no conjunto das infrações penais, a partir do início do século XX (Tabela 10).

É possível que existam aí alguns problemas classificatórios, tendo-se em conta que a vaga rubrica "gatunagem" foi substituída pela mais precisa "furtos e roubos" a partir de 1907. A tendência à queda é porém anterior a este ano, embora a mudança de critério através de uma melhor discriminação possa ter-se refletido em números mais reduzidos. Veja-se que tal tendência se confirma quando são considerados os inquéritos abertos, tomando-se dois períodos extremos (Tabela 11).

Por outro lado, salta aos olhos o avanço da responsabilização por crimes sexuais, apenas esboçada quando se lida

TABELA 10
Prisões segundo as principais infrações, 1892-1916

Anos	Gatunagem ¹ (%)	Sexuais (%)	Homicídios ² (%)	Ferimentos ³ (%)	Vadagem (%)	Embriaguez (%)	Desordens (%)
1892	17,0	0,3	0,4	8,3	11,4	20,5	42,1
1893	18,2	0,3	0,7	15,8	11,3	25,9	27,8
1894	20,5	0,2	0,7	4,6	23,2	15,3	35,5
1895	15,8	0,3	0,6	9,5	11,8	14,8	47,2
1896	13,8	0,1	0,3	8,8	11,0	19,8	46,2
1897	20,1	0,2	0,5	8,1	9,1	24,5	37,5
1898	26,5	0,1	0,5	4,7	8,7	17,0	42,5
1899	—	—	—	—	—	—	—
1900	14,3	0,3	0,1	10,1	9,4	19,8	46,0
1901	—	—	—	—	—	—	—
1902	11,8	0,3	0,2	8,1	11,1	34,8	33,7
1903	—	—	—	—	—	—	—
1904	13,8	0,2	0,3	5,4	13,2	42,7	24,4
1905	6,3	0,2	0,2	5,5	13,6	43,9	30,3
1906	5,3	0,2	0,3	4,5	11,7	50,0	28,0
1907	8,8	0,2	0,3	4,2	14,5	44,7	27,3
1908	6,9	0,3	0,3	6,3	8,7	47,2	30,3
1909	5,2	0,2	0,3	7,3	9,7	45,5	31,8
1910	7,5	0,4	0,4	7,4	13,0	41,4	24,9
1911	—	—	—	—	—	—	—
1912	4,4	0,3	0,6	7,3	12,2	50,3	29,9
1913	5,8	1,4	0,8	7,3	25,2	35,2	24,3
1914	6,3	1,2	0,5	6,5	18,8	37,0	29,7
1915	8,8	1,1	0,6	6,7	26,0	24,7	32,1
1916	11,4	1,1	0,3	8,3	34,5	16,6	27,8
Média geral	11,7	0,4	0,4	7,6	14,7	32,0	33,2

Fonte: RSJCP.

¹ A partir de 1907 substituído pela classificação "furtos" e "roubos".

² Até 1909 inclusive não há especificação entre homicídios voluntários e involuntários. A partir de 1910, os números abrangem apenas os primeiros, figurando os homicídios involuntários em "outros".

³ Abrange tentativa de homicídio.

TABELA 11
Inquéritos segundo a natureza dos crimes em dois períodos

Crimes	1893-1895		1921-1923	
	Número	%	Número	%
Sangue	554	(59,9)	1 203	(50,5)
Propriedade	264	(28,6)	424	(17,9)
Fraude	79	(8,5)	213	(8,9)
Sexo	28	(3,0)	541	(22,7)
Total	825	(100,0)	2 381	(100,0)

Fonte: RSJCP.

com os dados de prisões abrangendo todas as infrações penais. A inclinação imediata para dar conta deste avanço consiste em vinculá-lo à urbanização, na linha do argumento sustentado por vários autores. Louis Chevalier afirma vagamente que a civilização urbana é erótica, "por desenvolver de um lado as necessidades sexuais e por receber, de outro, um estímulo da sexualidade que se reflete nas esferas econômica, social e cultural".¹⁷ Com maior precisão, Edward Shorter procurou mostrar como na Europa ocidental, a partir do século XVIII, o fenômeno urbano provocou concomitantemente a maior liberação e a menor responsabilidade sexual, tomando como base a taxa de gravidez pré-matrimônio das "noivas urbanas" e de nascimento de filhos sem pai em algumas cidades francesas. Ele liga a maior irresponsabilidade sexual nas grandes cidades ao afrouxamento do controle social. Esquemmatizando suas afirmativas, a grande cidade tenderia a favorecer o contato entre estranhos em várias situações, como os encontros solitários ou as festas públicas, onde, segundo a descrição dos contemporâneos, "a ordem moral entrava em colapso". Em contraste, a pequena comunidade podia controlar com maior rigor os passos de seus membros mais jovens, seja no lazer coletivo, seja através dos namoros oficiais previamente arranjados pelas famílias.¹⁸

¹⁷ Chevalier, *op. cit.*, p. 21.

¹⁸ Edward Shorter, *The making of the modern family*, 1977, pp. 137-138.

Voltando a São Paulo, caberia indagar até que ponto os números, já de si limitados no tempo, refletiriam apenas maior procura das autoridades policiais por parte das ofendidas e suas famílias para o registro de ofensas sexuais, sem que isto representasse um efetivo aumento de incidência dessas ofensas. No terreno da correlação entre vida urbana e crime sexual, pelo menos duas sugestões são significativas: 1º) não há na cidade de São Paulo um automatismo entre o simples crescimento populacional e o registro de delitos sexuais, pois a maior representatividade destes só se torna clara a partir de 1918; 2º) há indícios de que também no interior do Estado ocorre a tendência à maior representatividade, sendo impossível afirmar porém se isto se deve às cidades maiores.¹⁹

Como os indícios referentes ao Interior são bastante frágeis, deixo de lado a hipótese de um movimento geral de crescimento de queixas por delito sexual, em razão de fatores que categorias como “rural” e “urbano” pouco teriam a ver. De qualquer modo, vale a pena notar que o interior brasileiro — tão diverso em suas várias regiões — é obviamente bem distinto da comunidade européia referida por Shorter.

No caso específico da cidade de São Paulo, minha hipótese é de que o crescimento do registro de crimes sexuais reflete dois fenômenos não excludentes. De um lado, um crescimento real — sobretudo do defloramento (hoje denominado sedução) — decorrente da maior liberdade relativa dos jovens, na linha do argumento desenvolvido por Shorter. De outro, uma alteração do papel da instituição familiar e das relações entre as esferas do público e do privado. Não se trata ainda da profunda transformação dos costumes que levaria à quase obsolescência dos crimes de sedução. Pelo contrário, as queixas crescem, indicando que a “honra” continua a ser um bem precioso, cuja perda deve ser objeto de algum tipo de reparação. Mas, a quebra da norma conduz ao maior apelo à intervenção do Estado, sugerindo uma crescente dificuldade de dar solução aos problemas decorrentes da ofensa à honra na

¹⁹ Em 1911, os crimes sexuais corresponderam a 5,7% dos inquéritos, discriminados segundo a natureza da infração penal, na cidade de São Paulo; infelizmente, as informações seguintes se referem a 1918 e 1920, quando corresponderam a pouco mais de 22%. Quanto ao Interior, a porcentagem de crimes sexuais foi de apenas 0,7% em 1907, alcançando 14,4% em 1918, ano seguinte para o qual há dados.

esfera privada. Por certo, não é apenas a urbanização, tomada em sentido genérico, a responsável pela alteração. Criticando este ponto de vista, Barbara Weinstein observou que a transição para a vida urbana não cria automaticamente novas atitudes em direção à esfera pública. Lembra o exemplo dos italianos do sul nas cidades americanas, que criaram comunidades homogêneas fortemente unidas e mantiveram com algum sucesso elementos da estrutura da autoridade informal.²⁰ Mas, nas condições de vida de uma grande cidade e em face da crescente inserção dos estratos imigrantes em seu meio — como é o caso sobretudo dos italianos de São Paulo — é razoável supor o crescente apelo ao longo dos anos às instituições públicas, quando eram impossíveis ou fracassavam as tentativas de arranjo na esfera privada. Como veremos adiante, esta observação se compatibiliza com os indícios de restrição do papel da família em outras situações, como “grupo de vingança” ou coletivo mobilizado nas agressões físicas. É possível sugerir ainda, embora meus dados não permitam discriminar a respeito, que os “amores ilícitos” ocorressem cada vez mais entre “estranhos”, impossibilitando a conciliação através da família ou mesmo através da autoridade policial.

Se na distribuição das prisões segundo a natureza dos delitos os crimes contra a propriedade são dominantes, o mesmo não ocorre quando se toma por base os inquéritos. Por eles se verifica que, no campo da responsabilização penal, os delitos de sangue — representados em sua esmagadora maioria pelos ferimentos — figuram em primeiro lugar (Tabela 12).

Uma comparação com anos mais recentes é bastante elucidativa (Tabela 13).

A aparente proximidade da proporção de crimes de sangue nos dois períodos se revela enganosa, quando é excluída a avalanche contemporânea dos acidentes de trânsito. Verifica-se então que no confronto entre os três delitos os crimes contra a propriedade não mantiveram a tendência à queda, assu-

²⁰ Trata-se do comentário de Barbara Weinstein ao meu texto “Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1880-1924)”, em Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, 1983, p. 222. A hipótese da maior frequência de relações sexuais “ilícitas” entre estranhos, linhas adiante, me foi sugerida por Weinstein.

TABELA 12
Inquéritos segundo a natureza dos crimes, 1893-1923¹

Crimes	Número	%
Sangue	5 941	(66,0)
Propriedade	1 220	(13,6)
Fraude	744	(8,3)
Sexo	1 086	(12,1)
Total	9 000	(100,0)

Fonte: RSJCP.

¹ Refere-se aos anos 1893-1895; 1902; 1905-1907; 1911; 1918; 1920-1923.

TABELA 13
Inquéritos segundo a natureza dos delitos em dois períodos

Delitos	1893-1923 (%)	1980-1981 ¹ (%)	1980-1981 ² (%)
Sangue	66,0	61,3	44,3
Propriedade ³	21,9	36,2	52,2
Sexo ⁴	12,1	2,5	3,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: RSJCP e Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1981.

¹ Figuram todos os crimes contra a pessoa, inclusive os acidentes de trânsito.

² Excluídos acidentes de trânsito. A exclusão é estimada em 50% a partir dos dados de ocorrências policiais por não haver a especificação quando se trata de inquéritos.

³ Crimes contra o patrimônio na denominação do Código Penal de 1941. Estão aglutinadas as rubricas "propriedade" e "fraude", separadas nos dados de 1893-1923.

⁴ Crimes contra os costumes na denominação técnica.

mindando pelo contrário uma posição de dominância (52,2%). Esta evolução é compatível com os estudos sobre criminalidade de que associam os crimes contra a propriedade e as fraudes com as grandes cidades modernas, considerando a predominância dos crimes de sangue uma característica da chamada sociedade tradicional.

No que diz respeito aos crimes sexuais, também não se manteve a mencionada tendência à sua ascensão. Isto não quer dizer que não possam ter efetivamente crescido mesmo em números relativos. Aí se deve ter em conta sobretudo o problema do não registro de estupros. De qualquer forma, a menor incidência proporcional registrada tem certamente a ver com a obsolescência do crime de defloração.

A discriminação pela cor

A propósito de morte de mulher lavadeira, pelo marido cozinheiro, que se suicida:

“O casal, apesar de sua modéstia e da cor, pois tanto o marido como a mulher eram de cor preta, era estimado no lugar, visto como trabalhavam e viviam a vida honesta do trabalho (*O Comércio de São Paulo*, 1912).

A propósito de uma briga, em gafeira, entre valentões, da qual resulta morte:

“Terencio Nogueira, morador à rua do Hipódromo 363, é um destes mulatos de gafeira alisada e cosmético, de violão e faca, que são o terror dos que precisam de descanso à noite e dos que têm fumaças de valentões (*O Comércio de São Paulo*, 2.1.1915).

Relato de um crime de morte:

Título:

“Empolgante cena de sangue — Paixão Desvairada — Um preto retinto e uma rapariga branca, empolgados por uma paixão desordenada cometem uma série de desatinos — Assassinato e suicídio”

Notícia:

“Um preto retinto, latagão dos seus 25 anos de idade, deixando-se empolgar pela paixão desordenada de uma rapariga branca, moderna Desdemona, para ele de apreciáveis requisitos físicos, leva a sua desorientação ao extremo de

assassiná-la a golpes de punhal, pondo termo em seguida à própria existência atribulada pelo ciúme". (*Correio Paulista*, 27.9.1921).

As informações referentes às pessoas presas na cidade entre 1904 e 1916 mostram que negros e mulatos são presos em proporção mais de duas vezes superior à parcela que representam na população global da cidade.²¹ Constituem em média 28,5% do total de presos (Tabela 14), enquanto representariam em torno de 10% dos habitantes de São Paulo, no mesmo período.²²

Note-se que, dada a sua composição, a população de cor tinha características menos criminosas do que outros grupos, por ser formada em maior proporção por mulheres.²³ Chama a atenção o maior número de negros do que de mulatos presos, em uma relação inversa à encontrada na população global. Aqui, é possível especular com duas alternativas: o efetivo maior cometimento de infrações por negros e/ou a maior discriminação destes; a possível tendência das autori-

TABELA 14
Prisões segundo a cor, 1904-1916

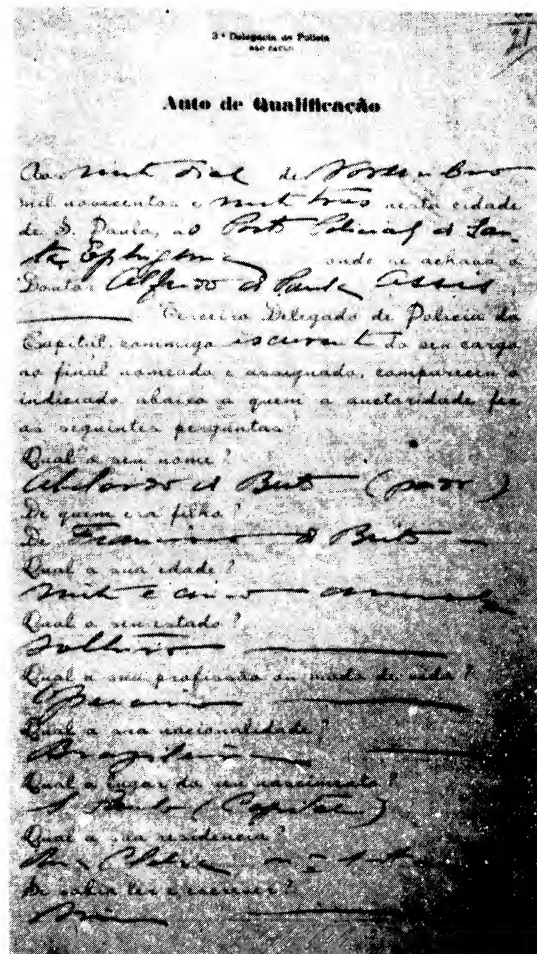
Períodos	Brancos	Pretos	Mulatos
1904-1908	69,6	17,4	13,0
1908-1912	70,8	18,0	11,2
1912-1916	74,0	14,8	11,2
Média geral	71,5	11,8	16,7

Fonte: RSJCP.

²¹ Parto do princípio de que "branco", "mulato", "negro" expressam biologicamente apenas matizes de cor da pele.

²² A porcentagem de negros e mulatos na população baseia-se nas estimativas de Florestan Fernandes, com todas as cautelas que o autor aponta. Negros e mulatos seriam no mínimo 11% da população em 1910 e 9% em 1920. Ver Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 1965, p. 78. Pelos censos de 1890 e 1893, negros e mulatos constituíram respectivamente 16,7% (6,8% de negros e 9,9% de mulatos) e 11,2% (4,6% de negros e 6,6% de mulatos) da população da cidade.

²³ Segundo o censo de 1893, os homens constituíram 54,5% da população branca da cidade e apenas 43% das pessoas de cor.



Auto de qualificação sem menção de cor impressa, onde o escrivão acrescentou a palavra pardo. Desfloramento, 1923.

dades policiais de considerar “negro” o preso “não branco”, como uma forma de estigmatizá-lo.

Os dados repõem enfaticamente um problema: o maior número relativo de prisões de um determinado grupo social representaria sua maior propensão a cometer infrações, um viés discriminatório das autoridades ou ambas as coisas? No caso da população de cor, há boas razões para se concluir pela última hipótese. Não há nada de surpreendente no fato de que negros e mulatos contribuam com um maior peso proporcional de detenções quando se tem em conta, de um lado, o caráter contravencional da maioria destas e, de outro, a situação de marginalidade ou subemprego a que foi confinada a população negra — sobretudo a masculina — após a Abolição.²⁴ Por sua vez, não há dúvida de que uma discriminação avassaladora foi também responsável por estes números.

No âmbito dos processos penais, a estigmatização da cor se desenha nítida ao longo dos anos. Em 1892, um delegado de polícia descreveria uma jovem de 20 anos, acusada de furto, segundo os padrões do mercado de escravos: “Trata-se de uma preta, de estatura regular, cabelos encarapinhados, olhos grandes, bons dentes, lábios grossos”. Simples vestígio de um velho hábito ainda existente nos anos imediatamente posteriores à Abolição, em vias de desaparecer? Nada indica isto. Mais de 30 anos após (1924), uma testemunha assim descreveria a perseguição de um presumível ladrão pelas ruas da cidade:

“Viu o referido preto por-se em fuga correndo, perseguido por pessoas da loja e populares aos gritos de ‘pega’, ‘pega ladrão’; que, ciente do que se tratava, pois o referido preto havia subtraído diversas peças ou cortes de fazendas de seda da loja da rua das Palmeiras, o declarante pôs-se ao seu encalço, e, na esquina das ruas Helvetia e São João, viu dito preto jogar por terra um embrulho contendo as fazendas”.

Esta descrição é um exemplo da técnica mais comum, consistente em martelar a referência à cor, por vezes acompanhada de um diminutivo depreciativo:

“Um conhecido da depoente, que se encontrava no bar, disse que o pretinho podia levar a motocicleta para lá; que o dito pretinho aceitou a oferta...; que a depoente não desconfiou de coisa alguma, pois o pretinho falava com naturalidade; que dias depois soube que a tal motocicleta o pretinho a havia roubado...; que a depoente conhecia de vista esse pretinho, sabendo só agora que ele pratica furtos” (1913).

Freqüentemente, a alusão depreciativa à cor aparece na boca de testemunhas que são elas próprias negras ou mulatas. Aqui é possível entrever não apenas o dedo racista de um escrevente de polícia mas algo mais grave, ou seja, a interiorização do preconceito por pessoas do grupo discriminado.

O racismo de autoridades policiais está presente em transcrições de depoimentos, nos relatórios de delegados, rompendo-se em certos casos critérios classificatórios prévios.²⁵ Assim, a menção “cor” não consta em regra das folhas de qualificação dos indiciados com indicações impressas (nome, idade, profissão etc.) e espaços em branco correspondentes, a serem preenchidos. Não obstante, o qualificativo “negro”, “pardo” é às vezes introduzido a tinta, em letras bem nítidas, na margem das páginas.

Seria equivocado porém vincular o racismo apenas ao aparelho policial. Por exemplo, a convivência “irregular” (de longa data) com uma mulher negra é considerada por dois médicos do Hospital do Juqueri um elemento integrativo do quadro mórbido de um operário italiano acusado de homicídio e tido por eles como parafrênico e pois irresponsável (ver texto 3).

Na consciência coletiva, estão profundamente arraigadas as associações entre o negro e o ócio, a violência, a permissividade sexual. O pórtico destas páginas é apenas um exemplo de como isto se reflete na imprensa. Ser negro é um atributo negativo conferido pela natureza que só se desfaz parcial e excepcionalmente pela demonstração de características positivas: o devotamento ao trabalho, a fidelidade a algum branco protetor, a humildade etc. Testemunhas de defesa em crimes de defloração de moça branca empregam

²⁴ Florestan Fernandes mostrou as incertezas do trabalho do negro e a explicável “opção” pela “vadiagem”, o furto ou a prostituição. Ver Florestan Fernandes, *op. cit.*, pp. 110-111.

²⁵ “O mulato Silvândino de Paula é conhecido como vadio e ladrão, prego várias vezes em São Paulo, Jundiaí e Santos, tendo sido expulso da Força Pública como indigno” (Relatório do delegado — Furto — 1922).

como um dos elementos de estratégia poluidora da vítima a referência à sua “amizade com pretos”, “ter-se abrigado na casa de uma preta”; pequenos comerciantes, acusados de receptação, tratam de demonstrar sua inocência a partir da figura do vendedor, acompanhada do qualificativo conveniente (rapaz branco, de boa aparência), ou justificando a credibilidade deste, não obstante a cor, por outros sinais: um ourives acusado de comprar jóias furtadas trata de escusar-se dizendo que o vendedor era “preto, mas bem apessoado, trazendo terno azul”. Os exemplos poderiam se multiplicar, alcançando não apenas membros da burocracia policial, médicos, comerciantes, mas todos os estratos da população. Um trabalhador braçal branco, analfabeto, acusado da prática de homicídio, interrogado pelo juiz acerca de um crime anterior, diz que “cumpria pena anteriormente por ter matado em Santos um preto que o agredira”.

Em que medida o maior número proporcional de prisões de gente de pele escura se ajusta às informações sobre responsabilização penal? Como os relatórios oficiais não fazem o cruzamento dos tipos de infração com a cor da pele, só é possível utilizar os dados extraídos dos processos por mim pesquisados, abrangendo apenas três figuras penais, com os limites apontados no Apêndice. As afirmações feitas neste passo não podem ser tidas portanto como conclusões, mas como hipóteses sugestivas, com alguma base comprobatória.

A porcentagem de pretos e mulatos (cerca de 12%), tomando-se em conjunto as três infrações estudadas, está muito próxima do que se presume ser a proporção da população global de cor. Considerando-se a distribuição das cores pelas três infrações, é clara a concentração de pretos e mulatos em furtos e roubos, enquanto os brancos se concentram mais do que os indiciados de cor nos homicídios e, sobretudo, nos crimes sexuais (Tabela 15).

Passando ao campo das vítimas, chama a atenção a presença de uma só vítima negra e apenas um mulato, vítima de furto. Estes dados são indicativos de duas coisas de ordem diversa: a pobreza vigente no meio negro, o que não quer dizer que “pobres não roubem pobres”; a relutância em recorrer às autoridades policiais.

As informações lançam dúvidas acerca da agressividade da população de cor e permitem discutir, em grandes linhas, a questão da sexualidade no meio negro. Começo expressando

TABELA 15
Processos penais – Indiciados segundo a cor e o tipo de delito, 1880-1924

Tipo de delito	Cor		
	Branços (%)	Pretos (%)	Mulatos (%)
Homicídios	26,1	18,5	22,0
Furtos/roubos	46,2	64,6	58,0
Sexuais	27,7	16,9	20,0
Total	100,0 (773)	100,0 (65)	100,0 (50)

Fonte: ATJESP.

Obs.: Não há dados de 141 indiciados.

TABELA 16
Processos penais – Vítimas segundo a cor e a natureza do delito, 1880-1924

Tipo de delito	Cor		
	Branços (%)	Pretos (%)	Mulatos (%)
Homicídios	27,9	(15)	(18)
Furtos/roubos	39,4	—	(1)
Sexuais	32,7	(16)	(23)
Total	100,0 (639)		

Fonte: ATJESP.

Obs.: Não há dados de 98 vítimas.

meu ponto de vista de que, estereótipos de tipo naturalista à parte (o famoso “sangue quente” por exemplo), a expressão corporal era mais livre na “sociedade de cor”. Florestan Fernandes mostrou como o corpo e a atividade erótica, possivelmente a partir das tradições africanas, representaram (e em certa medida ainda representam) uma fonte de prazer, de auto-afirmação, de competição por prestígio e de realização. Uma fonte vital para um setor da sociedade desprovido de ga-

rantias sociais, expelido dos centros mais atrativos do crescimento econômico e da atividade cultural de prestígio.²⁶ Seria porém apressado concluir disto que a iniciação sexual das meninas fora do casamento constituísse um acontecimento corriqueiro, sem dar margem a uma crise pessoal e familiar. Ao analisar o que considera o caráter “sociopático” da família negra — uma definição sujeita hoje a muitas críticas — Fernandes afirma que “a maior parte da ‘população de cor’ não estava plenamente envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas na esfera axiológica básica da cultura da sociedade inclusiva”.²⁷ Entretanto, os vários exemplos de seu livro clássico chocam-se com este argumento, indicando como a questão da honra das filhas é um problema e uma das obsessões do grupo familiar negro. Também não se compatibilizam com o argumento as referências ao comportamento dos jovens negros: a recusa em casar-se com moças da mesma cor após terem-nas “infelicitado”, pois a aceitação do ato sexual era prova da frivolidade das parceiras; a relutância em “ficar com o resto dos outros”, casando-se com mulher já deflorada etc. Sem pretender negar a existência de peculiaridades no meio negro, é significativo observar a semelhança deste comportamento com o de rapazes brancos, como veremos mais adiante. Ele não é específico dos grupos de cor, mas produto das concepções enraizadas em todas as camadas da sociedade. Antes de constituir uma prova de desvalorização social da virgindade entre a gente de cor, ou de um traço “extremamente sociopático”, os exemplos sugerem o contrário: a valorização na “sociedade negra” de padrões vigentes na sociedade em geral, onde se incluem a virgindade e o casamento, se possível com todo seu envoltório formal. Em que medida estes ideais tinham condições de ser alcançados é outra questão.

Voltando aos números restritos da pesquisa, penso que o reduzido registro proporcional de crimes sexuais praticados por negros ou mulatos — e se trata nas condições da época esmagadoramente de deflorescimentos — não se deve a uma concepção essencialmente diversa de honra no meio negro mas a outros fatores. Dentre eles, avulta a resistência em recorrer à autoridade policial por parte de um segmento da

população tão discriminado cujas figuras femininas, agora sim, sob a ótica da elite, não tinham honra a preservar.²⁸

Por outro lado, a disparidade entre prisões e processos penais, tendo-se em conta o caráter predominantemente contravencional das primeiras, torna patente como negros e mulatos menos do que criminosos eram “gente suspeita”, objeto de um controle social específico.

Imigração e criminalidade

Entre 1894 e 1916, com as lacunas indicadas na Tabela 17, foram presas em São Paulo 165218 pessoas, sendo 55,5% dos presos estrangeiros e 44,5% nacionais (Tabela 17).

TABELA 17
Prisões segundo a nacionalidade, 1894-1916¹

Nacionalidades	Brasileiros (%)	Estrangeiros (%)
Italianos		31,9
Portugueses		10,5
Espanhóis		5,1
Outros		8,0
Total	44,5	55,5

Fonte: RSJCP.

¹ Faltam dados para os anos 1896-1899; 1901; 1903 e 1909.

A comparação com a população global da cidade no período não é fácil, pois as lacunas de dados ano a ano se tornam mais sérias quando se sabe que houve uma enorme alteração na distribuição das nacionalidades, em espaço de tempo relativamente curto. Como já indiquei antes, os estrangeiros constituíam 55% da população da cidade em 1893 e apenas

²⁸ Ao analisar os “Uniform crime reports” do FBI para 1973, Susan Brownmiller, em *Against our will. Men, women and rape*, observa a pequena incidência proporcional de estupros praticados por negros, sugerindo que isto pode ser devido à menor propensão à comunicação do fato à autoridade policial e à menor inclinação desta a levar o caso adiante.

²⁶ Florestan Fernandes, p. 115.

²⁷ Florestan Fernandes, p. 156.

36% em 1920. É preciso além disto lembrar o fato de que a população estrangeira tinha “características criminosas” mais acentuadas, por ser constituída majoritariamente de homens, ao que se presume adultos e jovens, embora as diferenças fossem se reduzindo ao longo do tempo. Em 1893, os homens correspondiam a 47,8% dos nacionais e 58,9% dos estrangeiros; em 1920, as percentagens eram respectivamente de 49,3% e 53,5%. Parece, pois, que a média em torno de 55% de presos estrangeiros não é desproporcional ao conjunto da população. Entretanto, o quadro se modifica se considerarmos apenas os anos iniciais do período pesquisado, caracterizado pela imigração em massa. Há indícios de que as prisões de estrangeiros se alteram, sendo maiores do que a proporção destes na população global, mesmo levando-se em conta a composição da população em termos de sexo e idade. Considerados apenas os anos 1894, 1895, 1900 e 1902, os estrangeiros presos representam 66,1% do total e os nacionais 33,9%. As informações do Censo de 1893 mostram que a população estrangeira masculina correspondia a 58,8% de toda a população masculina. Se admitirmos a hipótese de que mulheres nacionais e estrangeiras foram presas na mesma proporção, chega-se à conclusão de que a proporção de presos estrangeiros é superior à percentagem de estrangeiros na população global, tanto mais que entre 1893 e 1902 a percentagem de estrangeiros na cidade tendeu a cair.

Até que ponto o maior número proporcional de prisões de estrangeiros no período de imigração em massa representaria maior propensão a cometer infrações, um viés discriminatório das autoridades ou ambas as coisas? A resposta não pode ser tão conclusiva como no caso da população de cor.

Tomada em suas grandes linhas, a imigração estrangeira para o Estado de São Paulo pode ser vista como uma *success story* não só e principalmente do ponto de vista da elite que a promoveu, mas também do ângulo dos imigrantes. Congelando em uma frase uma rica discussão ainda em aberto, há boas razões para se acreditar que eles alcançaram ao longo dos anos um relativo êxito na zona rural.²⁹ No que diz respei-

²⁹ Ver especialmente, Thomas H. Holloway, *Immigrants on the land. Coffee and society in São Paulo, 1886-1934*, 1980. Um ponto de vista oposto se encontra em Michael M. Hall, “The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914”, 1969. Como bem observa Joseph L. Love (*São Paulo in the*

to ao meio urbano e à cidade de São Paulo em particular, as oportunidades foram maiores. Como observou Fernando H. Cardoso, o projeto de ascender através do esforço individual — típico do imigrante — tinha algumas possibilidades de realizar-se, pois o “sistema industrial” do país era ainda sobretudo um “sistema artesanal” que começava a diversificar-se. De posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada, tornava-se viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades.³⁰

Mas, a constatação válida quando feita “em grandes linhas”, ou “a longo prazo” precisa ser matizada. Muitos contingentes de imigrantes aqui chegaram pobres nas últimas décadas do século XIX e continuaram pobres para sempre. Há mesmo quem estabeleça uma correlação entre o período de greves dos anos 1917-1920 e a frustração da expectativa de ascenso social da massa de trabalhadores estrangeiros.³¹ Afora isso, o final relativamente feliz de uma história não pode eliminar os primeiros capítulos, caracterizados por uma sequência de violências, por muitas dificuldades materiais e psicológicas. O transplante para a nova terra, em grau variável de acordo com a classe ou a biografia pessoal, representou um árduo esforço de adaptação e de luta, na busca de “fazer a América” no menor prazo de tempo possível. Não por acaso, a perspectiva que embala o imigrante do período não é a da permanência no “país dos macacos”, mas do retorno à terra de origem.

Estabelecer uma correlação entre as dificuldades e as tensões experimentadas pelos imigrantes e a maior propensão a cometer delitos não é simples. Tendo em conta as informações esparsas que cruzam prisões segundo o tipo de delito e a

Brazilian Federation, 1889-1937), a disparidade de conclusões explica-se em parte pela diferença cronológica, pois o estudo de Hall termina em 1914 e o de Holloway em 1934, depois da crise do café e do desmembramento de muitas grandes fazendas. Love acredita que a “taxa de êxito” dos imigrantes, calculada em termos de propriedade da terra, não passou de um em oito na primeira geração.

³⁰ Fernando Henrique Cardoso, “Proletariado no Brasil: situação e comportamento social”, em *Mudanças sociais na América Latina* (1969).

³¹ Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, 1979, p. 57.

nacionalidade, é lícito sugerir a maior propensão dos estrangeiros a incidir em infrações que expressam formas de evasão do cotidiano (desordens, embriaguez) e a menor propensão em incidir em infrações ofensivas “à lei suprema do trabalho” (vadiagem, “gatunagem”), sugestão bastante compatível com o projeto do imigrante e as circunstâncias de sua inserção na nova terra. Ao mesmo tempo, as informações referentes aos processos penais sugerem que a responsabilização criminal dos estrangeiros não segue a mesma tendência da população de cor. A distribuição percentual dos estrangeiros por homicídios e furtos/roubos é superior à das prisões em geral e um pouco inferior no caso dos crimes sexuais, com a ressalva de que a comparação lida com períodos aproximados mas não coincidentes (Tabela 18).

TABELA 18
Indiciados segundo a nacionalidade, 1880-1924

Tipos de delitos	Estrangeiros					Brasileiros	Total geral
	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outros	Total estrangeiros		
Homicídios	40,7	11,1	5,9	3,5	61,3	38,7	100,0 (253)
Furtos/roubos	30,0	12,2	6,3	11,8	60,3	39,7	100,0 (493)
Sexuais	25,3	16,5	2,3	5,1	51,2	48,8	100,0 (254)

Fonte: ATJESP. Não há dados de 29 indiciados.

Do ponto de vista das características pessoais, é preciso distinguir entre a população em geral e o universo mais restrito dos indiciados em inquéritos, composto de uma gente marginalizada — meninos à procura de melhor destino, marinheiros errantes, pequenos delinquentes, ladrões profissionais, todos lançados na grande aventura do mundo. Personagens às vezes enigmáticos como o jovem Hugo Petrovitch Spritmann, acusado em 1884 do roubo de objetos religiosos, após arrombar uma igreja da Rua do Seminário. Em suas longas declarações, Hugo afirma ter 17 anos, ser natural de Odessa e ter resolvido fugir da casa dos pais engajando-se como marinheiro. Não suportou porém os rigores da vida de bordo e resolveu desembarcar em Santos. Veio para São Paulo, vendeu alguns bens que trazia, ficando completamente à míngua. Nessa situação, encontrou dois rapazes que lhe propuseram roubar a igreja. Estava meio tonto por ter bebido um pouco com o estômago vazio e isto levou-o a aceitar

uma oferta que parecia ser a única forma de sair da miséria. O juiz que o interroga refere-se a ele como “inteligente, revelando ser filho de família bem educada, capaz de expressar-se em nossa língua com facilidade”. Absolvido pelo júri, Hugo teve mais sorte do que João Olivardi ou João Oblac, um rapaz de olhos mansos, 22 anos, austriaco de Trieste, condenado a cinco anos de prisão em 1896, pelo roubo de jóias e algum dinheiro da casa de uma condessa, na Rua Dona Veridiana, onde penetrara por uma janela aberta. Sua história é a história de uma entre tantas “golondrinas da marginalidade”, impulsionadas em seus vãos pela pressão policial. Retratado pela polícia de São Paulo como gatuno em 1892 e 1893, Olivardi foi deportado para a Europa. Aí viveu por cerca de dois anos, tendo trabalhado em Paris. Regressou ao Brasil e foi logo preso, julgado e absolvido pelo júri, por ter desfechado um tiro em um delegado de polícia sem atingi-lo. Ao ser preso em flagrante, traça um quadro triste que se banalizou à força de se repetir em tantos e tantos casos pelos anos afora: saiu da cadeia há dois meses, dorme em qualquer canto, não arranja emprego e roubou por necessidade, “pois de seu só tem a roupa do corpo”.

Enquanto a correlação discriminatória entre criminalidade e população de cor constitui um elemento permanente ao longo de todo o período abrangido pela pesquisa, a correlação criminalidade-estrangeiro é conjuntural. Concentra-se no período da imigração em massa, deixando marcas nos relatórios oficiais e nas notícias de alguns jornais. Em 1880, no relatório encaminhado ao presidente da Província, diria o chefe de Polícia que o crescente número de atentados contra a segurança e a propriedade se deve “à grande corrente de imigração de italianos que, em sua máxima parte, não vem para esta província exercer uma indústria útil, uma profissão lícita, andando sempre armados de revólveres e punhais”.³² Anos mais tarde, partindo de um pressuposto fisiocrático, o diretor da Repartição de Estatística seria mais específico. Após distinguir entre os agricultores e os imigrantes “que se espalharam pelas cidades e vilas do Estado, tornando-se consumidores em vez de produtores e contribuindo muito para a

³² Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto de Pádua Fleury — Ano de 1880, São Paulo, 1881.

careza de vida", concluiria: "E desta classe que saem os individuos, que enchem a crônica da policia, a ponto de elevar a criminalidade entre os estrangeiros a 73,6% dos crimes cometidos nesta Capital. Na lista dos crimes, até os *castens* e anarquistas, importados a tanto por cabeça à custa do tesouro público, figuram com 16 e 19 delinquentes!!".³³

Por esta época, não é raro encontrar nos processos judiciais a referência à nacionalidade acompanhada de signos discriminatórios: o sublinhado, as letras maiúsculas etc. É justo porém matizar este quadro, pois vozes discordantes também se manifestaram. Em 1886, o presidente da Província de São Paulo criticava a tese de que "a imigração provocou agitações sociais e aumento relativo significativo da criminalidade. Quando muito nota-se um acréscimo de delitos de caráter policial nas cidades maiores, onde a população não está sujeita aos árduos labores do campo".³⁴

Não é fácil distinguir, no campo das arbitrariedades policiais, o que era um padrão geral de comportamento com relação às classes dominadas e o que era um viés discriminatório contra os imigrantes. Bem ou mal, estes contaram com canais de expressão específicos para denunciar violências. Jornais de colônia, autoridades consulares criticaram os métodos da policia brasileira, consistente entre outras coisas no espancamento de presos como prática habitual.³⁵ O protesto dos imigrantes não se limitou aliás às colunas da imprensa ou às reservadas notas diplomáticas, gerando também manifestações coletivas. Em julho de 1892, convocado através de panfletos redigidos em italiano, realizou-se um comício de estrangeiros contra a prepotência policial, que terminou em choques com a policia.³⁶ Menos de um ano após, quando o subdelegado do Brás esbordoou membros já então proeminentes da colônia

³³ Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Mota Jr., Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894, Rio de Janeiro, 1894, pp. 121-122.

³⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886, São Paulo, 1886.

³⁵ Ver Paulo Sergio Pinheiro, "Violência do Estado e classes populares", *Dados*, 1979.

³⁶ Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Justiça de São Paulo Manoel Pessoa de Siqueira Campos, em 31 de março de 1893, Rio de Janeiro, 1893.

italiana — os irmãos Falchi — centenas de pessoas solidarizaram-se com os "ilustres comerciantes" em matéria paga de página inteira, publicada em *O Estado de S. Paulo*.³⁷ Explosões mais espontâneas aparecem aqui e ali: tentativa de ataque a um posto policial da Vila Mariana, por italianos revoltados pela morte de um compatriota nas mãos de um soldado que efetuava a sua prisão; tumulto no Bom Retiro, motivado pela prisão e espancamento de um italiano.³⁸ Ressalvo que seria forçar a nota imaginar o quadro de uma população estrangeira inermes, vítima indefesa da violência das autoridades. A discriminação opera em um campo de forças mais complexo, alimentada às vezes pelo comportamento tido como insólito dos discriminados assim como pela existência de vítimas entre membros da policia.³⁹ Os atritos e as críticas não significam que o mundo dos imigrantes e as instituições policial e judiciária representassem dois campos inteiramente estranhos e hostis. Não obstante as restrições, os imigrantes souberam utilizar-se de instrumentos diversos para influir na máquina da justiça, com o propósito de defender amigos e contrários ou de perseguir adversários. Não faltam exemplos — de acordo com as condições materiais ou as circunstâncias de cada caso —, da arrecadação de dinheiro para contratar advogados, da capacidade de obter o patrocínio gratuito ou a preço mais baixo de um advogado ilustre, de pressões de testemunhas para que deponham deste ou daquele modo, da utilização da grande imprensa no sentido de influenciar a opinião pública e os membros do júri. Lembro que, dada a escassez de conexões com a elite nacional, a massa de imigrantes não tinha muitas possibilidades de influir na cúpula dos aparelhos repressivos, mas isto era um traço comum à população pobre em geral.

No plano correlato do grau de colaboração com a policia, as atitudes variam, havendo indícios de uma recusa em

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 4.4.1893.

³⁸ *A Nação*, 7.1.1898; *O Comércio de São Paulo*, 14.3.1907. *A Nação* é um jornal do Partido Republicano Federal, em oposição ao governo do Estado, que acusa as autoridades de discriminar a colônia italiana.

³⁹ Nos últimos anos do século, os jornais estão cheios de queixas contra tiros, obscenidades, algazarras pelas quais são responsabilizados estrangeiros dos cortiços. O *Diário Popular*, de 11.2.1891, narra a morte de um guarda, vítima de italianos que mandara dispersar por estarem fazendo algazarra na rua Barão de Itapetininga.

assumir posições, seja por medo, seja por lealdades de grupo. Um caso curioso, onde se combinam atitudes diversas, é o do roubo de uma casa comercial, no centro da cidade, em 1880, cujo principal suspeito é um "italiano ruivo, meio manco, morador à rua de São José". A polícia prende vários italianos e começa a ouvir outros como testemunhas. Alguns não têm dúvidas em fazer acusações abertas enquanto outros se esquivam. Um dos acusadores diz que, ao sair da delegacia, uma testemunha lhe disse nada ter dito e que "a polícia ia ter um osso duro de roer porque nem ele nem outros patrícios conhecidos de ladrões italianos iriam revelar nada, com medo de represálias". Segundo alguns policiais, muitos italianos aceitavam dar informações mas se recusavam a vir à polícia, pela mesma razão. Vários anos depois, a imprensa se referiria à dificuldade em apurar um homicídio praticado entre sírios, "pois estes se fecham diante da polícia".⁴⁰

Em outra ordem de indagação, até que ponto crimes praticados por imigrantes revelam a força de um padrão cultural cujas raízes se encontram na terra de origem? A pergunta se insere na questão mais ampla referente ao grau de desenraizamento ou da adaptação dos imigrantes europeus que se dirigiram para a América nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos deste século. Simplifico aqui argumentos opostos. Oscar Handlin sustentou há anos o caráter traumático da experiência imigratória, em razão do corte dos laços de solidariedade existentes nas aldeias camponesas da Europa, em fins do século XIX. A partir deste pressuposto, insiste na importância das novas instituições e redes de solidariedade estabelecidas com muito esforço na terra para onde se deslocaram. Em sua crítica a Handlin, concentrada no estudo da imigração dos italianos da Itália meridional para Chicago, Rudolph Vecoli adota posição diametralmente oposta. Após ressaltar que a aldeia camponesa não passa de uma idealização, considera que a experiência do grupo estudado não foi tão desorganizatória como Handlin supõe, ressaltando o significado do transplante de suas formas de convivência social, instituições e valores.⁴¹

⁴⁰ O Comércio de São Paulo, 11.9.1915.

⁴¹ Ver Oscar Handlin, *The Uprooted*, Boston, 1951; Rudolph J. Vecoli, "'Contadini' in Chicago: A Critique of 'The Uprooted'", em *Journal of American History*, 1964, pp. 404-417.

Alguns exemplos mostram a presença do transplante cultural. Nenhum deles é mais expressivo do que a sequência de crimes ocorrida nos anos 1918-1919, batizada pela imprensa de "vendetta dos tripeiros", por envolver italianos ligados ao comércio de carnes no matadouro e mercado de Vila Mariana. Em fevereiro de 1918, Luis Signorelli e seu cunhado Angelo Grecco caminham à noite pelas ruas do bairro, inteiramente despreocupados. Estão bêbados e cantam. Um grupo oculto no escuro lhes dirige a palavra em italiano, presumivelmente para identificá-los. Logo a seguir, ambos são mortos a tiros de espingarda. A polícia encontra dificuldades na apuração dos fatos, pois como diz o delegado encarregado do inquérito, em seu relatório, "tivera de lidar com grupos de tripeiros italianos da Vila Mariana, gente que se guia pelo princípio da 'omertà', segundo o qual devem resolver privadamente seus problemas, sem recorrer às autoridades".⁴² Afinal é acusado como mandante do crime um certo Basile Messano, rival dos mortos no negócio de tripas, e como mandatários três italianos e um brasileiro. Os italianos — vítimas ou acusados — são todos de Castellabate, pequena cidade da Campânia (Itália meridional), o que sugere o transplante não apenas de solidariedade mas de inimizades na vinda para a América. Messano, segundo testemunhas, fora "chefe de quadrilha" na sua região natal por mais de vinte anos. De sua ficha policial na Itália, consta uma tentativa de homicídio mediante emboscada (1897) e uma acusação no ano seguinte por lesões corporais. Homem de posses no Brasil, acusado de ameaçar e subornar testemunhas, livra-se do processo graças a um *habeas corpus* obtido no Tribunal de Justiça. Este desfecho põe em risco a vida do acusado. Ele próprio não tem dúvidas a respeito: em anúncio publicado na imprensa solicita maior proteção policial. Afinal, menos de um ano após a morte de Luis Signorelli, um de seus irmãos abate

⁴² Em suas memórias do Belenzinho dos anos dez, Jacob Penteadado refere-se aos tripeiros que apareciam no bairro de carrocinha, soprando numa buzina feita de chifre de boi. Quase todos de Bari, usavam fartos bigodes e chapéus de abas largas. Falava-se que eram membros de uma espécie de "camorra". Se alguém atacasse um deles, tinha de acertar contas com o resto da "irmandade". Em Vila Mariana e Vila Clementino, sua zona, onde havia um matadouro, ocorreram vários crimes misteriosos, entre patrícios, mas nenhum destes se abriu. Cf. Jacob Penteadado, *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*, São Paulo, 1962, p. 106.

Messano com sete golpes de uma enorme faca de cortar reses. Representante de seu grupo familiar, o criminoso é apoiado por outro irmão, que se lamenta não ter estado presente ao ato para ajudá-lo, e pelas mulheres da família, que lavam as mãos na poça formada com o sangue da vítima. Ele próprio pôde afinal lavar uma cueca ensanguentada do irmão, guardada intacta até o dia da vingança.⁴³

O episódio é extremamente sugestivo por mais de uma razão. Na sua seqüência temporal, transparece uma combinação entre as esferas do público e do privado em que o recurso à segunda resulta do que aos olhos dos agentes constitui uma falha da primeira. Em outras palavras, a não responsabilização do presumível culpado pelo primeiro crime não deixa outro caminho para os irmãos da vítima senão o de “fazer justiça pelas próprias mãos”. Ao mesmo tempo, estão presentes traços de um padrão característico da cultura meridional: a concepção de honra, a solidariedade familiar, o estilo executório — presente aliás em outros delitos, pois o delegado em seu relatório fala de uma dúzia de crimes por emboscada não resolvidos na Vila Mariana —, o simbolismo melodramático.

Entretanto, apesar da expressividade do episódio, seria apressado generalizar. Restringindo-me ao caso de São Paulo, em uma palavra, não se poderia negar nem as dificuldades vividas por força da experiência imigratória — embora os imigrantes não deixassem para trás nenhuma comunidade idílica —, nem a combinação de formas culturais de origem e da nova terra, as quais tinham aliás muitos pontos de contato, quando se tratava de portugueses, italianos ou espanhóis.

O preconceito contra o estrangeiro perdurou por muitos anos (e ainda perdura), em alguns círculos da elite paulista e, sobretudo, da classe média tradicional. Não apenas em São Paulo, mas nacionalmente, emergiu por alguns anos, no período 1917-1921, uma discriminação localizada relativa aos organizadores do movimento operário, através da associação das figuras do “alienígena” e do “agitador”. No terreno da criminalidade, em seu sentido mais genérico, os estrangeiros deixaram de constituir um grupo específico que alguns seto-

res letrados quiseram vincular à prática do crime, como ocorreu por um breve período. Isto se deveu, em grande medida, aos padrões sócio-políticos vigentes em São Paulo e secundariamente às possibilidades abertas de ascensão social, que não incentivaram o surgimento do crime organizado em mãos de estrangeiros, a exemplo do ocorrido nos Estados Unidos.⁴⁴

Sexo e criminalidade

O aparelho policial não representa, sobretudo na época em exame, um instrumento de grande importância para o controle social das mulheres. Os instrumentos básicos são instituições como a família e a escola que veiculam e promovem a interiorização da ideologia masculina dominante. Mas faixas da população feminina são objeto de repressão, como é o caso das prostitutas. Em algumas situações, as normas penais discriminam também as mulheres de forma clara. Comparativamente com o tratamento dado à população de cor, por exemplo, esta discriminação legal é muito mais visível. A não ser em países abertamente racistas, como a África do Sul de nossos dias ou alguns estados americanos até alguns anos atrás, as normas penais não estabelecem diferenças de tratamento ou não caracterizam determinada conduta como criminosa, a partir da cor. No Direito Penal brasileiro, após a abolição da escravatura, é raro encontrar traços discriminatórios no nível normativo, pois a punição dos “capoeiras” representa um caso indireto e excepcional. No tocante às mulheres, elas são o alvo principal de figuras penais que punem a prostituição, o aborto, ou o adultério, não se considerando aqui os preceitos definidores de crimes sexuais, referidos mais adiante. A infidelidade conjugal é um bom exemplo de tratamento assimétrico entre os sexos não apenas no plano dos padrões sociais, o que é arquiconhecido, como na esfera legislativa. O Código Penal de 1890 (art. 279) cominava a pena de

⁴³ O relato se baseia nos processos judiciais e em *O Combate*, de 30.1.1919. José Signorelli foi condenado a 6 anos de prisão por homicídio simples, após dois julgamentos anulados pelo Tribunal de Justiça, que lhe aplicavam penas de 25 e 10 anos de prisão.

⁴⁴ Convém lembrar que o crime organizado nos Estados Unidos não diz respeito apenas aos italianos, mas a outras nacionalidades como irlandeses e judeus contra os quais se articulou, no passado, o preconceito da América tradicional. As razões da implantação deste tipo de criminalidade nos Estados Unidos parece ligada menos às vicissitudes de ascensão social de determinados grupos do que às características do país. Estas viabilizam a operação em larga escala de circuitos ilegais altamente rentáveis assim como propiciaram nos anos vinte a proliferação do crime organizado através da ilegalização de inspiração puritana do consumo de bebidas.

prisão de um a três anos à mulher que cometesse adultério, enquanto o marido só seria punível se tivesse “concubina teúda e manteúda”, ou seja, só quando convertesse o adultério em um estado permanente concomitante com o estado conjugal. Aliás, o tratamento dado ao adultério, cinquenta anos depois, é indicativo de uma alteração de sensibilidade. O art. 240 do Código Penal de 1940 elimina a assimetria e comina para o crime a pena de quinze dias a seis meses de detenção.

A distribuição de prisões segundo o sexo, na cidade de São Paulo, no período 1904-1916, revela que o contingente feminino corresponde em média a 15,1% (Tabela 19), enquanto a população feminina representaria algo em torno de 48% da população total.⁴⁵

O baixo número proporcional de prisões de mulheres — indicio de criminalidade feminina mais reduzida — é compatível com dados de outros países e com o entendimento quase unânime dos criminologistas de que as mulheres cometem menos infrações do que os homens. Há entretanto muitas divergências quanto às razões deste presumível fato, envolvendo teorias mais ou menos sofisticadas, desde os tempos em que Lombroso e Ferrero vinculavam o maior respeito à lei por parte das mulheres a seu inato conservadorismo “cuja causa primária deve ser buscada na imobilidade do óvulo comparado com o zoosperma”.⁴⁶

TABELA 19
Prisões segundo o sexo, 1904-1916

Períodos	Homens	Mulheres
1904-1908	82,7	17,3
1908-1912	84,2	15,8
1912-1916	87,9	12,1
Média geral	84,9	15,1

Fonte: RSJCP.

⁴⁵ Pelos Censos de 1890, 1893 e 1920, as mulheres correspondiam respectivamente a 47,3%; 46,4% e 49,2% da população total.

⁴⁶ Cesare Lombroso e G. Ferrero, *The female offender* (1895). A citação é de Carol Smart, *Women, crime and criminology — A feminist critique*, 1976. O livro de Carol Smart contém uma excelente exposição e crítica das principais teorias criminológicas sobre a criminalidade feminina.

Sem entrar na análise das diferentes teorias, quero indicar brevemente meu ponto de vista de que a questão da incidência e das características da criminalidade feminina deve ter sobretudo um enfoque social, relacionado com a inserção da mulher em determinada sociedade, sendo pelo menos muito problemático vincular a questão a dados da biologia (a menstruação, por exemplo) ou do psiquismo feminino. Há boas razões para se acreditar que a redução da desigualdade entre os sexos, no âmbito da sociedade ocidental, implica a maior presença da mulher não apenas na área do trabalho fora de casa, mas em diferentes campos, entre os quais se inclui a criminalidade. Embora a variação dos padrões de criminalidade feminina seja um fenômeno de longa duração, os anos mais recentes parecem ter determinado modificações bastante significativas. Um indicio da durabilidade destes padrões, para o caso que estou considerando, se encontra no fato de que não há alteração significativa nas proporções de pessoas presas na cidade de São Paulo segundo a distribuição dos sexos, ao longo de vinte anos. A proporção de mulheres não tende a crescer e elas estão mesmo mais representadas em 1904-1908 do que em 1912-1916.

Os trabalhos de Otto Pollak põem em dúvida que os menores índices registrados de delinquência feminina correspondam à realidade.⁴⁷ Pollak se concentra no que denomina a natureza “mascarada” da criminalidade feminina, argumentando que as mulheres são mais capazes que os homens de disfarçar a extensão de seus crimes, dada a existência privatizada da maioria das mulheres. Carol Smart, a quem estou seguindo neste aspecto, critica Pollak, lembrando que muitos crimes masculinos são também “privados” e menos suscetíveis de serem registrados — o esconderio da mulher, dos filhos etc. Indica também a falta de base de algumas sugestões — por exemplo, a maior possibilidade de as mulheres envenenarem discretamente membros da família através da alimentação —, mas conclui que o argumento de Pollak é válido até certo ponto.

Não se pode afirmar como ficariam as proporções da criminalidade masculina e feminina se fosse possível apurar todas as infrações penais cometidas por ambos os sexos. É

⁴⁷ Especialmente, Otto Pollak, *The criminality of women*, 1961.

viável porém apontar algumas áreas onde o crime não apurado se relaciona com o sexo, caso típico do aborto e do infanticídio no que diz respeito às mulheres.⁴⁸ Ambos os crimes aparecem nas estatísticas do período a que se refere este trabalho em números insignificantes. Por exemplo, nos quadros de prisões entre 1892 e 1916, com as lacunas já apontadas, aparecem apenas 12 infanticídios. É possível que em alguns anos estejam incluídos na categoria “outros crimes”, mas por vezes há expressa menção ao delito com a indicação de inexistência de prisões. Nos processos penais examinados não foram incluídos os raríssimos abortos mas apenas os infanticídios, que são em número de quatro. Três deles têm muitas semelhanças, envolvendo empregadas domésticas solteiras ou viúvas. Duas delas são acusadas de praticar o crime na casa dos patrões, os quais comunicaram o fato à polícia. O quarto caso tem características diversas e excepcionais, por envolver um homem. Pai viúvo e filha são acusados de relações incestuosas cujo produto é encontrado enterrado no fundo do quintal de sua casa, em meio a uma diligência avidamente acompanhada pela vizinhança.

Certamente, estes poucos números estão muito aquém da realidade, mas qualquer tentativa de quantificação é inviável.⁴⁹ Seria porém ingênuo acreditar que a prática do aborto ou mesmo do infanticídio fosse excepcional, em uma época em que os métodos anticoncepcionais eram precários e o nascimento de um filho ilegítimo maculava a reputação feminina. As referências ao recurso a médicos, parteiras ou comadres, segundo a condição social da mulher, o uso de poções aparecem nos processos de homicídio passional e, com bastante frequência, nos crimes sexuais. Há boas razões para se pensar que, ressalvados os aderentes estritos aos princípios da

⁴⁸ Segundo o Código Penal de 1890, o aborto constitui um ato atentatório ao fruto da concepção. O infanticídio corresponde à morte de recém-nascido nos sete primeiros dias de seu nascimento. O Código Penal de 1940 não reproduziu a referência a um lapso preciso de tempo, definindo o infanticídio como a morte do filho, sob a influência do estado puerperal, durante o parto ou logo após.

⁴⁹ Em seu estudo sobre Filadélfia no século XIX (*Violent death in the city. Suicide, accident and murder in 19th century Philadelphia*, 1979), Roger Lane tomou como um indicio de infanticídio o número de natimortos de pais desconhecidos. Não é possível apelar para este dado no caso de São Paulo porque os Anuários Demográficos não distinguem entre natimortos de pais conhecidos ou desconhecidos.

Igreja (não todos os “católicos em geral”) o aborto constituía prática contraditória entre muita gente e mesmo habitual no caso das prostitutas, gozando de certa tolerância social. A tolerância e as dificuldades de apuração do fato explicam a sua rara aparição nos registros criminais, o que não quer dizer que a caracterização do aborto como prática criminosa fosse sem consequência: importava — como importa até hoje — deixar uma ameaça suspensa sobre as mulheres que abortam e sobretudo em lançá-las, quando pobres, nas mãos de gente incompetente e inescrupulosa, com graves consequências bem conhecidas.

As saídas abertas a mulheres pobres que chegassem a ter filhos não desejados — afora a resignação — consistiam no abandono puro e simples, na “entrega para criar”, na procura das poucas entidades assistenciais, como a Santa Casa de Misericórdia, onde existia a “roda de expostos”. Estas saídas podem ter contribuído para reduzir o número de infanticídios, mas não à cifra ínfima com que aparecem nas estatísticas criminais. Um recém-nascido miserável, muitas vezes sem pai conhecido, não poderia ser um bem objeto de especial proteção. Sua supressão representava, afinal de contas, um problema social a menos. Como Roger Lane indicou, a supressão não implica necessariamente um ato consciente. Quantos casos de “mortes acidentais” de recém-nascidos, sob a forma da sufocação ou das quedas fatais, não representam ações conscientes ou inconscientes das mães para suprimi-los? Além disto, quantos casos voluntários deixaram de ser objeto de registro, cercados pelo segredo ou pela compreensão de patrões e vizinhos?

No terreno da distribuição de prisões por infração penal segundo os sexos, temos dados referentes apenas a 1904-1906 (Tabela 20).

TABELA 20
Prisões segundo o sexo e o tipo de delito, 1904-1906

Sexo	Homicídio	Furtos	Furtos	Garagem	Fraudes	Embriaguez	Vadiagem	Desordens
Homens	(71)	90,1	84,2	96,9	(66)	81,3	60,4	80,2
Mulheres	(1)	9,9	15,8	3,1	—	18,7	39,6	19,8
Total		100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0

Fonte: RSJCP.

A extensão da observação destes dados para todo o período está sujeita, pois, a muitas ressalvas. Em comparação com a média do total de prisões de mulheres naqueles anos (17,6%), elas estão sub-representadas nos crimes de ferimentos, "gatu-nagem", homicídios, onde quase não aparecem, falsidades, onde nunca aparecem, aproximando-se da média nas prisões por furto ou roubo, as quais são aliás em número bastante reduzido em seu conjunto. É significativo constatar o baixo padrão de agressividade explícita do comportamento feminino que estes dados revelam. A esperável mínima participação feminina nos homicídios soma-se a sua relativamente baixa participação nos ferimentos, que são em sua maioria ferimentos leves (cerca de 95% do total). Não se trata, pois, apenas de um indício de agressividade feminina menos letal, o que é evidente seja no plano da intencionalidade, seja no plano da eficácia dos instrumentos utilizados, mas de um indício de menor agressividade física em geral. A ausência das mulheres nas prisões por falsidades é bem reveladora de uma época em que o uso do cheque no pagamento de compras ainda não existia, restringindo-se ao mundo dos grandes negócios, área de domínio exclusivo dos homens.⁵⁰

Por outro lado, constata-se a sobre-representação das mulheres nas principais contravenções, com especial destaque para a vadiagem, onde sua presença chega a aproximar-se da distribuição de sexos na população total. Estes dados repõem o problema da discriminação sexual na ação repressiva da polícia, pelo menos no que diz respeito a setores destituídos da população, embora não se possa chegar a conclusões muito precisas. De qualquer maneira, é certo que entre as "vadias" se encontram muitas prostitutas enquadradas desta forma, tendo-se em conta que a prostituição em si não constitui um delito no Direito Penal brasileiro.⁵¹ No seu conjunto, os dados apontam para a importância do segmento marginal da população feminina, não enquadrada nos padrões morais de

⁵⁰ Em um país como a Inglaterra, a proporção de mulheres indiciadas por falsificações correspondeu em 1959-1969-1974 respectivamente a 36,1%; 30,7% e 29,2% do total de indiciados por este delito, cf. Smart, *op. cit.*, p. 14.

⁵¹ São muito raros os dados sobre o número de prostitutas existentes na cidade. O censo de 1893 enumerou 509 pessoas sem profissão declarada "dentre as quais figuram as meretrizes". O número de prostitutas registradas na polícia era de 812 em 1914, 269 em 1915 e 3529 em 1922, cf. Guido Fonseca, *op. cit.*, pp. 140-143.

comportamento e na proteção do circuito familiar. É significativo observar, porém, que a marginalidade não se reflete na "produção de vítimas", espelhando-se pelo contrário no campo das prisões pela prática de infrações sem vítimas.

As informações obtidas nos processos judiciais, apesar de seus limites, têm a vantagem de dizer respeito a um período mais amplo. Como as mulheres não são acusadas da prática de delitos sexuais, as informações dizem respeito apenas aos homicídios e aos furtos e roubos. Quanto aos homicídios, os dados podem ser confrontados com o levantamento feito na imprensa (1900-1924). Os dados dos processos judiciais revelam uma quase coincidência no percentual de mulheres indiciadas por homicídio (inclusive infanticídio) ou por furto/roubo, em torno de 7%. Note-se a maior presença de mulheres responsabilizadas por homicídio do que as informações referentes aos anos 1904-1906 levariam a crer (Tabela 21).

TABELA 21

Indiciados segundo o sexo e o tipo de delito,
1880-1924

	Homicídios		Furtos/roubos	
Homens	93,0	(240)	92,9	(472)
Mulheres	7,0	(18)	7,1	(36)
Total	100,0	(258)	100,0	(508)

Fonte: ATJESP.

A amostra da imprensa reduz a presença feminina, constatando-se que de um total de 332 indiciados por homicídio 15 (4,5%) são mulheres. Lembre-se porém a não inclusão dos infanticídios.⁵²

Um número significativo das indiciadas por furto ou roubo são empregadas domésticas (13). As acusadas de recep-

⁵² Pelo menos um dado comparativo pode ser útil a respeito. Durante o período 1839-1901, as mulheres representaram 9,8% dos acusados de homicídio em Filadélfia, incluindo-se os infanticídios. Se estes forem omitidos, o percentual cai para 5,7%, cf. Lane, *op. cit.*, p. 100.

tação não representam um grupo considerável — seis em um total de 75 receptadores de ambos os sexos, das quais quatro são lojistas ou empregadas de pequenas lojas comerciais. Não é possível assim estabelecer uma correlação entre as mulheres e o papel menos ativo desempenhado pelo receptor na mecânica do furto, especialmente quando se trata apenas de guardar objetos furtados. A vinculação mais clara entre condição feminina e crime contra a propriedade se encontra no fato de que as mulheres praticam em regra pequenos furtos, estando ausentes dos grandes casos, onde quando muito têm função secundária.

Os poucos dados de antecedentes criminais dos indiciados são indicativos de que, no período estudado, a delinquência feminina é mais accidental do que a masculina. Dentre 28 mulheres cujos antecedentes foi possível apurar, apenas 4 tinham ficha anterior, 3 delas por contravenção de vadiagem. No que diz respeito aos homens, dentre 380 pessoas 183 (48%) apresentavam antecedentes positivos.

Como Carol Smart lembrou, os estudos sobre violência, em especial sobre homicídios, mostraram que a escolha da vítima e o *modus operandi* têm relação com o estereótipo feminino, mesmo em anos mais recentes. Em seu livro acerca de Filadélfia (1839-1901), Lane assinala que os homicídios praticados pelas mulheres brancas refletem seu papel social bastante restrito. Uma única vez aparece uma mulher acusada de latrocínio; a maioria dos casos ocorre em casa, envolvendo parentes ou pensionistas, em razão de problemas domésticos ou sexuais. Por outro lado, Lane relaciona o baixo índice de homicídio feminino com a menor utilização pela mulher da arma de fogo.⁵³ Em meados do século XX, as alterações deste padrão eram menores do que se poderia acreditar. Marvin E. Wolfgang, em seu estudo clássico sobre a mesma cidade, abrangendo os anos 1948-1952, revela que as vítimas das mulheres homicidas eram em sua maioria pessoas que tinham uma relação “familiar” com o ofensor (51,9% dos casos) ou que eram seus “amantes” (20,9%), enquanto os homens tendiam a matar com mais frequência amigos próximos e estranhos. Embora a repartição do uso de arma de fogo entre os sexos se tivesse tornado muito semelhante,

⁵³ Lane, *op. cit.*, pp. 100-101.

quando se consideram apenas armas brancas as mulheres tenderam a utilizar mais do que os homens facas de cozinha ou outros instrumentos domésticos.⁵⁴

As características do homicídio feminino em São Paulo, no período considerado, aproximam-se em muitos aspectos das reveladas pelos autores americanos com relação a Filadélfia. Tanto no levantamento de dados obtidos na imprensa, como através dos processos judiciais, avultam do ponto de vista da temática as questões ligadas à família e à vida afetiva. Raramente as mulheres agem contra pessoas do mesmo sexo e a sua posição na agressão aos homens configura na maioria dos casos um crime “precipitado pela vítima”, como resposta ao assédio sexual, a maus tratos, a ofensas físicas ou verbais à sua honra. Segundo os dados dos processos judiciais, as mulheres não estão envolvidas em latrocínio, não matam nunca por questões de serviço, de negócio, de dívidas e nem figuram em brigas explosivas sem uma temática clara, que acabam resultando em morte. As duas únicas exceções nas informações da imprensa têm traços peculiares: uma indiciada por latrocínio é acusada de atrair um homem a lugar ermo, onde vários outros o estrangulam; uma mulher que mata por não pagamento de serviços dirige a agressão a outra mulher, idosa, sob seus esporádicos cuidados. Na maioria dos casos as mulheres não agem sozinhas, mas são coadjuvantes ou coadjuvadas por duas figuras básicas de protetores, o marido ou o irmão. Os instrumentos pífuro-cortantes (facas, punhais) constituem a arma preferida (6), vindo as armas de fogo (4), logo a seguir.⁵⁵

Uma breve referência ao reverso da medalha, ou seja, às situações em que as mulheres figuram como vítimas, pode ser também elucidativa. Em termos globais, enquanto as mulheres figuram como indiciadas (excluídos os infanticídios) em 5,5% dos homicídios segundo os dados dos processos, e em 4,5% dos casos segundo os dados da imprensa, aparecem como vítimas respectivamente em uma porcentagem de

⁵⁴ Marvin E. Wolfgang, *Patterns in criminal homicide*, 1966.

⁵⁵ No que diz respeito à co-autoria, refiro-me apenas aos dados dos processos, mais precisos neste aspecto. As informações sobre instrumento dos crimes foram colhidas na imprensa e se referem aos casos em que a mulher é claramente autora material do delito. São apenas 12 casos, havendo, afora as situações majoritárias apontadas, duas mortes com a utilização de pau e machado.

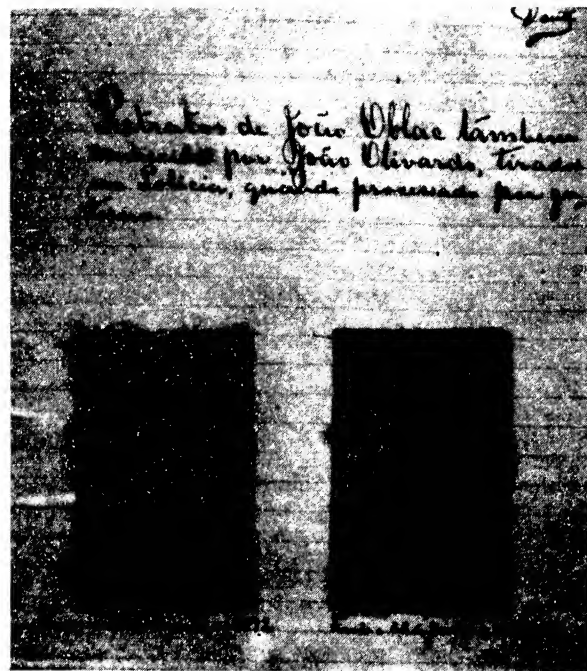
18,6% e 24,4%. Não é surpreendente verificar que estas vítimas mulheres estão com relação a seus agressores ou agressoras em posição muito semelhante às mulheres indiciadas, sofrendo esmagadoramente a ação de seus familiares, por razões de algum modo vinculadas à afetividade. Chama a atenção o peso dos casos em que as mulheres são vítimas de seus maridos ou de seus companheiros. De acordo com as informações dos processos penais, 25 dentre um total de 41 vítimas tinham este tipo de relação com o agressor. Tomando-se como base os dados colhidos na imprensa, as mulheres ou companheiras eram 48 em um total de 78 vítimas.

A criminalidade, no campo do homicídio, reflete assim limpidamente o papel atribuído à mulher no universo social. Com frequência ela é instigadora ou pivô de crimes, como sujeito oculto ou objeto de disputas. De modo ostensivo, aparece mais como vítima do que como autora, vinculada tipicamente à família, à vida afetiva, às obsessões da honra e das relações sexuais proibidas.

A questão do menor

Como mostrou Philippe Ariès, a adolescência é uma idéia mais ou menos recente que ganhou contornos nítidos na Europa, nos últimos anos do século XIX. Cada época — diz Ariès — parece ter uma idade privilegiada (a “juventude” no século XVII, a “infância” no século XIX, a “adolescência” no século XX), em função da estrutura demográfica. As variações nada mais seriam do que testemunhos da interpretação ingênua que a opinião pública faz em cada época desta estrutura, exprimindo a reação da sociedade diante da menor ou maior duração da vida.⁵⁶

A condição de possibilidade da idéia de adolescência liga-se ao desenvolvimento econômico que não só propiciou o prolongamento da vida da população européia como provocou a expansão de um setor especializado de serviços. As necessidades do mercado e o surgimento de setores da população com possibilidades de atendê-las geraram uma idade específica, preservada das imposições do trabalho, voltada



Retrato policial de um menino acusado de furto (1893).

⁵⁶ Ariès, *op. cit.*, pp. 48-49.

para a formação educacional. Em termos muito simplificados, assim nasceu a adolescência e a partir daí se desenvolvem seus atributos psicológicos.

No Brasil de fins do século XIX, a adolescência não é ainda um conceito. Mesmo em nossos dias, a expressão não tem sentido quando aplicada à base da pirâmide social. Como observou Rosa Maria Fischer Ferreira, referindo-se aos filhos da camada mais destituída da população, "os meninos da rua não têm tempo e condição de serem crianças e adolescentes. Eles vivem uma mistura de vida onde as experiências infantis, juvenis e adultas se superpõem no mesmo momento e sempre de forma drástica: à beira da morte; sofrendo o medo; atacando e sendo atacado".⁵⁷

Mas a figura do menor, só na aparência próxima do adolescente, aplica-se em toda a extensão aos meninos pobres. Deixando de lado a menoridade civil, concretizada nas normas legais de incapacidade, podemos mesmo afirmar que a menoridade na sua dimensão ligada à esfera do trabalho ou a pedagogia terapêutica é um conceito aplicável à gente pobre.

Em um texto pioneiro, Mariza Corrêa discute a transformação da *criança em menor*, vinculando-a aos fins dos anos vinte e início dos trinta. Neste período, ocorre a meu ver a alteração dos fundamentos de um conceito que já se formara anteriormente.⁵⁸ Noções da pedagogia terapêutica, como as de que existem na criança os "sinais de alarme" de predisposições e tendências ao crime, cuja origem pode ser de natureza morfológica, funcional ou psíquica, se instalam no período mencionado pela autora e estão pressupostas na prática de nossos dias de modo impressionante.⁵⁹ Não posso concordar com Mariza quando, ao fazer o balanço entre dois mundos, refere-se à presença de criança entre os contingentes de trabalhadores nos primórdios da industrialização no Brasil ou à possibilidade de uma criança ir para a prisão desde os 9 anos de idade como prova de que, de certa forma, durante uma época de nossa história as crianças eram vistas como

⁵⁷ Rosa Maria Fischer Ferreira — *Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo* (1980), p. 167.

⁵⁸ Mariza Corrêa, "Antropologia e medicina legal. Variações em torno de um mito", em *Caminhos cruzados*, 1982, p. 59 e segs.

⁵⁹ Ver a descrição da "psiquiatrização" do menor nos estabelecimentos destinados à sua recuperação em Maria Lucia V. Violante, *O dilema do decente malandro* (1983).

participantes integrais de nossa vida social. É certo porém que a configuração do conceito de menor em seu contorno atual fundamenta uma mudança cujos efeitos estão longe de ser positivos. Se alguma coisa distingue o menor do adulto no mundo do trabalho, não é o maior respeito mas a maior exploração, como o chamado salário de aprendiz mostra claramente. Os institutos criados para a proteção do menor abandonado ou a recuperação do menor infrator converteram-se no que se sabe. Em todo caso, um mínimo de imunidade se estabeleceu neste aspecto, como indicam as preocupações dos "meninos da rua" com a chegada da maioridade ou, no campo oposto, as propostas de autoridades policiais no sentido de reduzir a idade de responsabilização penal.

Ao estabelecer em princípio a responsabilidade até mesmo infantil, nossos legisladores de fins do século XIX eram afinal de contas coerentes, ajustando as normas legais à realidade da nascente industrialização.⁶⁰ Com poucos anos de vida as crianças pobres entravam no trabalho da fábrica ou da oficina; simetricamente, desde os 9 anos de idade meninos e meninas tornavam-se penalmente responsáveis, com a ressalva de "terem obrado com discernimento", na faixa entre os 9 e os 14 anos. O caminho da inserção do menor infrator na sociedade correspondia a sua conversão pura e simples em força de trabalho desqualificada. O Código Penal de 1890 previa que o menor deveria cumprir pena, definida como pena disciplinar, em estabelecimentos industriais especiais, correndo o risco de aí ficar até os 21 anos, quando considerado vadio. Na realidade, o ensino além dos limites do nível primário era um privilégio de restritas camadas sociais; a alternativa da educação da criança pobre não se colocava. Um bom exemplo disto aparece por ocasião dos debates em torno do Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, de 12.10.27), aliás em grande parte não cumprido, que regulamentou o trabalho nas fábricas e abrandou dispositivos do Código Penal de 1890 no tocante à responsabilidade penal do menor. O coro dos industriais contra o projeto não vislumbrava sequer a alternativa

⁶⁰ Observe-se que o Código Criminal do Império estabelecia a responsabilidade penal do menor somente a partir dos 14 anos. Cf. Berenice Cavalcanti Brandão e outros, *A polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*, 1981, p. 218, onde há uma significativa comparação entre os dois textos penais vinculada às transformações sócio-econômicas.

de que, vedado o ingresso da criança nas fábricas até os 12 anos, se abrisse a alternativa da extensão de sua escolaridade. Pelo contrário, escola era expressão equivalente a trabalho industrial, e retirar a criança da fábrica significaria lançá-la no vício, na ociosidade, na delinquência — um argumento bem semelhante ao dos industriais ingleses em meados do século XIX.⁶¹

A correlação entre a menoridade e a quebra dos bons costumes estabeleceu-se há muito tempo na cidade de São Paulo, pelo menos desde o início do século XIX, como demonstram as referências a menores vadios, mendigos e meninas prostitutas.⁶² Em seu relatório referente a 1871, o chefe de Polícia Sebastião José Pereira aludiria às crianças que vagam pelas ruas e entregam-se à prática de “atos torpes”. O remédio para o problema estaria no ensino obrigatório que, entre outras vantagens, acabaria com o preconceito de só frequentar escolas que tem vestido decente.⁶³

No correr dos anos, a imprensa insistiria no problema. Aqui estão dois exemplos. Em 1886, o *Diário Popular* denunciava a presença na ladeira da Tabatinguera de um bando de meninos insuportáveis. Deixando de parte “ações vergonhosas e exercícios de capoeiragem”, o bando era acusado de esbordoar crianças indefesas e assaltar pobres vendeiras, roubando-lhes frutas, doces etc.⁶⁴ Mais de vinte anos depois, *O Estado de S. Paulo* aludiria aos garotos que da manhã à noite se aglomeram nas ruas dos arrabaldes, praticando toda sorte de diabruras, num berreiro infernal. Estas maltas de vagabundos transformam as ruas dos nossos bairros em campos de futebol, riscam as paredes dos prédios, despedaçam vidraças das casas de moradia.⁶⁵

Criticando muitas vezes a irresponsabilidade dos pais, a imprensa propõe medidas paternalistas ou abertamente repressivas, como o recebimento de menores abandonados por parte das famílias bem constituídas, a implantação de estabelecimentos especializados, a ação policial. A criação do

Instituto Disciplinar em 1902 é precedida de uma ampla campanha sobre o menor abandonado de que são paladinos figuras como Candido Mota e o jornal *A Nação*. Entre agosto e setembro de 1898, *A Nação* publicou uma série de artigos denunciando a existência de diversas “farras” no centro da cidade, onde locadores sem escrúpulos abrigavam meninos e meninas ociosos. Duas casas da Rua Santa Teresa foram alvo de maior atenção. A primeira delas — a mais antiga de São Paulo — tinha sido fundada pelo fuão Gouveia, “um português baixo e gordo, reunindo em si todos os predicados para ser chefe de farristas: estúpido, velhaco, explorador e cínico”. A casa continha cerca de 30 cubículos imundos onde existiam uns 40 colchões em destroços, alugados a dez tostões por noite. Embora fosse quase diariamente visitada pelas autoridades da Sé, segundo o jornal havia nela muitos esconderijos onde os menores podiam se ocultar. A outra “farra”, também de propriedade de um português, fora até pouco tempo atrás um antro de prostituição. Com as recentes perseguições convertera-se em um covil de menores gatunos e vagabundos, com capacidade para abrigar 150 indivíduos em cerca de 50 cubículos. Curiosamente, no local parecem tocar-se dois mundos de extração social diversa: “é um ponto predileto para o que há de mais aperfeiçoado entre os viciados de São Paulo notadamente os meninos bonitos de gravata lavada, que pertencem a boas famílias desta Capital, mas que convivem com o que há de mais sujo e repelente: os frequentadores de farras”.⁶⁶

A campanha desembocou na promulgação da lei nº 844, de 10 de outubro de 1902, que significativamente tratou tanto de menores como de vadios adultos, autorizando o governo estadual a fundar um Instituto Disciplinar destinado aos primeiros e uma colônia correccional destinada aos últimos. O Instituto deveria abrigar os menores infratores entre 9 e 14 anos abrangidos pelo artigo 30 do Código Penal, os pequenos mendigos, vadios, viciosos e abandonados da mesma idade, assim como os condenados por vadiagem entre 14 e 21 anos, para o fim de “incutir hábitos de trabalho e educar, fornecendo instrução literária, profissional e industrial, de preferência agrícola”. Sua instalação provocou uma onda de temor

⁶¹ Para a atitude dos industriais em face da legislação sobre o menor ver Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*, 1971, p. 173.

⁶² Ver Guido Fonseca, *op. cit.*, pp. 61 e segs.

⁶³ “Relatório do Chefe de Polícia de São Paulo, Sebastião José Pereira, Ano de 1871”, em *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, 1941.

⁶⁴ *Diário Popular*, 26.7.1886.

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13.7.1916.

⁶⁶ *A Nação*, 5 e 6.9.1898.

e boatos. Dizia-se que policiais estavam laçando menores e arrastando-os ao Instituto, em carroças da Sociedade Protetora dos Animais. No Brás, muitos pais estariam retirando as crianças das escolas para protegê-las, munindo-as de um salvo-conduto. A polícia respondeu às acusações, afirmando que para o Instituto só iriam menores abandonados, sob ordem judicial e menores condenados.⁶⁷

Seja como for, o estabelecimento não teve o papel preponderante que as autoridades lhe quiseram atribuir, pois abrigou apenas algumas dezenas de meninos. A condenância, a prisão sem processo, o procedimento repressivo idêntico ao aplicado aos adultos continuaram a ser as formas básicas de tratamento do menor.

A comparação do coeficiente de prisões de menores e maiores entre 1900 e 1916 mostra como o procedimento repressivo aberto não era um instrumento de pouca relevância e como cresceu proporcionalmente ao longo do período, a ponto de superar os maiores entre 1912-1916 (Tabela 22).

No que diz respeito aos motivos das prisões, há dados apenas para os anos 1904-1906. Ao menos nestes anos, as informações evidenciam, no confronto entre menores e adul-

TABELA 22
Coeficiente de prisões de maiores e menores
por 10 000 habitantes, 1900-1916

Períodos	Maiores	Menores (9 a 20 anos)
1900-1904	445,83	305,59
1904-1908	343,53	266,02
1908-1912	273,77	275,53
1912-1916	236,54	272,46
Total	307,32	275,14

Fonte: RSJCP.

Obs.: Grande número das prisões de menores situa-se na faixa entre 15 e 20 anos. Nos anos em que há especificação (1911-1916), 85, 3% das detenções de menores ocorreram nesta faixa.

tos, a concentração dos primeiros nas contravenções, com a notável exceção da embriaguez, nos crimes contra a propriedade e nos delitos sexuais, ressalvado o pequeno número destes. No plano da agressividade física, pouco aparecem nos homicídios; nos ferimentos, sua presença corresponde aproximadamente à média global de prisões de menores nos referidos anos. Por sua vez, estão praticamente ausentes do mundo dos negócios — um mundo não só masculino como adulto — pois quase não figuram nas prisões por falsificação (Tabela 23).

TABELA 23
Prisões segundo a idade e o tipo de infração penal, 1904-1906

Idades	Homicídios	Ferimentos	Deflorescimentos	Furtos/roubos	Gerenciamento	Embriaguez	Vandalismo	Desordens	Falsidade
Maiores	93,1	84,6	79,2	72,7	73,7	94,3	77,1	78,0	(65)
Menores (até 21 anos)	6,9	15,4	20,8	27,3	26,3	5,7	22,9	22,0	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: RSJCP.

Na minha amostra, a proporção de menores nas três infrações penais estudadas é de 11,6% nos homicídios (30 em um total de 258 acusados); 29,1% nos furtos/roubos (148 em um total de 508 acusados); 23,2% nos crimes sexuais (61 em um total de 263 acusados). Como se vê, estes dados são compatíveis com o das prisões nos anos indicados.

É difícil comparar a distribuição dos menores entre as diferentes infrações com a apurada em época recente, pois a própria categorização varia, em consequência das inflexões repressivas. Ainda assim podemos chegar a algumas constatações. As contravenções aparecem como causa da detenção em 77,9% dos casos nos anos 1904-1906 e apenas um pouco mais de 4%, se incluirmos o item “porte de armas”, em 1976-1978. Delitos ou contravenções antes inexistentes — o comércio de entorpecentes (no mais das vezes simples uso), a direção de veículo sem habilitação são as novidades, e muito provavelmente o seu percentual baixo reflete os limites da repressão quando se trata de infrações onde é relevante senão exclusiva a presença de jovens da classe média e da classe dominante (Tabela 24).

Os dados de 1904-1906 indicam o caráter “não agressivo” dos delitos praticados por menores. Avulta o significa-

⁶⁷ O Comércio de São Paulo, 29.1.1903.

TABELA 24

Prisões de menores segundo o tipo de infração

Infrações	1904-1906	1976-1978
Furto/roubo ¹	16,6	74,4
Lesões corporais	5,2	5,6
Homicídios	0,0	1,1
Sedução	0,3	2,2
Violência sexual	—	3,9
Falsidades	0,0	0,6
Desordens	40,5	0,8
Entorpecentes	—	6,9
Vadiagem	20,0	1,7
Embriaguez	17,4	0,0
Outros ²	—	1,4
Dirigir s/ habilitação	—	1,4
Total	100,0	100,0

Fonte: RSJCP e Rosa Fischer — *Meninos da rua*.

¹ Abrange 106 latrocínios em 1976-1978 que, se tomados com percentual de homicídios (224) corresponderiam a 47,3 dos homicídios.

² Compreende dano, rixa, extorsão, tentativa de homicídio, porte de arma. Exclui “averiguações” que não figura nos três anos (1976-1978) e “diversos” que “averiguações” e todos os não especificados, em grande quantidade, em 1904-1906.

do das detenções por infrações sem vítimas, não há indicações de latrocínios e o crime sexual típico — com todas as ressalvas que possam ser feitas à categorização — é o defloramento, cujo requisito essencial consiste no emprego de técnicas sedutivas. Em contraste, chama a atenção o crescente uso da violência segundo as informações recentes, dado que é aliás de senso comum. Caberia porém verificar se este traço é específico da criminalidade do menor ou da criminalidade como um todo.

Instrução, profissão e criminalidade

Instrução

É comum associar-se a delinquência à falta de educação formal e à pobreza. Sob o primeiro aspecto, os dados não

permitem ir muito além das relações entre o grau de alfabetização de presos ou processados e a massa global da população. Entre 1900 e 1916, as pessoas presas “com instrução” correspondem a cerca de 53% do total. As informações posteriores a 1910 demonstram que “instrução” equivale, maciçamente, quando muito, a saber ler e escrever. Na média dos anos 1910-1916, dentre os alfabetizados, 99,5% tinham “baixa instrução”; 0,4 “média instrução” e 0,1 “instrução superior”.

Na amostra de processados segundo as três infrações penais em exame, cresce o número de alfabetizados que alcança 68,5% do total, assim como o número de pessoas com instrução secundária ou superior (2,8% dos alfabetizados). É difícil dizer qual a razão da diferença. Deixando de lado a circunstância de que lido com quantidades numéricas de grandeza bastante diversa, parte da explicação pode ser encontrada no fato de que muitos processados de instrução mais elevada não figuram entre os presos, como ocorre com frequência nos crimes sexuais; além disso, pode haver variação nos critérios classificatórios das autoridades policiais e judiciárias, tendendo as primeiras a considerar analfabetas pessoas com instrução rudimentar. Na amostra, talvez haja um viés em sentido inverso, figurando como alfabetizada gente que apenas assina o nome.

Os poucos dados que permitem cruzar motivo da prisão e a variável “instrução”, referentes aos anos 1904-1906, revelam duas oscilações significativas relativamente à média global dos presos: menor concentração de pessoas sem instrução entre os detidos por defloramento, ressaltando-se o pequeno número, maior concentração entre os detidos por vadiagem. As informações são aliás bastante compatíveis com as características de ambos os delitos (Tabela 25).

TABELA 25

Prisões e nível de instrução, segundo as principais infrações, 1904-1906

Infração	Homicídio	Furto/roubo	Deflorescimento	Furto/roubo	Getunagem	Embriaguez	Vadiagem	Desordens
Alfabetizados	51,2	55,9	(42)	45,4	47,4	48,7	30,4	49,4
Analfabetos	48,8	44,1	(11)	54,6	52,6	51,3	69,6	50,6
Total	100,0	100,0	(53)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RSJCP.

A taxa média de alfabetização na cidade de São Paulo, no período 1893-1920, deve ter-se situado em torno de 55%, considerando-se pessoas acima dos cinco anos de idade. A aproximação parte dos dados constantes dos censos de 1893 e 1920 segundo os quais os alfabetizados constituíam respectivamente 50,4% e 59,5% da população maior de 5 anos. Deixando de lado as informações da amostra, onde é maior a porcentagem de pessoas com instrução proporcionalmente ao conjunto da população, constata-se que os detidos no período 1900-1916 não se distinguem da massa da população. Pelo contrário, os respectivos percentuais são bastante compatíveis, com a ressalva de que o grupo de detidos pode ter certo viés para mais na porcentagem de alfabetizados, por ser constituído por pessoas acima de 9 anos de idade.

Profissão

Os dados acerca do nível de instrução formal dos presos e indiciados são pouco expressivos para se estabelecer uma correlação entre criminalidade e classe social, sobretudo em uma época em que muitos iletrados ou semi-iletrados figuram entre comerciantes e industriais em ascenso.

A tentativa de estabelecer esta correlação através de dados profissionais também não vai muito longe. As linhas que se seguem são indicativas sob muitos aspectos mas não pretendem avançar em profundidade no conhecimento da correlação apontada.⁶⁸

A distribuição profissional dos indiciados segundo a natureza do delito permite algumas constatações (Tabela 26). Os empregados domésticos figuram com um percentual mais alto (7,3) entre os acusados da prática de furto ou roubo, dado compatível com as obsessões da elite, como veremos mais adiante. A classe média profissional está praticamente ausente da responsabilização por crime contra a propriedade,

⁶⁸ Fui obrigado a abandonar o estabelecimento de uma correlação entre a distribuição constante das Tabelas 25 a 27 e a distribuição profissional da população global da cidade. Os censos de 1893 e 1920 têm critérios classificatórios diversos das Tabelas. Por exemplo, englobam no mesmo item comerciantes e comerciários ou industriais e operários, tornando precária qualquer comparação.

TABELA 26

Profissão de indiciados segundo as principais infrações, 1880-1924

<i>Profissões</i>	<i>Homicídios</i>	<i>Furtos/roubos</i>	<i>Sexuais</i>
Jornaleiros urbanos	22,1	24,0	22,8
Emp. serviços (exceto domésticos)	16,3	9,4	10,6
Comerciantes	11,6	12,6	10,3
Operários industriais	7,0	5,1	6,1
Comerciários	4,7	15,0	11,0
Militares	5,8	3,9	6,5
Emp. domésticos	1,9	7,3	2,7
Artesãos (autônomo manual)	4,7	1,8	3,4
Autônomo não manual	2,7	0,8	3,8
Prendas domésticas	3,5	2,0	—
Trabalhadores rurais	5,0	1,4	0,8
Profissões liberais	3,1	0,2	4,6
Industriais, propr., fazendeiros	2,3	1,0	1,9
Estudantes	0,8	—	4,6
Outros	4,6	2,4	5,7
Sem profissão, desempregados	—	9,1	—
N/c	3,9	4,1	5,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: RSJCP.

ao contrário do que ocorre com os comerciantes. Embora não seja grande o número dos indiciados por furto ou roubo “sem profissão” ou “desempregados”, convém assinalar que esta atribuição não figura nunca nas outras duas infrações penais.

O confronto da distribuição profissional entre presos e indiciados pelas três infrações penais estudadas tem vários problemas, avultando entre eles o da não homogeneidade dos períodos, o da relativa diversidade classificatória, o fato inevitável de se lidar com grandezas numéricas diversas. Como seria previsível, os trabalhadores manuais constituem a maioria em ambas as Tabelas, correspondendo a cerca de 59% dos presos e 56% dos indiciados (Tabelas 27 e 28).

Afora esta similitude geral, as tabelas apresentam algumas claras diferenças. Em primeiro lugar, o item “sem profissão” aparece em segundo lugar no rol de pessoas presas, sendo pouco significativo entre os indiciados. Mesmo considerando-

TABELA 27

Prisões segundo as profissões, 1907-1916¹

<i>Profissões</i>	%
Jornaleiros urbanos	32,1
Artesãos, trabalhadores manuais autônomos	14,0
Empregados domésticos	8,9
Comerciários*	3,6
Comerciantes e industriais	3,5
Operários industriais*	2,7
Agricultores	1,4
Profissionais liberais*	0,5
Funcionários e empregados públicos	0,4
Outros	1,9
Sem profissão	31,0
Total	100,0

Fonte: RSJCP.

¹ Não consta 1909.

* Itens especificados a partir de 1910.

TABELA 28

Indiciados segundo as profissões, 1880-1924

<i>Profissões</i>	%
Jornaleiros urbanos	23,2
Empregados em serviços (exceto domésticos)	11,4
Comerciantes	11,7
Operários industriais	5,8
Comerciários	11,3
Militares	5,0
Empregados domésticos	4,7
Artesãos, trab. autônomos manuais	2,9
Trabalhadores autônomos não manuais	2,1
Prendas domésticas	1,9
Trabalhadores rurais	2,2
Profissionais liberais	2,1
Industriais, proprietários, fazendeiros	1,6
Estudantes	1,4
Outros	3,8
Sem profissão, desempregados	4,5
N/c	4,4
Total	100,0

Fonte: ATJSP.

se que a discrepância tem a ver com a ausência, na Tabela 28, de crianças e dos presos pela prática de contravenções (especialmente a vadiagem), a desproporção é excessiva. Ela sugere um procedimento estigmatizador da polícia, rotulando de “indivíduos sem profissão” gente sujeita a trabalhos desvalorizados e irregulares. Isto não quer dizer que o número dos “sem profissão” ou desempregados constante da Tabela 28 corresponda ao real, pois, como vimos, sobretudo os acusados da prática de furto ou roubo sabiam como era importante atribuir-se o exercício de uma profissão.

Por outro lado, é surpreendente o elevado percentual de comerciantes que figura na Tabela 28. Possivelmente, isto tem a ver com o tipo das infrações penais consideradas, tendo-se em conta, em particular, a presença maciça de comerciantes entre os receptadores. Veja-se também como estudantes — acusados em regra de crimes sexuais — e militares figuram entre o indiciados, desaparecendo do rol de pessoas presas, onde misturam-se inexpressivamente no item “outros”. Sujeitos a processo nos casos de maior gravidade, os militares estão mais a salvo quando se trata de prisões, a serem efetuadas muitas vezes por gente da mesma corporação.

As duas Tabelas sublinham uma evidência, ou seja, o fato de que presos e indiciados são em larga medida gente pobre. As informações sugerem que, na época e nos limites dos crimes estudados, a pobreza é mais acentuada entre os detidos do que entre os responsabilizados criminalmente. Um dado a mais, a reforçar o significado das prisões como instrumento de controle social da massa da população.

Homicídio

O homicídio é a ação humana mais uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades. O alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirija, podem variar, porém a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime uma vida. Caso limite da agressividade física, o ato homicida pode aproximar-se das agressões que não resultam em morte, das quais às vezes se distingue somente no plano da eficácia de meios e não da intencionalidade. Ambos exprimem um padrão de violência social mediatizada pelas relações pessoais e que por isso mesmo se distingue da violência do Estado ou das manifestações coletivas de violência.

Como explicar não só índices como padrões de agressividade, em determinado meio social? Sem dúvida, fatores como o consumo do álcool, o uso de drogas, a disponibilidade de armas eficazes podem explicar alguma coisa, mas não vão muito longe. Mais sugestiva é a observação dos autores que aproximam o homicídio e o suicídio como faces opostas de uma mesma moeda, decorrendo cada um destes atos das características do processo de socialização dominante na

sociedade.¹ De qualquer modo, estamos ainda engatinhando neste terreno e as breves observações feitas adiante não têm a pretensão de tirar-nos desta incômoda posição.

É possível distinguir analiticamente, no exame dos padrões de violência física, alguns tipos básicos: a violência empregada como meio para alcançar determinados objetivos materiais (caso típico do latrocínio); a utilizada como mecanismo de resolução de ofensas ou conflitos interpessoais; a que resulta de frustrações muitas vezes inconscientes e toma a forma de uma explosão súbita (pensemos, por exemplo, nos homicídios que se seguem a pequenas questões de trânsito); a que constitui um instrumento pedagógico. A cada um destes tipos corresponde a intensa reprovação ou, pelo contrário, a legitimação social, em maior ou menor grau.

O emprego de violência como meio para obter bens materiais sofre obviamente uma forte censura social, a ponto de muitas vezes não se vislumbrarem suas determinações sócio-econômicas. Diga-se de passagem que há necessidade de se dar a estas determinações uma configuração mais precisa. Brutais desigualdades existiram sempre no Brasil, mas a “escalada da violência” é coisa recente, vinculando-se a um modelo de desenvolvimento capitalista que não só radicalizou a desigualdade como converteu o consumismo em ideologia avassaladoramente dominante. Poder-se-ia mesmo sugerir, sobretudo no que diz respeito às camadas pobres, a correlação entre crescentes padrões de agressividade e a frustração resultante do bloqueio de canais participatórios no plano sócio-político, o que não quer dizer que a democracia seja uma panacéia para acabar com a criminalidade.

A violência não tolerada contrasta com a violência legítima. A não ser que chegue a “excessos” extremos, a agressão física às crianças e às mulheres, em certos meios, é tida como receita pedagógica eficaz na sociedade brasileira e não

¹ Ver Martin Gold, “Suicide, homicide, and the socialization of aggression”, *American Journal of Sociology*, 1958, pp. 651-661 e notadamente Lane, *op. cit.* Lane baseia-se na distinção de Gold entre personalidade mais espontânea e expansiva em suas expressões corporais de emoção, característica das pessoas que tendem à agressividade e a personalidade com acentuado grau de autocontrole e introspectiva, mais inclinada segundo Gold ao suicídio. A partir daí, busca socializar estes componentes psicológicos, vinculando os últimos à formalização dos processos educativos e à rotina do trabalho industrial. Ambos se inspiram nos textos de Durkheim, especialmente em *O suicídio*.

apenas nela, não obstante as mudanças de comportamento dos últimos anos. Assim como para "torcer o pepino desde pequeno" é preciso empregar a força, para fazer a mulher conhecer seu lugar pode ser necessário que o "cabeça-do-casal" reforce expressivamente sua autoridade. O fato de que a agressão, no último caso, possa encerrar uma relação sadomasoquista torna-a mais complexa e profunda.² A violência é também a forma legítima de responder à ofensa a certos atributos preciosos cuja inteireza vem restaurar, caso típico da honra masculina, em um *continuum* que vai das bofetadas ginásianas ao colega ofensor da seriedade moral materna à possível liquidação mais tarde da mulher presumivelmente infiel.

O estudo dos homicídios não ambiciona aprofundar todas estas percepções e sugestões. Mas pode abrir caminho para a melhor compreensão de algumas delas, desvendando valores básicos prevaletentes na sociedade, assim como zonas onde se estabelecem contatos emocionais mais intensos, sujeitos em consequência a maiores tensões.

• • •

Voltando ao período deste trabalho, lembro que um amplo estudo do padrão de violência deveria abranger uma análise de todo tipo de agressão física. Anoto apenas que as agressões foram responsáveis em média por pouco mais de 6% das prisões ocorridas na cidade entre 1892 e 1916. Os números, no tocante aos homicídios, são bem mais reduzidos, como seria de se esperar. Presume-se que estão mais próximos da realidade do que qualquer outro tipo de infração penal. Dada a sua gravidade, o delito tende a ser registrado com maior frequência, sendo também menor o número de casos de autoria desconhecida em comparação com outros crimes. Isto se deve ao maior empenho das autoridades e ao fato de que o homicídio é muitas vezes um ato explosivo não

² No senso comum masculino, pelo menos até alguns anos atrás, as mulheres eram encaradas como seres com propensão natural ao sofrimento. O prazer associado à agressão física dos homens é o tema de um autor como Nelson Rodrigues e de uma série de músicas populares, dentre as quais, nenhuma é mais explícita que o samba de Noel Rosa *O maior castigo que te dou* (O maior castigo que te dou é não te bater / pois sei que gostas de apanhar etc.)

premeditado que abala o agressor, levando-o a entregar-se nas mãos da polícia após uma descarga física e emotiva.

O número de homicídios dolosos na cidade de São Paulo durante o período considerado suscita dúvidas inclusive porque somente a partir de 1910 foram excluídos do registro de prisões os homicídios involuntários. Entre os anos 1910 e 1916, o coeficiente de prisões situou-se em torno de 10,7 por 100000 habitantes. A título de ilustração, pois se trata de unidades e períodos diversos, observo que nestes anos São Paulo fica à frente de Filadélfia (2,7 em 1895-1901), o Chile e os Estados Unidos, de anos mais recentes (respectivamente 8,2 e 4,8 em 1953).³

Os instrumentos do crime

Os instrumentos utilizados na prática do homicídio são indicativos dos padrões da atividade cultural de determinada sociedade, assim como da maior ou menor "democratização" do porte de armas, sobretudo das armas de fogo. Por exemplo, a política de ampla liberdade vigente na maioria dos Estados americanos, em contraste com a severamente restritiva imposta a grande parte dos países africanos antes da Independência, reflete-se — como é óbvio — no significado muito maior do uso de armas de fogo no primeiro caso do que no segundo, afora a possível conexão entre maior disponibilidade de armas letais e maiores índices proporcionais de homicídio.

Reflexo de um padrão cultural, do estágio tecnológico, de uma política de Estado, o uso de instrumentos para matar pode ser objeto de uma micro-história, com seus limites estruturais e conjunturas sensíveis. Entre 1880 e 1924, deu-se na cidade de São Paulo a passagem do predomínio dos instrumentos cortantes (facas e punhais, sobretudo) para o das armas de fogo. Os instrumentos cortantes representaram uma esmagadora maioria nos anos 1880-1899 (75% contra 13% das armas de fogo, segundo os dados dos processos criminais). Ainda predominantes no primeiro quinquênio do sécu-

³ Lane, *op. cit.*, p. 60, e Paul Bohannon (ed.), *African homicide and suicide*, 1960, p. 74. É possível também que haja aí critérios diversos. Os dados de Filadélfia, por exemplo, referem-se a pessoas indicadas.

TABELA 29

Homicídios — Instrumento empregado, 1880-1924

Instrumento	Anos		Total
	1880-1899	1900-1924	
Fogo	7	84	91 (41,2)
Cortante	39	65	104 (47,1)
Contundente	5	11	16 (7,2)
Asfixia	1	5	6 (2,7)
Outros	—	4	4 (1,8)
			221 (100,0)

Fonte: ATJESP.

lo XX, cederam terreno a partir dos anos 1905-1909 de forma cada vez mais nitida, pelo menos até 1924, a ponto de as armas de fogo serem majoritárias no período 1900-1924.

Este ascenso das armas de fogo como instrumento letal se deve fundamentalmente à disseminação do revólver ("no século do progresso, o revólver teve ingresso pra acabar com a valentia"), embora os avanços da medicina possam ter resultado na queda da letalidade por ferimentos de outra natureza.

Na comparação com outras cidades em épocas diversas, é significativo o uso de armas de fogo em São Paulo (41,2% no período 1800-1924; 49,7% no período 1900-1924). A cidade está abaixo de Houston dos anos sessenta deste século — uma das mais violentas cidades americanas —, com um índice de 64%, mas se aproxima da Filadélfia de anos recentes (1972-1974), com um índice de 56%, e está bem acima da mesma cidade entre 1948-1952 (33%), para não se falar de países como Israel (25% em 1950-1964). Comparando-se São Paulo e Filadélfia no período entre 1880-1901, é curioso observar que São Paulo fica bem abaixo da cidade americana (13% e 23% respectivamente), antes do salto do uso de armas de fogo já assinalado.⁴

⁴ Pokorny, A. D., "A comparison of homicides in two cities", *The Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, 1965, pp. 479-487; Wolfgang, *op. cit.*; Simha F. Landau e Israel Drapkin, *Ethnic patterns of criminal homicide in Israel* (1968); Lane, *op. cit.*

Agressor e vítima

No plano das relações entre agressor e vítima, os criminologistas têm salientado que os acusados de homicídio dirigem em regra seu ato contra pessoas a quem conhecem (parentes, amigos, vizinhos etc.). Em nosso caso, segundo os dados da amostra, apenas 14% dos homicídios ocorrem entre estranhos⁵ (Tabela 30).

TABELA 30

Homicídios — Relação
agressor-vítima, 1880-1924

Relação	%
Parentes	14,0
Vizinhos	9,7
Negócios	6,6
Colegas de trabalho	13,2
Amantes	5,4
Amigos	11,6
Estranhos	14,0
Namorados	2,7
Outros	22,8
Total	100,0

Fonte: ATJSP.

Um dado a mais da proximidade entre agressor e vítima se encontra no fato de que, considerados os processos onde há informações sobre nacionalidade, as partes são em

⁵ Comparativamente, na Filadélfia dos anos 1839-1901, os envolvidos em crime de morte, estranhos entre si, representavam 30% do total (mais do dobro de São Paulo, para os anos 1880-1924). A porcentagem tendeu a decrescer, caindo para 14% no período 1948-1952. Cf. Lane e Wolfgang, *op. cit.* Lane vincula esta tendência à crescente privatização do lazer da população pobre americana (consequência da introdução do rádio, da televisão, do aquecimento central, do aumento do número de pessoas com alguma educação formal conduzindo à leitura) e à escassez de armas letais nas casas, no século XIX. Para tanto, cruza a variável "agressor-vítima" com "locais de homicídios", mostrando que, ao avanço dos crimes entre parentes, ou gente que se conhece, corresponde o maior número proporcional de delitos praticados em casa, observando-se uma queda dos homicídios em bares ou ruas, onde o contato com estranhos é presumivelmente maior.

ampla maioria (67,5%) da mesma nacionalidade, o que se explica não só pelo significado dos crimes entre parentes. Os co-nacionais tendem a ter interação em negócios, em rivalidades, em contatos de lazer, em situações mais libertas do peso das hierarquias do respeito, concentrando-se com frequência nos mesmos bairros. Quanto a estes, corresponde ao Brás (22%) o maior número de homicídios, vindo a seguir o centro da cidade (12%), local privilegiado de encontros, de negócios de maior vulto. As cenas de sangue no café Guarani, as correrias pelas estreitas ruas do Triângulo, envolvendo gente de certa categoria social, têm uma intensa repercussão. O Brás situa-se em escala mais modesta na hierarquia dos crimes; algumas de suas ruas são conhecidas como particularmente criminógenas: a Caetano Pinto, a Carneiro Leão dos calabreses de “sangue quente”, padrão negativo de comportamento, invocado ironicamente pelos adultos dos bairros altos quando suas crianças fugiam ao código das boas maneiras.

Homicídio e saber médico

O tema das relações entre o saber médico e o ato criminoso não se vincula necessariamente ao homicídio. Mas é nos casos de supressão da vida que tem um campo peculiar de incidência. No nosso caso, dos 258 indiciados por homicídio, 14 são submetidos a exame pericial, sendo que 4 deles são maridos — dentre um total de 17 — acusados de matar a mulher. Apenas 1 acusado de furto e 1 de delito sexual são submetidos a exame.

O Código Penal de 1890 abriu caminho para a introdução do conhecimento especializado dos médicos, ao isentar de responsabilidade os que se achassem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime. O dispositivo era promíscuo porque aí não se distinguia as fronteiras da transitória perturbação de sentidos por razões ligadas sobretudo à honra (reação considerada própria do homem sadio) e da doença ou deficiência mental. Os campos do normal e do patológico iriam se tornar mais claros no Código Penal de 1940. A famosa figura da “perturbação de sentidos” desapareceu da letra da lei e o Código, em seu art. 22, estabeleceu expressamente a irresponsabilidade

do agente que, “por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Previu ainda a possibilidade de redução da pena na hipótese de o acusado não ter plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Este último preceito introduziu, na correlação entre razão e loucura, a figura dos “fronteiriços” a quem um psicólogo alemão (Birnbaum) aconselhava a sujeição a castigos capazes de operar “resultados maravilhosos” para corrigir-lhes o caráter indisciplinado.⁶

Ao mesmo tempo que ficaram mais discriminadas no plano legal as fronteiras da normalidade e da anormalidade, a loucura passou de uma órbita com zonas entre o público e o privado para o terreno exclusivamente público. O Código Penal de 1940 presume perigosos os doentes e retardados mentais, assim como os fronteiriços, impondo a sua internação em manicômio judiciário ou casa de custódia e tratamento, exceto se a pena cominada para o crime for inferior a um ano. Neste caso, o juiz pode optar pela liberdade vigiada. Curiosamente, em seu enfoque tradicional, o Código Penal de 1890 está mais próximo da crítica contemporânea ao tratamento estatizante dado à loucura. Ao menos na letra da lei, não se presumia a periculosidade dos indivíduos isentos de culpa em resultado de “afeção mental”. Somente por exigência da “segurança do público” seriam recolhidos a hospitais de alienados, sendo entregues ao cuidado de suas famílias nos demais casos.

Em fins do século XIX (1897), um delegado de polícia assim decifrava os estigmas sociais e biológicos estampados no corpo de um homem acusado de homicídio torpe, com conotações homossexuais:

“Trata-se de um ex-marinheiro da marinha mercante e pela tatuagem que apresenta nas costas da mão esquerda se pode algo concluir em relação a seus pais e sua primeira educação. Dado à embriaguez, seus cabelos pretos e corredios, sua cor

⁶ A referência é de Francisco Campos na “Exposição de motivos” que precede o Código Penal de 1940.

moreno-terra, a assimetria visível da face denotam talvez um todo epilético”.

Anos mais tarde, referindo-se à dificuldade de entender a conduta de um homem autor de um homicídio ocorrido em 1906, dizia o delegado do Brás:

“Observei os principais traços fisionômicos do indiciado, próprios de um criminoso, segundo o ensinamento dos criminalistas. Notei-lhe a proeminência das arcadas superciliares, o nariz alto e adunco, as largas narinas; o volume demasiado das mandíbulas; o afastamento das orelhas com aderência dos lóbulos; a boca contraída, ameaçadora; a desproporção entre o desenvolvimento da face e do crânio. Tive a forte impressão de que tinha diante de mim um homem feroz e perigoso. Encontrei nele o olhar de que falam Lombroso, Casper, Amadei e tantos outros”.

Estes textos relativamente grosseiros têm uma contraface erudita nos pareceres médicos que passaram a ser emitidos nos processos, com alguma frequência, a partir de meados dos anos dez. O estudo destes pareceres, sob o ângulo do saber dos médicos, escapa ao alcance deste trabalho. Limito-me aqui a anotar alguns pontos sugestivos. Os laudos combinam elementos das concepções psiquiátricas que tomaram corpo ao longo do século XIX (os vários tipos de delírio, a monomania), com uma ênfase especial no positivismo biológico que tem em Lombroso seu nome mais conhecido. O autor italiano, especialmente em *O Homem delinquente* (1876), inspirou-se no paradigma das ciências naturais, sob influência da teoria evolucionista de Darwin. Privilegiou os fatores biológicos no estudo da criminalidade e definiu em termos quantitativos, “objetivamente científicos” (por exemplo, a minuciosa mensuração craniana), os critérios diametralmente opostos do normal e do patológico. Simplificando seu argumento, os diferentes tipos de criminosos seriam, em maior ou menor grau, portadores de uma inferioridade biopsíquica instalada ao longo das gerações, em um processo de degenerescência das qualidades humanas. A degenerescência implica a involução, a volta à “selvageria” do homem primitivo de quem se aproxima a famosa figura prototípica do criminoso nato.

A partir das concepções do positivismo biológico, a história da família do delinquente, a sua própria história de vida e seu corpo se abrem a uma nova leitura onde os especialistas decifram os sintomas visíveis ou ocultos da degenerescência. Familiares considerados anormais segundo os mais aleatórios critérios indicativos da criminalidade são trazidos à cena. Entre as “doenças” destaca-se a epilepsia, indicador seguro da propensão ao crime, a ponto de Lombroso criar a figura do criminoso epilético, com vários traços em comum com o nato. O corpo, por sua vez, é portador de estigmas de degenerescência: assimetria craniana, orelhas sêsses, úvula inclinada, desvios da comissura labial, abóbada palatina irregular, orelhas desiguais, fronte fugidia etc.

Convém ressaltar que o positivismo biológico foi um corpo doutrinário cujos elementos existiam dispersos séculos antes de sua aparição. A partir do século XIV, os versados na astrologia judiciária se voltaram para a “fisionômica”, com a tradução da obra *Segredo dos segredos* atribuída a Aristóteles. Os praxistas dos séculos XVI e XVII levaram-na muito a sério, sendo para eles expressiva a “má catadura” como sinal de “celeradez”.⁷

Ao mesmo tempo, embora nada ou quase nada tenha sobrado das concepções da escola no terreno científico, sua influência está longe de ter desaparecido no senso comum. Afinal, o positivismo biológico corresponde a um componente enraizado da consciência coletiva: a busca do bem e do mal como figuras opostas, estampadas sem contradições, nos rostos humanos.

Qual a força do saber médico sobre os leigos encarregados de julgar um acusado? Referindo-se ao contexto francês em torno da década de 1830, Patricía Moulin assinalou como o reconhecimento da irresponsabilidade criminal do louco ou o reconhecimento das circunstâncias atenuantes autorizaram a entrada da psiquiatria e de todas as ciências sociais e humanas na justiça. Ocorreu assim a diminuição do caráter específico desta, a diminuição do poder dos juizes que viram um certo número de técnicos invadir seus domínios.⁸

⁷ Antonio Almeida Jr. e J. B. de O. e Costa Jr., *Lições de Medicina Legal*, 8.ª ed., 1968, p. 602.

⁸ Ver o capítulo “Circunstâncias atenuantes” em Michel Foucault (coord.), *Eu Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*, 1977, p. 226.

De fato, o saber dos especialistas vem se constituir em um elemento a mais, de peso variável segundo as circunstâncias, no jogo intrincado da justiça. Restringindo-me aos limites deste trabalho, observo em primeiro lugar que este saber está longe de ser compacto. Os especialistas divergem entre si, segundo suas opiniões ou segundo as circunstâncias. Além disto, nem sempre o conhecimento científico dos médicos se impõe aos juízes de fato. Em um processo de 1918, por exemplo, um jovem de 18 anos autor da morte da namorada é condenado a 10 anos de prisão, não obstante um laudo pericial que o considerava irresponsável por ser epilético e portanto “anormal de espírito”.

Por outro lado, a argüição de imputabilidade aparece como tábua de salvação para os advogados, em casos considerados irremediáveis. Aparentemente, torna-se preferível nestes casos entregar o réu nas mãos dos detentores de um poder derivado da ciência a levá-lo ao cumprimento de uma pena. A escolha pode ser muitas vezes compensadora mas nem sempre. A pena é, em princípio, determinada; a decretação da loucura chega a converter-se em confinamento perpétuo, como demonstra o caso de Febrônio Índio do Brasil, ao lado de tantos outros sem registro.⁹

Homicídio e família

O que leva uma pessoa a suprimir a vida de outra? Questão direta para a qual não há uma resposta segura, sobretudo quando a matéria-prima básica é constituída de processos judiciais e, secundariamente, do noticiário da imprensa. O ato solicita um enfoque psicossocial ou psicanalítico cujos limites estão dados pela própria natureza das fontes. Mesmo se nos ativermos apenas ao plano do consciente, convém lem-

⁹ Acusado da morte de um menino em 1927, Febrônio foi considerado irresponsável. Quando Peter Fry o entrevistou em 1982 estava com 86 anos de vida e 55 de confinamento. Cf. Peter Fry, “Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei”, em *Caminhos Cruzados*, 1981, p. 79.

brar que os autos não constituem um documento norteado pela “busca da verdade”; pelo contrário, como disse Mariza Corrêa, constituem a pulverização do fato originário, por iniciativa do aparelho policial-judiciário e dos envolvidos, tendo como objetivo o enquadramento positivo ou negativo dos personagens em identidades sociais idealizadas. Versões incômodas de um fato podem ser abafadas ou abandonadas, como ocorre por exemplo em um crime de morte praticado por um marido, em 1910. Ferida a tiros, antes de morrer, a mulher nega as afirmações do agressor de que mantinha relações sexuais com um compadre. Há muito tempo brigava com o marido porque este queria violentar uma filha do casal, mentalmente retardada. Esta versão, sugerida também por vizinhos, deixa poucos traços no processo e o debate se trava em torno do adultério ou da fidelidade da mulher.

Apesar das ressalvas, a discussão dos “motivos” é relevante por ser indicativa das normas sociais de comportamento vigentes, das expectativas de conduta que estabelecem uma gradação do ato homicida, considerado “torpe” em um extremo e “justificado”, no outro. Mas, pelas razões indicadas, e porque a própria expressão “motivo” denota uma linearidade causal, que não dá conta do complexo de desejos, impulsos, racionalizações capazes de gerar uma conduta agressiva, prefiro usar, como Mariza Corrêa, o termo “tema” e não “motivo”.

A Tabela 31 mostra o significado do tema da honra e da afetividade. Ele se liga com muita frequência à família. Dentre 221 processos de homicídio, 70 dizem respeito a casos em que a família é o eixo central, seja porque se dão entre membros da família (32), seja porque a ação se volta contra terceiros a partir da inserção do indiciado ou excepcionalmente da vítima (quando o agressor é vitimado) na esfera familiar. São as situações em que o indiciado “vinga a honra familiar”, reage a ofensas a membros da família etc. Os dados sugerem a natureza conflitiva dos atributos das “pessoas” constitutivas do “mundo da casa”, em posição dominante (penso sobretudo no cabeça-do-casal). Portadoras ao mesmo tempo de atributos de dominação, afeto, proteção, tais pessoas trazem consigo uma carga explosiva. Em uma das dimensões do “mundo da rua” — a área do trabalho — elas se transfiguram em “indivíduos” e se submetem a um padrão

TABELA 31

Temas de homicídio, 1880-1924

Temas	%
Honra, afetividade	26,8
Deveres conjugais ou familiares ¹	6,8
Disputas por interesses materiais ²	12,2
Questões de serviço ³	4,0
Jogo, aposta, troca	14,5
Choque étnico-cultural	4,1
Violência sexual seguida de morte	1,3
Roubo	1,3
Transgressão da ordem pública	2,8
Outros e sem especificação ⁴	26,2
Total	100,0 (221)

Fonte: ATJESP.

Obs.: Têm características de "briga súbita" 25% dos processos.

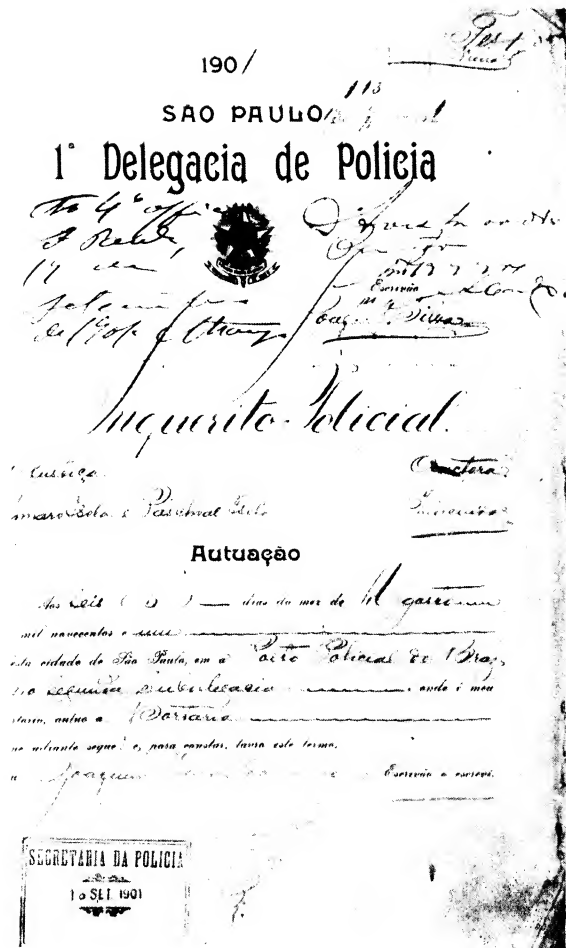
- 1 Abrange situações como adultério, vingança por assassinio ou defloramento de membros de uma família, disputa por uma mulher, etc.
- 2 Abrange disputas de negócios, por dívidas etc.
- 3 Abrange rivalidade entre colegas, disputas entre patrão e empregado.
- 4 A rubrica "outros" inclui algumas disputas de trânsito entre motorneiros de bonde e carroceiros, mostrando como o desfecho sangrento deste tipo de atrito é mais antigo do que se poderia imaginar. Nos primeiros anos da década de vinte, surgem mortes "de somenos importância" nos campos de futebol, indício da popularização deste esporte.

relativamente homogêneo de exploração, interiorizando normas de hierarquia que envolvem maior respeito e temor.¹⁰

Ao mesmo tempo, coletividades familiares são o eixo ostensivo de vários crimes ocorridos em fins do século XIX e nos primeiros anos deste século.¹¹ As cenas mais frequentes

¹⁰ Uma significativa aplicação dos conceitos de "pessoa" e "indivíduo", ligados respectivamente ao "mundo da casa" e ao "mundo da rua" no meio social brasileiro se encontra em Roberto Da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*, 1981.

¹¹ Os casos são 6, localizando-se entre 1894-1907, sendo que 4 deles se situam nos últimos anos do século.



Capa de autuação do processo em que são acusados de homicídio Genaro e Paschoal Isola (1901).

passam-se em cortiços, ruas ou vendas do Bexiga e do Brás. Famílias ligadas por laços de amizade, companheiros de tocas tornam-se inimigos furiosos, em situações onde se insinua muitas vezes “o demônio do sexo”. São verdadeiras guerras familiares, acompanhadas de agressões verbais. Aos corriqueiros xingamentos de “cornô”, “puta”, “filho da puta” juntam-se ameaças mais precisas: “vou enfiar meu revólver no seu cu”, “passo as rodas da minha carroça na sua cabeça” etc. Em um caso, indicativo da organização grupal da nacionalidade envolvida, dois clãs rivais — os Maluf e os Mathias —, em um total de 30 a 50 pessoas, travam uma batalha a bengaladas na rua Florêncio de Abreu por razões misteriosas até que um dos litigantes cai morto, atingido por um tiro (1907). As batalhas prolongam-se por vezes após o crime, no plano do cotidiano ou dos meios forenses. Membros femininos da família Del Izola, cujos homens se encontram presos por terem matado um vizinho, pertencente à família Imbelloni (Rua Caetano Pinto, 1902), vão à polícia queixar-se de que Madalena Imbelloni, mulher da vítima, e seus parentes perseguem-nas sem cessar. Vizinhos afirmam que um grupo de garotos, chefiados por um irmão de Madalena, se postam à frente da casa das Del Izola e atravessam a noite embriagados, soltando foguetes, ameaçando os transeuntes a mão armada, aos gritos de “morra os assassinos”. As coisas chegam a tal ponto que as Del Izola já não podem transitar pela rua, sendo obrigadas a sair furtivamente pela porta do fundo de sua casa. Mulher de recursos, Madalena é acusada de liberar seus inquilinos do pagamento de aluguéis se viessem a juízo fazer carga contra os indiciados. Mobiliza também a opinião pública através de matéria paga publicada em *O Estado de S. Paulo* (11.4.1902), dando sua versão dos fatos. Os dois clãs sírios travam uma batalha judicial, através de petições datilografadas, memoriais impressos, pressões sobre testemunhas que, por deporem através de intérprete, podem se dar ao luxo de mudar de campo, sob a alegação de que não foram bem entendidas.

Todos os casos ocorrem entre pessoas da mesma nacionalidade, brancos, estrangeiros, com predominância de alfabetos e italianos. Estas características e a concentração temporal são indicativas da maior ancoragem do indivíduo no seio da família nos primeiros tempos da imigração, assim como de uma disputa no plano afetivo, no plano da concor-

rência, entre grupos intranacionais. Depois, o coletivo “família” perde gradativamente seu papel de “grupo de vingança”, em favor do Estado como instituição punitiva.

Nos conflitos internos ao grupo familiar que desembocam no homicídio, a família nuclear aparece como relevante. Dentre todas as situações, quantitativa e qualitativamente, a morte entre cônjuges ganha destaque, pondo em relevo o problema da interação de papéis sexuais. Em 32 homicídios em que os envolvidos são parentes — não se considerando aqui o número de réus em cada processo — 18 dizem respeito a crimes entre marido e mulher. O marido figura como agressor em 17 situações.

A morte entre cônjuges é quase sempre a supressão da mulher, sobretudo no período que estamos considerando. Os 17 homens que matam suas mulheres têm algumas características distintivas do quadro geral da delinquência: todos — à exceção de um cuja cor não é possível apurar e cuja mulher é preta — são brancos, alguns deles (3) de classe média ou mesmo de classe alta. Com uma exceção são todos pelo menos alfabetizados e sua idade média é mais alta que a média dos presos na cidade, nos anos para os quais existem informações (1911-1915). Situam-se majoritariamente acima dos 30 anos (10 casos), sendo que em uma distribuição etária decenal a faixa predominante se encontra entre os 50 e 59 anos. Comparativamente, as pessoas presas na cidade acima de 30 anos, entre 1911-1915, representam 37,8% do total, localizando-se a faixa predominante por decênios entre os 21 e 30 anos (35,9%). A idade relativamente avançada caracteriza não apenas o agressor como também a vítima. A maioria dos casos (12) ocorre entre casais com mais de 30 anos, o que sugere, em vez de uma explosão súbita entre jovens, um desgaste do casamento ao longo do tempo, convertendo-se em tragédia na passagem para uma idade crítica da mulher, do homem, ou de ambos.

Como seria de se esperar, o argumento justificador largamente utilizado pelos indiciados (13 em 16 casos em que o acusado presta declarações) é o adultério. A fantasia mais comum para o homem casado psicologicamente instável é a traição da mulher, tendo-se em conta o significado que a sociedade confere à preservação da honra masculina. Nessa época e em certa medida ainda em nossos dias, conta com a benevolência da sociedade o homem que mata a mulher para

não converter-se na figura do “corno manso”.¹² Do ponto de vista da articulação da defesa era, pois, viável sustentar que o crime tinha sido provocado por uma paixão eminentemente social, suscitada pela ofensa à honra e à dignidade familiar.¹³ O estado passional teria levado o marido a um estado de privação de sentidos e de inteligência, justificando-se assim sua absolvição.

Ainda que cada caso tenha notas específicas, a imagem de um frio marido homicida raras vezes se ajusta à realidade. O agressor é atravessado por intensos conflitos (muito mais complexos que a “paixão”), o que não significa tomar partido a favor de sua irresponsabilidade penal. Um indício disto reside na constatação de que, no período analisado, um número considerável de maridos e homicidas em geral suicida-se ou tenta suicidar-se após a prática do crime. Ferri vê nestas situações um sinal característico do homicídio passional, aliás largamente explorado pelos defensores dos réus, dentre os quais se destacou no Rio de Janeiro o criminalista Evaristo de Moraes.¹⁴ Embora seja necessário distinguir entre as situações controladas pelo agente, em que ele produz em si pequenos ferimentos, e outras onde a tentativa se torna eficaz, não se confirma a sugestão de Mariza Corrêa segundo a qual as tentativas de suicídio eram quase sempre frustradas. Em 74 casos localizados na imprensa entre marido e mulher e outros envolvendo tema afetivo, não há menção ao suicídio em 33 deles; em 24 casos há menção à tentativa de suicídio que resulta na morte em 16 situações.

A alegação de adultério é passível de muitas dúvidas e com frequência não passa de uma construção para fins de defesa. Nenhum dentre os casos envolve flagrante, oscilando entre as fantasias paranóicas e as alegações com razoável consistência. Este quadro contrasta aliás com o da morte dos

amantes das mulheres — em número de 3 — em que as relações extraconjugais ficam plenamente caracterizadas. A exemplo dos defloramentos, a temática dos uxoricídios — como Mariza Corrêa observou — vincula-se à tentativa de fixar comportamentos de homens e mulheres, positiva ou negativamente, segundo imagens masculinas e femininas idealizadas, nunca postas em questão nas discussões jurídicas. Estas imagens guardam relação com um substrato básico de representações pelos quais estabelecem-se padrões de comportamento diferenciados segundo o sexo.

O “marido exemplar” se define pelo desempenho na esfera privada do papel de proteção e assistência, possibilitado pelo exercício de uma atividade pública — o trabalho. Se o marido for pobre, o papel é entendido em termos estritamente materiais (o sustento do lar); se fugir à condição de pobreza, compreende em algum grau a “assistência espiritual” que não se espera de “gente rude”. Por exemplo, em um homicídio ocorrido em 1918, para falar das boas qualidades de um acusado, um vendeiro se refere a ele como “trabalhador, empregado da Light há alguns anos, sendo certo que abrisse uma conta em seu armazém, autorizando a vítima a gastar livremente”. Em regra, a valoração positiva do marido é expressa por testemunhas através de qualificativos como “boa pessoa”, “homem de caráter pacífico”. Sugere-se deste modo que o delito representa uma ruptura imprevista — quem sabe provocada pelo adultério da mulher — em um *continuum* de vida normal, a ser retomado logo adiante. Assim, um vizinho de um homem acusado de matar a mulher, com fortes suspeitas de adultério, diz que ele “é pessoa boníssima, morador há anos no bairro, incapaz de matar uma mosca, e se assim agiu foi impellido pela infidelidade da mulher, como se comenta no bairro” (Ipiranga, 1923).

Por sua vez, a imagem do marido será tanto mais negativa quanto mais se afastar das expectativas de proteção e assistência à família. Dois casos extremos aparecem nas descrições seguintes, em que os acusados têm em comum o fato de fugirem da vala comum da pobreza. Armando Castro, funcionário público que afirma ser engenheiro, é descrito pela mulher antes de ela morrer como freqüentador de centros espíritas — um sinal desfavorável encontrado em outros processos —, bêbado, de conduta escandalosa. Testemunhas aludem à sua incapacidade de sustentar o lar a ponto de dissi-

¹² Excepcional, pelo menos em seus detalhes, é a atitude de um certo Johann Bugmann, que encontra saídas mais civilizadas para o seu infortúnio, preocupando-se também com seus interesses materiais. Na primeira página do *Diário Popular*, de 30.1.1886, publica um aviso ao público e aos amigos de que sua mulher Jacomina fugiu com um amigo, Manoel Pinheiro, levando até a roupa de cama. Adverte que procederá na forma da lei contra Manoel e sua “digna concubina”, não se responsabilizando por dividas que venham a contrair.

¹³ A distinção entre paixões sociais e anti-sociais se baseava sobretudo na obra do criminalista italiano Enrico Ferri. Para uma breve mas sugestiva análise a respeito ver Mariza Corrêa, *Os Crimes da paixão*, 1982.

¹⁴ Mariza Corrêa, *op. cit.*, p. 48.

par os bens da mulher, “elegante, com roupa de baixo de seda, sempre em péssima companhia, voltando de seus jogos e troças a altas horas da madrugada” (1919). O comerciante Domingos Loureiro é tido pelo cunhado e por outras testemunhas como “jogador inveterado, espancador da mulher, dissipador dos bens do casal, a ponto de obrigar a mulher a vender duas casas, incapaz de prover o sustento do lar, levando os filhos à fome” (1915). O excessivo desregramento masculino, a elegância exagerada são condenados nestes exemplos radicais na medida em que contrastam com a incapacidade destes homens de prover recursos para o lar. Mais grave ainda, trata-se de homens que, casados com mulheres de condição economicamente superior, sequer conseguem manter os bens destas.

Se o desregramento sem limites é condenável, a fidelidade conjugal não constitui um comportamento esperado. A referência à fidelidade nunca aparece como elemento integrante de imagem positiva dos indiciados e, a menção ao adultério do marido aparece uma única vez, em condições específicas. Trata-se de um homicídio ocorrido em 1918 em que, ao que tudo indica, o réu — operário de profissão — forja uma carta de um suposto amante da mulher para justificar um crime premeditado. Excepcionalmente, o processo é atravessado por uma controvérsia, no sentido de se saber se o réu tinha ou não amantes. Algumas testemunhas optam pela negativa, mas uma irmã dele reconhece o fato para melhor justificar o irmão: o casal vivia em Sorocaba e sua cunhada viera para São Paulo “porque Salvador arrumara outra mulher e ela, muito ciumenta, não se conformara”. Condenado a uma longa pena, Salvador pediu em 1929 livramento condicional, indeferido diante de um longo relatório desfavorável do diretor da Penitenciária. Entre outros elementos negativos, aí se menciona a circunstância de que, à época do crime, o réu “cheio de filhos e sem recursos, simples operário, mantinha uma amante”. Censurável não era o fato isolado de ter amante, mas de ousar tê-la sendo pobre, em detrimento das obrigações básicas de um homem para com a família.

Os marcos de adequação social da figura masculina estão dispostos de modo flexível, de tal forma que a transgressão dos limites só ocorre em situações peculiares. Os marcos da figura feminina são outros e, como é sabido, muito mais estreitos. A identidade social da mulher tem como refe-

rência básica a esfera privada, ou seja, o lar, núcleo em que se concretizam duas virtudes básicas: a fidelidade ao marido e a predominância do instinto materno, consubstanciado no desenvolvimento pelos filhos. Ambas as virtudes pressupõem a obrigação e o sacrifício. Recato, a falta de encanto mesmo são ingredientes altamente favoráveis na composição da imagem positiva da esposa. Em contraste com a figura escandalosa de Armando de Castro, a de sua mulher morta é composta com os traços da *mater dolorosa*: uma “vítima do lar, pobre moça que se trajava simplesmente, sem o mínimo cuidado em apuros de ‘toilette’, vivendo exclusivamente para seus filhos e para os arranjos pesados da casa, saindo raríssimas vezes, assim mesmo acompanhada do marido, sem criados e conforto material”.

No reverso da medalha, situam-se as afirmações de infidelidade da mulher ou dúvidas sobre sua conduta e o não preenchimento dos deveres maternos. As afirmações muitas vezes consistem em atribuições grosseiras (“isto é o resultado de Fulana andar metendo por aí”; “Fulana caíra na boca do povo de Santana”); as dúvidas compõem-se de alusões como o recebimento no lar de um homem tido como conquistador na ausência do marido, a aceitação de assédios à distância em passeios, o hábito de passear sem companhia fora do centro da cidade etc. Tal como a excessiva elegância masculina indica o não cumprimento dos deveres fundamentais do esposo, os “cuidados exagerados” com a própria aparência (gostar de pintar-se “fora do razoável”, vestir-se acima de suas posses) são sinais da possível infidelidade e de abandono dos deveres maternos por parte da mulher.

O abandono do instinto maternal pelo instinto sexual fora do casamento é tido como suficientemente grave para justificar o assassinato da mulher, como indica este relato de jornal, onde pontifica a figura heróica do cônjuge varão. O crime envolve dois jovens de classe média, em torno dos 25 anos. O marido vai em busca da mulher que dele se separara para propor-lhe uma reconciliação apenas aparente, visando evitar vexames às filhas de pouca idade:

“Elisa recusou-se a dar uma resposta leal, e como o marido insistisse confessou toda sua paixão pelo sedutor, rematando com esta frase injuriosa: ‘é até uma pouca vergonha o que você vem me propor’. Ante essa atitude revoltante da adul-

tera, Caldeira não vacilou. Fechando a porta por dentro, em um movimento rápido, sacou da faca e lançou-se resolutamente sobre Elisa, que caíra no leito, desferindo-lhe sucessivamente dez profundos golpes... A um grito lancinante da vítima, acudiu Helena (sua irmã) que, arrombando a porta, foi encontrar o criminoso sobre a vítima, desferindo, com arremesso leonino, os últimos golpes”.¹⁵

O casamento constituía para o homem (como as libações das despedidas de solteiro indicam) e para a mulher a entrada na “vida séria”. Isto significava para a mulher o abandono do princípio do prazer que, bem ou mal, lhe era lícito transpor antes das núpcias para o mundo da fantasia. A transgressão deste princípio aparece na figura de uma plebéia e mais contida Emma Bovary, jovem operária, morta pelo marido alfaiate em 1924. Que ela tenha chegado como Emma ao adultério, nada indica; mas em comum com a personagem famosa de Flaubert tinha “o mau hábito de ler romances, veículos do sonho e da mentira, maçãs envenenadas que são a um tempo tentação e veneno”.¹⁶ O significado para nós aparentemente banal da leitura de romances não escapa à narrativa da imprensa:

“O moço é um indivíduo de ideais limitados, um sujeito que enxerga a vida sem louçanias e gracilidades, que vê o mundo com olhos pequeninos, com sonhos rasteiros e desvantajados castelos. Olivia não. Seu espírito não cai na pesada brutalidade do quase nada, mas ergue-se em voos suaves para a fantasia. Ela pensa como mulher, pensa e sonha. E sonhando, criou para si um ideal quase impossível, perigoso, cultivado poderosamente pela leitura de maus romances”.¹⁷

Torna-se mesmo o eixo da controvérsia judicial. Testemunhas favoráveis ao marido alegam que ele várias vezes se queixara de que a mulher se perdera pela leitura de romances, fornecidos por sua própria família, abandonando os afazeres da casa. O pai da moça trata de minorar o que admite ser uma acusação, ao dizer que “a filha lia às vezes romances

tomados por empréstimo, mas só no período da noite ou quando estava doente e pelo que sabe o marido não se opunha a isto”. A liberalidade deste é porém duvidosa. Antes de uma tentativa frustrada de suicídio, deixa um bilhete lacônico: “A família, em lugar de educá-la, dava-lhe romances para ler”.

Até aqui me referi aos casos em que o agressor é o homem. A situação inversa é bem mais rara, aparecendo uma única vez na amostragem de processos, mesmo assim em um homicídio em que a mulher está acompanhada do irmão, tudo indicando ser ele o autor material do delito. Na amostragem da imprensa registrou-se maior número de casos (5). Todos revelam a predominância de “homicídios precipitados pela vítima”, ou a reduzida capacidade agressiva do marido, por circunstâncias excepcionais.¹⁸ A troca de papéis agressivos não altera os moldes básicos pelos quais julga-se no plano moral o comportamento dos parceiros, com reflexos no desfecho dos processos. Assim, o *Correio Paulistano* noticiava um crime praticado pela mulher ressaltando a sua vida de sacrifícios, ao longo de um casamento mantido por mais de 20 anos, em contraste com o marido espancador, um verdadeiro “monstro alcoólatra”.¹⁹

Convém ressaltar que os traços exemplares delineados não correspondem às figuras concretas do homem e da mulher, representando idealizações de expectativas, muitas vezes caricaturais. Mas as idealizações só ganham forma e têm tanta eficácia em situações vividas porque partem de um substrato de representações profundamente ancorado na consciência coletiva. Estas representações delimitam um amplo campo de permissibilidade masculina, à condição de que o marido cumpra seus deveres básicos; o perfil da mulher, como mostrou Da Matta, é seccionado em duas figuras paradigmáticas: a da Virgem-Mãe, cuja sexualidade é controlada pelos homens a serviço da sociedade, capaz de ser mãe

¹⁵ *Correio Paulistano*, 8.1.1922.

¹⁶ A citação entre aspas é de um artigo de Mário Vargas Llosa.

¹⁷ *Correio Paulistano*, 2.1.1924.

¹⁸ Afóra o homicídio constante da amostra dos processos, que também aparece na que se baseia nos jornais, a mulher, coajuvada por um filho, mata o marido louco, “possuído pelo demônio”; elimina o parceiro alcoólatra, tomando-lhe a faca com que era ameaçada; com ciúmes de uma enfermeira, mata o marido cego e não se encontra sequer na cena do crime em uma situação, sendo indicada por ter conhecimento de que seu amante tinha um plano bem sucedido de matar seu marido.

¹⁹ *Correio Paulistano*, 12.4.1924.

permanecendo virgem; a da puta regradora e centro de uma rede de homens de todos os tipos, por onde transita o prazer sexual.²⁰ Isto não quer dizer que os paradigmas esgotem as possibilidades de representação da mulher. Basta pensar na insólita Senhora, de Alencar, ou na enigmática Capitu, de Machado de Assis, que certamente encontravam correspondentes na vida real da época. Nem significa que, para ficar com o exemplo das mulheres pobres, muitas não completassem seus ganhos através de “favores sexuais” ou entrassem e saíssem da prostituição em momentos diversos de sua existência. Mas estas representações e práticas surgem como desvios das figuras paradigmáticas. Estas emergem com toda radicalidade quando se trata de enquadrar comportamentos sexuais nos moldes do lícito e do ilícito.

Os chamados uxoricídios são casos polares de extração da família nuclear. Em contraste, há situações em que membros da instituição familiar fazem pessoas não pertencentes ao grupo pagar com a vida atos considerados ofensivos à honra coletiva. Aí se destaca o cabeça-do-casal (apelativo que fala por si mesmo) investido dos papéis de dominação e proteção. Ele aparece em 19 homicídios dessa natureza, figurando sozinho em 10 casos, com o filho ou filhos em 5 e com a mulher em 4 casos. Os filhos figuram sozinhos em 4 destas situações. O papel protetor do cabeça-do-casal, nem sempre fácil de cumprir, reforça aliás a noção de que age justificadamente quando suprime sua mulher por ato atentatório à honra familiar. A supressão de terceiros pode ser resposta a simples ofensas verbais, assédios amorosos, defloraumento das mulheres ou assassinio de membros da família.

Em alguns casos, o chefe da família é acompanhado de seus filhos, cujo papel pode ser até mesmo mais relevante. À falta do pai ou diante das vacilações ou da idade deste, os filhos assumem a chefia da casa e, implicitamente, o dever de vingar a morte de irmãos ou a desonra de irmãs. Há uma impressionante homogeneidade nacional nos homicídios em que pais ou filhos eliminam estranhos à família na situação indicada. Os pais são todos italianos, quase sempre pobres, os “irmãos vingadores” — considerados apenas os que agem sós, pois os demais são obviamente italianos ou filhos de ita-

lianos —, também são italianos ou filhos de pais desta nacionalidade, com uma única exceção. Tendo-se em conta que são italianos todos os pais responsáveis pela supressão dos próprios filhos, torna-se clara a carga do papel agressivo — protetor dos membros da família nuclear italiana, possivelmente meridional, embora não haja dados elucidativos sob este último aspecto.

As figuras masculinas concentram a missão de preservar o núcleo familiar, mas as mulheres também aí aparecem. Sem mencionar o fato de que possam ter tido um papel central, embora oculto, no deflagrar das agressões, surgem ostensivamente em alguns casos, acompanhadas em regra de seus maridos. Duas situações dizem respeito à eliminação de figuras do passado da mulher que aparecem como fantasmas de dúvida ou de clara desonra. Giram em torno de gente da classe média, provocando grande repercussão na imprensa. As imagens das mulheres se articulam em torno de elementos fortemente contraditórios, onde conflitam atitudes de “excessiva independência” e os “fins nobres” do crime, como veremos mais adiante ao discutir os padrões de julgamento do Tribunal do Júri.

A relação de dominação/proteção do marido para com a mulher se modifica quando ambos caem nas malhas do aparelho policial e judiciário. Recuperemos fragmentos da rua Santa Rosa, no ano de 1897, ainda não atravancada pelos armazéns de cereais. Vizinhos, em sua maioria italianos, tomam a fresca após a janta sentados nas cadeiras à calçada, quando surge uma violenta discussão, entre uma mulher e seu antigo sublocatário. Maria toma a ofensiva, jogando o adversário ao chão. Giovanni se refaz, corre atrás da agressora que se refugia em casa. Ele invade a casa e acaba sendo morto a facadas em seu interior. Na polícia, a mulher assume a responsabilidade pelo homicídio; mais tarde, reconhece que de fato o autor do crime fora seu marido. Qual a razão desta atitude? Após a cena, tiveram tempo de rapidamente combinar a atribuição de responsabilidades. Decidiram ser melhor para ambos que o marido fugisse e se apresentasse mais tarde à polícia, negando sua participação. Maria pôs a faca no bolso e seguiu para a delegacia, confessando a prática do crime.

No exemplo acima, o papel protetor se inverte e a mulher assume a postura sacrificial. Indicado por um caso que é excepcional apenas por sua clareza, o padrão se confirma em

²⁰ Da Matta, *op. cit.*, p. 110.

outras situações semelhantes. As atitudes de marido e mulher não entram em conflito, nem ocorrem mútuas acusações. Os maridos tendem a negar o crime, sem escudar-se na justificativa da privação de sentidos, como fazem com frequência quando agem sozinhos; as mulheres, por sua vez, assumem a responsabilidade real ou imaginária. Tudo parece conformar-se a dois pressupostos básicos. De um lado, a preservação do marido é absolutamente indispensável sob o aspecto econômico para a manutenção da família; de outro, é crença geral que a mulher tem maiores possibilidades de escapar a uma pena.

Os amantes

Saímos do círculo da família legítima. Aparentemente, é estranho estabelecer distinções nítidas entre “gente casada com papel” e as uniões de fato, sobretudo naqueles casos em que a relação conjugal é estável. Entretanto, se não quisermos cair no anacronismo, torna-se necessário apreender as concepções da época — hoje desgastadas —, que estabelecem uma clara fronteira entre a regularidade ou irregularidade da vida em comum. Quando muito, esta afirmação pode ser matizada, variando com a classe ou o estrato social: em um extremo, a “mancebia” tão freqüente representa um estigma a mais a juntar-se à cor, ao baixo nível de educação, aos modos grosseiros; no outro, a mácula passa pelo canal sutil das alusões, mitigada pela riqueza, pela distinção; os restritos círculos intelectuais fogem à regra, transformando o vício em virtude, sinal de revolução nos costumes.

Os indiciados são em número de 14 (4 mulheres). Predominam os brasileiros (11); alguns deles pretos ou mulatos (3). Três dentre os homens são militares não graduados, indício confirmatório do dito depreciativo: “mulher é mulher de soldado”. Ressalvo que as situações são bastante variadas, incluindo casais com relações recentes, pares de há muito estabelecidos, vida em comum transitória com uma prostituta. As mulheres aparecem como indiciadas em maior proporção do que nos casos envolvendo gente casada. Quase sempre estão em posição defensiva e alegam ter reagido a agressões físicas do amante.

Nas situações em que as relações entre os parceiros são estáveis, a figura masculina entra em crise. Quando acusados, os homens tentam adequar-se aos traços componentes do “marido exemplar” que toma uma atitude extrema em defesa da honra. Entretanto, um vício de origem — a união irregular — se insinua para macular a imagem; por sua vez, a honra destes homens é duvidosa, na medida em que não se assenta no casamento e na família legítima.

A figura dos mortos com frequência não corresponde ao modelo social adequado. Dois casos são bastante expressivos neste sentido. Ambos apresentam alguns traços comuns, apesar da diversidade de condição social das pessoas envolvidas. As mulheres não são pintadas como “levianas”, insistindo em casar-se com seus parceiros que lançam mão de subterfúgios para fugir a promessas anteriores. A atitude destes parceiros se torna mais censurável por se tratar de homens que ultrapassam os limites da permissibilidade sexual conferida ao sexo masculino. O “amante plebeu”, como reconhece seu próprio pai, “casara-se anteriormente na polícia, se separara da esposa e vivera com uma espanhola com quem teve dois filhos”; o outro — morto em meio a uma discussão na qual teria proferido a frase “então, quer matar um Dom Juan?” — é descrito como deflorador contumaz de várias comerciárias.

Fica delineado aí o limite mais flexível mas não indiscriminado da sexualidade masculina, na dependência de seu objeto. Na medida em que abandona o campo das “mulheres de vida airada” e se volta obsessivamente para moças presumivelmente virgens, converte-se em um risco social, atentatório à segurança e à estabilidade da família.

A paixão juvenil

A paixão dos jovens, com um desfecho trágico, vem acompanhada do desespero e da frustração. Deixo por ora de lado o único caso cujo agente é uma mulher, dada a sua especificidade. Os homens acusados, em número de 7, e suas vítimas são brancos e extremamente jovens: 5 dos indiciados são menores de 21 anos, assim como 6 das 7 vítimas, sendo que a única maior tem apenas 21 anos.

A situação típica é a dos namoros difíceis que chegam a um ponto de ruptura por oposição familiar. Via de regra, a mãe da vítima aparece ostensivamente como o elemento opo-
sitor, em conexão com a ausência do pai — morto, desapare-
cido ou ignorado. Circunstância indicativa de que lares cen-
trados na mãe, sem uma forte figura masculina, são mais vul-
neráveis a investidas de rapazes imaturos. Contra eles não se
opõe uma barreira clara, por parte de alguém reconhecido
socialmente como detentor de autoridade.

A oposição familiar ao namoro, segundo declarações de
parentes da vítima ou de testemunhas, decorre de traços nega-
tivos que, com maior ou menor aproximação têm como refe-
rência a pouca predisposição ao trabalho: bêbado, vagabun-
do, tocador de violão, atirador exímio, freqüentador de rodas
de bicheiros e prostitutas são qualificativos comuns. A eles,
os acusados e testemunhas que lhes são simpáticas procuram
opor a imagem do “bom moço”, respeitoso para com a mãe
da vítima, freqüentador de batizados e casamentos em casas
de família. Este trata de demonstrar que sempre trabalhou e
está provisoriamente desempregado por não encontrar em-
prego; aquele, reconhece estar em estado de freqüente em-
briaguez, mas pelo desgosto sofrido com a separação imposta
pela família da vítima.

Estes rapazes preservam em regra a figura da namorada,
ao contrário do que ocorre nos homicídios entre marido e
mulher e nos defloramentos. A culpa do ocorrido reside na
incompreensão familiar; a justificativa típica para o ato é a
paixão socialmente escusável, não referida à honra. Vimos
como certo número de agressores suicida-se ou tenta suicidar-
se. Alguns deles procuram compor um quadro de privação
dos sentidos e da inteligência que os exima da responsabili-
dade e justifique, às vezes, a retificação de inverosímeis auto-
acusações. Preso em flagrante, o pintor de paredes José Carlos
dos Santos assina um termo no qual, além de confessar o cri-
me, reconhece ser “bêbado e vagabundo”. Algum tempo
mais tarde, em juízo, diz que estava inteiramente atordoado
pelo ocorrido, lembrando-se apenas de ter sido ofendido por
um escrívão que o obrigou a assinar alguns papéis (1915); em
um caso ocorrido em 1922, a autoridade policial faz constar
do auto de prisão em flagrante de um sargento da Força Pú-
blica que ele nada declara por se encontrar em estado de
prostração.

A “explosão súbita”

Um grande número de homicídios (57 casos represen-
tando 25,8%) apresenta a forma de uma “briga súbita” que, em
uma rápida escalada, desemboca no desfecho fatal. Por vezes,
a forma corresponde ao conteúdo de uma explosão não pre-
meditada entre desconhecidos. Em outros casos, ela é o envol-
tório ritualizado e socialmente aceito para a supressão de um
inimigo pessoal. Os dados não indicam uma concentração de
negros ou mulatos nestas situações que emergem muitas vezes
de cenas caracterizadas pela “desordem”, pela “conduta
inconveniente”. Se alguma coisa distingue os homens de cor,
é o fato de que aparecem mais como vítimas do que como
ofensores, sugerindo a não consonância entre a realidade e as
imagens correntes do “preto desordeiro ou valentão”, pelo
menos no plano dos homicídios. Há 55 indiciados brancos, 3
mulatos e 2 pretos; dentre as vítimas 43 são brancos, 5 mula-
tos e 7 pretos. O número total de indiciados e vítimas não
coincide por haver em alguns processos vários indiciados.
Mais ainda, não se registram casos em que o agressor é preto
e a vítima branco, ocorrendo por quatro vezes a hipótese
inversa (Tabela 32).

Aproximados apenas pela forma, estes homicídios são
dos mais problemáticos no plano da temática que surge mui-

TABELA 32
Homicídios (briga súbita) — Relação
agressor-vítima, segundo a cor, 1880-1924

<i>Relação segundo a cor</i>	<i>Número</i>
Branco x branco	32
Preto x preto	1
Branco x preto	4
Preto x branco	—
Branco x mulato	3
Mulato x branco	2
Mulato x mulato	—
Preto x mulato	1
Mulato x preto	1

Fonte: ATJSP.

tas vezes como a ponta de um *iceberg* impossível de reconstituir. Lidamos com um mundo ostensivamente masculino: todos os indiciados e todas as vítimas são homens. As mulheres são pivô de disputas ou compõem o pano de fundo de muitas cenas. Com frequência, ocorrem em dias, datas — o domingo, o Ano Novo, o Carnaval — e locais liberadores da rotina. O espaço privilegiado (60% dos casos) é o do lugar público onde se serve bebida e comida, sobretudo as vendas e botequins dos bairros populares, com suas mesas toscas, mercadorias penduradas sobre os balcões, abrindo-se nos fundos, por um corredor estreito, para o cortiço onde moram o vendeiro e dezenas de pessoas. Locais em que o ruído de gente tocando sanfona ou violão, explodindo em risadas, altercando em torno do baralho rasgado por um parceiro incomformado, mistura-se ao cheiro de lingüiça, das sardinhas fritas, do álcool e, às vezes, do sangue. Alcool e sangue estão aliás associados com frequência, mencionando-se a embriaguez do agressor e/ou da vítima em cerca de 60% dos casos que têm a forma de “briga súbita”, independentemente do local em que ocorrem.²¹ As vendas e botequins são um dos centros do lazer masculino, aos quais as mulheres comparecem para outros fins ou em função do lazer dos homens. As duas coisas aliás não se excluem. Trata-se de moças que vão a estes locais para comprar mercadorias e de mulheres consideradas de “má fama”. A imprensa denuncia, por exemplo, a existência de vendas no Brás de propriedade de verdadeiras cafetinas, abrindo caminho para a perdição de pobres meninas.²²

As datas comemorativas e estes espaços permitem a expressão mais livre das pessoas, aliviando tensões reprimidas

²¹ Para uma ampla discussão sobre as relações entre o consumo do álcool e o homicídio, ver William B. Taylor, *Drinking, homicide and rebellion in colonial mexican villages*, Stanford, Califórnia, 1979.

²² *Comércio de São Paulo*, 3.12.1909. A propósito da expulsão do país do militante socialista Edmundo Rossoni, o jornal indaga por que se expulsa Rossoni e se deixa em paz as vendeiras — cafetinas estrangeiras. As vendas e botequins da velha São Paulo aqui referidos brevemente se inserem em um amplo *continuum* histórico. Veja-se a bela caracterização da taverna européia de inícios dos tempos modernos feita por Bronislaw Geremek, em “Criminalité, vagabondage, paupérisme: la marginalité à l’aube des Temps Modernes”, em *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, XXI, jul.-set. 1974, citada por Laura de Mello e Souza; ou ainda as observações da própria autora sobre o papel das vendas, como prolongamento das tavernas, nas Minas Gerais do século XVIII.



Manuel Antonio de Oliveira, o “Guaça”, acusado de homicídio de um padre em 1908.

na vida cotidiana. É claro que as situações vividas são bastante compensatórias, só excepcionalmente desembocando no crime. Mas o crime — se é excepcional — revela como a “expressão mais livre” desnuda simbolicamente pontos sensíveis de afirmação da personalidade masculina, entre eles a necessidade de preservar a honra ou de demonstrar superioridade com relação a parceiros da mesma condição social. Às vezes, a demonstração de superioridade aparece direta, sem sutilezas, como neste crime que ocorre em um botequim do Largo da Concórdia (Brás), no ano de 1911. Fioravante Marassi, açougueiro, calabrês, tem uma rixa com um conterrâneo — o “Barão” —, aparentemente porque este lhe comprava fiado e não pagava. Segundo testemunhas, Fioravante é um pederasta (ativo, ressalve-se!), passador de notas falsas, envolvido em processo por atentado ao pudor de um menor que conseguira “abafar” na polícia, por ter laços com alguns chefes políticos. Ele reconhece aliás ter estado preso várias vezes, acusado de passar notas falsas, de bater em seu pai e por ter-se envolvido em um conflito na Rua Caetano Pinto. A figura do “Barão”, embora morto, não é poupada: “brutamontes, o dobro do tamanho de seu desafeto, era um valentão e desordeiro, freqüentador assíduo de mulheres atoa”. Segundo Fioravante, entrou no botequim e aí encontrou “Barão”, cercado de um bando de carroceiros. “Barão” começou a provocá-lo chamando-o de “homem de nada”, *fetenti* (fedorento), ridicularizando seu gosto pela pinga. Forçou-o ainda a tirar o chapéu e a pagar cerveja para toda a roda, pois do contrário iria levar tapas na cara até ficar inchada. Depois, a briga, com versões conflitantes, o silêncio de um vendeiro italiano que “nada entendia do dialeto dos fregueses” e, afinal, a morte do “Barão”, esfaqueado por Fioravante.

Se no caso acima narrado os envolvidos já estão desde o início em posição de aberto confronto, em muitos outros eles se definem como “amigos”. A disputa tem elementos afins às situações em que as partes já se consideram rivais (a humilhação pela bebida, por exemplo), mas tomam corpo através de formas simbólicas de confrontação, como as “brincadeiras”, as apostas em torno do consumo de bebidas, os vários tipos de jogos. Dentre estes, mencionado na reconstituição de crimes do princípio do século sobretudo, destaca-se o *padrone e sotto*, que, por sua própria estrutura, hierarquizava parcei-

ros, estabelecendo um campo simbólico de interação entre dominantes e dominados.²³

• • •

Jerônimo do Espírito Santo — o “Sabará” — era um mulato gaúcho, na casa dos 40 anos, que em 1908 ganhava a vida nas ruas próximas ao mercado central, vendendo raízes, peles e dentes de cobra. Em outros tempos, fora agente de polícia, “brigara muito, dera muita bordoad”, mas sempre tinha-se livrado de um processo. Nas ruas da “cidade italiana”, surgia como um personagem marginal, “vestido de bombachas exageradíssimas, chapéu cinzento de abas largas, botas de couro pretas e grande faca à cinta”. Ao percorrer a Rua 25 de Março, um grupo de meninos italianos se põe a ridicularizá-lo, chamando-o de “caipira, negro, macumbeiro”. Sabará dá uns tapas em dos meninos, que vai chamar o pai em seu socorro. O pai agarra o vendedor ambulante pelo cavanhaque e desafia: “seu negro, foi você que bateu em meu filho?”. A resposta é uma facada mortal.

Algumas das brigas a que estou me referindo denotam preconceitos raciais ou nacionais, embora nem sempre revelados com a clareza desta história. Indícios de um preconceito

²³ O “padrone e sotto” é assim descrito, no depoimento de um velho brasileiro, filho de italiano: “Uma turma de dez, quinze pessoas se reunia, cada um estendia alguns dedos, somavam os dedos e escolhiam um patrão, a partir de um certo número. Por exemplo, trinta e dois, contavam trinta e dois e aquele que o toque indicava dizia: ‘— Eu sou o patrão!’ Outro toque escolhia o sotto: ‘— Temos patrão e sotto.’ Mandavam vir a bebida; naquele tempo importavam vinho da Itália nas cidades ou bebia-se cerveja, mas nas fazendas era pinga mesmo, dos alambiques de lá. O garrafão era dividido em garrafas e o patrão era dono daquilo; podia beber tudo sem dar satisfação a ninguém porque ele era o patrão. Se ele quisesse podia dividir com seus apeniguados mas precisava da anuência do sotto, que era secretário dele. O sotto também tinha seus apeniguados: ‘— Se o patrão quer dar bebida praquêle, tem que dar para os meus também.’ E se ajustavam assim. Se o patrão negava dar para quem o sotto queria, bebia toda a pinga e acabou-se.”

Quando começava o porre, não, o jogo, patrão e sotto enchiam dois copos, batiam os copos um no outro e bebiam. Aí iam cuidar do resto; segundo o que eles decidiam, a pinga era distribuída ou não. O patrão podia tomá-la toda, se ele quisesse, não daria nem para o sotto. Geralmente havia sempre um que ficava *all'urmo*, era um termo italiano que queria dizer que nem uma gota davam praquêle, era castigado entre os compadres todos que jogavam, e não podia reclamar porque jogo é jogo.” Ecléa Bosi, *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*, 1979, p. 166.

explosivo aparecem em situações nas quais negros ou mulatos, andando pela rua, esbarram em brancos e são agredidos mortalmente. É curioso observar que estes homicídios, em número de 9, se dão entre imigrantes ou entre imigrantes e brasileiros pretos ou mulatos, nunca figurando como indiciados ou vítimas brasileiros brancos.

No plano das relações inter-raciais, na sua radicalidade e excepcionalidade, estes crimes parecem refletir o preconceito de imigrantes pobres, que lhes permite delimitar-se das camadas mais destituídas da sociedade. Quanto aos choques entre gente da mesma nacionalidade, alguns casos sugerem que, por trás do preconceito, se encontra a disputa por postos no mercado de trabalho, apontada por Sheldon Maram, ao analisar as prevenções contra trabalhadores portugueses por parte de outros imigrantes, especialmente italianos, na cidade de São Paulo. Este substrato se encontra, por exemplo, possivelmente em uma briga de 1898 entre uma dezena de canteiros portugueses e italianos, da qual resulta um morto, deflagrada a partir de ofensas dirigidas aos “carcamanos”.

Se a solidariedade de classe cede terreno à luta pela sobrevivência, haveria uma nítida solidariedade racial ou nacional nestes casos? A afirmação seria pelo menos duvidosa, a partir da postura de testemunhas presenciais. O temor de ser envolvido, o desejo de dizer a verdade em face de um crime às vezes estúpido, o maior distanciamento de um vendeiro diante de gente turbulenta que põe em risco seu negócio, a ligação mais próxima com um vizinho do que com um vago compatriota são fatores capazes de impedir a solidariedade, ocorrendo mesmo acusações por parte de brancos contra gente da mesma cor responsável pela morte de mulatos ou de “pretinhos”.

Homicídio e política

Os homicídios por razões políticas aparecem uma única vez, e apenas na pesquisa da imprensa. Ainda assim, o caso é bastante atípico, tendo conotações rurais: trata-se da eliminação em Osasco (1920) do filho de um “coronel” pelo capanga de um “manda-chuva” local, por uma disputa de controle político e de terras. Não foi possível localizar também crimes praticados no curso de movimentos coletivos. Sabemos, entretanto, entre outras, de várias mortes anônimas durante os

episódios do Protocolo Italiano (1896), a de um soldado por ocasião de um comício de protesto pelo desaparecimento da menor Idalina (1911), a conhecida morte do sapateiro José Martinez, no curso da greve geral de 1917, que, provavelmente, deram origem a inquéritos sem a individuação de responsabilidades.

Por outro lado, não se pode dizer que as relações interpessoais no plano político se caracterizassem pela civildade. Abundam nas matérias pagas dos jornais violências verbais das quais decorrem muitos processos por delito contra a honra. É possível que os excessos verbais tenham canalizado a agressividade, evitando violências físicas extremas; a instauração de processo é também indicativa da busca de caminhos legais para reparar ofensas.

Se é certo que a supressão física de adversários é um recurso político constitutivo de sociedades regidas segundo o padrão do coronelismo, temos apenas informações esparsas sobre o grau de sua utilização no Estado de São Paulo. Lembremos que os coronéis floresceram não só no Interior como na Capital, escudados no último caso por alguns truculentos mandatários, como o então famoso major Molinaro, hoje praticamente desconhecido. Entretanto, foi no Interior que o temperado clientelismo paulista se instaurou com maior consistência. Não é surpreendente pois o contraste entre a dificuldade de apurar homicídios com temática política na Capital e as referências relativamente abundantes a crimes desta natureza praticados no Interior.²⁴

²⁴ Ver, por exemplo, as mortes ocorridas em Araraquara em 1897, conhecidas como “linchamento dos Britos”, objeto do estudo de Rodolpho Talarolli, *Poder local na República Velha*, 1977. De forma indireta, M. J. Vieira de Moraes Filho, *A lenda dos assassinatos políticos em São Paulo*, 1911. Trata-se de um texto analisando 14 crimes ocorridos no Interior do Estado, alguns deles em comícios ou em dia de eleição, em 1910. O autor procura demonstrar que as acusações da imprensa de oposição hermista não procedem, pois os crimes teriam ocorrido por questões privadas.

Furtos e roubos

O Código Penal de 1890 definia como furto “subtrair, para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono” (art. 330). O roubo consistia na subtração “fazendo violência à pessoa ou empregando força contra a coisa” (art. 356). A distinção, modificada no Código Penal de 1940 (o antigo roubo com violência à coisa passou a denominar-se furto qualificado), constava já do Código Criminal do Império. Mas a legislação republicana tratou de especificar a violência contra a pessoa ou contra a coisa, a partir de um critério ao mesmo tempo casuístico e ampliativo. Considera-se violência contra a pessoa, além de ameaças ou agressões a esta, “a entrada à noite na casa, por meio de escalada, gazuas, chaves falsas ou verdadeiras, fortuita ou sub-repticiamente obtida pelo criminoso, ou com auxílio de algum doméstico, que tenha sido subornado, ou fingindo-se o delinquente autoridade pública, ou autorizado a tomar a propriedade alheia”. Constituíam violência contra as coisas, “os arrombamentos internos e externos, a perfuração de paredes, a introdução dentro da casa por conduto subterrâneo, por cima dos telhados, ou por qualquer caminho que não seja destinado a servir de entrada ao edifício e a qualquer das suas dependências”. A importância da distinção entre furto e roubo é

considerável. No Código Penal de 1890, enquanto a cominação de pena pela prática de furto variava de acordo com o valor do objeto entre 1 mês e 3 anos de prisão, a pena cominada ao roubo independia do valor do objeto, oscilando entre 2 e 8 anos.

Na última década do século XIX, o crime de furto passou inteiramente da esfera privada para a pública. O Código de 1890 (art. 4071) sujeitava a ação penal por furto, quando não houvesse prisão em flagrante, à iniciativa do ofendido. No Estado de São Paulo, uma lei votada pelo Congresso Estadual (Lei nº 109A, de 30 de setembro de 1892), a partir de uma representação do chefe de Polícia, admitiu a denúncia do Ministério Público para qualquer crime de furto, seguindo-se a ela a Lei federal nº 628, de 28 de outubro de 1899, que alterou no mesmo sentido o artigo citado do Código Penal. Por sua vez, furtos e roubos eram julgados em São Paulo pelo Tribunal do Júri até a Lei nº 18, de 21 de novembro de 1891, que limitou a competência do júri aos roubos de qualquer valor e aos furtos de valor igual ou superior a 200\$000, sendo os demais julgados no juízo singular.

A partir de 1892, ou seja, na imensa maioria dos casos, vou lidar com acusados por roubos em geral e por furtos de valor igual ou acima de 200\$000.¹ Esta limitação deixa à margem até certo ponto as infrações mínimas características da massa de delinquentes. Convém lembrar porém que os roubos de qualquer valor estão incluídos; além disto, os avaliadores de objetos subtraídos, indicados pelas autoridades policiais, tendiam a aumentar seu valor, sujeitando o indiciado a penas mais graves.

Os acusados

Em proporções desiguais, o conjunto de acusados (512 pessoas em 297 processos, incluindo-se 3 latrocínios) consti-

¹ Para que o leitor tenha uma idéia do que esta importância representa, observo que o salário de um trabalhador manual sem qualificação oscilava entre 2\$000 e 3\$000 em 1889-1890; entre 3\$000 e 3\$600 em 1904-1905; entre 3\$000 e 4\$500 em 1912-1913. Os dados constam da tese de Gerald Michael Greenfield, “The challenge of growth: The growth of urban public services in São Paulo, 1885-1913” (1975).

tui-se da seguinte forma: integrantes do chamado mundo da delinquência; pessoas acusadas ocasionalmente, às vezes sem maior fundamento, como ocorre em disputas entre vizinhos, concorrentes etc.; membros dos quadros inferiores do aparelho repressivo que têm pontos de contato com o primeiro grupo; um setor à parte formado pelos receptadores.

Embora sejam poucos os policiais ou militares indiciados, vinculam-se com frequência aos roubos onde ocorre violência à pessoa. Podemos conjecturar acerca da existência de maior número de situações com esta característica. Embora os envolvidos ocupassem postos pouco significativos, tinham de qualquer forma alguma possibilidade de valer-se do cargo para “abafar” processos. Dentre 17 roubos com violência à pessoa (incluídos 3 latrocínios), 5 têm como agentes, policiais civis ou militares. Quase todos datam do último decênio do século XIX, registrando-se apenas um único processo aberto em período mais recente (1917). Por certo, os dados são muito insuficientes para se afirmar que infrações cometidas por inferiores do aparelho repressivo tenham declinado ao longo do tempo.² Podemos especular porém com algumas hipóteses: maior subtração gradativa de casos desta natureza ao conhecimento público; maior incidência real das infrações no período citado, tendo-se em conta a vulnerabilidade de estrangeiros recém-chegados à cidade. A última circunstância apontada é sugerida por alguns exemplos. Dentre eles o da italiana Filomena, que em uma noite do ano de 1898 sai de sua casa no Bom Retiro, acompanhada de um vizinho, em busca do marido que demora a voltar do trabalho. Na ladeira do Piques, ambos são presos por elementos da Brigada Policial e começam a protestar, com o apoio de alguns patrícios. Arma-se uma confusão, Filomena é agredida; todos são levados ao posto policial da Consolação, “por estarem fazendo lambança na rua”. Aí são despojados de dinheiro, relógios e moedas de ouro. Ao serem soltos, os italianos se queixam ao delegado, que decide abrir inquérito. Apesar das referências aos protestos dos italianos, um deles diz que se deixou prender por ter sido ameaçado de espancamento e teve medo, pois está no Brasil há pouco tempo e nada sabe dos costumes da

terra. O protagonista do grupo de militares — um sargento — foi afinal condenado pelo júri a 5 anos de prisão.

A malha classificatória

A massa da delinquência separa-se da “gente honesta” por classificações e sinais. Dentre estes, a cor, o traje, o uso de expressões, o jeito de andar ou um modo de ser difícil de definir — “o ar de quem vive na malandragem”, como diz um investigador de polícia. Às vezes, uma figura foge às notas típicas e merece uma descrição mais detalhada:

“Simpático, olhos azuis, dando ao seu olhar uma expressão meiga. Fala docemente e de maneira humilde; é calvo, pelo que usa peruca”.

Assim se refere o subdelegado Nicolau Materazzo a Betino Passoti, um italiano acusado de roubo em 1897.

O sistema de identificação delimita formalmente estas figuras, facilitando a criação da categoria dos suspeitos, submetidos à vigilância e às indefinidas prisões para averiguação. No período que vai da última década do século XIX às primeiras décadas do século atual, a classificação dos habitantes da cidade de São Paulo foi sendo implantada gradativamente. À medida que as diferentes instituições (a escola, o serviço público etc.) cresceram e ganharam maior complexidade, tornou-se necessário estabelecer com precisão o nome completo das pessoas e os dados componentes da qualificação. É certo que estávamos longe das tendências características dos dias de hoje. Os documentos indispensáveis para se realizar determinados negócios ou, em outro extremo, para escapar da rede nas batidas policiais, ainda não se tinham multiplicado; nem surgira o propósito unificador de atribuir a cada cidadão um número único de registro. As autoridades começavam a dar apenas os primeiros passos, concentrando-se nos infratores penais. Tanto assim que a introdução da Carteira de Identidade, a partir de 1906, teve caráter facultativo, só se generalizando com o Decreto nº 4715, de 23.4.30. Tão clara era a proximidade entre a condição de delinquente e o fato de ter retrato na polícia que a norma legal de início do século, quando aplicável aos cidadãos em geral, dizia: “terminada a

² As indicações de Heloisa Fernandes vão em sentido contrário. Ver Heloisa Rodrigues Fernandes, *Política e Segurança*, 1974, pp. 192 e segs.

identificação, inutilizar-se-á à vista do requerente a chapa fotográfica.³

De fato, a fotografia — introduzida em 1891 — foi por alguns anos o elemento básico de identificação de delinquentes. O fotógrafo policial organizava uma galeria de retratos numerados, constando de cada um deles uma legenda descritiva: “gatuno”, “passador de contos” etc. A exposição destes retratos em lugares públicos provocava aliás críticas sobretudo de advogados que a consideravam atentatória aos direitos individuais. Às vezes, os retratados estavam ainda sujeitos a processo em andamento, sem terem sido condenados. Considerada quando de sua adoção um passo gigantesco em matéria de prova policial, a fotografia revelou limites, para nós evidentes, no correr dos anos. Um contemporâneo lembrou como “o número enorme de retratos, a semelhança quase absoluta de muitos dentre eles, a impossibilidade de encontrar-se uma cópia suspeita de existir não entre centenas, mas entre milhares de outras atulhadas em caixas especiais, além das modificações por que pode passar um indivíduo pelo modo de usar a barba, o cabelo, pelo estado de nutrição em diferentes épocas, tornou esse processo de identificação nulo, perigoso e portanto inconvenientíssimo”.⁴

Um novo passo foi dado em julho de 1902 com a introdução do sistema antropométrico, inspirado nas teorias de Gall e Lombroso. A fotografia não foi abandonada, como ocorre até hoje, ganhando porém significação os sinais do corpo como as saliências faciais ou o tamanho da caixa craniana cuidadosamente medida. Mas a antropometria entrou em rápido descrédito no seu teste prático, não obstante a permanência das idéias de Lombroso no plano das representações mentais. O Decreto nº 1533 A, de 30 de novembro de 1907, determinou a implantação do sistema Vucetich de dati-



Folha datiloscópica de Amleto Gino Meneghetti (1914).

³ Ricardo Gumbelton Daunt, “Carteira de Identidade — Evolução e conceito”, *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, 1945, p. 31. Muito ilustrativa dos efeitos da generalização obrigatória da Carteira de Identidade é uma cena da curta-metragem *Linha de Montagem*, de Renato Tapajós, sobre as greves operárias do ABC. Durante uma discussão, um policial militar pede e retém a cédula de identidade de um grevista cuja expressão facial passa da segurança à ansiedade. O gesto do policial concretiza em poucos segundos uma verdadeira cassação de cidadania.

⁴ Trata-se de um artigo de Evaristo da Veiga, em *O Correio Paulistano*, de 5.1.1903, saudando a introdução da antropometria.

loscopia, abandonando-se a antropometria e o sistema datiloscópico de Bertillon, pelo qual as impressões digitais eram colhidas em quatro dedos, desprezado o polegar.⁵

O sistema de identificação permite separar os campos delimitadores da gente honesta e do delinqüente, objetivo principal da figura jurídica da reincidência. Como diz Foucault, a reincidência — considerada nos Códigos Penais circunstância agravante — não visa o autor de um crime definido por lei, mas o delinqüente, uma certa vontade que manifesta seu caráter intrinsecamente criminoso.⁶

Os dados constantes da amostra a respeito da reincidência dos indicados são muito precários, existindo várias razões para isto. Em primeiro lugar, não convém exagerar os avanços reais da identificação que continuou sendo bastante limitada pelo menos até os primeiros anos deste século. Em seu relatório de 1906, o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo dizia que o serviço de identificação estava limitado à Capital e não se achava em correspondência com os outros Estados, nem com os países vizinhos. Dada a fácil comunicação entre as capitais dos maiores Estados e mesmo com as repúblicas do Prata, os criminosos se transportavam com rapidez de um ponto para outro. Além de demonstrar a sua intenção de introduzir o sistema datiloscópico de Vucetich a todo o Estado em substituição ao de Bertillon, o secretário Washington Luiz propunha a implantação de um sistema de permuta de fichas entre as diversas polícias.⁷ Afora isto, se a identificação era importante para o trabalho policial, há vários indícios de que a apuração específica da reincidência não despertava muitas atenções nos processos penais. Concorria para isto a definição da reincidência em moldes estritos no Código Penal de 1890, dispondo o art. 40 que a reincidência se verifica quando o criminoso, depois de passada em julgado a sentença condenatória, comete outro crime da mesma natu-

TABELA 33
Antecedentes dos indicados segundo o tipo de delito,
1880-1924

<i>Antecedentes</i>	<i>Homicídios¹</i>	<i>Furtos/roubos</i>	<i>Sexuais</i>
Positivos	12,8	28,0	4,6
Negativos	31,8	17,3	19,4
N/c	55,4	54,7	76,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

¹ Inclusive 4 indicados por latrocínio.

rea, considerando-se como tal a violação do mesmo artigo de lei.⁸ Em vários processos, apesar de haver elementos que permitiriam a articulação da agravante pelo promotor, ela é simplesmente esquecida. Isto contrasta com a situação excepcional de um réu por crime de furto, cuja pena é agravada, não obstante a inexistência de prova documental, por declarar ingenuamente ser inocente e ter sido condenado sem fundamento em outra ocasião (1899).

Da imensa maioria dos processos não constam dados de antecedentes, chegando a porcentagem a 76% nos crimes sexuais. A ausência de informações pode ser indício de inexistência de antecedentes positivos e/ou, no caso específico destes crimes, reflete o fato de que há um número elevado de arquivamentos por decisão judicial, sem apresentação de denúncia, não chegando a polícia a fornecer os antecedentes.

⁵ Ricardo Gumbleton Daunt, "Histórico da evolução do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo", em *Arquivos de Polícia e Identificação* (1938-1940), pp. 76-77; F. de A. Carvalho Franco, *Gabinete de Investigações. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Ano de 1934*, São Paulo, 1935.

⁶ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 1975, p. 103.

⁷ *Relatório apresentado ao Presidente do Estado de São Paulo Dr. Jorge Tibiriciá pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luiz Pereira de Sousa, Ano de 1906*, São Paulo, 1907.

⁸ O Código Penal de 1940 distinguiu entre reincidência genérica e específica, ambas produzindo em grau diverso o agravamento da pena. A noção de reincidência específica tornava-se ampla, considerando-se crimes da mesma natureza não só os previstos no mesmo dispositivo legal como também "os que, embora previstos em dispositivos diversos, apresentem, pelos fatos que os constituem ou por seus motivos determinantes, caracteres gerais comuns". A Lei nº 6416/77 suprimiu a distinção entre dois tipos de reincidência. Isto representou um arbrandamento como também teve este caráter a introdução de um dispositivo estabelecendo não prevalecer a condenação anterior para a caracterização da reincidência, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido tempo superior a cinco anos.

Com todas as ressalvas, é nítida a correlação entre a existência de antecedentes positivos e o crime contra a propriedade. A especificação da natureza do eventual delito anterior (os antecedentes abrangem prisões e processos, haja ou não condenação) mostra que, no caso dos indicados por homicídio, há forte propensão a reincidir no mesmo tipo de crime (em 21 dos 33 “reincidentes” menciona-se o homicídio apenas ou o homicídio e outras infrações na vida pregressa do indiciado), exatamente o oposto do que ocorre no pequeno grupo dos responsabilizados por crimes sexuais sobre os quais há informações, onde se constata uma única “reincidência” por crime da mesma natureza. Por sua vez, os indicados por furto ou roubo revelam uma previsível peculiaridade, ou seja, não só tendem a ser enquadrados no mesmo tipo de infração (em 95 dos 142 “reincidentes” menciona-se furto/roubo apenas ou furto/roubo e outras infrações na vida pregressa do indiciado), como ainda estão associados com frequência à prática de contravenções penais (97 dos 142 “reincidentes”), sobretudo a vadiagem.

Ao crescente enquadramento, a massa de delinquentes reage de várias formas, como ocorre em outubro de 1902 quando presos resistem ao transporte da cadeia à polícia para serem identificados pelo sistema antropométrico.⁹ A resposta mais freqüente consiste no esforço para apagar as marcas de identidade do cidadão: o nome, a idade, a nacionalidade, a profissão, o grau de instrução. Mais raramente há a tentativa — denunciadora em si mesma — de inutilizar os desenhos papilares dos dedos. A idade tem bastante importância, pois pode significar uma redução da pena. Como apesar dos avanços a identificação é precária, o aparelho policial e os indicados disputam em torno da idade, matéria às vezes decidida pelo júri através de critérios subjetivos. Declarar uma profissão e mais do que isso, provar seu exercício, borra um dos estigmas típicos destes infratores, o de “vagabundo, indivíduo sem profissão definida”.¹⁰ Qualificar-se falsamente na

policia como analfabeto pode abrir caminho para desmentir em juízo uma confissão assinada a rogo. Um episódio banal ocorreu em 1916, entre dezenas de outros, traz um bom exemplo de reação defensiva. Preso em flagrante pelos caixeiros de uma loja do centro da cidade quando procurava subtrair disfarçadamente um corte de casimira, o acusado declara chamar-se Angelo José Lopes, com 22 anos de idade, sendo analfabeto. Em novo depoimento, diz não ser “Angelo Lopes”, mas “Angelo Cezare”, com 18 anos, alfabetizado, o que comprova assinando o nome com firmeza. Como explica as primeiras declarações? Estava embriagado e não se lembra de nada. Ainda na polícia surge a mãe do réu: o filho se chama Felício Ruggieri, nascido em Minas e tem realmente 18 anos. O rapaz concorda e com este nome é julgado e condenado, obtendo o reconhecimento da circunstância atenuante de menoridade. De sua ficha policial, aberta em 1911, quando teria 13 anos, consta o nome Felício Rogeri, italiano, indiciado por uma série de furtos e vadiagem com esta designação ou com os nomes “Antonio Scassanella” e “João Oliveira”.

Os companheiros

Uma característica comum embora não exclusiva dos chamados delinquentes de carreira diz respeito à sua associação na prática das infrações. Na amostra, excluídos os receptadores, constato a presença de mais de um indiciado ou a referência a um cúmplice em fuga em cerca de 35% dos casos, um percentual provavelmente bem aquém da realidade. Trata-se sobretudo de parentes, amigos de trabalho ou da cadeia que se juntam de forma esporádica ou um pouco mais duradoura. As chamadas “farras”, descritas pela imprensa com tintas carregadas, reúnem vadios e pequenos ladrões em condições precárias. Veja-se esta descrição de uma diligência policial realizada em várias casas da Rua Domingos de Paiva, no Brás, em junho de 1896:

“A primeira das casas visitadas era ocupada por mais de 50 pessoas. Verdadeiro antro, dividido por tabiques de madeira, uma grande sala no andar superior, apresentava aspecto repugnante. Em cada um dos compartimentos viam-se camas de madeira, com imundos colchões, sobre os quais toda aque-

⁹ *O Comércio de São Paulo*, 15.10.1902.

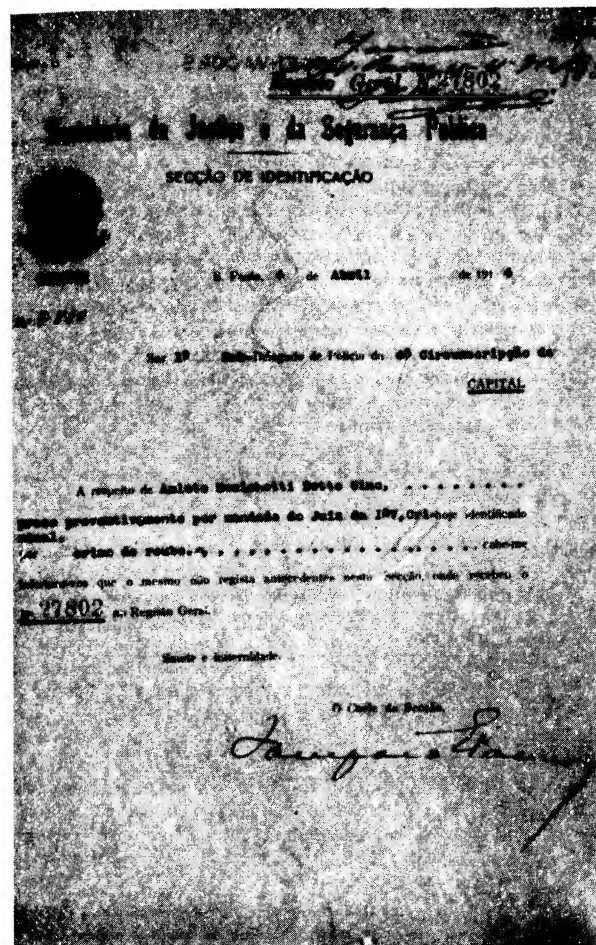
¹⁰ Na minha amostra, o item “sem profissão”, ou “desempregado” aparece apenas em casos de furtos e roubos, atribuindo-se esta condição a 46 dos 508 indicados. A primeira vista, a porcentagem é baixa, mas devemos levar em conta que se trata de afirmações dos próprios acusados e não da polícia. Com relação a esta, lembremos o grande número de pessoas “sem profissão” constante do movimento geral de prisões (Cap. I).

la gente repousava tranqüilamente. Parece incrível que aquela gente pudesse viver no meio de uma imundície semelhante! Nos baús, onde havia roupa suja misturada com a limpa, sapatos sujos de barro, cachimbos, e tantas outras bugigangas, a autoridade fazia um completo despejo, mas teve logo que recuar pois aquele serviço, feito no interior da casa, não podia prosseguir à vista do mau cheiro que exalava. O que ali foi encontrado, apesar de não ser de grande valor, dá uma idéia do que sejam os moradores daquela espelunca: jóias de valor insignificante, uma enorme quantidade de baralhos, gazuas, chaves novas para moldar e um molho de outras já preparadas, “pacos” bem confeccionados para o conto do vigário e um arsenal completo de armas”.¹¹

As associações de delinquentes não chegaram a constituir *gangs* especializadas com grande eficácia de atuação. As quadrilhas — como a do famoso ladrão Bejarano, de fins do século XIX, ou a “quadrilha da Coroa”, cujo raio de ação se situava em Santana, nos anos dez —, foram agrupamentos efêmeros, pouco ofensivos, com uma periculosidade magnificada pela polícia. Não por acaso, enquanto estas quadrilhas quase não deixaram vestígios, a figura de um ladrão solitário e artesanal ficou gravada na memória dos contemporâneos. Nos depoimentos de velhos habitantes da cidade colhidos por Ecléa Bosi, Gino Amleto Meneghetti surge como um herói para várias pessoas de extração popular, uma espécie de Robin Hood urbano injustiçado pela polícia e incapaz de matar. Seus feitos têm para esta gente importância equivalente aos fatos consagrados da história política — o bombardeio de São Paulo em 1924, a Revolução de 1930 etc.¹²

¹¹ O Estado de S. Paulo, 2.6.1896.

¹² Ver em Ecléa Bosi, *op. cit.*, os depoimentos de d. Alice (p. 71); sr. Amadeu (p. 83); sr. Ariosto (p. 113); sr. Antonio (p. 185). A história de Meneghetti transcende em muito nosso período. Localizei o que parece ser o primeiro processo de roubo por ele praticado em São Paulo, a 13 de fevereiro de 1914, alguns meses após sua chegada ao Brasil (junho de 1913). Do processo consta o depoimento favorável de Concetta Tavano que foi mulher de Meneghetti até sua morte em 1938, quando ele se encontrava há 12 anos na Penitenciária. Na ocasião, Concetta fugira da casa de um tio e vivia com ele há apenas 10 dias. Segundo informações da polícia italiana, Meneghetti fora processado duas vezes por furto e condenado em 1912 a 18 meses de prisão por violência carnal, após o que emigrou para o Brasil. Nestas informações, é caracterizado como “elemento perigoso condenado várias vezes por delitos contra a propriedade e



Folha de antecedentes negativa de Amleto Menichetti, detto Gino, por ocasião de seu primeiro roubo em São Paulo (1914).

O elo final: receptadores

Dentre os acusados, o grupo de receptadores representa um setor à parte, em geral distante da carreira delinqüente.¹³ São pequenos comerciantes em busca de um ganho maior, carroceiros que fazem o transporte de mercadorias em condições suspeitas, trabalhadores autônomos como encanadores, eletricitas, adquirentes de peças a baixo ou infimo preço, vários deles analfabetos. A regra é a compra de objetos por pessoas do ramo a que elas se vinculam. Jóias, por exemplo, são adquiridas pelos ourives, os quais têm interesse direto no objeto e condições de fazê-lo desaparecer através da fusão. Mas há gente estrategicamente colocada — os vendeiros, em especial — disposta a comprar um pouco de tudo, ou outros que arriscam na diversificação, como um sapateiro da rua 25 de Março, adquirente a preço irrisório de navalhas, bolsas, tesouras, vestidos de criança.

Na amostra, do ponto de vista da qualificação, observe-se a larga predominância de estrangeiros, com os italianos vindo em primeiro lugar e os árabes em segundo, estes superando inclusive o total de brasileiros (Tabela 34).

TABELA 34
Indiciados por receptação, 1880-1924

Nacionalidade	Cor		Sexo		Instrução	Antecedentes	
Italianos	30	Branços 71	Masculino 69	Lêem e escrevem 49	Negativos 21		
Árabes	13	Pretos 1	Feminino 6	Analfabetos 18	Positivos 5		
Brasileiros	10	Mulatos 1		N/c 8	N/c 49		
Portugueses	8	N/c 2					
Espanhóis	6						
Outros	3						
N/c	5						
Total	75						

Fonte: ATJSP.

por violência contra agentes da força pública''. Ver também o depoimento prestado por Meneghetti em *O Pasquim*, n.º 57, 23.7.70, constante de *As grandes entrevistas do Pasquim*, 1976, p. 79.

¹³ No Código Penal de 1890, a receptação é uma das modalidades da cumplicidade, cominando-se pena aos que "receberem, ocultarem ou comprarem coisas obtidas por meios criminosos, sabendo que o foram, ou devendo sabê-lo, pela qualidade ou condição das pessoas de que as houveram".

Como a receptação se vincula ao pequeno comércio (46 dos 76 indiciados são comerciantes, geralmente modestos), esta é uma indicação a mais da importância que os estrangeiros e certas nacionalidades adquiriram no setor, assim como da quase ausência nele da população negra ou mulata. Os dois únicos receptadores de cor são figuras atípicas na esfera da receptação: um deles, egresso do Instituto Disciplinar, tem uma longa ficha de prisões por vadiagem; o outro guarda jóias furtadas por sua irmã, empregada doméstica.

A relação característica entre agentes principais e receptadores é de permanente tensão. Da parte dos agentes, há o ressentimento contra os que não se expõem na linha de frente, pagam-lhes o menos possível por produtos cuja obtenção envolve muitos riscos, gozando ainda de um tratamento diferenciado quando são apanhados, mais a salvo da violência policial. Tratam de arrastar consigo os presumíveis receptadores, não só alegando que tinham conhecimento da origem das mercadorias como ainda, em alguns casos, que estes "intrujões" os incentivaram a praticar furtos.

Para os acusados de receptação, tentados tantas vezes por "um bom negocinho", manter a linha de respeitabilidade, dissociar-se dos marginais, é uma questão de honra e o caminho mais seguro para safar-se do processo. Usualmente, quando não negam o fato, tratam de contrariar certos indícios incriminadores (por exemplo, a falta de recibo nas transações), referindo-se à boa aparência do vendedor, ao preço razoável pago pelo objeto. No caso dos comerciantes, há todo um esforço para compor a figura do bom cidadão: declarações de grandes empresas mencionando a pontualidade no pagamento de compras, prova de estar em dia com os impostos, de estar estabelecido há anos no mesmo local etc. Em um processo de 1924, o acusado trata de demonstrar sua fidelidade à ordem, ao comprovar o fornecimento de mercadorias às tropas governamentais durante a rebelião tenentista. Todo este esforço, como adiante veremos, produzia em geral bons resultados.

Locais, alvos, objetos

A área do Centro — apesar de ser melhor iluminada e melhor policiada — figura em primeiro lugar na distribuição

TABELA 35
Furtos e roubos¹ – Locais, 1880-1924

<i>Locais</i>	<i>%</i>
Estabelecimento comercial	42,1
Casa particular (inclusive cômodo, cortiço)	33,3
Rua, lugar ermo	8,4
Estação ferroviária	2,4
Hotel	1,7
Outros	12,1
Total	100,0

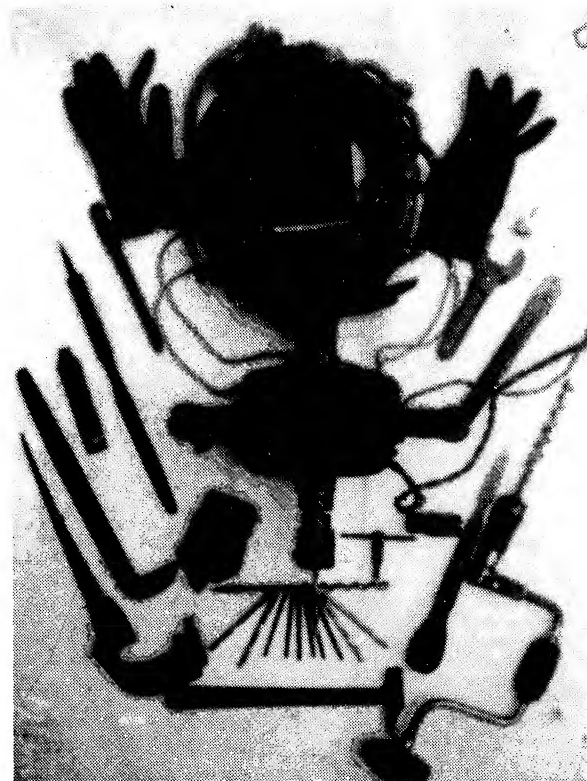
Fonte: ATJESP.

¹ Estão incluídos 3 latrocínios, todos praticados em casas particulares.

por zonas dos crimes apurados de furto e roubo (36% dos casos). Talvez o policiamento mais eficiente tenha permitido maior número de detenções do que em outras partes da cidade, diminuindo a distância entre “criminalidade real” e “criminalidade apurada”. Lembro também que a região central concentra atividades bancárias e comerciais, representando um grande atrativo tanto para os mais ambiciosos como para gente mais modesta. Pequenos ladrões valem-se muitas vezes do hábito dos comerciantes de tecidos de empilhá-los à porta das lojas para atrair fregueses: é só agarrar, sair em desabalada carreira e ter um pouco de sorte.

Dentre os alvos preferidos, as casas comerciais representam a maior atração (Tabela 35). A rubrica “outros” abrange várias situações. Batem-se carteiras nos locais de ajuntamento de público (repartições públicas, o Velódromo, bondes e trens); um ladrão mais ousado consegue furtar o relógio de uma pessoa na sala do Fórum onde se encontrava para responder a outro processo. A frequência apurada de subtrações em locais sacralizados é muito reduzida: dois roubos de igreja e um de cemitério, este último tão desastroso para os dois ladrões miseráveis, que um deles, surpreendido por um coveiro, é morto a tiros de espingarda (cemitério da Penha, 1899).

No rol de bens subtraídos, afora os itens obviamente mais procurados, são interessantes as diferenças com a época atual. Há um pequeno número de subtrações de meios de transporte, dentre eles um único caso de furto de automóvel



Instrumentos abandonados no local de roubo de uma casa bancária (1915).

— máquina rara e bem caracterizada —, ocorrido em 1914. Mesmo assim, parece tratar-se de vingança de um motorista contra o ex-patrão, que desaparece com o carro e o abandona logo em seguida, levando os pneus. O inusitado da situação se reflete em um volumoso e detalhado processo por “furto de pneumáticos”. O furto de animais (burros, vacas) — fragmento de uma São Paulo semi-rural —, é em regra praticado por pequenos ladrões, detidos seja porque são conhecidos, seja por sua atitude suspeita. Em 1895, um rapaz furta algumas vacas de um campo na Penha e vai vendê-las no Brás. Açougueiros italianos, mulheres suas freguesas dizem na delegacia que “suspeitaram do brasileiro (!)”, pelo ar assustado e por pretender vender os animais a preços irrisórios. Há inclusive um prosaico furto de um cachorro dinamarquês, cometido pelo empregado jamaicano de um inglês que se compadecera “da figura de um negro maltrapilho, falando sua língua pelas ruas da cidade”. Não falta imaginação aos ladrões. Se fosse possível reunir os produtos de furto em uma loja de quinquilharias, nela figurariam bolas de bilhar, dentes postiços subtraídos por um auxiliar de protético, armas de fogo, discos, instrumentos musicais, belas campainhas provenien-

TABELA 36
Bens subtraídos, 1880-1924

<i>Bens</i>	%
Dinheiro	23,6
Jóias, adornos	23,3
Roupas, objetos de uso pessoal, tecidos ¹	23,0
Instrumentos e materiais de trabalho	7,1
Alimentos, cigarros, bebidas	5,2
Meios de transporte (autos, carroças, bicicletas)	0,9
Animais	2,8
Outros	8,6
Tentativas s/ especificação de objeto	5,5
Total	100,0

Fonte: ATJESP.

Obs.: O número de bens é maior do que o de processos, pois às vezes ocorre a subtração de dois ou mais itens em um só processo.

¹ Somente os tecidos figuram 26 vezes, em 75 situações componentes deste item.

tes de casas elegantes, cujos botões se entremostam nas bocas de tigres ou leões (Tabela 36).

Técnicas e habilidades

É corrente a noção de que na vida da cidade de São Paulo o crime realizado a partir de algum tipo de capacidade pessoal cedeu terreno, no correr dos anos, ao delito violento, sem proporcionalidade entre meios e fins.

A noção não é falsa, mas precisa ser melhor especificada. Os crimes que se baseiam em capacidades intelectuais não desapareceram. Mudaram de feição, acompanhando o movimento pelo qual a cidade passou de centro mercantil cercado pelo Interior predominantemente rural a grande metrópole de uma região capitalista. O conto do vigário, por exemplo, tornou-se quase uma relíquia do passado; em seu lugar, cresceram os delitos correspondentes à expansão de novas operações e novos meios de pagamento — os cheques sem fundos, os cheques visados falsos sobretudo nas sextas-feiras etc. Isto para não se falar dos golpes mais recentes que se valem do maior anonimato das operações por computador. No nível do delito plebeu, a capacidade corporal constitui um instrumento indispensável na maioria das ações e fugas de um “trombadinha”.

O dado novo na passagem entre duas épocas reside na massificação da delinquência. Alarmente em suas repercussões, o crime sem marca e sem fisionomia próprias, acompanhado de violências inúteis, do disparo das armas de fogo, acabou por se converter em característica de nossa época, qualquer que seja sua significação quantitativa.

Nos “velhos tempos”, grande número de infrações contra a propriedade é cometido pelos “descuidistas” que se aproveitam de hábitos arraigados: portas e janelas abertas, mercadorias na frente das lojas, capas deixadas no assento dos cinemas para marcar lugar etc. Outras, em menor número, envolvem a violência grosseira contra a coisa, como é o caso dos arrombamentos (Tabela 37). Mas, ao menos segundo os dados da amostra, as subtrações que resultam em violência são excepcionais. Dentre 108 roubos (incluídos 3 latrocínios), em 91 há apenas violência contra a coisa, constatando-se portanto violência contra a pessoa em 17 casos. Res-

TABELA 37

Furtos/roubos¹ – Técnicas
predominantes, 1880-1924

Técnicas	%
Vários meios ²	61,9
Arrombamentos	23,6
Gazua, chave falsa	4,7
Destreza manual "direta"	4,7
Destreza corporal	3,4
Habilidade intelectual	1,7
Total	100,0

Fonte: ATJESP.

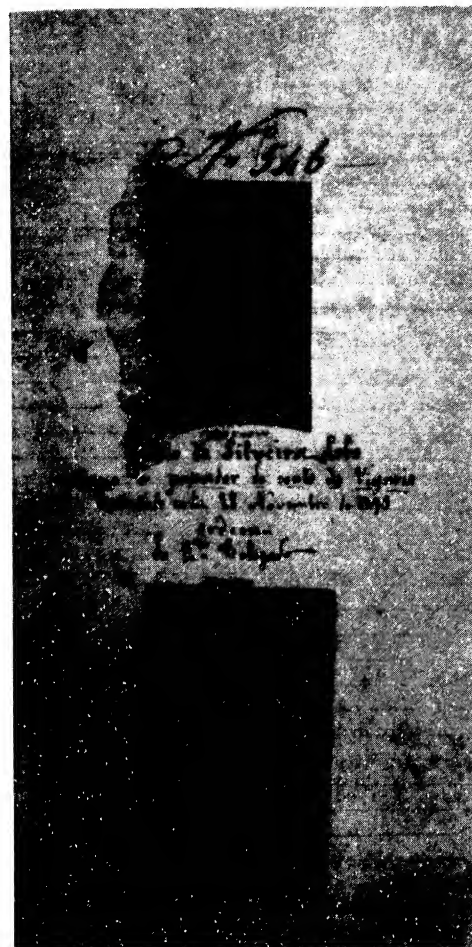
¹ Inclusive latrocínios.

² Inclusive "descuidistas".

salte-se que as proporções podem estar distanciadas em alguma medida da realidade, como sugerem as notícias sobre assaltos a mão armada de autoria desconhecida.

A época que estou descrevendo é predominantemente a época das distinções pela capacidade. O bom ladrão se destaca, conforme o caso, pela capacidade de verbalização, pela habilidade manual — seja diretamente, seja através do manejo dos instrumentos adequados —, pelo emprego do corpo. É importante saber escalar muros com destreza, infiltrar-se disfarçadamente em um bonde cheio, fugir velozmente contendo apenas com as pernas. A configuração da cidade, sobretudo da zona central, com um número relativamente pequeno de prédios e uma série de construções com telhados próximos uns dos outros, incentiva o aperfeiçoamento de uma habilidade especial: a fuga pelos telhados, que aproxima os ladrões dos malabaristas circenses — arte de Meneghetti e de tantos outros cujos nomes não ingressaram na posteridade.

Se o latrocínio representa em um extremo a violência máxima associada ao crime contra a propriedade, suscitando a repulsa geral da população, no outro extremo ficam os casos onde a ação do infrator associa habilidade intelectual e às vezes destreza das mãos. Nestes, o otário que pretende ser esperto cai no ridículo e a figura do malandro ganha realce. São os vários tipos de "conto", conhecidos sob a denomina-



Retrato policial de dois indiciados pela prática de conto do vigário (1893).

ção genérica de “conto do vigário” porque a modalidade típica, na sua forma original, tinha como protagonista um suposto padre. Em sua dimensão mais nobre, o conto do vigário dependia de um grande arsenal de capacidades e de um conjunto de amplas operações no tempo e no espaço. Na narrativa de João Leite Sobrinho, o “cura” — geralmente espanhol ou português —, despachava para o Brasil uns tantos imigrantes, com a missão de escolherem e transmitirem à matriz informações sobre os homens ricos daqui e em condições psicológicas de caírem no conto. Estes agentes se espalhavam pelo interior do país e davam desempenho à missão. Tempos depois, um brasileiro bem instalado na vida recebia uma carta de um padre estrangeiro, comunicando-lhe que era legatário de uma imensa fortuna, deixada por um homem a quem abrigara em momento difícil da vida. O recebimento do benefício vinculava-se a algum tipo de ação caritativa (a tutela de uma filha órfã por exemplo) e dependia de pagamento das custas elevadas de um complicado processo. O “pároco”, homem pobre e voltado para as coisas de Deus, pedia pois a remessa do dinheiro. O resto já se imagina.¹⁴

Não localizei nenhum caso — dentre os cinco constantes da amostra —, com estas características espetaculares. Os vigaristas, geralmente associados, visam em regra gente recém-chegada à cidade, escolhida pelo aspecto, pelos gestos hesitantes, a quem se apresentam como desvalidos: não conhecem as ruas, encontram-se em uma situação complicada e necessitam de ajuda. As situações mais comuns incluem ainda a figura de um vigário do interior de quem os malandros teriam recebido a encomenda de entregar a uma instituição de caridade uma grande soma em dinheiro, contida em um pacote (o “paco”). Eles não sabem porém como fazê-lo. De súbito, as incertezas do otário no contato com a cidade grande projetam-se sobre a figura dos “desvalidos”. O otário se sente forte, tão forte “que se encarrega de entregar a encomenda”, deixando uma soma de dinheiro em garantia. O “paco” que ele se apressa em abrir com mais cuidado tão logo fica sozinho contém ape-

¹⁴ Seria errôneo desdenhar da credulidade dos otários. João Leite Sobrinho transcreve a documentação de um conto tentado ou logrado, não se sabe, contra um cidadão de Lorena, em 1901. Como diz o autor, tudo al impressiona: a procedência da carta; o remetente, o mistério, a textura da história, a aparente autenticidade da documentação legal. João Leite Sobrinho. “O conto do vigário”, *Investigações*, 1949, p. 123 e segs.

nas umas poucas notas estrategicamente colocadas e um maço de jornais velhos.

Sob o aspecto jurídico, estes processos deveriam ser enquadrados como estelionato, mas aparecem quase sempre como furto, dado o comportamento das vítimas após o logro. Um caso ocorrido em 1893 é bastante típico. Um fazendeiro do interior conta que veio a São Paulo receber de uma casa comissária 45 contos de réis, produto da venda de uma partida de café. Saiu à rua com os pacotes de dinheiro, quando um homem o abordou dizendo-se do interior e estar à procura do Largo de São Bento. O homem se lamenta por lhe terem roubado a mala, mas felizmente conseguira salvar 15 contos. A partir daí, a narrativa do fazendeiro se torna nebulosa e ele diz que “afinal acabou com um pacote de jornais na mão onde deveriam estar amarrados seu dinheiro e mais os 15 contos dos ladrões”. Em poucas palavras, é preferível se declarar furtado, descrevendo cenas ambíguas e cheias de elipses, do que assumir abertamente o burlesco papel de otário.

O furto doméstico

Se a grande maioria dos furtos e roubos não tem interesse do ponto do relacionamento entre autor e vítima, o furto doméstico constitui uma exceção. Através dele, podemos levantar uma pequena ponta do véu que cobre um tipo de relação de dominação circunscrito à esfera privada. Contigüidade física e distância social marcam essa relação, onde se entrecruzam o paternalismo, a profunda exploração, as obsessões da propriedade e às vezes do sexo.

Antes de pensar em estabelecer normas com o objetivo de identificar os operários industriais, a elite governante voltou suas atenções para o controle dos empregados domésticos. Em abril de 1903, sob o título “Polícia dos Criados”, *O Comércio de São Paulo* noticiava que as autoridades policiais estavam estudando um regulamento estabelecendo o registro destes e sua identificação através de uma caderneta. O jornal aplaudia a iniciativa, pois isto “facilitaria a prisão, no caso de fuga, de qualquer criado, depois de um furto como geralmente acontece”. No mês seguinte, *O Comércio de São Paulo* publicava o texto do regulamento, prevendo o registro na polícia de “todo indivíduo, cozinheiro, copeiro, jardineiro, hor-

telão e criado de servir”. O indivíduo — designação que fala por si mesma — receberia uma caderneta a ser anotada pelo empregador na entrada e na saída, a exemplo da Carteira Profissional de nossos dias. Sujeitava-se porém ao controle da autoridade policial, que “quando julgasse necessário exigiria do indivíduo a exibição do documento”. O registro e a respectiva caderneta tinham o valor das boas referências: “todo aquele que fosse inculcado de mau comportamento seria eliminado do registro, com declaração do motivo, seguindo-se a apreensão da caderneta”.¹⁵

Ao que parece, o sistema não chegou nesses anos a funcionar. Em 1913, um jornal tido como popular noticiava que a polícia sugerira à Câmara Municipal a aprovação de uma lei regulamentando o serviço doméstico, diante de muitas reclamações: os bons empregados são uma exceção, pois “há criados que trabalham três meses para descansar cinco; outros, entregam-se a vícios principalmente a embriaguez, terceiros furtam. Um bom número intromete-se nos lares, intitulado-se hábeis copeiros etc. quando não passam de refinados alco- viteiros”.¹⁶

Na sessão legislativa de 1914, o vereador Alcântara Machado — professor da Faculdade de Direito — apresentava o projeto de matrícula na Prefeitura dos criados de servir, indagando: “Nós que exigimos prova de identidade e moralidade do carregador que transporta bagagens ... nós que submetemos a um regime salutar, mas excepcional, os vendedores de bilhetes de loteria, os cocheiros, os carroceiros, os vendedores de jornais — não teremos o direito de exigir a mesma prova de identidade e moralidade dos indivíduos que se introduzem no receso do nosso lar, que convivem com os nossos filhos, que dormem debaixo do nosso teto?”

O texto do projeto e a sua discussão poriam em relevo as regiões de risco mais sensíveis, aos olhos da elite, ao contato indiscriminado com os serviços domésticos: a propriedade e o sexo. A propositura previa o cancelamento da matrícula quando o interessado viesse a sofrer de moléstia contagiosa ou fosse condenado por delito contra a honra, segurança (trata-se da segurança da família, não da segurança nacional, pérola mais recente) ou propriedade. Alcântara Machado

¹⁵ *O Comércio de São Paulo*, 23.4 e 16.5.1903.

¹⁶ *A Capital*, 29.1.1913.



Boletim policial de antecedentes e foto de indiciada por furto doméstico (1922).

enumerava, entre os frutos do *laissez aller*, “o furto doméstico a alastrar-se com a intensidade de uma verdadeira endemia; o contato pernicioso de indivíduos de folha corrida mais que suspeita com a nossa família; o contágio de moléstias mortais ou repugnantes”.

Solitário mas veemente na crítica ao projeto, o médico Carlos Botelho assinalaria as investidas ao pudor de mulheres dedicadas ao trabalho que representaria a constatação de não ser o criado portador de moléstia contagiosa:

“Tal certificado, para substanciar o que realmente dele exige a lei, necessita atestar mais do que se refere à tuberculose, aos exantemas febris ou parasitários; precisa enumerar, dentre as moléstias suscetíveis de se transmitirem no gênero humano, porque uma só gota gonocócica perpetrará a cegueira, como uma placa oculta nas discretas pregas de uma mucosa, pode determinar paralisias, alienações e mais uma infinidade de horrorosas manifestações conhecidas apenas dos hospitais. Pois bem, só podem atestar a minúcia médica na pesquisa dos agentes provocadores de tais misérias, as paredes dos consultórios médicos. Se elas falarem, dirão as lágrimas que tais pesquisas fazem jorrar, quando se dirigem à donzela, à mulher recatada, à mãe envelhecida, no trabalho sim, no impudor nunca”.

Indo mais a fundo, Carlos Botelho diria que a propositura tinha em vista apenas a sociedade à qual o seu autor pertence. Ela não passava “de um pretexto para, mais uma vez, a classe obscura, dos que não têm proteção, se curvar às ricas, em benefício somente destas, sem equidades de espécie humana”. E indagava irônico: “De fato, sr. presidente, se é tanto de recearmos a transmissão das moléstias contagiosas em sentido hierárquico ascendente, porque não recearmos que o mesmo aconteça em sentido descendente, isto é, dos serventes pelos servidos?”.¹⁷

O projeto converteu-se na Lei Municipal nº 1794, de 12 de junho de 1914. Na prática, apesar da obrigatoriedade do registro, ele não parece ter-se generalizado, funcionando mais como um critério de seleção. Lembro-me de que, nos

anos quarenta, a posse da carteira expedida pela Prefeitura, por parte da empregada doméstica, era um indício de boa qualidade.

Pelo menos em um ponto, o Código Penal de 1890 revela a expressa preocupação repressiva com a infidelidade dos criados. Como já mencionei, define-se como roubo a subtração praticada por alguém à noite, “com auxílio de algum doméstico que tenha sido subornado”. Por sua vez, o Tribunal do Júri agravava em certos casos mas não invariavelmente a pena aplicada a empregados domésticos, reconhecendo que haviam procedido com abuso de confiança — uma circunstância agravante do crime. Talvez pela hesitação dos jurados o Código Penal de 1940 foi mais explícito, ao considerar circunstância agravante “prevaler-se de relações domésticas”.

Na amostra, figuram 26 empregados domésticos acusados de subtrair bens de seus patrões, incluindo-se 3 ex-empregados de data muito recente, o que corresponde a pouco mais de 5% do conjunto dos acusados. Quantitativamente, os números e a proporcionalidade indicam muito pouco, bastando lembrar a forte propensão de resolver estes casos “no recesso do lar” sem recorrer à polícia. O grupo revela uma distribuição segundo o sexo caracterizada de uma época de industrialização ainda incipiente e de reduzida sofisticação do setor serviços, a ponto de os homens predominarem sobre as mulheres (14 mulheres e 12 homens). No tocante à cor, note-se a significativa presença de negros (7), geralmente mulheres, aliás muito estigmatizadas pela dupla condição de domésticas e pretas.

Os acusados trabalham em casas de classe média ou da alta burguesia. Enquadram-se neste último caso na pirâmide hierárquica de arrumadeiras, copeiros, cozinheiros, motoristas, governantes etc., cujos estratos mais elevados estão a salvo de acusações: nenhum motorista, nenhuma governante aparece no rol dos indiciados. No mais das vezes, trata-se de gente não só pobre como fisicamente marcada pelas condições de trabalho. Custa ao delegado indiciar Olívia Reis, na casa dos 30 anos, apontada como autora de um furto de jóias da casa do patrão relojoeiro (Mooca, 1921):

“Ela nos causa dó; alta, magra, esquelética, quase aniquilada pelo reumatismo, maltratada no vestuário, lendo-se o sofrimento nas linhas do semblante, antes nos pareceu um virago

¹⁷ *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, 1914.

do que uma mulher. É de se crer que seu ato foi o resultado de uma necessidade, ante os sofrimentos, do que mesmo consequência do vício no furto”.

Basilisa Leon, na casa dos 30 anos como Olivia, acusada em 1907 de um furto de vulto para a época (cerca de 12 contos em dinheiro e objetos) é uma figura repulsiva para seu patrão:

“Magra, baixa, feia, cabelos castanhos escuros em abundância, olhos pretos, andar curvo, tendo dois dedos da mão direita queimados”.

Por outro lado, há alguns casos envolvendo empregados de maneiras finas, como ocorre em um grande furto praticado na casa do comendador Nicola Puglisi (1914). Por ocasião de uma de suas estadas no Grande Hotel do Guarujá, o comendador contratara um copeiro francês, rapaz de 19 anos, chamado Henri Delevant. O jovem é acusado do furto em associação com dois ex-garçons italianos do hotel — seus amigos desde os tempos de Buenos Aires — e com um professor sem recursos que sonha com uma viagem de férias à Itália. Em determinada noite, quando toda a família saía para ir ao cinema, Delevant teria simulado um assalto, desfechando um tiro e abrindo as portas da casa aos dois amigos. O professor — *noblesse oblige* — não participa diretamente do furto, figurando como receptador: segundo a acusação, guarda 160 contos em papel-moeda no piano que tem em sua casa, enquanto 41 contos em indestrutíveis libras esterlinas são enterrados em um bosque da Avenida Paulista. Mas tudo acaba mal: dentre os 8 criados do comendador o jovem francês é o mais recente e a sua insistência em ficar no corpo da casa lavando louça na noite do assalto reforça as suspeitas. Deixemos porém a história no condicional, pois o júri condena apenas os dos garçons italianos, absolvendo Delevant e o professor.

Nas casas em que há uma verdadeira criadagem, nenhum traço de solidariedade ou mesmo de mínima compreensão se esboça para com os acusados, por parte dos demais serviçais. A internalização do princípio de respeito aos bens do patrão — dado componente da figura valorizada do “empregado de confiança” —, a posição superior na hierarquia dos servidores, o desejo mais pragmático de evitar que a sus-



Um dos acusados de um grande roubo de jóias, em um prédio da rua de São Bento (1915).

peita recaia sobre si explicam, conforme o caso, esta atitude. Em todos os processos, há colegas dos acusados depondo contra estes. Maria Ana Paraíso, a moça negra processada pelo furto de roupas em 1892, descrita pelo delegado segundo os padrões do mercado de escravos, é denunciada por uma colega cozinheira. Patroa e empregada vão juntas ao quarto de Maria e a patroa arranca-lhe do corpo as roupas que veste. Excepcionalmente, uma única vez uma “criada de servir” referir-se-á a um jovem copeiro como “rapaz de bom proceder”, mesmo assim “um pouco vadio”.

Uma indicação suplementar da falta de apoio no interior da casa ao empregado que pratica furtos: quando age acompanhado, seu parceiro nunca trabalha na mesma casa, embora possa ser também empregado doméstico. No recesso do lar, o servidor infiel parece encontrar-se sozinho, desprezado pelos patrões e pelos colegas.

Nacionalidade e crime contra a propriedade

A ousadia e a ambição implícitas no ato de emigrar refletem-se de forma típica nos delitos contra a propriedade praticados por estrangeiros. Na amostra, os imigrantes estão fortemente associados à prática de subtrações que se destacam pelo valor dos bens, pela maior habilidade intelectual ou manual em um extremo, pela maior dose de violência em outro.¹⁸ As infrações de grande valor têm à frente um roubo de jóias de uma joalheria do centro da cidade, avaliadas em mais de 600 contos, ocorrido em abril de 1915. Dele participam mais de 10 pessoas, sendo todos italianos. A divisão do trabalho é significativa. Os financiadores são um pequeno industrial e um corretor; eles fornecem o dinheiro para a compra dos instrumentos de trabalho (inclusive uma sofisticada broca elétrica para abertura de cofre), e para a locação de uma sala anexa à joalheria cuja parede será arrombada. Os agentes diretos ligam-se em maior ou menor grau ao mundo da delinquência (*cafrens*,

¹⁸ São estrangeiros 6 dentre os 8 indiciados como passadores de contos; 13 dentre os 15 punquistas. Nos sete processos de maior vulto, há 21 indiciados, todos estrangeiros.



Sala de uma casa do Largo do Paissandu, habitada por prostituta morta por clientes (1913).

jogadores profissionais, passadores de notas falsas), enquanto os receptadores são membros da família dos financiadores, dentre eles duas mulheres.

Em contraposição, a massa da criminalidade nacional tende a concentrar-se nos furtos banais, seja pela técnica empregada seja pelos magros objetivos a alcançar. Isto é tanto mais verdadeiro com relação aos acusados pretos ou mulatos. Eles não figuram entre os passadores de contos — desde logo não seriam mercedores da confiança das vítimas —, entre os batedores de carteira, entre os acusados por infrações de furto. Estas breves constatações são um indicio da “docilidade” das classes pobres brasileiras da época, do seu confinamento no campo da criminalidade ao mundo desprezado dos pequenos delitos, tão sem horizonte como suas próprias vidas.

Até que ponto seria possível estabelecer uma correlação entre o grupo de imigrantes acusados da prática de crime contra a propriedade e uma condição peculiar, ou seja, não só de imigrante como de recém-chegado, como foi possível ao menos sugerir com referência às pessoas presas na cidade? Não é fácil apurar a época da chegada a São Paulo dos estrangeiros que compõem a amostra. A circunstância interessou o aparelho repressivo sobretudo até fins do século XIX. Nesta época, com alguma frequência, as folhas impressas destinadas ao interrogatório do réu continham uma pergunta acerca do tempo de residência na cidade. Gradativamente, a pergunta desapareceu. Mesmo nos casos em que ela surge, fica a dúvida entre tempo de residência em São Paulo e tempo de residência no país. Assim, lancei mão também de referências indiretas (declarações prestadas através de intérprete, alegações de confusão provocada pelo escasso conhecimento da língua), embora nem sempre sejam um indicador seguro. Nos casos em que consta a pergunta, considereei recém-chegadas pessoas que declararam residir em São Paulo há 3 anos ou lapso de tempo inferior.

Com todas estas restrições — às quais se deve acrescentar a possibilidade da condição de recém-chegado ter-me às vezes escapado à falta de indícios — dentre os estrangeiros acusados, 47, figurando em 28 processos, viviam recentemente na cidade. Já mencionei o fato de que a habilidade intelectual em um extremo e o roubo em outro têm correlação com esta gente. Dos 6 indiciados como passadores de conto, de nacionalidade estrangeira, 5 estavam na cidade há pouco tempo.

Por outro lado, os 28 processos (incluídos 3 latrocínios) foram tipificados como furto ou roubo em igual número. Há aí uma desproporção relativamente ao conjunto dos crimes contra a propriedade, os quais se distribuem entre 189 furtos e 105 roubos. Esmiuçando-se os 14 roubos, verifica-se que, em regra, ocorre um efetivo emprego de violência à pessoa ou às coisas e não um enquadramento jurídico por violência ficta, segundo a caracterização do Código Penal. Em 9 dos processos, há violência à coisa, materializada no arrombamento; em 5 deles, há violência à pessoa, inclusive um latrocínio.

Os recém-chegados são gente de condição diversa: profissionais que circulam pelo mundo como “golondrinas” da marginalidade, aventureiros que se lançam à terra, gente mais assentada cujo deslocamento provoca situações de privação material ou problemas psicológicos.

Duas figuras de profissionais emergem de um latrocínio ocorrido em setembro de 1913. A vítima é uma prostituta independente, conhecida como Madame Emma, com casa no Largo do Paissandu. Corajosa, discreta, respeitada por afugentar homens inconvenientes ameaçando-os de revólver na mão, Emma morre estrangulada ao som do gramofone, sob o olhar espantado de seu papagaio, em meio a garrafas de vinho e cerveja. Após um périplo pelo submundo da cidade, a polícia indicia dois italianos acusados pela dona de um bordel. Ambos haviam chegado ao Brasil há uma semana, acompanhados de suas mulheres. Moraram em hotéis que a polícia define como antros de ladrões e chegaram a ser presos em São Carlos sob a acusação de furto. Extensas informações obtidas na Itália e na Argentina revelam, sob o ângulo policial, uma ponta de suas vidas. Júlio Manetti, nascido em Florença em 1888, com 25 anos de idade, obteve passaporte em 1908 para viajar à França, segundo declarou. Em 1911, estava em Buenos Aires, onde era proprietário de uma “farra”, frequentada por *caftens* e ladrões, sendo conhecido como “Toscano”. Envolvido em processo e condenado, fugiu para o Brasil em abril de 1913. Voltou à Itália pouco tempo após e já em setembro do mesmo ano retornou ao Brasil. Processado em Florença por ultraje ao pudor, furto e porte ilegal de armas, Manetti é tido como amigo íntimo do outro acusado — Elias Del Sole — ambos integrantes de uma quadrilha internacional de ladrões. Sobre Del Sole, nascido também em Florença em 1886, com 27 anos de idade, os dados são mais su-

cintos: punguista de fama, com ficha criminal em Florença, Buenos Aires e Montevideo. Diga-se de passagem que ambos foram absolvidos pelo júri, em um julgamento tempestuoso, onde se destacou a figura legendária do advogado Antonio Covello.

Ao lado destes profissionais, aparece gente “embarcada” como o nosso conhecido Hugo Petrovitch ou um certo Max Pollow, de nacionalidade americana, que abandona seu navio em Santos (1889) e por 4 meses trabalha como operário têxtil. Afinal, sem emprego e sem rumo, é preso ao tentar assaltar embriagado uma casa na Vila Mariana. Mas há também a história de um autêntico operário, personagem antecipado de um filme de De Sica. Em dezembro de 1914, um soldado da Força Pública pratica um gesto banal na rotina da cidade. Encosta sua bicicleta na porta de uma casa onde entra, em uma rua do Brás. Mas tem o cuidado de deixar um menino de vigia. Minutos depois um homem foge com a bicicleta. O menino dá o alarma, segue-se uma perseguição e o ladrão é afinal agarrado. O homem é Atilio Beretta, milanês, 28 anos, chegado a São Paulo há poucas semanas, sem trabalho e sem residência fixa. Mal defendido por um estudante de Direito, condenado a 3 meses de prisão, Beretta consegue ao menos juntar ao processo papéis bem guardados comprovando uma vida de trabalho: declarações de grandes empresas de Milão e de Lyon atestam suas qualidades como ajustador mecânico, deixando entrever, ao mesmo tempo, uma contínua mobilidade de emprego em busca de melhores salários.

Profissionais, aventureiros, operários, mas também jovens burgueses, meio perdidos na nova terra. Fritz Fahrnz, contratado na Suíça por um hotel de luxo em 1913, para trabalhar por três anos como subgerente, acaba realizando um vultoso furto de dinheiro e jóias depositadas no cofre do hotel. Conta na polícia uma história de decepções e de atração pela riqueza que passa por suas mãos. Chegara ao Brasil há quatro meses e verificara ter sido ludibriado, pois ao contrário do que seus patrões lhe haviam informado, seu salário era insuficiente a ponto de ter de viver em um pequeno quarto. Começou a beber, a frequentar casas de tolerância, ficou conhecendo um mecânico patricio e ambos arquitetaram o plano de furto. Ao contrário da grande maioria dos recém-chegados, uma rede sólida de proteção familiar envolve o réu. O cônsul brasileiro em Berna é acionado e atesta ser ele “membro de

excelente família da burguesia suíça, conhecida por seus padrões de trabalho e honestidade. Seu avô é um industrial respeitado e por muitos anos presidiu a Câmara Municipal da cidade onde vive. O próprio indiciado desempenhou funções de gerência em sociedades hoteleiras de seu país, da França e da Inglaterra, com honestidade e eficiência”. Mas este é um caso excepcional, o que não impediu aliás a condenação do réu.

De um modo geral, os recém-chegados se encontram em condições de vulnerabilidade quando acusados da prática de um delito. A situação de desemprego, a ausência de residência fixa são ressaltadas pela polícia como fortes indícios de responsabilidade criminal. Os indiciados não têm laços na cidade que possam vir em seu socorro e os laços de além-mar são distantes ou inconfessáveis quando se trata de profissionais. O marinheiro Pollow, por exemplo, perde uma oportunidade processual de alcançar imediatamente a liberdade, pois não tem dinheiro ou conexões que lhe permitam prestar fiança e fica preso até o julgamento.

De acordo com suas características, os indiciados tentam reagir, procurando reverter em seu benefício o conjunto de condições desfavoráveis. O rapazinho Eugênio Nanine, há três semanas no Brasil, justifica em 1895 a prática de um furto, por ter bebido pinga, líquido forte cujos efeitos desconhecia. A dificuldade de compreensão da língua é o núcleo de defesa de alguns acusados, como ocorre com Romulo Gentile, preso à noite com um companheiro, dentro do mercado da cidade. Do auto de prisão em flagrante, consta a confissão de Romulo, que apenas se justifica por estar ainda sem emprego e passar fome. Mas em juízo, diz ter sido obrigado a assinar papéis sem saber o conteúdo, pois não lê português. Quando uma testemunha italiana apareceu para depor, perguntou-lhe do que se tratava e ao saber estar sendo enquadrado por uma tentativa de roubo escreveu em baixo do depoimento incriminatório: “Non è vero niente”. O delegado porém teria raspado a ressalva, obrigando-o a assinar novamente o nome. Para nós importa mais a estratégia de defesa do que a veracidade do relato. Não é possível deixar de apontar porém que algo deve ter-se passado: a presumível folha rasurada não consta do processo; em compensação, a página de interrogatório do acusado na polícia não contém sua assinatura, sem que haja qualquer explicação para o fato.

As histórias de vida dos imigrantes de fresca data nos dão um quadro bastante rico das características, aliás muito diversas, desta gente. Do ponto de vista quantitativo, elas são insuficientes para reforçar a correlação entre criminalidade e a condição de recém-chegado, sugerida pela análise das prisões efetuadas na cidade, ao longo do período.

Cidadania e autoridade

As relações entre “gente honesta”, delinquentes e autoridades nas grandes concentrações urbanas do Brasil de nossos dias caracterizam-se por dois traços distintos e complementares. De um lado, a crescente impersonalização dos contatos e a violência cada vez mais acentuada das agressões conduzem o cidadão a transformar-se em mônada urbana, interessada apenas na própria sobrevivência. Diga-se de passagem que esta tendência não se restringe ao Brasil, sendo comum às metrópoles modernas, como indica o caso simbólico de Kitty Genovese, cujo estupro e morte no bairro de Queens em Nova Iorque (1964) ocorreu diante da indiferença de 38 pessoas que ouviram seus gritos ou testemunharam parte de seu sacrifício.¹⁹ Tudo se passa como se o crime não dissesse respeito à coletividade mas apenas ao indivíduo atacado. Se não reagir a um assalto é um conselho sábio, interferir em socorro de alguém torna-se, em certas circunstâncias, uma completa loucura. Não tentemos agarrar os infratores, aliviemo-nos porque o fato não ocorreu conosco. Afinal, o ofendido — ou melhor, o “outro” — tal como as vítimas do câncer, alguma culpa ou estigma particular deveria ter, a diferenciar-se de nós: excessivamente descuidado, demasiado bem vestido, muito velho etc. etc.

A tendência a encerrar-se em si mesmo pressupõe que a restauração da ordem violada cabe exclusivamente ao Estado. Entretanto, na medida em que a ação da polícia se revela impotente e as pessoas introjetam a ideologia dominante defensora implícita ou explícita dos esquadrões da morte e das

penas capitais, outro comportamento se insinua. Como observou Maria Victoria Benevides, em seu estudo sobre os linchamentos, trata-se da tentativa de “fazer justiça com as próprias mãos”, vingando parentes, amigos ou membros de uma comunidade; ou simplesmente extravasando sentimentos de insegurança, revolta e ódio contra criminosos reais ou imaginários, em iniciativas não premeditadas.²⁰

Em confronto com os comportamentos sintetizados acima, o período deste estudo caracteriza-se por uma freqüente intervenção espontânea de pessoas na seqüência de atos de delinquência. As situações de envolvimento popular na perseguição a criminosos supostos ou verdadeiros ocorrem sobretudo, mas não exclusivamente, em crimes contra a propriedade. A partir da amostra de 218 homicídios (excluídos latrocínios), localizei situações desse tipo em 5 casos; dentre 297 crimes de furto ou roubo (incluídos os 3 latrocínios), 17 evidenciam as características apontadas. A cena típica é a das perseguições mais ou menos extensas (em um caso de 1884 um preto escravo é perseguido por policiais e populares das ruas do Triângulo ao Bexiga), aos gritos de “pega ladrão”, enquanto este vai largando pelo caminho a prova material do delito. Um desastroso jovem italiano de 18 anos, pressentido pela vítima atenta (mas não tanto) à leitura de notícias na vitrina do *Correio Paulistano* ao tentar subtrair-lhe um relógio, procura safar-se pela fuga. Perseguido por um grupo de pessoas que cresce pelo chamamento clássico do “pega ladrão”, joga fora o relógio em meio à corrida mas acaba sendo agarrado pelos perseguidores. *Happy end*: aparece um agente de polícia, todos vão à delegacia testemunhar o fato, um transeunte encontra o relógio e o entrega ao dono (1897). Neste mesmo ano, um burlesco episódio se ajusta ao padrão apontado. Dois assaltantes são surpreendidos pelo dono de uma casa da Rua Conselheiro Nébias, nos Campos Elísios, quando já se encontravam em seu interior. O homem se põe a gritar e várias pessoas acodem. Os ladrões fogem, escalam o muro, passam ao quintal da casa vizinha. Cercada a casa, os populares — como se diz na crônica policial — acabam agarrando os ladrões escondidos em um galinheiro, que se declaram assustados

¹⁹ Uma narrativa deste caso se encontra em Susan Brownmiller, *Against our will — Men, women and rape*, 1975, p. 217.

²⁰ Maria Victoria de Mesquita Benevides — “A violência através da imprensa: os linchamentos e a justiça popular”, *Espaço e Debates*, 1981.

com o disparo de um tiro. Depois, os perseguidores vão levar os assaltantes à polícia, constando do auto de prisão em flagrante “o comparecimento à delegacia de grande massa de povo, fazendo entrega à autoridade policial dos indivíduos Francisco Soprano e Caetano De Prima”.

Na amostra, cenas deste tipo concentram-se nos anos mais afastados — há 11 entre 1883-1903 e apenas 4 entre 1903-1924 — sugerindo (ressalva feita ao pequeno número do conjunto) uma gradativa queda da solidariedade da população e quem sabe maior temor aos ladrões.

A violência instituída

Quando tratei da questão do preconceito contra imigrantes, concentrei-me em suas queixas contra os excessos policiais, lembrando porém que elas não se restringiam à população estrangeira.

Da década de oitenta no século XIX a meados dos anos vinte, a imprensa denuncia atos de agentes do aparelho repressivo que exorbitam de suas funções. A ênfase ou a abundância de dados varia em razão das inclinações políticas de cada jornal, das simpatias ou idiossincrasias com relação a determinado chefe de polícia. Descartadas aqui as referências à repressão política, as críticas giram em torno de prisões arbitrárias, violências físicas ao se efetuar uma prisão, invasão ilegal de domicílio, ações profiláticas *sui generis* como ocorre quando a polícia é acusada de ocupar todo um bairro, a cata de doentes de varíola.²¹ Não se chegara ainda ao recurso extremo proposto por Chico Buarque (“Chame o ladrão”) mas já havia quem encarasse os inferiores da polícia com muita suspeita. Por exemplo, narrando a agressão e roubo de um homem pardo praticados por um agente, *A Nação* aconselhava o público a não passar por onde houvesse soldados da polícia.²² Raramente porém a imprensa se refere a vio-

lências contra detidos “delinquentes de carreira” ou contra presos em cumprimento de pena, como ocorre com uma isolada notícia narrando o espancamento de presos na Penitenciária.²³

Voltando a nossa atenção para os acusados de furto e roubo, é quase uma evidência dizer que eles são o alvo principal do aparelho repressivo. Dentre 512 indiciados por crime contra a propriedade — incluídos 4 presumíveis autores de latrocínio — 54 (10,5%) queixam-se pessoalmente ou através de advogado de terem sido vítimas de violências para confessar. A proporção cai para 3,8% entre os enquadrados em crimes sexuais (10 pessoas em 263) e para apenas 1,2% entre os homicídios (3 em 254 acusados). Mais ainda, é clara a correlação entre queixa de violência e “carreira criminal”: dentre os 54 acusados que se queixam, 30 têm antecedentes positivos, 9 negativos, não havendo dados em 13 casos. Estes números estão aquém da realidade. É razoável supor que, em muitos casos, os indiciados se resignavam e nada diziam, por interiorizar a culpa, por temor a represálias ou ainda por não encontrar campo no ritual forense para articular sua voz. O réu só responde sobre o que lhe é perguntado e as narrativas de tortura põem em crise a aparência de estrita legalidade retratada no processo.

Ao que parece, ainda não haviam sido introduzidos na época certos métodos de tortura hoje correntes. Os presos não fazem referência ao “pau-de-arara”, aos choques elétricos. As queixas mais comuns se referem a castigos físicos “moderados” com a utilização de instrumentos que revelam uma intenção pedagógica ostensiva — régua, palmatória —, ou a espancamentos brutais com o emprego de tubos de borracha. Associadas ou não aos espancamentos, enfileiram-se alusões às solitárias, às duchas de água fria, às ofensas morais, à privação de água e comida. Os acusados de crime sexual referem-se por vezes à punição simbólica das partes do corpo responsáveis pelo delito. As encenações de castração, os golpes nos testículos não são práticas encerradas no universo policial mas correspondem a impulsos generalizados. Para ficar em um exemplo, em outubro de 1913, um jornal noticiava a castração em Araraquara de um padre pilhado no

²¹ A afirmação é desmentida pelo *Correio Paulistano*, de 6.8.1887. Para notícias de arbitrariedade, ver entre inúmeras outras: *Diário Popular*, 26.5.1886; 23.4.1891. *O Estado de S. Paulo*, 18.10.1893; 2.9.1916; 24.10.1917. *A Platéia*, 27.2.1895; 13.3.1895. *A Nação*, 2.2.1898; 3.7.1898. *O Combate*, 19.1.1916.

²² *A Nação*, 7.8.1898.

²³ *A Nação*, 2.2.1898.

confessionário em relações carnavais com distinta senhoria. O ato teria sido praticado a mando do pai da moça, fazendeiro na localidade.²⁴

Em regra, as queixas da prática de violência são articuladas pelo réu, de viva voz. Às vezes, surgem petições redigidas por advogados ou rúbulas, com a assinatura do próprio acusado. Uma das mais expressivas é um recurso impetrado ao Tribunal de Justiça por Maurício Batochi, um homem com uma longa ficha policial, em que se intercalam processos por vadiagem, furto e roubo:

“A polícia minha inimiga de longa data e possuída de uma animosidade feroz e incontestada contra o humilde abaixo assinado, não admite essa polícia que no meu caso haja uma regeneração de vida e de costumes e entra esse desastrado poder do Estado a agir contra o infeliz cidadão desordenadamente e com a intenção única e firmada de dar-me por teto a cadeia pública ... Meu corpo serviu de testemunha e de requisito legal para uma confissão e o bastão entrou a funcionar sobre as minhas espáduas, face e todas as partes do meu martirizado corpo”.

Lembra depois o que ocorrera em Santos, quando após ter cumprido pena e haver ordem do Tribunal para soltá-lo

“essa ordem não foi cumprida pelo arbitrário delegado Dr. Ibrahim Nobre pois fui mandado debaixo da mais rigorosa vigilância e violência para o martirológico da Vila Mathias onde foram-me infligidos os mais tremendos castigos e vexames a mim, infeliz desprotegido da sorte que havia acabado de cumprir uma pena de 3 anos, 3 meses e 16 horas”.

Transparecem no texto algumas notas reveladoras da estrutura destas peças que são provavelmente uma combinação da fala do preso e dos padrões do discurso dos defensores. Em primeiro lugar, há a crítica mais geral à polícia como instituição, “esse desastrado poder do Estado”, depois, a

²⁴ A *Capital*, 27.10.1913. É irrelevante no caso que dias depois o jornal desmentisse a notícia. A fantasia era em si mesma expressiva. Desmentia-se o fato, mas reiterava-se que o padre era um Don Juan, despertando preocupação nas autoridades eclesásticas.

acusação de violências específicas personalizadas na figura de uma autoridade policial e mais ainda um delegado (no caso, o Dr. Ibrahim Nobre, impertérrito tribuno de 32), o que é raro quando o réu fala diretamente. Neste caso, tende a queixar-se em termos genéricos contra violências “da polícia” ou “de um investigador” etc. Permeando todo o texto, destaca-se o contraste entre a truculência dos órgãos repressivos e os traços inofensivos do apelante (“humilde” — atributo positivo da gente pobre —, “infeliz desprotegido da sorte”), vítima entre outras coisas de uma privação da liberdade medida em toda a sua extensão temporal: 3 anos, 3 meses e 16 horas.

Qual o grau de legitimidade da prática de violências físicas contra presos comuns? É corrente afirmar-se que se trata de uma ação legítima, profundamente aceita na consciência social, a ponto de se manter intocada ao longo dos anos, na vigência de regimes relativamente democráticos ou na vigência de regimes autoritários. A natureza das relações entre regime político e métodos de repressão contra presos comuns é um campo ainda em aberto. Arrisco dizer que, se a violência contra a pessoa do detido constitui um fenômeno de longa duração, seu alcance, limites, significado variam, de algum modo, em função das alterações da sociedade como um todo. Não quero dizer que a correlação seja linear. O exemplo dos anos recentes indica pelo contrário a sua complexidade. Não obstante a liberalização do regime político, as violências são óbvias e chegaram a formas extremas de supressão da vida através da criação de corpos policiais especializados. Ao mesmo tempo, entretanto, a liberalização possibilitou a emergência pública do tema. Isto permitiu pela primeira vez sua discussão mais ampla, seja na imprensa, seja nos trabalhos acadêmicos (ou o que sobra de “acadêmico” ao se tratar de um tema desta natureza), seja nos setores mais sensíveis da sociedade em decorrência de suas funções (advogados, em especial). Não por acaso começam a aparecer também sentenças de juízes condenatórias não apenas de investigadores mas de delegados responsáveis pela prática de violências, coisa impensável há uns poucos anos.

Voltando aos “velhos tempos”, a violência contra o preso comum é admitida como um mal necessário, onipresente e oculto, raramente tematizado. Nem por isso a atividade policial é tida como isenta de críticas. Pelo contrário, a imagem da polícia contrasta com a aura de certa respeitabilidade que

cerca o Judiciário. Por força do trabalho “sujo” inerente a suas funções, a polícia é alvo, como vimos, da crítica da imprensa, da arremetida dos advogados criminais. A suspeita se reflete no cuidado dos delegados em enfatizar a espontaneidade das confissões, atestadas por gente presente às delegacias, repórteres policiais ou mesmo investigadores ocultos sob o qualificativo genérico de “funcionários públicos”. Não obstante estes cuidados, os defensores dos réus têm a possibilidade de lançar dúvidas e às vezes comprovar em juízo o caráter forçado das confissões. Mas promotores ou juizes não levam avante ou não chegam a lograr êxito nas tentativas de apurar responsabilidades. Dentre os 54 processos em que se alude a violências, apenas em 5 são tomadas algumas providências. Raramente vai-se além de um laudo pericial, como ocorre no caso de Antonio Betino, “o homem simpático, de olhos azuis, expressão meiga”, a quem já me referi, acusado do roubo de jóias de uma ourivesaria da Rua São João (1897). Betino é preso dias após o fato, em decorrência de diligências feitas na colônia italiana pelo subdelegado Nicolau Materazzo. Ao prestar declarações na polícia, confessa o crime e ressalta a espontaneidade da confissão — autenticada por duas testemunhas aparentemente ocasionais —, diante do encontro das jóias em sua casa. Mas, em plena sessão do júri volta atrás, dizendo que foi forçado a confessar após ter sido barbaramente espancado por ordem de Materazzo. Seu defensor pede a suspensão dos trabalhos. Um médico da polícia constata a existência de cicatrizes nas nádegas do réu, afirmando não poder informar a data dos ferimentos. Os trabalhos são retomados e Betino é condenado a 8 anos de prisão — pena máxima do crime de roubo.

Quase 30 anos depois, a insistência de um jovem acusado leva o juiz a tomar algumas providências. O desfecho porém não varia. Egidio Nembri, com uma ficha carregada apesar de seus 17 anos, é preso em 1924 sob a acusação de roubo em uma barbearia. A prisão ocorre um mês após o fato, quando tentava vender navalhas a um barbeiro. Enquanto o processo se desenrola, fica ilegalmente preso por 1 ano. Ao sair, alega ter sido espancado por vários policiais a ponta-pés e tubos de borracha, pedindo exame de corpo de delito assim como a punição dos responsáveis. Apesar de o exame ser positivo, nenhuma providência subsequente é tomada. Diante de novo pedido de Nembri, o juiz expede um ofício à polícia,

solicitando a abertura de inquérito. Entrementes, ocorre a pronúncia do acusado, preso preventivamente em consequência. Da prisão, Nembri denuncia espancamentos mais recentes, insistindo na apuração de responsabilidades. Novo ofício do juiz, papéis que vão e vêm e nada mais. Ou melhor, em sentença proferida por juiz singular em 1926, Nembri é condenado a 2 anos e 4 meses de prisão. Sua confissão é considerada válida porque eventuais violências teriam sido praticadas após o reconhecimento espontâneo do delito.

Os fantasmas da insegurança

Para a gente de nosso tempo, uma questão surge imediatamente quando nos referimos aos crimes contra a propriedade em sua dimensão histórica: a “velha” São Paulo era uma cidade segura? A pergunta é compreensível se tivermos em conta o significado da violência como componente do imaginário e da vida material dos habitantes da cidade em nossos dias. Não é fácil porém respondê-la, pois tanto importam os dados materiais (números, características das infrações) como os “dados de sensibilidade”, pelos quais é possível apreender algo ao menos tão importante quanto os “fatos”, ou seja, a sensação maior ou menor de insegurança.

Dados objetivos e sensações tendem a seguir a mesma direção, mas não é impossível que venham a divergir, pois a sensação de insegurança não depende apenas da curva dos delitos. Em qualquer hipótese, a análise de um só destes elementos daria um quadro incompleto do real. Quem no futuro se dispuser a escrever uma história de longa duração da criminalidade em São Paulo, incluindo os anos recentes, terá de lidar não só com as precárias e manipuladas estatísticas, mas com o problema do medo que para nós é fácil detectar, a partir de vários sinais: as histórias de assaltos, dominantes nas conversas, chegando a superar os anódinos e congraçadores comentários sobre o tempo; os conselhos policiais no sentido de aceitarmos a menos danosa das alternativas (entregar a bolsa para salvar a vida); os cuidados dos pedestres em evitar espaços que lhes são destinados (as calçadas das ruas desertas à noite); o susto dos motoristas na oferta súbita de um bilhete de loteria em um sinal fechado; a ultrapassagem, como norma, de sinais vermelhos em horas mortas; a freqüente recusa

da população pobre a discutir a violência policial nos bairros populares etc. etc.

Sob o aspecto quantitativo, as informações sobre crimes contra a propriedade distanciam-se mais das ocorrências reais, em comparação com os homicídios. Muitas infrações não são levadas ao conhecimento da autoridade policial — o que aliás é bastante freqüente também em nossos dias —, enquanto outras não têm seguimento após a notícia. O grau de repressão varia em função da eficácia da polícia ou da ênfase maior ou menor posta no “combate ao crime”, decorrente de opções governamentais resultantes por sua vez de um conjunto de fatores. Além disto, o registro de prisões — fonte básica para o período estudado — não dá conta obviamente dos casos de autoria desconhecida cujo alcance é impossível medir.

A análise quantitativa dos crimes contra a propriedade foi feita no capítulo I. Resta uma questão. Como explicar a maior ação repressiva da polícia relativamente a estes crimes, ou mesmo seu aumento efetivo no período 1892-1896? A hipótese mais tentadora consiste em vincular a constatação a uma conjuntura social específica, caracterizada por intensos deslocamentos sociais ou espaciais de população — escravos postos em liberdade (por mais relativa que fosse) e imigrantes em busca de fortuna.

No terreno das sensibilidades, os descuidos da população a que já fiz referência revelam hábitos arraigados indicativos de uma tranqüila segurança. Mas o simples fato de que estes hábitos tenham facilitado a prática das infrações mostra como eles já não correspondiam a uma nova realidade.

À medida que a cidade se estende, vão-se estabelecendo as fronteiras ideais entre as zonas seguras e as mais perigosas, estas geralmente associadas a bairros escuros e a espaços vazios.²⁵ Com freqüência, as reclamações contra a falta de iluminação associavam a deficiência ao risco de crimes. Em 1894, os moradores da rua Éboli, no Brás, queixavam-se de que a ausência de iluminação deixava-os constantemente sujeitos a assaltos e emboscadas. Um funcionário do setor de

obras públicas da Prefeitura assinalara anos antes (1891) que um forte motivo para os pedidos de aumento de iluminação era a incidência de crimes, especialmente os assaltos a casas particulares. Naquele mesmo ano, o *Diário Popular* reclamava da falta de luz e de policiamento na zona intermediária entre a Rua 25 de Março e o Brás, por razões um pouco diversas: “um estrangeiro pode aí perder-se e acabar dando com os ossos na polícia como vagabundo”. As críticas perduraram por muito tempo. A propósito de um crime ocorrido no Belém em 1905, *A Platéia* assinalava que o bairro permanecia às escuras, à exceção da Avenida da Intendência (atual Celso Garcia) e sem ronda, apesar de ser habitado por quase 10000 pessoas.²⁶

De fato, a grande maioria das ruas de São Paulo permaneceu praticamente às escuras, não obstante seu intenso crescimento nas últimas décadas do século XIX. Até o novo século, a nostálgica iluminação a gás que surgiu em 1872, produzia na verdade uma luz esverdeada, despertando muitas queixas. A luz elétrica começou a ser introduzida lentamente, e até meados da década de dez ainda predominava o lampião de gás, quando existente. Em 1911, ano em que a Light assinou contrato com a Prefeitura para estender a luz a alguns subúrbios, a Água Branca, a Lapa, a Penha, o Ipiranga não recebiam qualquer tipo de iluminação.²⁷

Dentre os espaços vazios, a Várzea do Carmo ganha destaque. Neste local escuro — um dos grandes depósitos de lixo da cidade —, há o risco de assaltos sobretudo à noite, como ocorre em 1893 com um grupo de espanhóis, roubados por soldados da milícia após perderem o último bonde para o Brás. Perigosa à noite, a Várzea do Carmo não deixa de encerrar riscos nos domingos à tarde, embora por outras razões: capoeiras e navalhistas aí se reúnem e há guerras de pedradas entre verdadeiros “partidos” formados por desocupados dos cortiços da Rua Santa Rosa e da 25 de Março.²⁸ Mesmo depois de ter sido saneada em parte, os pontos de risco

²⁶ Greenfield, *op. cit.*, p. 175; *Diário Popular*, 20.4.1891; *A Platéia*, 1.8.1905.

²⁷ Ver Greenfield, *op. cit.*, e Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo* (1954), pp. 1016 e segs.

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15.1.1900. O jornal faz alusão a uma batida policial na área.

²⁵ O fato de que tenha constatado maior número de infrações no centro da cidade não contradiz esta sensação. O alvo principal no Centro não são as pessoas mas estabelecimentos comerciais em geral assaltados à noite quando se encontram fechados.

subsistem. *O Comércio de São Paulo*, de 11.10.14, refere-se a uma pequena estrada arborizada, cortando o imenso terreno que vai dos fundos do quartel da Guarda Cívica (na rua Frederico Alvarenga, até hoje existente) até o Gasômetro, onde é encontrado um homem morto. A estrada é “caminho habitual dos soldados e do mundo operário”, mas após as 7 da noite ninguém se aventura a atravessá-la.

No capítulo I, assinalai que a última década do século XIX representou uma inflexão no campo da sensibilidade dos habitantes de São Paulo, relativamente ao crime. Indiquei também certo artificialismo da periodização, sobretudo no terreno das representações sociais. De fato, já em 1878, o chefe de Polícia ressaltava a periculosidade à noite de locais como a Rua de Santa Efigênia, onde existiam vários cortiços, e o Largo 7 de Abril — atual Praça da República.²⁹ Em 1882, o viajante Junius dizia que os ladrões andavam por toda parte e eram de “uma ousadia admirável”. Roubavam durante o dia, em lugares muito freqüentados.³⁰ Tomando-se a imprensa como indicador a partir dos anos setenta, encontram-se crescentes referências a furtos e à existência de quadrilhas de meliantes. Por exemplo, em 1887, o *Correio Paulistano* noticiava a prisão de 10 “gatunos” aplicadores do conto do vigário e da troca de notas falsas por cédulas verdadeiras, afirmando que os presos constituíam pequena parte de uma quadrilha composta de mais de 200 pessoas da qual faziam parte até mulheres.³¹

Mas, naquele mesmo ano, era possível encontrar ainda sinais de uma ordenação quase doméstica da vida social, como este aviso da Secretaria de Polícia, publicado na primeira página do *Correio Paulistano*:

“Acha-se depositada nesta Secretaria uma chave encontrada na porta da casa n.º 7 da rua da Assembléia”.³²

²⁹ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Batista Pereira, Presidente da Província de São Paulo, pelo Chefe de Polícia, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, São Paulo, Tip. do Diário de Santos, 1879. (Citado por Guido Fonseca).

³⁰ Antonio de Paula Ramos Jr. (Junius), *Notas de viagem* (1883). A citação é de Guido Fonseca.

³¹ *Correio Paulistano*, 20.1. e 30.1.1887.

³² *Correio Paulistano*, 10.8.1887.

Em poucos anos, estes sinais desaparecem. Cresce a sensação de insegurança concentrada sobretudo na ameaça à propriedade. Raffard, visitando São Paulo em fins do século, referia-se à Liberdade, ao Paraíso e, em especial, às bandas de Santa Efigênia em termos alarmantes. Dizia que as senhoras deveriam abster-se de transitar à noite mesmo pelas ruas principais do bairro se estivessem adornadas com jóias de valor, pois podiam ser atacadas. Para evitar a ação dos gatunos recomendava que elas não efetuassem quaisquer pagamentos nas lojas do distrito.³³ Na imprensa, multiplicam-se as notícias de assaltos acompanhados de agressões de autoria desconhecida. A audácia de algumas técnicas certamente excepcionais, como a dos ladrões narcotizadores, torna-se um prato substancioso para o noticiário da imprensa.³⁴

O último decênio do século representa uma alteração de qualidade, a perda definitiva de um mundo idílico no imaginário dos setores sociais mais ou menos bem postos. Isso transparece em um texto de 1898 do jornal *A Nação*, com ressonâncias contemporâneas:

“A região paulista (...) está sendo procurada pela mole dos criminosos foragidos da repressão da polícia estrangeira. A ação desses espúrios da sociedade, atacando a vida e especialmente a nossa propriedade, tem criado em nosso espírito uma quase tolerância pelo desforço pessoal. Já aceitamos o assassinato do gatuno, mesmo fora dos casos de legítima defesa.

Que significa essa imensa simpatia pelo proprietário que, podendo evitar o homicídio daquele que tenta contra sua casa, ao contrário, prepara-se para castigá-lo com a morte, facilitando-lhe os meios para surpreendê-lo?

A improbidade entre nós é um desvio de caráter odiado, e eis a razão por que, no seio deste povo que há quinze anos dormia com as portas e janelas de suas casas abertas, surge a tolerância de repressão pessoal como um princípio aceito e até aconselhado.

³³ Henrique Raffard, *Alguns dias na Paulicéia*, 1977, p. 102 (citado por Guido Fonseca).

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 20.11.1897; 4.6.1900.

Seria uma grande falta das classes dirigentes da nossa sociedade, não pormos, pela imprensa, pelas conferências, pela ação do governo, por todos os meios, enfim, embaraços à propagação de semelhantes meios repressivos, deturpadores de nossa boa índole.

O constante e repetido ataque à propriedade e à pessoa, desperta, no povo, a idéia da repressão imediata, e da idéia para a realização do fato, basta a vontade robustecida pelo consenso geral.

É um crime consentir que um dos grandes fins do Estado, a segurança pública, seja absorvida pela ação individual.

Para que seja conservada a nossa psicologia popular, urgem medidas de caridade, recolhendo a infância desvalida e viciada em estabelecimentos criados, quer pela iniciativa privada, quer pela iniciativa do Estado".³⁵

Evitemos porém as aproximações excessivas. Comparativamente, os dados objetivos indicam que para os padrões atuais a velha São Paulo era uma cidade até tranqüila, cujos traços de calma tendem a ser radicalizados diante da nostalgia da nossa mirada. Mas, se não quisermos desnaturar a sensibilidade dos contemporâneos, em nome de um olímpico presente que logo se converterá em passado, teremos diante de nós um quadro diverso: sem constituir ainda uma obsessão, a sensação de insegurança em certos períodos e certos espaços se integra na vida dos habitantes da cidade, como um elemento constitutivo de sua transformação em grande centro urbano.

Crimes sexuais

"A mulher tudo pode esquecer, tudo pode olvidar, menos o dia, a hora e o lugar onde fora sacrificada sua coroa de virgem. Esta recordação faz parte da existência dessas desgraçadas, apega-se de forma inapagável ao pensamento delas, como se ali estivesse gravada a ferro em brasa".

(Paulo Mantegazza; citado pelo defensor do réu em um processo de defloração — 1917)

"A mulher não poderá acreditar em promessa de namorado, porque ela não tem caráter solene, não implica compromisso sério, não desculpa a fraqueza própria ao sexo. Essa promessa feita aos ouvidos da mulher virgem, 'estuante libidine', é um convite para a desonra, é um ultraje à dignidade do sexo fraco, é uma injúria às virtudes que representa. Aceder, é aceitar, de livre vontade, as conseqüências de um estado de transitória exaltação dos sentidos, num acordo somente discutível no campo lato da moral. Ela não poderá invocar 'que estava só no campo: gritou, e não houve alguém que a livrasse' (Deuteronômio, Cap. XXII, n.º 27)".

(Aldrovando Fleury — Revista dos Tribunais n.º 69 — fevereiro de 1929)

³⁵ A Nação, 12.9.1898.

A definição do crime sexual contra a mulher se assenta em alguns pressupostos básicos que se realizaram historicamente. Dentre eles, a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina através das instituições do casamento e da família. Seria errôneo porém ver em toda a legislação repressiva na esfera sexual o reflexo do controle da sexualidade da mulher, dotada de um corpo e de uma mente inferiores, sujeita ao assalto masculino, cujos limites a lei vem traçar. Obviamente, o próprio controle pelos homens da sexualidade feminina é contraditório, na medida em que estabelece como contrapartida padrões restritivos da sexualidade masculina, no âmbito das relações desiguais sancionada pela norma penal. Por sua vez, a criminalização do homossexualismo é um claro indicador destas restrições. De um ponto de vista histórico, é possível sugerir, embora de forma vaga e impressionista, que a legislação de diferentes países ou regiões preocupou-se pelo menos em igual grau em punir a sodomia — correspondente às vezes apenas às relações homossexuais masculinas — e o estupro, no sentido genérico de posse sexual das mulheres mediante sedução ou violência. Assim, na Venezuela renascentista (século XIV), enquanto o estupro era tratado com relativa benevolência, a pena de morte na fogueira por crime de sodomia foi aplicada com muita frequência. As práticas homossexuais masculinas eram punidas com a pena capital na Inglaterra, desde os tempos de Henrique VIII e nas colônias da Nova Inglaterra, onde curiosamente não havia pena codificada para as relações femininas. No caso do Direito português aplicável ao Brasil, o famoso Livro V do Código Filipino cominava pena de morte na fogueira para os acusados (ou acusadas) da prática de sodomia, os quais teriam seus bens confiscados, considerando-se ainda seus filhos e netos “inábeis e infames”. A pena de morte era prevista também para quem “dormisse por força com qualquer mulher”, mas sem as penas acessórias. Além disto, se a vítima do estupro fosse prostituta ou escrava a execução dependia de determinação do rei.¹ A tendência à não criminalização das práticas

homossexuais, que se iniciou com a reforma liberal no início do século XVIII, abrangeu apenas uma parte dos países ocidentais e não significou, como se sabe, o fim da discriminação. Tem-se aí um bom exemplo do avanço do “saber médico”, na medida em que uma conduta tida como criminosa passou a ser considerada desviante, seja por razões endocrinológicas seja por razões psíquicas.

As normas penais brasileiras desde o Código Criminal do Império não punem especificamente o homossexualismo, tipificando porém como criminoso o atentado ao pudor contra qualquer pessoa. Atendo-me ao Código Penal de 1890 em sua redação original, o artigo 266 definia como delito “atentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral”.² O texto abrangia todo tipo de relação sexual não consentida, com exceção das “relações normais”, ou seja, o coito vaginal, objeto específico dos crimes de defloração e estupro. O alvo principal da proteção legislativa era entretanto a “honra”, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (art. 269) — ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não — e de defloração (art. 267) consistente em “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”.³ Mas não se trata precipuamente de proteger a “honra” como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se deste modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas — o casamento e a família. Não por acaso, o Código Penal de 1890 deu aos delitos sexuais aqui mencionados o título de “crimes contra a segurança da honra e honestidade das fami-

² A lei n.º 2992, de 25.9.15, introduziu dois parágrafos ao artigo 266 para punir atos de libidinagem e a corrupção de menores de 21 anos, houvesse ou não consentimento.

³ A jurisprudência e a doutrina definiram que o abuso consistia, no estupro, na introdução do pênis na vagina. Outros atos sexuais configuravam o atentado ao pudor. O defloração correspondia ao coito vaginal com mulher virgem, houvesse ou não ruptura do hímen, abrangendo os casos do chamado hímen complacente. Isto resultou também da interpretação do texto legal, que é bastante inadequado. O Código Penal de 1940 pôs fim às ambiguidades, definindo em seu art. 217 o antigo defloração como sedução (“Seduzir mulher virgem, menor de dezoito e maior de quatorze anos, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”).

¹ Guido Ruggiero, “Sexual criminality in the early Renaissance: Venice, 1338-1358” in *Journal of Social History* (1975), pp. 18-31; Robert F. Oaks, “Things fearful to name”: Sodomy and buggery in seventeenth century New England” in *Journal of Social History* (1978), pp. 268-281. O Livro V do Código Filipino se encontra na edição coordenada por José Henrique Pierangeli, *Códigos Penais do Brasil (Evolução Histórica)*, Bauru (SP), Ed. Jalovi, 1980.

lias”. Talvez nada expresse melhor os objetivos da legislação penal do que o ponto de vista até hoje muitas vezes aceito na doutrina e na jurisprudência de que o marido “não pode ser considerado réu de estupro, quando mediante violência constrange a esposa à prestação sexual”. Dois eruditos comentaristas do Código Penal de 1940 sustentam que só o atentado violento ao pudor constitui crime praticado pelo marido contra a mulher pois esta, com o casamento, não fica inteiramente à mercê dos caprichos lúbricos do esposo. Quanto à “prestação sexual normal”, trata-se de um dever dos cônjuges que o marido pode exercer à força pois é lícita a violência necessária para o exercício regular de um direito.⁴ Um exemplo expressivo de que a honra da mulher é um atributo que não só lhe é imposto como não lhe pertence, se encontra em um processo de rapto, do ano de 1899, com algumas notas típicas. A vítima — filha de um empreiteiro — é de condição social superior ao acusado, simples praça da Guarda Cívica, e o processo se inicia por queixa formal do pai da moça. Os jovens fúgitivos, localizados em uma casa do Bom Retiro, dizem que se utilizaram do expediente como forma de forçar o casamento. Mas o pai da moça recusa-se a aceitar o desejo do casal, referindo-se expressamente à pobreza do postulante a quem seu retórico advogado chama de “indivíduo que saciou em um corpo virgem seus apetites libidinosos de devasso”. Tempos depois, ainda com o processo em andamento, a moça casa-se (ou é casada) com um terceiro e em razão disto o pai prefere pedir o arquivamento do processo. Ocorre, entretanto, como diz o promotor público que, em decorrência do casamento, o pátrio poder cessou, sendo substituído pelo poder marital: “só ao marido cabe esquecer o passado ou revoltar-se, permitindo ou não à justiça a função de reviver os tempos em que talvez duvidasse da honra de sua mulher”. Diante do silêncio do marido, chamado a manifestar-se, a queixa é julgada improcedente.

As penas cominadas para os crimes sexuais, desde a vigência do Código Criminal do Império, indicam que, se eles atentam contra o casamento e a família, não são considerados uma enorme ameaça à estabilidade dessas instituições. Deixando-se de lado as situações peculiares de abrandamento

ou agravamento das penas, o Código Penal de 1890 estabelece limites entre 1 a 6 anos de prisão pela prática de delito sexual, exceto no caso do “ultraje público ao pudor” que é na verdade uma simples contravenção. Isto equivale a dizer que, apropriar-se do corpo de alguém para fins sexuais, através de uma violência física ou psicológica, é algo menos grave do que apropriar-se dos bens materiais de alguém mediante simples violência à coisa, delito passível de pena de dois a oito anos de prisão. Notem-se aqui as diferenças com a legislação anglo-saxônica que, via de regra, estabelece pesadas penas para o estupro, idênticas a certos homicídios em alguns Estados americanos.⁵ No caso brasileiro, parece clara a influência da reforma liberal do século XVIII, conduzindo ao mesmo tempo a uma extensão de figuras delituosas e a um abrandamento geral das penas. A redução das penas cominadas aos delitos sexuais veio adaptar-se a uma sociedade onde a família regular, sacramentada pela Igreja e depois pelo Estado, era minoritária e onde se entrecruzavam os valores da pureza das mulheres e da condescendência para com o desregramento masculino.

Há também indícios significativos em época mais recente de que a legislação penal vem perdendo importância como instrumento garantidor da estabilidade da família, em consequência da rápida mudança dos padrões de relacionamento afetivo que implicam a alteração da estrutura familiar. O Código Penal de 1940 já contém alguns sinais dessa mudança. Os crimes sexuais passam a ser rotulados de “crimes contra os costumes”, vocábulo aí empregado, como dizem Hungria e Lacerda, “para significar os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática, ou, o que vale o mesmo, a conduta social adaptada à conveniência e disciplina sociais”.⁶ Por sua vez, o adultério — intitulado uniformemente de crime contra a família — teve a sua configuração alterada. Na vigência do Código Penal de 1890, era clara a desigualdade de tratamento do homem e da mulher, pois enquanto a infidelidade desta se caracterizava por um simples ato (“Art. 279 — A mulher casa-

⁴ Nelson Hungria e Romão Côrtes de Lacerda, *Comentários ao Código Penal*, 1959, pp. 126 e 141.

⁵ As elevadas penas cominadas nos Estados Unidos para o estupro não têm como necessária consequência a punição eficaz do delito. Uma reivindicação dos círculos feministas é a redução das penas, alegando-se que a sua gravidade acaba por levar muitos jurados a optar pela absolvição. Ver Susan Brownmiller, *op. cit.*, pp. 415 e segs.

⁶ Hungria e Lacerda, *op. cit.*, p. 103.

da que cometer adultério será punida com a pena de prisão celular por 1 a 3 anos”) a infidelidade do homem dependia da caracterização de um estado, ou seja, “ter concubina teúda e manteúda”. Esta diferença desapareceu no Código Penal de 1940, cominando-se pena, aliás bastante reduzida (15 dias a 6 meses de prisão), ao cônjuge que cometer adultério.⁷

Ao mesmo tempo, várias figuras penais como o próprio adultério e a sedução vêm perdendo sentido na prática, a ponto de se cogitar de sua supressão. É possível mesmo pensar que o tratamento igualitário dispensado à infidelidade conjugal no Código de 1940 reflete o fato de que para a sanção do adultério feminino, pelo menos desde fins do século XIX, bastam as normas sociais, tendo o preceito penal efeito de apêndice intimidatório raramente aplicado.

Como é sabido, os delitos sexuais se caracterizam pela enorme diferença entre criminalidade real e criminalidade apurada, em consequência de fatores como a resignação, as composições entre as partes que vão da indenização em dinheiro ao casamento, a tendência da vítima a evitar vexames tornando pública a perda da virgindade e ou a agressão sexual, a expectativa de realização da promessa de casamento etc.

Convém ainda lembrar, como já disse, que os dados gerais de prisões, quando se referem a delitos sexuais, são bastante enganosos, pois a prisão do acusado nestes casos é excepcional. A quantificação não deve ser tomada portanto como medida mas como indicação de algumas tendências básicas. Dentre elas, avulta o já discutido crescimento proporcional dos crimes sexuais e o predomínio do defloramento dentre os diferentes tipos de delitos, neste último caso segundo os dados constantes da amostra de processos (Tabela 38).

Convém especificar alguns elementos da amostra dos processos, que constitui a fonte básica de toda a análise. Em primeiro lugar, ela não abrange todos os delitos rotulados no Código Penal de 1890 de “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias”, mas somente aqueles que constituem crimes sexuais, em sentido corrente. Assim, exclui

⁷ É significativo observar que na tradição das sociedades hispânicas, bastante hierarquizadas, a desigualdade de tratamento dos cônjuges era aceita como pressuposto da descendência legítima pois, se a infidelidade em geral atentava contra os bons costumes, a infidelidade específica da mulher podia introduzir bastardos no lar. Cf. Verena Martinez-Alier, *Marriage, class and colour in nineteenth century Cuba*, 1974, p. 117.

TABELA 38
Tipo de crimes sexuais, 1880-1924

<i>Crimes</i>	%
Defloramento	51,4
Estupro ¹	29,3
Atentado ao pudor ²	14,2
Rapto	5,1
Total	100,0 (253)

Fonte: ATJESP.

¹ Os estupros correspondem em imensa maioria aos estupros por ficção legal (ver texto).

² Os atentados ao pudor incluem 15 casos homossexuais.

por sua especificidade o lenocínio e o adultério, este último aliás praticamente não registrado. Afora isto, só localizei — salvo raras exceções — casos em que há procedimento oficial da justiça, por ser a ofendida miserável, ou seja, por não se encontrar ela ou sua família em condições de arcar com as despesas do processo.⁸ A amostra tem pois um recorte peculiar, em cujos limites é importante insistir, abrangendo exclusivamente vítimas das classes populares.

Por outro lado, aparentemente, os processos representariam uma exceção ao que se disse antes acerca do caráter privado dos delitos sexuais, na medida em que a ação pública afastaria a intervenção familiar. Isto não é bem assim. A ação pública não apaga a esfera privada, tornando mais complexas as relações entre o público e o privado. Há casos onde a atividade da justiça acaba por resultar na condenação do acusado

⁸ O art. 274 e seus parágrafos do Código Penal de 1890 considerava os crimes sexuais de ação pública, “se a ofendida fosse miserável, ou asilada de algum estabelecimento de caridade; se da violência carnal resultasse morte, perigo de vida ou alteração grave da saúde da ofendida; se o crime fosse perpetrado com abuso do pátrio poder ou da autoridade do tutor, curador ou preceptor. Não ocorrendo uma destas hipóteses a ação era privada, ou seja, dependia da iniciativa da ofendida ou de seu representante legal mediante a apresentação de queixa formal, podendo o queixoso desistir da ação no curso desta. No texto, uso às vezes a expressão “queixa” em seu sentido corrente de notícia do crime à autoridade e não em seu sentido técnico. Cabe ainda lembrar que, no tocante à amostra, os crimes envolvendo pai e filha (com abuso do pátrio poder) ocorrem sempre entre “miseráveis”.

não obstante o desejo das partes diretamente envolvidas. É o que ocorre em um belo caso de amor do começo do século, entre dois jovens italianos, colegas de fábrica. Amor plebeu, materializado em juras escritas a lápis, no verso de papéis coloridos de propaganda de uma fábrica têxtil. Em um domingo — madrinhas de um ritual de casamento —, duas amigas vão levar Vitória ao encontro de Pascoal. O casal começa aí uma vida em comum, em um quarto da rua dos Italianos. O desfecho é na aparência semelhante a muitas outras histórias sem registro na polícia. Porém, o caso se complica porque a mãe de Vitória — ao que parece por pressão de um filho — vai à polícia queixar-se. Indiciado por defloramento, Pascoal afirma ser seu desejo viver com a moça, só não se casa com ela porque é casado, tendo enviado a mulher e os filhos de volta à Itália depois de muitos desentendimentos. Vitória revela o mesmo desejo, insiste no caráter espontâneo das relações sexuais com Pascoal, “pelo afeto que sentia pelo mesmo”. Mas o caso de amor, ressaltado por colegas da fábrica — homens ou mulheres — não termina em *happy end*. A ação penal segue seu curso e Pascoal acaba sendo condenado a 4 anos e 8 meses de prisão, com o acolhimento pelo júri das agravantes de premeditação, fraude, abuso de confiança e da condição de casado do réu, sobre quem pesaria a sombra de um abandono calculado da família.

Em outras situações, encontram-se fórmulas para subtrair o desfecho do processo à iniciativa dos órgãos públicos como sucede em um defloramento (1923), envolvendo patrão e empregada. O caso se inicia como sendo de ação pública, dada a miserabilidade da vítima. Tudo indica que no curso do inquérito chega-se a uma composição pecuniária da qual é mediador o gerente do estabelecimento comercial do acusado. A partir daí, a natureza do processo se transforma, pois o pai da ofendida intervém no caso, dizendo-se proprietário. A ação passa de pública a privada e o pragmático progenitor pede o arquivamento do feito “por não desejar envolver o nome da filha em processos criminais”.

O crime de defloramento define a preocupação central da sociedade com a honra materializada em uma peça anatômica — o hímen — e com a proteção da vagina. O hímen representa sob este aspecto um acidente biológico que veio facilitar o controle da sexualidade feminina através da distinção entre mulheres puras e impuras. Símbolo material de uma

abstração, em torno dele estrutura-se uma rede cruzada de imagens sociais. A mulher interioriza o dever de preservar o “selo”, a flor da virgindade, último reduto dos jogos sexuais mais ou menos admitidos; o homem pressente o risco representado pela ruptura do selo fora do leito conjugal ou, inversamente, teme expor-se ao ridículo, casando-se com uma “mulher furada”, como se dizia na linguagem popular da época. Um exemplo radical de associação da honra feminina à preservação da vagina se encontra em um processo em que um jovem alfaiate de 19 anos é acusado de defloramento e atentado ao pudor contra sua ex-noiva da mesma idade (1920). O jovem diz que “por muitas vezes praticou com sua noiva Isabel atos de libidinagem, pondo-lhe nas coxas, no ânus e até na boca o seu membro viril, porém não a desonrou”.

Embora tipificado como delito, o atentado ao pudor desperta menor interesse por não caracterizar a perda da honra e por não envolver o risco de gravidez. Os comentadores mais ilustres do Código Penal de 1940 dizem mesmo que a cópula normal pode ser menos vexatória ou repugnante à violentada do que a anormal, mas pode produzir consequências lesivas de maior gravidade.⁹ É significativo assinalar porém que tanto o estupro como o rapto aparecem na amostra em pequeno número. No que diz respeito ao primeiro, excluídos os estupros por ficção legal — ou seja, os casos de coito vaginal em que a violência se presume por ser a ofendida menor de 16 anos — registram-se apenas dois processos de estupro. Em ambos, as mulheres são maiores (um deles tem como alvo uma mulher de 70 anos), sendo agressores vários homens. Acredito que a insignificância de registro de estupro contra mulheres maiores de 16 anos expressa uma tendência real, embora os números sejam meramente indicativos. O assalto a uma mulher, com o emprego exclusivo de violência física, parece ser excepcional. Por certo, este tipo de violência não está ausente das relações sexuais mas aparece combinado com a

⁹ Hungria e Lacerda, *op. cit.*, p. 118. Ressalte-se que, dentre os 36 atentados ao pudor constantes da amostra apenas 7 referem-se a atos praticados com mulher púber. Dentre estes 7 processos, 1 se inicia com uma queixa por defloramento, em outro há denúncia concomitante por defloramento e atentado ao pudor, enquanto um terceiro envolve fato reconhecidamente grave, ou seja, relação incestuosa entre pai e filha.

coerção psicológica masculina e o desejo dos parceiros, na grande maioria dos casos rotulados de defloração. Quanto aos raptos, o pequeno número parece reforçar-se pelo fato de lidarmos apenas com ofendidas pobres, tendo-se em conta que o procedimento constitui em regra um expediente para contornar a oposição familiar ao matrimônio. No caso de gente pobre a oposição é mais rara e, se há desigualdade entre as partes, o ofensor mais rico tende a evitar a “tirada do lar doméstico”, que o deixa em posição mais difícil de defesa. Afora isto, como os raptos acabam resultando em defloração, torna-se mais simples enquadrá-los nesta infração penal.

A trilha do processo

Uma série de elementos confere ao processo por crime sexual características específicas ou pelo menos notas distintivas que vale a pena ressaltar.

O exame de corpo de delito introduz o saber técnico em um grau só encontrado nos raros casos onde se apela para a psiquiatria. As conclusões do exame tomam a forma de respostas a questionários, em que a especialização se instaura ao longo dos anos: questionários específicos para os deflorações, para as violências carnavais em geral, para os atos de pederastia. Como se costuma dizer, o saber técnico não é neutro. Nos deflorações, os peritos devem esclarecer se o fato ocorreu, se é recente ou remoto. Dentro destes limites na aparência estreitos, há muitas formas de se reforçar a acusação ou, pelo contrário, auxiliar a defesa. Assim, a observação de que “o defloração remoto parece ter ocorrido na época indicada pela ofendida” vem em favor desta, o que não ocorre com a simples referência a “defloração em data remota”. A freqüente menção a “canal vaginal dilatado, indicando habitualidade de coito” ou, simetricamente, nas relações homossexuais, “esfíncter relaxado, indicativo de habitualidade de coito anal” é um presente para a defesa, embora a relação de causa e efeito apontada seja passível de muitas dúvidas. Um fogoso advogado chega mesmo a brandir triunfante um laudo pericial, exclamando: “a constatação de que a queixosa tem canal vaginal dilatado equivale a um verdadeiro atestado de prostituição”. Ressalvo apenas a diferença da

importância dada ao saber do perito, por parte de juizes togados ou leigos. Os primeiros, investidos também de um saber técnico, apóiam-se em maior grau nas conclusões dos exames. Os jurados chegam a contrariá-las quando as imagens positivas ou negativas elaboradas no processo são suficientemente fortes para tanto.

Vejamos o que ocorre com as falas e sua codificação. A voz da vítima, inexistente nos homicídios e de importância secundária nos crimes contra a propriedade, ganha relevância. A jurisprudência e a doutrina acentuam a significação das declarações da ofendida ao lado dos elementos de prova. Mas, na realidade, a fala da queixosa poucas vezes serve para corroborar uma acusação. Pelo contrário, é um campo aberto onde os advogados dos acusados recolhem contradições maiores ou menores. A citação de Paulo Mantegazza na abertura deste capítulo sublinha, na boca de um defensor, as inconsistências da voz de uma moça que não consegue recordar-se do dia em que manteve o primeiro contato sexual. Declarações de estupro desacompanhadas de traços corporais de violências físicas são vistas com a maior reserva ou desconfiança mesmo porque, como dizem Hungria e Lacerda, “é preciso não esquecer antes de tudo que, em matéria de crimes sexuais, mais do que em qualquer outro gênero de crimes são freqüentes as acusações falsas, notadamente por parte de mulheres histéricas ou neuropáticas”.¹⁰

Nos casos extremos em que a ofendida altera a acusação, atribuindo a responsabilidade a outra pessoa, é claro o desejo de resguardar quem parece ser o verdadeiro responsável. A distância, o tempo, as grandes catástrofes internacionais, a morte intervêm na construção das narrativas: “Meu ofensor não foi fulano de tal pois fui deflorada quando menininha, em um campo da aldeia em Portugal, onde trabalhava”; ou “meu verdadeiro deflorador é um moço italiano que foi para a guerra e nunca mais soube dele”, ou ainda, “é um rapaz que já morreu, vítima da tuberculose”. As fantasias são por vezes elaboradas a partir do temor do estupro — sentimento profundo que acompanha a condição feminina. Quando a família de Maria Luiza acusa seu namorado Mario

¹⁰ Hungria e Lacerda, *op. cit.*, p. 128.

Ribeiro de a ter deflorado, ela vai à polícia negar a acusação. Namorava Mario há um ano porque gostava dele, mesmo sabendo-o casado. Saiu um dia em direção à casa do namorado para viver com ele espontaneamente mas perdeu-se no Cambuci. Aí apareceu um moço de bigodes, chapéu de palha, botinas amarelas, terno cinza, que se dizia italiano, disposto aparentemente a ajudá-la. Tomaram um bonde, desceram em um lugar ermo onde foi violentada pelo moço, apesar de ter gritado muito. Afinal, encontrou umas pessoas que lhe indicaram o caminho de volta e chegou à casa do namorado com quem hoje está vivendo.

Se em todo processo penal o aprisionamento da fala pelo cânone erudito ou pelo jargão forense não é despido de significações, isto é particularmente verdadeiro nos crimes sexuais. Veiculam-se desta forma concepções sobre o sentido da afetividade e das relações sexuais. A mulher aparece como a figura passiva, sem desejos ou impulsos, cuja degradação a transfigura em prostituta: “a vítima entregou o corpo para que o réu nele saciasse seus instintos”; “o acusado gozou o corpo da ofendida”; “a vítima, sentindo-se perdida, entregou-se à vida airada”. A associação entre sexualidade, temor e sujeira, um dos pilares da educação infantil “à moda antiga”, surge nos processos em que as ofendidas são crianças ou há depoimentos infantis. As relações sexuais são definidas explicitamente como porcaria (“fazer porcaria”) e o agente desta é o órgão sexual masculino, ou melhor, “a coisa do homem”.

A definição do delito sexual apela de um lado para os valores e representações mentais, ao se referir por exemplo à figura da “mulher honesta”, ao “defloramento mediante sedução” etc. De outro, introduz elementos objetivos, como é o caso da idade, essencial para a configuração do defloramento ou do estupro por presunção legal. Esta circunstância põe a nu o contraste entre a modernidade dos códigos, pressupondo o conhecimento preciso da idade, e as características da população pobre sobre quem recai em grande medida a aplicação das normas penais. Por várias razões, a precisão etária ainda não se incorporara aos traços desta população, sendo duvidoso que isto tenha ocorrido integralmente em nossos dias. Muitos imigrantes, no seu deslocamento, perdem seus passaportes; quando existentes são o mais das vezes passaportes familiares, suscitando muitas dúvidas a menção da

idade dos filhos de um casal. No que diz respeito aos nacionais, há vários casos de ausência de registro, de registros aproximativos muito posteriores ao nascimento etc.

A fluidez da idade dá origem a inúmeras controvérsias judiciais com desfechos dos mais diversos. Às vezes, as dúvidas podem ser deliberadamente provocadas por familiares das vítimas, buscando ocultar sua maioridade. No já relatado caso de amor plebeu de princípios do século que resulta na condenação do acusado, a menoridade da moça (17 anos) é atestada apenas por sua mãe, que afirma ter perdido o passaporte. Não se sabe também a idade exata do réu, cujo passaporte teria sido roubado. Em um defloramento de 1921, o pai da ofendida apresenta um passaporte familiar, comprovando aparentemente a menoridade da filha. Mas a validade do documento é impugnada, um exame pericial conclui que a moça deve ter em torno de 23 anos, e o Tribunal de Justiça acaba impronunciando o acusado dadas as conclusões do perito e o fato de o passaporte não estar traduzido! Evitando multiplicar os exemplos, lembro por fim um processo de defloramento (1916), arquivado por dúvidas quanto à idade, em que a vítima afirma ter 18 anos. A prova é um registro recente em cartório do Brás feito por sua mãe, onde menciona um registro paroquial em Jacaré, na época do nascimento, não localizado.

Por outra parte, o processo por crime sexual — mais do que qualquer outro — traz estampada a marca de uma visão masculina, comum a toda a sociedade. Esta visão não se limita ao fato em si mesmo relevante de que o aparelho repressivo e o corpo de jurados sejam constituídos por homens, a quem cabe investigar e julgar delitos praticados por gente do sexo masculino cujas vítimas são, em sua imensa maioria, mulheres. Diante das autoridades e das pessoas investidas do poder de julgar apresenta-se uma relação psicobiológica caracterizada como delito em determinadas circunstâncias que se liga diretamente a concepções e identidades sociais. Se tais elementos se encontram presentes na configuração de outros tipos de crime — em particular, nos homicídios passionais —, aqui eles se radicalizam, constituindo-se não só em fatores capazes de justificar um delito mas em parte integrante da sua definição. Assim, matar alguém é em princípio um crime, justificado em outro título do Código Penal, através do preenchimento de certos requisitos. Entretanto, a tipificação

do defloração como delito depende intrinsecamente da prova de “sedução, engano, ou fraude”, qualificativos que impõem a avaliação da identidade social da vítima e do acusado, da credibilidade dos meios empregados etc. No caso do estupro — falo do Código Penal de 1890, pois o Código de 1940 eliminou ao menos em sua letra qualquer distinção — o texto da lei distingue para fins de intensidade da pena o fato de a ofendida ser “mulher honesta” ou prostituta. A definição do rapto inclui mais uma vez o primeiro destes qualificativos, associado a uma instituição social — o lar doméstico (Tirar do lar do doméstico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta...).

Estas breves indicações deixam entrever a importância da construção das identidades do ofensor e da vítima. A ofendida é o núcleo central das atenções, sendo em regra objeto de uma estratégia poluidora de longo alcance, com a finalidade de comprovar ou pelo menos sugerir sua “desonestidade”. Uma das técnicas mais comuns desta estratégia consiste no depoimento de testemunhas do sexo masculino que dizem ter mantido relações sexuais com a ofendida ou, mais prudentemente, afirmam ter “brincado” com ela, ou ainda saber de seu defloração por um terceiro. Exemplificando, em um processo por defloração de uma jovem negra de 19 anos (1922), a testemunha Renato Coutinho, 20 anos, solteiro, comerciante, alega que conheceu a moça em um baile da Barra Funda e teve com ela relações sexuais pois já a sabia deflorada, segundo informação de Benedito Pereira. Inicia-se assim a “corrente da felicidade” sexual: Benedito Pereira, um enfermeiro, solteiro, de 26 anos, vem a juízo confirmar a cópula carnal com Euclídia porque ela “já era perdida”, pois Antenor Costa tivera relações com ela. E, deste modo, vai-se desenrolando a encenação. Excepcionalmente, a estratégia não funciona, talvez por incluir variantes demasiado ousadas. Em um processo de 1916, um entregador de pão, casado e colega de trabalho do réu, afirma ter sido convidado por este para ter relações sexuais com a vítima. O acusado precisava deste favor, pois deflorara a moça e necessitava apontá-la como decaída a fim de livrar-se da responsabilidade.

Explícita ou implicitamente, a tentativa de estigmatizar a figura da ofendida conduz com frequência à sua identificação como prostituta. A associação é às vezes fluida mas tem uma poderosa instrumentalidade. Trata-se de reforçar na

imaginação dos julgadores a tendência a apagar mediações e a construir duas imagens extremas complementares: a da mulher honrada (virgem, se solteira; fiel ao marido, se casada) e a da prostituta. Um exemplo extremo se encontra em um processo de defloração (1924), em que são partes um agente de serviços e uma empregada de seu escritório. O acusado se defende da acusação, alegando que a moça não passa de uma meretriz, freqüentadora de um bordel do Largo do Arouche, cuja dona é uma siciliana, Maria Licata. A escusa resulta neste caso em um completo fracasso. Chamada a depor, uma prostituta diz que o réu é freqüentador da casa e lhe contou ter problemas com uma jovem. Chegou a oferecer-lhe dinheiro para declarar que a moça era sua amiga e freqüentadora de bordéis e cabarês, mas não pôde fazer isto porque a alegação seria falsa, não conhecendo sequer a ofendida. Em outros processos, lançam-se alusões menos arriscadas que vão manchando a figura da vítima: “foi vista entrando em uma casa suspeita”; “é sabido que freqüenta *rendez-vous*” etc.

Às vezes, procura-se demonstrar a “desonestidade” da queixosa através de um conjunto de indícios desfavoráveis, como o modo de vestir-se, de se expressar, a frequência a certos locais. Uma testemunha dirá em um caso de 1916 que a vítima, Glória Pereira, “é conhecida como leviana, pelo modo de vestir, de andar, de olhar para os rapazes”; Rosa Lalli (1921) é tida por um colega de seu ex-noivo como “assanhada”, “fogueta”, pois entre outras coisas “senta-se de modo a mostrar as pernas com despudor e passeia de barco com rapazes”. Lucila Guerreiro (1924) é considerada moça de maus costumes porque saiu semidespida em um préstito carnavalesco, na companhia das irmãs. A frequência a campos de futebol aparece como dado desabonador em dois processos de 1914 e 1924, refletindo a passagem deste esporte de lazer de elite a paixão popular. Em um deles, versando sobre um raro caso de estupro de mulher adulta, cruzam-se as imagens abonadoras e as que poluem a figura da ofendida. A referência ao futebol é entremeadada de acusações bem mais violentas: “a vítima é uma mulher pública, apelidada de Maria Calabresa, que já passou moléstia venérea em muita gente e mantém relações sexuais até com os lixeiros do forno do Araújo. Gosta de ir a jogos de futebol, de braço com os homens que a acompanham”.

Assim como a defesa da honra interessa mais ao grupo

do defloração como delito depende intrinsecamente da prova de “sedução, engano, ou fraude”, qualificativos que impõem a avaliação da identidade social da vítima e do acusado, da credibilidade dos meios empregados etc. No caso do estupro — falo do Código Penal de 1890, pois o Código de 1940 eliminou ao menos em sua letra qualquer distinção — o texto da lei distingue para fins de intensidade da pena o fato de a ofendida ser “mulher honesta” ou prostituta. A definição do rapto inclui mais uma vez o primeiro destes qualificativos, associado a uma instituição social — o lar doméstico (Tirar do lar do doméstico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta...).

Estas breves indicações deixam entrever a importância da construção das identidades do ofensor e da vítima. A ofendida é o núcleo central das atenções, sendo em regra objeto de uma estratégia poluidora de longo alcance, com a finalidade de comprovar ou pelo menos sugerir sua “desonestidade”. Uma das técnicas mais comuns desta estratégia consiste no depoimento de testemunhas do sexo masculino que dizem ter mantido relações sexuais com a ofendida ou, mais prudentemente, afirmam ter “brincado” com ela, ou ainda saber de seu defloração por um terceiro. Exemplificando, em um processo por defloração de uma jovem negra de 19 anos (1922), a testemunha Renato Coutinho, 20 anos, solteiro, comerciante, alega que conheceu a moça em um baile da Barra Funda e teve com ela relações sexuais pois já a sabia deflorada, segundo informação de Benedito Pereira. Inicia-se assim a “corrente da felicidade” sexual: Benedito Pereira, um enfermeiro, solteiro, de 26 anos, vem a juízo confirmar a cópula carnal com Euclídia porque ela “já era perdida”, pois Antenor Costa tivera relações com ela. E, deste modo, vai-se desenrolando a encenação. Excepcionalmente, a estratégia não funciona, talvez por incluir variantes demasiado ousadas. Em um processo de 1916, um entregador de pão, casado e colega de trabalho do réu, afirma ter sido convidado por este para ter relações sexuais com a vítima. O acusado precisava deste favor, pois deflorara a moça e necessitava apontá-la como decaída a fim de livrar-se da responsabilidade.

Explícita ou implicitamente, a tentativa de estigmatizar a figura da ofendida conduz com frequência à sua identificação como prostituta. A associação é às vezes fluida mas tem uma poderosa instrumentalidade. Trata-se de reforçar na

imaginação dos julgadores a tendência a apagar mediações e a construir duas imagens extremas complementares: a da mulher honrada (virgem, se solteira; fiel ao marido, se casada) e a da prostituta. Um exemplo extremo se encontra em um processo de defloração (1924), em que são partes um agente de serviços e uma empregada de seu escritório. O acusado se defende da acusação, alegando que a moça não passa de uma meretriz, freqüentadora de um bordel do Largo do Arouche, cuja dona é uma siciliana, Maria Licata. A escusa resulta neste caso em um completo fracasso. Chamada a depor, uma prostituta diz que o réu é freqüentador da casa e lhe contou ter problemas com uma jovem. Chegou a oferecer-lhe dinheiro para declarar que a moça era sua amiga e freqüentadora de bordéis e cabarês, mas não pôde fazer isto porque a alegação seria falsa, não conhecendo sequer a ofendida. Em outros processos, lançam-se alusões menos arriscadas que vão manchando a figura da vítima: “foi vista entrando em uma casa suspeita”; “é sabido que freqüenta *rendez-vous*” etc.

Às vezes, procura-se demonstrar a “desonestidade” da queixosa através de um conjunto de indícios desfavoráveis, como o modo de vestir-se, de se expressar, a frequência a certos locais. Uma testemunha dirá em um caso de 1916 que a vítima, Glória Pereira, “é conhecida como leviana, pelo modo de vestir, de andar, de olhar para os rapazes”; Rosa Lalli (1921) é tida por um colega de seu ex-noivo como “assanhada”, “fogueta”, pois entre outras coisas “senta-se de modo a mostrar as pernas com despudor e passeia de barco com rapazes”. Lucila Guerreiro (1924) é considerada moça de maus costumes porque saiu semidespida em um préstito carnavalesco, na companhia das irmãs. A frequência a campos de futebol aparece como dado desabonador em dois processos de 1914 e 1924, refletindo a passagem deste esporte de lazer de elite a paixão popular. Em um deles, versando sobre um raro caso de estupro de mulher adulta, cruzam-se as imagens abonadoras e as que poluem a figura da ofendida. A referência ao futebol é entremeadada de acusações bem mais violentas: “a vítima é uma mulher pública, apelidada de Maria Calabresa, que já passou moléstia venérea em muita gente e mantém relações sexuais até com os lixeiros do forno do Araújo. Gosta de ir a jogos de futebol, de braço com os homens que a acompanham”.

Assim como a defesa da honra interessa mais ao grupo

familiar representado por um membro masculino (pai, marido, irmão) do que à própria ofendida, a mácula do grupo familiar estende-se a ela. Ter uma irmã amasiada que ainda por cima vive na companhia da queixosa e de seus pais, ter irmãs casadas na polícia são marcas desabonadoras. Uma testemunha diz mesmo “que sobre a vítima nada sabe, mas sobre suas irmãs sim: uma delas leva vida livre em Buenos Aires e outra teve porta aberta nesta Capital e hoje está amasiada com um barbeiro”.

Em contraposição à estratégia de poluição da figura da ofendida, seus parentes, amigos, vizinhos tratam de construir uma imagem que mais se aproxime dos contornos da moça recatada, obediente, semi-reclusa se possível (uma testemunha chega a dizer sobre determinada queixosa “que ela não sai de casa depois do sol posto”). Tal imagem — assim como a da prostituta que lhe é oposta —, raramente pode ser tomada ao pé da letra, constituindo a idealização (positiva ou negativa) de comportamentos reais.

A menina qualificada como sendo “de prendas domésticas” não só mais se aproxima do padrão ideal como tem maior possibilidade de demonstrar a falsidade das imputações desabonadoras. É normal, embora lastimável, que moças pobres trabalhem. Mas o simples fato de trabalharem torna verossímeis as alegações de “esperteza”, “independência” ou a viabilidade de que um terceiro (colega ou simples transeunte) seja o verdadeiro autor da ofensa. Os indícios de honestidade, corroborando a hipótese de sedução, decorrem sobretudo das características das ligações entre o casal. A situação mais desfavorável para a mulher é a relação sexual resultante de um encontro fortuito; no outro extremo, encontram-se os casos onde se comprova o “noivado oficial”, envolvendo o consentimento formal das famílias, as visitas rituais às respectivas casas etc. Através destas indicações reforça-se a versão de que o defloramento resultou de um ato de iniciativa masculina, com a utilização de um instrumento sedutor extremamente eficaz — a promessa de casamento digna de crédito.

Local de muitos primeiros encontros que desembocam em relações sexuais, as sociedades dançantes são um espaço relevante para se aquilatar a moralidade das queixosas. A imprensa associa certos salões de baile à corrupção das meninas. Comentando o suicídio de duas mocinhas de cor que não podendo suportar a desonra se atiraram do Viaduto do Chá e

o fechamento pela polícia de uma casa de bailes suspeitos chamada “Città di Roma”, na Rua Lavapés, diz o *Correio Paulistano*:

“Essas casas, verdadeiras pocilgas, baiúcas ignóbeis, de sujdades tantas e tamanhas acolhem sob seus tetos mulheres de reputação duvidosa, não raro, as de vida alegre, vagabundos e indivíduos despudorados. E mocinhas que apenas deixaram de ser meninas, de mistura com esta gente, encontram nesses salões o caminho da prostituição. O maxixe tem então o seu domínio. E os caracteres se estraçalham no rodopiar de uma valsa canalha, na alucinação de um “fox-trot” barulhento e indecente”.¹¹

Lidamos com clubes populares, freqüentados por costureiras e operárias como diz, com uma ponta de desprezo, uma testemunha de classe média. Mas há uma grande diferença entre as sociedades dançantes consideradas sérias — a “Lusitânia” da Barra Funda, a “Gioconda”, a “XV de Novembro” —, só admitindo a entrada de sócios ou de seus convidados, e clubes como o “Brinco de Princesa”, “Chuveiro de Prata”, “Lira de Amor”, “Smart”, os salões de baile do Glicério e da Rua Lavapés, abertos a qualquer um mediante pagamento. Muitos presidentes de sociedades, quando não são eles próprios acusados de sedução, vêm a juízo para aquilatar a conduta das ofendidas: se dançam de modo inconveniente encostando-se aos rapazes, se são acompanhadas da família, se foram expulsas da agremiação ou censuradas por atitudes indevidas. Um caso curioso, onde há a aferição do comportamento das duas partes, ocorre em 1924, envolvendo um homem de cor casado e uma jovem mulata, freqüentadores da “Sociedade Dançante XV de Novembro”. O presidente honorário da sociedade, oficial de justiça, considera que a moça sempre procedeu bem, mas não podia ignorar a condição de casado de seu ofensor por conhecer sua esposa, aliás uma das diretoras do clube. Quanto ao acusado, embora faça restrição a alguns de seus hábitos, especialmente por vestir-se como um “almofadinha” (um preto “almofadinha”!) e gos-

¹¹ *Correio Paulistano*, 10.4.1923.

tar demais de dançar com as moças, julga-o pessoa honesta e de bom comportamento.¹²

Se o foco do processo sexual concentra-se na figura da vítima, isto não significa que os traços do acusado deixem de entrar em linha de conta. A identificação social masculina aparece aqui em toda a sua complexidade. A mulher honesta, por inclinação natural, não cede aos impulsos sexuais, se é que os tem. Não é o desejo que a impele a ter relações extramaritais e sim a artimanha de algum homem, ou seu estado corrompido, a sua decadência. Ao contrário, os impulsos sexuais masculinos — os “gozos genésicos” na prosaica expressão do Código Penal — são reconhecidos também como elemento integrante de uma ordem natural. Para o homem, justapõem-se os campos do prazer — a amante, o bordel — e do dever, relacionado à esposa, à procriação, à família. Cada homem vive assim simultaneamente duas naturezas: de um lado a natureza agressiva, expressada na busca do prazer; de outro, a natureza protetora, que se cristaliza socialmente na sua posição de chefe de família.

Ao se construir a imagem positiva do homem acusado de crime contra os costumes, importa demonstrar sua normalidade, consistente em um padrão médio ideal que participa das duas naturezas. Sua situação se torna difícil quando a face do sedutor se radicaliza, apagando a face protetora. Surge assim a figura do obsessivo sexual, pondo em risco pela ofensa premeditada a honra e a segurança das famílias. Não por acaso, uma das acusações de maior repercussão diz respeito a ter o réu arrastado anteriormente à “desgraça” mulheres casadas. Em um processo envolvendo um jovem fotógrafo (1921), seu antigo sócio depõe contra ele, dizendo que se viu forçado a romper a sociedade, dada a sua “excessiva sexualidade”. Esta característica levava-o a conduzir meretrizes para os fundos do *atelier* onde, ao que tudo indica, acabou por deflorar uma empregada.

¹² Apesar dos depoimentos das pessoas de cor serem favoráveis ao acusado, que aliás não chega a ser pronunciado, nota-se neles uma ponta de inveja. Francisco Bruno não é um “preto humilde”. Motorista — uma profissão valorizada no meio negro — bem vestido, vale-se na relação sexual dos recursos de que só alguns rapazes brancos dispõem: leva em seu carro a moça Marina a um *rendez-vous* da Água Branca — a “Vila Nina” — local de muitos encontros.

As partes envolvidas

Nacionalidade

No conjunto da amostra, a homogeneidade nacional das partes é majoritária, quer se tome como base os deflorescentes (59,3%), ou todos os crimes sexuais em que as vítimas são mulheres (56,6%). Entretanto, discriminando-se as nacionalidades, isto ocorre apenas quando acusado e ofendida são brasileiros (Tabela 39).

TABELA 39
Deflorescente — Nacionalidade de indiciados e
vítimas — 1880-1924

<i>Indiciados</i>	<i>Vítima da mesma nacionalidade</i>	<i>Vítima de outra nacionalidade</i>
Brasileiros	58	9
Italianos	4	20
Portugueses	9	16
Espanhóis	1	3

Fonte: ATJESP.

Obs.: São de nacionalidade brasileira 86 das 120 mulheres incluídas na Tabela.

O crime sexual não acompanha pois em parte a homogeneidade nacional constatada nos homicídios passionais entre gente casada. A razão básica do fato — com a ressalva da reduzida quantidade de casos e de que vítimas brasileiras podem ser às vezes filhas de pais da mesma origem do ofensor — parece residir na menor disponibilidade de mulheres estrangeiras solteiras em São Paulo, tendo-se em conta que a imensa maioria das vítimas são menores e solteiras, constituindo 248 das 253 vítimas integrantes da amostra.¹³

¹³ Segundo o censo de 1920, apenas 25% das mulheres estrangeiras eram solteiras, enquanto entre as nacionais a porcentagem alcançava 75%. Censo de 1920, vol. IV, Tomo I, pp. 308 a 311.

Profissões

A profissão de empregada doméstica predomina entre as ofendidas (Tabela 40).

TABELA 40
Crimes sexuais — profissão das vítimas
mulheres, 1880-1924

<i>Profissões</i>	%
Empregada doméstica	41,0
Serviços domésticos ¹	19,5
Operária	18,6
Prendas domésticas	14,7
Comerciária	3,8
Outras	2,4
Total²	100,0 (210)

Fonte: ATJESP.

- ¹ “Serviços domésticos” corresponde a lavadeiras, faxineiras, costureiras não residentes na casa dos patrões.
- ² Foram excluídos 28 casos onde não há dados.

Como a amostra abrange quase exclusivamente moças pobres, é provável que os dados reflitam o fato de que mulheres pobres trabalhavam — veja-se a reduzida significação do item “prendas domésticas” — assim como as características da estrutura do emprego. Mas há aí algo mais. Steven Marcus explorou a fundo o conteúdo dos contatos sexuais entre os filhos do patrão ou o próprio patrão e a empregada doméstica. Salientou como nestes casos a “objetivização” das relações humanas, facilitada pela desigualdade social, combina-se com as fantasias sexuais e pornográficas masculinas, segundo as quais todos os outros seres humanos são apenas um objeto cuja única função é satisfazer suas necessidades. Não se encontra afetividade nestas cenas, mas algo de cru e animalesco. Do ponto de vista dos homens, basta ser agressivo, importuno, dominador, para que o animal seja seu.¹⁴

Sob uma luz mais prosaica, certos tipos de emprego doméstico facilitam o contato com o mundo da rua, em uma situação de disponibilidade. A pagem que ouve os sussurros de um jovem sedutor, em seus passeios lentos e aborrecidos com as crianças da casa, é um recorrente clichê da época, ancorado na realidade. Lembremos ainda que a empregada doméstica se vê cortada do universo protetor-repressivo de sua própria família, a quem em regra visita somente nas folgas de domingo, a cada 15 dias.

Como é sabido, seja na Inglaterra vitoriana seja na “velha” São Paulo — e a referência geográfica poderia ser muito estendida — os jovens filhos de boa família tinham na empregada doméstica uma fonte de iniciação e de satisfação sexual, sobretudo em uma época em que as moças de condição mais elevada procuram preservar a virgindade a todo custo. Neste sentido, a *Fräulein* de “Amar, verbo intransitivo” constitui a forma ideal e especializada do papel a mais que a empregada desempenha no recesso dos lares.

Uma incursão aos 17 processos da amostra em que a ofendida é empregada doméstica e o acusado seu patrão (11 casos) ou membro da família (6 casos) revela ser este o campo predileto de uma estratégia peculiar de defesa, a partir da evidente desigualdade social entre as partes. A acusação é desqualificada sob a alegação de chantagem, de inverossimilhança da promessa de casamento, quando o indiciado é solteiro. Como poderia o jovem Lauro Cordeiro, filho da casa, ter prometido casar-se com a criada, exclamam testemunhas respeitáveis (fazendeiros e capitalistas), em um processo por defloração, se ele é um moço de futuro, funcionário bem colocado do Banco Francês e Italiano? A retórica de um advogado, em um caso de 1921 envolvendo patrão e empregada, compara a qualidade social do pai da ofendida e do indiciado para dela extrair a acusação de chantagem:

“A menor, havida e apresentada como sendo filha do cidadão português Adelino Moita, é mero instrumento de uma chantagem planejada por esse mesmo indivíduo que nesta Capital exerce a profissão de varredor de ruas no serviço urbano. Ela não é a moça de família a que se refere Viveiros de Castro, a cândida moça que vive no recato do lar doméstico, sob a vigilância materna, num ambiente de santidade e pureza, aprendendo a conservar a virgindade do corpo e a dignida-

¹⁴ Steven Marcus, *The other victorians. A study of sexuality and pornography in mid-nineteenth century England*, 1966, p. 133.

de dos sentimentos, tendo assim a seu favor, contra eventuais ou vis sedutores, as presunções de honra tuteladas pela Lei. Moça sem instrução alguma, dessas infelizes que crescem com a educação das ruas e dos cortiços, e são, logo nos primeiros anos de juventude, exploradas pelos próprios pais, ou entregues aos azares da sorte, utilizadas como bens que devem produzir lucros ou rendas”.

Em contraste,

“o acusado, é, em verdade, cidadão brasileiro, instruído, de completa educação, diplomado pela Escola de Comércio Álvares Penteado e chefe de família tão honesta e distinto como mais não se pode ser, exercendo pelos seus méritos importante cargo de responsabilidade em uma das principais empresas industriais do país.”

Independentemente da veracidade ou inveracidade da acusação, a empregada doméstica se encontra quase sempre em posição muito difícil para provar o alegado. As “brincadeiras” dos rapazes com as criadas são vistas como indulgência pelos pais, e elas próprias sabem que isto faz parte da “normalidade da vida”; quando as “brincadeiras” têm maior consequência e dão origem a uma queixa na polícia, a família trata de proteger seus membros mais jovens.¹⁵ Os exemplos são muitos, com algumas variações. Joana das Neves, de 16 anos, conta que desde que começou a trabalhar há uns 15 dias o filho também menor dos patrões a apalpava. Em uma noite, Haroldo entrou em seu quarto e desvirginou-a, sob a ameaça de cortá-la com um canivete. Queixou-se à patroa e esta não fez caso. O pai de Joana diz que a filha voltou para casa narrando o ocorrido, trazendo-lhe ainda uma camisa manchada de sangue. Foi interpellar a família do indiciado mas disseram-lhe que “aquilo era mentira” (1909). Maria

¹⁵ As observações de Steven Marcus acerca da Inglaterra vitoriana têm extrema semelhança com os comportamentos por mim estudados. Ao analisar as memórias sexuais de um autor anônimo (*My secret life*), na parte em que relata sua iniciação com as empregadas domésticas, Marcus sublinha várias circunstantias (por exemplo, a reprimenda ritual da mãe do autor, seguida de estratégia de fechar os olhos) como evidência de que todos, inclusive as próprias criadas, consideravam o assalto a seus corpos uma ação pelo menos esperável.

Valentino, órfã de pai e mãe, afirma que há alguns dias a patroa desconfiou de que estivesse grávida e chamou uma parteira. Esta confirmou o fato. Contou então à patroa que o responsável pela desonra era seu próprio filho. Ela acreditou e pediu à parteira que lhe desse um remédio para abortar. Como a parteira se recusasse a atendê-la, a patroa jogou-a na rua e, a partir daí, tratou de inocentar o rapaz (1915).

Quando o acusado é o patrão, há por vezes indícios reveladores de que sua mulher acredita na acusação mas prefere obviamente acobertá-lo. O enredo mais comum compõe-se de uma briga doméstica, algumas chineladas na empregada e sua despedida como ato final. Em um único caso em que a mulher comparece para depor, faz carga contra o marido, de quem entretanto já se estava separando. Por sua vez, o comportamento dos demais criados da casa, quando existentes, é compatível com o apontado nos processos por furto doméstico. Eles se escusam, alegando saber apenas que a queixosa foi despedida, ou defendem abertamente o patrão ou seus familiares. Em um processo de defloração (1914), uma amiga da vítima, alemã como ela, narra que foi em sua companhia procurar emprego na casa do indiciado — um advogado de posses. Recebidas por “Dona Frida”, governanta da casa, também alemã, esta desaconselhou-as a aceitar o emprego pois o patrão acabava por engravidar todas as empregadas. Convocada a depor, a governanta diz ser alemã mas chamarse Maria Koziol, acusando a vítima de inventar uma história fantástica mesmo porque não há na casa onde trabalha nenhuma “Dona Frida”.

Quando muito, surgem depoimentos de ex-empregadas que dizem acreditar na queixosa, entrevendo-se uma divisão de testemunhas em função do sexo: ex-empregados defendendo os patrões e ex-empregadas com uma atitude oposta, ou pelo menos mais reticente.

Cor

Vou me concentrar nos casos em que uma das partes é de cor negra ou mulata. Dentre o total de 253 processos por crime sexual, há 21 casos de relações inter-raciais e 14 intra-raciais entre gente de cor, havendo 8 situações em que as viti-

TABELA 41
Crimes sexuais – Relações inter-raciais,
1880-1924

<i>Indiciado</i>	<i>Vítima</i>	<i>Número de casos</i>
Branco	Mulata	9
Branco	Preta	5
Preto	Branca	5
Mulato	Branca	2

Fonte: ATJESP.

mas são de cor mas onde não há informação sobre a cor dos indiciados (Tabela 41).

Os dados se prestam apenas a uma exploração qualitativa. Sob o aspecto quantitativo, é razoável supor que a já referida sub-representação do registro de crimes sexuais em geral vem aqui juntar-se uma especificidade agravante. Os casos entre brancos e vítimas não brancas, sobretudo quando sobre-determinados pela desigualdade social, tendem a acentuar a percepção da ofendida ou sua família da inutilidade do apelo à polícia, vista como instituição inimiga e parcial; nos casos intra-raciais, como fiz referência no Capítulo I, a tendência parece ser semelhante.

Que expectativas e que tipo de relacionamento envolvem as relações inter-raciais? Do ponto de vista da figura delituesa, nenhum dos casos é enquadrado como rapto — situação típica da tentativa de se contornar a oposição familiar ao casamento. Não parece pois que os casos estejam fortemente vinculados a uma estratégia destinada a superar o preconceito social das famílias, colocando-as diante do *fait accompli*.

Considerando-se o grupo de processos em que brancos são acusados de ofensas sexuais contra mulheres pretas, é significativo ressaltar a idade dos indiciados, todos menores, à exceção de um homem em torno dos 40 anos. Minha hipótese é de que a busca da mulher de pele escura seja uma opção tida como fácil pelos jovens iniciantes, embora objeto de restrições segundo os padrões brancos. A atração sexual pelas negras era e é ainda indicativa do que se considera uma certa deformação, como mostra o apelido entre irônico e depreciativo —, “negreiro” —, usado correntemente para designar homens apreciadores de mulheres pretas.

Quase não se constata casos onde há desigualdade social, o que parece ligar-se seja às maiores restrições à figura da mulher negra entre gente de certas posses, seja à sub-representação. Sob o último aspecto, trata-se de situações em que a ofendida vê como muito longínqua a hipótese de obter algum tipo de reparação pela via policial, dada a sua tripla condição de inferioridade: preta, pobre e mulher. Curiosamente, o relato dos casos não revela o emprego de acentuada violência física na prática do ato sexual: 4 são enquadrados como crime de defloramento e o único estupro é assim definido por presunção pois, embora aparentemente não haja violência física, a ofendida é menor de 16 anos. Nenhum dos 4 processos dizendo respeito a indiciados solteiros tem como desfecho o casamento, com a ressalva de que em um deles o acusado, mais jovem do que a vítima (16 e 19 anos respectivamente), declara-se disposto a casar-se mas se vê diante da oposição familiar e da negativa de um juiz. Aberto o inquérito, o delegado solicita autorização judicial para o casamento, por ser o interessado menor e haver oposição familiar. O juiz competente nega porém o pedido e o processo prossegue; em juízo, o rapaz volta atrás não só com relação a seu desejo como ao reconhecimento da ofensa, alegando ter sido levado a admiti-la, por inexperiência da vida. Não se explicitam as razões da oposição familiar ou judicial ao casamento, mas o tema da diferença de cor aparece na voz de uma testemunha, um rapaz de 18 anos, amigo do indiciado. De fato, aconselhou-o a não namorar a moça por ser “mais branco do que ela” e ele lhe disse que isso não importava, pois se casaria com a namorada até mesmo “se lhe fizesse mal”.

Excluído o ímpeto desfeito de um rapazinho “inexperiente das coisas da vida”, a atitude dos indiciados não demonstra o menor respeito pela figura das ofendidas, sempre estigmatizadas pela cor. Dentre os muitos exemplos, acusado em 1916 de ter deflorado uma jovem negra, o motorneiro português Ignácio Barreira, casado, em torno dos 40 anos, afirma “não conhecer a preta que se diz ofendida, a não ser por tê-la visto em companhia de homens quando ele vai para o trabalho e nem sabe seu nome”; “... o declarante é além disto casado e se reputa incapaz de merecer a acusação falsa que a referida preta lhe faz, pois nunca teve coisa alguma com essa preta”. Insistindo na alusão à cor, sem grandes sutilezas, os indiciados apelam para um sentimento social pro-

fundo, imperante em uma sociedade até bem pouco tempo definida, em suas grandes linhas, pela escravidão — o sentimento de que, afinal de contas, as negras não têm honra a preservar.

Uma configuração polar inversa aos processos envolvendo homens brancos e mulheres pretas ocorre naqueles em que os acusados são pretos e as vítimas, brancas. Haveria aqui algum indício de atração de mulheres brancas por pretos? Usariam homens negros assumir a postura do sedutor? Longe disto. Os casos revelam nitidamente a miséria sexual dos indiciados, sendo significativo observar que a descrição da ofensa nunca revela o emprego de técnicas sedutivas. Nenhum deles é definido como defloramento. Há sempre alusão ao uso da violência física que tem como alvo gente mais jovem ou mais velha do que a média: em um dos extremos, um atentado ao pudor contra uma menina de cinco anos; em outro, o já referido estupro contra a mulher de 73 anos.

O maior número de casos diz respeito a acusações formuladas por mulatas contra brancos, indício de maior atração pela mulher mais clara e quem sabe de maior propensão de moças que fogem ao estigma de serem pretas no sentido de queixar-se à autoridade policial. Sob o último aspecto, ressalve-se mais uma vez o fato de lidar com um número muito pequeno de casos. Na tipificação legal, predominam os deflorescimentos (7), havendo apenas um processo enquadrado como estupro e outro como atentado ao pudor. Ao contrário do que ocorre no relacionamento entre indiciados brancos e vítimas negras, há um certo número de casos (4) em que a diferença de cor se combina com a desigualdade social. Tanto quanto nas situações em que as vítimas são pretas, aparece aqui o racismo grosseiro. Se não se fala de pretas fala-se de “mulatinhas” e não faltam alusões de testemunhas, inclusive em casos onde há igualdade social entre os parceiros, de que aconselharam as ofendidas a namorar moços da sua cor.

Mas seria ilusório estabelecer uma equivalência entre os casos em que os indiciados são brancos e as vítimas pretas e aqueles em que as vítimas são mulatas. Entré outros aspectos, não concorrendo outras variáveis das quais a mais relevante é a desigualdade social, o casamento aparece — quando possível —, como opção viável. Dentre 4 processos dizendo respeito a gente de condição semelhante, 2 terminam em casamento, em circunstâncias bastante diversas. Em um deles (1915), o

jovem português Alfredo Peixoto, de 20 anos, cuja família reside em Portugal, dispõe-se imediatamente a casar após reconhecer a procedência da acusação, obtendo para tanto um suprimimento judicial. No outro, a sombra da família se interpõe, sem êxito, no caminho do casal. Em 1923, a madrinha de Francisca Conceição, 17 anos, empregada doméstica, filha de mãe solteira já falecida, vai à polícia em companhia da afilhada para queixar-se de ter sido a moça deflorada por Armando Ferrucci, 19 anos, brasileiro, carroceiro, filho legítimo de italianos. Armando se encontra preso por ter atropelado e matado uma criança, mas diz que sempre esteve disposto a casar-se com Francisca, a quem considera sua noiva e com quem manteve relações sexuais. A impaciência da madrinha da moça decorre do rumor, aliás bem fundado, de que a mãe do rapaz vai mandá-lo para a Itália, tão logo saia da cadeia. Ouvida no processo, Eugênia Ferrucci, napolitana, casada, analfabeta, declara opor-se ao casamento por ser a vítima de “mau proceder”. O “mau proceder” se corporifica na realidade na “mácula original” da ofendida e não em um comportamento transgressor das normas sociais, como o delegado de polícia revela cruamente em seu relatório:

“Esta Delegacia, para evitar a imposição de pena ao indiciado, procurou obter o consentimento judicial para o casamento. Mas foram tantas as dificuldades que acabou por desanimar. Se Armando sair absolvido e sustentar o que disse, reparará o mal que praticou e dará uma lição em sua velha que não quer mulato na família. Mas o rapaz gosta do artigo e o que é de gosto regala a vida. É uma apuração de raça”.

Por entre a incompreensão e a boçalidade, Armando e Francisca encontram afinal um juiz que lhes dá uma saída, e o casamento se realiza sob as bênçãos austeras do artigo 188 do Código Civil.

Defloramento e história de vida

É difícil apreender nas histórias de vida lacunosas e enquadradas nos objetivos de um processo penal, condições de existência propiciadoras da primeira relação sexual fora dos padrões vigentes. Convém lembrar que lido com situa-

ções extremas nas quais a quebra da norma social não se segue uma composição seja ela qual for (casamento, indenização, vida em comum), resultando daí o apelo às autoridades.

De qualquer forma, as histórias parecem confirmar a presença de pelo menos um elemento propiciador da “perda da virgindade”: a desestruturação ou ausência de um grupo protetor — a família em primeiro lugar, expressa numericamente na Tabela 42. Aqui quero explicar-me melhor. Tanto quanto uma limitada tabela pode indicar, observemos em primeiro lugar que os casos mais frequentes dizem respeito à ausência de ambos os pais, sinal claro de uma situação de desestruturação da família. Afora isto, ao falar das consequências que a perda do pai causa no seio da família não estou pressupondo a “sanidade” da família patriarcal e a anomia de outras formas familiares. Estou sugerindo que, no caso de uma família estruturada na forma nuclear-patriarcal, a perda do pai, sobretudo, tem consequências, embora não automáticas, no campo da “preservação” da honra das filhas.

A ausência da mãe liga-se à perda de um suporte afetivo, sobretudo naquelas situações em que a figura desta se sobre põe a da madrastra. São casos que se aproximam da fábula de Gata Borralheira, com um final bem menos alentador, pois o

príncipe encantado é apenas um rapaz plebeu. Histórias de jovens espancadas pelo pai e pela madrastra para quem a “perda da virgindade” pode não ser afinal de contas uma perda, mas um mal menor ou até mesmo a esperança de uma vida um pouco mais livre.

Porém, a situação majoritária de vulnerabilidade familiar consiste na ausência da figura paterna (80 dos 130 processos), mesmo que se deixe de considerar os possíveis distanciamentos indicados no nº 1 da Tabela 42. De passagem, é necessário fazer uma ressalva. Não tenho elementos para afirmar em que medida o grau de vulnerabilidade apontado é específico do grupo ou se constitui um traço comum às moças pobres do período, por razões de ordem demográfica (morte prematura dos pais). Deixando esta questão em aberto, sou inclinado a acreditar que a ausência da figura típica protetora/repressora abre caminho à “liberalidade” feminina; ao mesmo tempo, elimina da cena um elemento poderoso de pressão sobre o acusado, capaz de forçá-lo a reparar, de algum modo, a ofensa cometida. A própria iniciativa do presumível ofensor se torna mais aberta à falta desta barreira, observação compatível com a vulnerabilidade familiar de jovens mortas por seus namorados, constatada anteriormente.

Afora isto, nas famílias em que o pai teve uma presença efetiva, sua desapareção conduz mulher e filhos a buscar sustento e amparo fora de casa, em uma situação caracterizada pela instabilidade psicológica e descenso material. Maria Clara, 55 anos, viúva, mãe de Maria Natividade, narra na polícia (1921) uma história de desapareção do lar doméstico até mesmo como espaço físico. A infelicidade da filha é consequência da perda de seu marido. Com a morte dele, foi obrigada a empregar-se e a empregar as filhas como empregadas domésticas. Trabalham todas em empregos separados, o que dificulta o encontro da família e a fiscalização das moças. Por isso, só cinco meses após o defloração de Natividade pelo namorado veio a saber do ocorrido. Em um caso semelhante, chama a atenção a hesitação materna em lidar com a iniciativa masculina. Abandonada pelo marido, após alguns reveses financeiros deste, Elisa de Jesus — mãe de oito filhos — narra que se viu forçada a trabalhar e a empregar as filhas, após ter conhecido uma vida de “certa folga”. Ficou sabendo do namoro de Rita (19 anos), operária em uma fábrica, com um moço chamado Camilo Morsa, da mesma idade que ela. Como

TABELA 42

Deflorações — Situação familiar das vítimas, 1880-1924

<i>Situação familiar</i>	<i>Número de casos</i>
Presença dos pais ¹	25
Ausência dos pais (morte, abandono, distância geográfica) ²	44
Ausência do pai (morte, abandono)	36
Ausência da mãe (morte, abandono)	10
Presença do pai (mãe s/ dados) ³	10
Sem dados	5
Total	130

Fonte: ATJSP.

- Foram incluídos como presentes os pais de empregadas domésticas que dormem no emprego.
- Nem sempre “ausência dos pais” corresponde ao abandono, havendo casos de ofendidas que vivem em companhia de tios, irmãos etc.
- Trata-se de processos em que o pai depõe e não há qualquer referência à mãe da vítima.

o rapaz é muito jovem, tratou de entrar em contato com sua família para saber de suas intenções e formalizar um noivado. Mas Camilo esquivou-se e começou a lançar dúvidas sobre a honra de Rita, chegando a propor-lhe que a suas expensas se providenciasse um exame médico para saber se a moça era virgem. Diante disto, resolveu impedir o namoro. A filha porém sofreu muito, chegou a ficar doente com a separação e ela acabou por admitir a volta do rapaz. Infelizmente, não se deu conta do ponto a que chegaram as relações de Rita com Camilo até que as regras da filha não vieram e constatou-se sua gravidez.

A trajetória de descensão familiar encarnada em seu ponto mais baixo na inferioridade social do ofensor aparece em um processo de 1923, envolvendo a filha de um fazendeiro, morto há vários anos, e o motorista da casa onde trabalha. A sementeira das outras, sua mãe narra na polícia as dificuldades decorrentes da morte do marido. Dadas as suas boas relações e a existência de parentes ricos, d. Olímpia não precisou empregar as filhas como serviçais domésticas sem qualificação ou operárias de fábrica. A filha Conceição vai trabalhar como bordadeira na casa de uma parenta de posses, começando a exercer assim uma função típica das primas pobres da oligarquia. Mas tudo termina mal. Mãe e filha não se entendem. Conceição acusa a mãe de sugar-lhe até o último tostão. Afinal, acaba sendo deflorada pelo motorista da casa. Grávida, desnorreada, após a queixa da mãe à polícia, é recolhida por uma tia que se torna sua tutora. A tia recebe a moça por considerá-la de bons costumes, embora lamentando que se tenha deixado seduzir “por um homem pobre e casado”.

Dois pontos devem ser aqui enfatizados. Como veremos adiante, nem sempre em situações de desamparo familiar o defloramento surge como desastre, sobretudo naqueles casos em que a família busca no ofensor uma figura protetora substitutiva. Por outro lado, a correlação entre perda da virgindade e crise da família patriarcal não implica uma concepção idílica deste tipo de família. Núcleo a um tempo protetor e carregado de tensões e sentimentos conflitantes, lugar de dominações abertas ou sutis, a família pode abrigar tanto a violência (inclusive sexual) no seu interior como empurrar seus jovens membros femininos a um “mau passo” diante por exemplo das intransigências edípicas de um pai “excessivamente extremo”.

O apelo à autoridade policial por parte das moças ou de suas famílias, em decorrência de uma primeira relação sexual fora do casamento, torna público um ato íntimo praticado com desrespeito às normas sociais. Quais os objetivos deste recurso e em que circunstâncias se lança mão dele? Em geral, entre gente pobre e solteira, os queixosos vão à polícia em busca de um casamento — final de uma história que, pelo menos na aparência, reintegra comportamentos inadequados no mundo da ordem.

Admitindo-se a veracidade das declarações acusatórias, verificamos que o lapso de tempo entre a primeira relação sexual e a queixa varia bastante. Entretanto, em 107 situações, abrangendo pouco mais de 45% do total dos casos, a notícia do crime ocorre em menos de 1 mês (Tabela 43).

TABELA 43
Crimes sexuais¹ – Lapso de tempo entre a ofensa
e a notícia do crime, 1880-1924

<i>Lapso de tempo</i>	<i>Número de casos</i>
Menos de 1 semana	66
De 1 semana a menos de 1 mês	41
De 1 mês a menos de 3 meses	37
De 3 meses a menos de 6 meses	50
De 6 meses a menos de 1 ano	33
1 ano ou mais	9

Fonte: ATJESP.

¹ Só casos heterossexuais. Faltam dados em 2 processos.

Nos casos em que a distância é maior, a queixa às vezes sobrevém após a frustração de expectativas bem fundadas ou longos entendimentos que chegam a um impasse, hipótese frequente entre “noivos oficiais”; outras vezes, a vítima oculta a relação sexual a seus familiares. A gravidez aparece como um dos fatores desencadeantes do apelo à polícia. Considerados apenas os processos de defloramento, em número de 130, há 30 em que a constatação da gravidez precipita os acontecimentos. Em meio às tentativas de arranjo, a relações silenciadas, surge um ventre que cresce aos olhos de parentes e vizinhos. Familiares mais ansiosos correm, na dúvida, aos médicos ou parteiras; outros relutam em enxergar o óbvio, atribuindo a suspensão das regras, o “inchaço da barriga”, a

alguma doença não identificada. Cedo ou tarde, o ventre se torna sinal de um escândalo, impõe a apuração de autoria ou o apressamento de uma solução como saída material e moral para a futura mãe sem recursos.

O apelo à polícia, quando há desigualdade entre os parceiros (acusado de melhor condição), resulta em regra do fracasso da expectativa de algum tipo de acordo pecuniário que se converte facilmente em alegação de chantagem, na estratégia de defesa. Diante da inviabilidade social do casamento, as próprias ofendidas chegam a dizer que se viram obrigadas a recorrer à polícia por não terem obtido o amparo esperado. Excepcionalmente, a crua alusão pecuniária aparece em um processo de defloração entre “iguais” — um alfaiate viúvo, de 35 anos, e uma jovem empregada em uma casa de costura (1895). Segundo uma das testemunhas, vizinho da vítima, o pai da moça apareceu em sua casa afirmando que a filha Josefina fora desonrada por Rafael De Santi e se este não lhe pagasse um conto e quinhentos haveria de dar-lhe um tiro na cabeça. Como a testemunha dissesse “se é exato que Rafael desonrou sua filha, ele não fará questão de casar-se com ela”, o pai de Josefina teria respondido: “não quero que minha filha se case, o que eu quero é o dinheiro”.

Mais raramente, surgem os casos em que o recurso às autoridades não é instrumental, esperando-se que da iniciativa destas resulte a punição do ofensor e não um ganho privado. Isto ocorre nos raros processos da amostra em que a jovem é de melhor condição, é “mais branca” do que o parceiro, ou quando o casamento parece desaconselhável pelo comportamento do acusado. Em 1913, o pai de Joana Oliveira, empregada doméstica, de 18 anos, recusa-se a consentir que a filha se case com seu ofensor, um caixeiro de 22 anos, porque “ele é mau elemento, amasiado, encontrando-se a amante em adiantado estado de gravidez”. A recusa, aliás bastante excepcional, deve ser matizada pelo fato de Joana ter-se casado com um terceiro no curso do processo, indício de que seu pai já tinha um trunfo fortalecedor de sua atitude.

A visão masculina

Ao longo do texto, à falta de terminologia mais adequada, tenho usado as expressões “ofensor” e “ofendida” para

designar as partes envolvidas. Os termos não implicam porém necessariamente um corte radical, colocando de um lado pobres moças desprotegidas e, de outro, machos implacáveis.

O quadro é mais complexo. Considera-se natural e compreensível que os homens dêem vazão a seus impulsos, tendo contatos sexuais com prostitutas, mulheres ou meninas fáceis. As relações com meninas inexperientes de condição social inferior constitui uma façanha, uma demonstração de masculinidade, ostentada orgulhosamente pelos “coleccionadores de cabaços”, como se dizia na linguagem crua da época. Porém, em determinadas circunstâncias, um ato considerado natural e até valorizado invade uma área perigosa, pon-do em risco a estabilidade familiar, a ponto de se converter em infração penal.

Sempre que o casamento é possível, por que os acusados não aceitam esta via e preferem enfrentar os riscos de um processo? Lembre-se desde logo que lido com interações muito diversas, desde a relação sexual decorrente de um encontro fortuito até a que se dá entre “noivos oficiais”. Na primeira hipótese, é fácil perceber as razões da resistência ao casamento, potenciada às vezes pela desigualdade social e o racismo. Na outra, a figura masculina corre o risco de enredar-se na teia de suas contradições. De um lado, há um desejo incontido, em meio aos contatos crescentes, de apressar relações sexuais; de outro, a obsessão da virgindade da noiva prometida. Não por acaso, os rapazes costumam usar como argumento para realizar seu desejo a necessidade de comprovar a pureza da namorada sobre a qual um terceiro lançou dúvidas. Uma vez alcançado o objetivo, as dúvidas ganham novo conteúdo. Não seria arriscado casar-se com uma mulher que se revelou fácil, cedendo às suas propostas? Como poder assegurar a fidelidade dela após o matrimônio? Tudo se passa como se as figuras masculina e feminina devessem desempenhar papéis dentro de limites socialmente prescritos para que um casamento feliz pudesse ser assegurado: assalto à “fortaleza”, resistência intransponível até o momento em que a ponte levadiça é baixada, após o ritual consagrador.

Em um plano menos propício à metáfora heróica e mais pragmático, lembro que casar-se significa assumir uma carga material — sobretudo quando a mulher está grávida — acima das disponibilidades de rapazes pobres. Divididos entre o afeto e o dever de reparar a honra, de um lado, e o temor da respon-

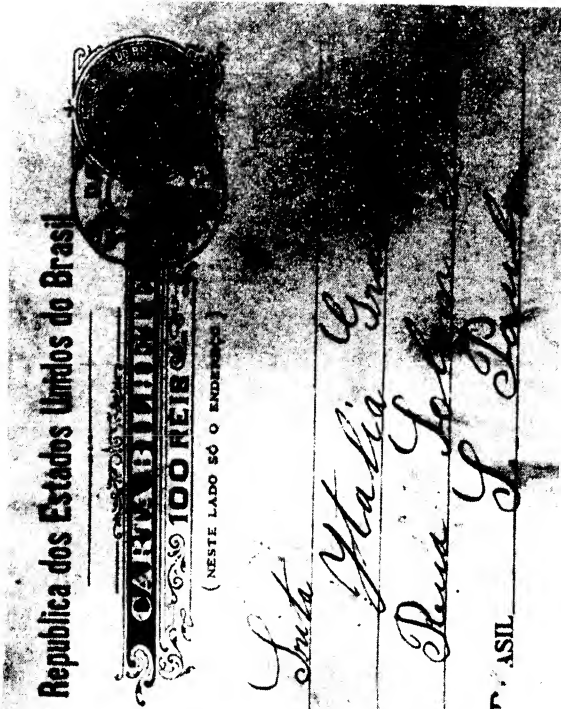
sabilidade, de outro, muitos destes rapazes têm um comportamento ambíguo. Não quebram os laços com as ofendidas, embora cheguem a mudar de cidade, enviando-lhes cartas, retratos, permeados de juras de amor. O melodrama chega a assumir tintas carregadas, pois às vezes as moças se utilizam de recursos extremos, apelando em desespero ao ácido fênico ou à creolina. Uma característica indicativa dos sentimentos contraditórios que envolvem os acusados na situação descrita consiste no fato de que a estratégia de poluição da figura da vítima nunca é empregada. Em meio às dúvidas, preserva-se a sua figura, como se a hipótese do casamento se desenhasse desde logo como um desfecho possível.

De fato, nem sempre os indiciados enfrentam até o fim os riscos do processo. Dentre 95 acusados de defloramento, solteiros, 15 acabam por casar-se, extinguindo-se deste modo a punibilidade. O momento em que o casamento ocorre varia bastante, indo desde os primeiros atos do processo perante a autoridade policial até a fase em que já houve sentença condenatória. A pronúncia, por importar a decretação de prisão preventiva, precipita também o desfecho.

Os casos podem ser enquadrados em três configurações básicas: 1º) o indiciado sempre desejou casar-se, resultando o processo de oposição ao casamento por parte de sua família ou excepcionalmente da família da vítima; 2º) o indiciado hesita, atravessado por reações contraditórias; 3º) o casamento é apenas um mal menor diante da ameaça de perda da liberdade. Assim, um soldado da Força Pública, acusado de estupro a uma menina de 14 anos, diz sem rodeios que se casa para manter a liberdade e pretende abandonar a ofendida (1921). Outro militar, envolvido no defloramento da filha de um colega, casa-se após ser preso preventivamente. Envia uma carta ao juiz de paz frisando casar-se para recuperar a liberdade, pois embora seja inocente, não tem testemunhas a seu favor (1917).

Crime sexual e família

Se a distância entre “criminalidade real” e “criminalidade apurada” é muito grande nos crimes contra os costumes em geral, no campo da família esta distância deve ser ressaltada. A quantificação constitui um pequeno fragmento da rea-



Envólucro de carta-bilhete enviada por sedutor foragido (1920).

lidade, um mínimo levantar da ponta do véu que cobre uma área interdita.

Os dados sugerem que a interação pessoal predominante entre ofensor e ofendida se caracteriza por algum tipo de continuidade, embora algumas dúvidas possam subsistir quanto ao item "ocasional". De fato, tomo como ponto de partida a palavra da vítima, cujo interesse é demonstrar ligações estáveis com o acusado (Tabela 44).

TABELA 44
Crimes sexuais — Vítimas mulheres — Relação entre ofensor-vítima, 1880-1924

<i>Relação ofensor-vítima</i>	%
Namorado	32,7
Vizinho	9,7
Moradores na mesma casa (não parentes)	5,2
Parentes	9,7
Empregador-empregada	8,9
Pessoa c/ autoridade sobre a vítima	3,2
Colegas de trabalho	2,4
Ocasional	14,5
Outros	13,7
Total	100,0 (248)

Fonte: ATJESP.

Obs.: O quadro tem como ponto de partida a indicação da vítima e abrange só os casos heterossexuais.

O item "namorado" poderia abranger maior número de casos pois sempre foi possível qualificar uma relação de vizinhanças ou de colega de trabalho preferi esta qualificação que em geral aparece conjuntamente nos relatos com a de namorado.

O item "empregador-empregada" abrange tanto empregador doméstico como não doméstico, incluindo-se como "empregador doméstico" seus filhos ou parentes. "Pessoa com autoridade sobre a vítima" refere-se a tutores, professores, gente não ligada à vítima por laços de parentesco.

O item "ocasional" diz respeito a relações que a própria ofendida aponta como recentes sem implicar um namoro.

Dentre os casos envolvendo membros da mesma família, é significativo observar que a maioria tem como alvo o pai da eventual ofendida, apesar dos fatores inibitórios. Dentre 24 casos, 14 dizem respeito a pai e filha. Nos outros 10, figuram primo-prima (5 vezes), cunhado-cunhada (4) e tio-sobrinha

(1). Acusar o pai da prática de violência sexual implica enfrentar sua autoridade, expô-lo ao risco de uma prisão — o que pode resultar em privação material para toda a família —, lançar o grupo familiar no escândalo público. Por outro lado, acusações dessa natureza parecem envolver às vezes, como veremos adiante, uma falsa imputação utilizada como arma radical nos conflitos internos da família. Mesmo assim, a fantasia é parte constitutiva de uma realidade em que a alusão a violências sexuais praticadas pelos pais contra as filhas — não há nunca referência aos filhos — surge com frequência. Esta temática aparece em certos homicídios. Não é incomum também que acusados de defloração lancem a hipótese de ter sido a vítima deflorada pelo próprio pai.

No que diz respeito à sua condição social, o grupo dos acusados se destaca pela pobreza e a falta de instrução. Em 3 dos 14 casos, há referência explícita ao fato de que a família mora em cortiço. Dentre os 14 acusados, 9 são analfabetos, 3 sabem ler e escrever, não constando informações em 2 casos. Com relação às ofendidas, excluída uma criança de 5 anos, há 8 analfabetos, 3 alfabetizadas e em 2 casos não há dados. Seria arriscado sugerir entretanto que impulsos sexuais do pai com relação às filhas tenham maiores possibilidades de encontrar canais de sublimação nas classes mais favorecidas. É possível que os casos não extravasassem à área privada, ou que os processos tenham corrido em "segredo de justiça", sendo de difícil ou impossível localização. Um trabalho publicado em outro país e relativo a outra época (Estados Unidos, 1965) observa nada se ter encontrado de especial com relação aos pais acusados de atentado sexual contra as filhas quando comparados com os estupradores em geral e o resto da população carcerária. Como grupo, eles são "conservadores, moralistas, contidos e devotos".¹⁶ Sugere-se também, em vários estudos, que a prática da violência atravessa as barreiras de classe.

O alcance social do incesto é uma questão importante. Muitos autores têm vinculado as relações incestuosas a condições habitacionais promíscuas, um tema corriqueiro por exemplo na literatura da Inglaterra vitoriana defensora da re-

¹⁶ Paul H. Gebhard e outros, *Sex offenders*, 1967. Citado por Brown-miller, p. 311.

forma habitacional. Referindo-se às Minas Gerais do século XVIII, Laura de Mello e Souza chega a afirmar ser o incesto consequência da promiscuidade, das casas excessivamente pequenas para os numerosos moradores que nelas conviviam, deitados em poucas camas.¹⁷ De minha parte, constatei a existência de condições habitacionais promiscuas na maioria dos processos estudados. Assim, um homem acusado de atentar contra três filhas, viúvo há quatro meses na data do processo (1904), narra que com a morte da mulher desocupou um dos quartos do cortiço onde vive, passando a utilizar um único cômodo. Dorme em uma cama, enquanto as três filhas e um menino — aparentemente poupado das investidas — dormem juntos em outra. Em um caso de fins do século XIX (1892), envolvendo uma família italiana recém-chegada ao país, moradora em um cortiço do Bixiga, a família de cinco pessoas dorme também em um único quarto: marido e mulher em uma cama, as duas filhas e um menino em outra. Isto não significa obviamente que a promiscuidade seja “causa” do incesto, embora venha a facilitá-lo. Não se pode deixar de apontar também o fato de que os espaços mais amplos, em lares confortáveis, propiciam a manutenção do segredo em torno de relações proibidas.

Do ponto de vista da nacionalidade e da cor dos acusados, observe-se que quase todos são estrangeiros e brancos (Tabela 45).

Seria entretanto apressado, considerando-se o pequeno número de casos apurados, concluir que o atentado sexual contra as filhas se circunscreva aos estrangeiros. No terreno das hipóteses, é possível especular com a transplantação de uma prática potenciada pelas condições de existência na nova terra: sob o último aspecto, imigrantes em situação material e afetiva difícil, cuja referência básica é a família nuclear, tenderiam a concentrar nos membros femininos desta indiscriminadamente seus impulsos afetivos e agressivos. De outro lado, é possível sugerir entretanto que interações menos explosivas tenham permitido a brasileiros incorporar as agressões se-

¹⁷ Para a literatura vitoriana e relato de casos da época, ver Anthony S. Wohl, “Sex and the single room: Incest among the Victorian working classes”, em Anthony S. Wohl (ed.), *The Victorian Family, Structure and stresses* (1978), p. 203. A referência a Minas Gerais é de Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 158.

TABELA 45
Atentado sexual pai/filha — Qualificação de acusados e vítimas, 1880-1924

Nacionalidade	Acusados				Vítimas	
	Cor		Idade		Idade	
Estrangeiro	12	branco	13	entre 30 e 39 anos	3	menos de 10 anos
Brasileiro	1	mulato	1	entre 40 e 49 anos	7	entre 10 e 14 anos
Não consta	1			50 anos ou +	2	entre 15 e 19 anos
				não consta	2	entre 19 e 23 anos
						1

Fonte: ATJESP.

xuais às filhas à “normalidade da vida familiar” sem deixar traços na esfera pública.¹⁸

A idade dos acusados, tendo-se em conta o desgaste da vida nas camadas populares, indica que estamos diante de um delito de velhos. Os corpos jovens embalam sonhos de rejuvenescimento, sobretudo quando próximos, disponíveis, dependentes da autoridade paterna.

Os processos em que a acusação parte de pessoas não interessadas sexualmente nas ofendidas (11 casos) e aqueles em que os acusadores (marido, cunhado) têm este interesse (3 casos) apresentam características específicas. Sete dos processos do primeiro grupo dizem respeito a filhas sem mãe, sendo de se ressaltar que 2 dos 4 casos restantes referem-se a crianças e não a adolescentes. Se a desapareição do pai pode abrir caminho para o defloramento das filhas por terceiros, a morte da mãe impulsiona em determinadas circunstâncias a agressão sexual às filhas por parte do pai sobrevivente. A barreira re-

¹⁸ No contexto das Minas Gerais do século XVIII, vejamos as acusações da prática de incesto, narradas por Laura de Mello e Souza (p. 158). Embora o delito fosse definido nesta época de forma bastante ampla (“se alguma pessoa cometeu o crime de incesto, tendo ajuntamento com alguma parenta por consanguinidade, ou afinidade em grau proibido, ou compadre com comadre, ou padrinha com afilhada, ou madrinha com afilhado...”), há aí exemplos de casos envolvendo pais e filhas, irmãos e irmãs).

presentada pela figura da mulher desaparece, surgindo a filha como substituta da mãe no campo sexual e das obrigações domésticas. Além disto, o corpo jovem traz de volta, no plano da fantasia, os velhos tempos em que o pai e a mulher morta eram moços.¹⁹ Em 1892, o português João Lourenço, entre 40 e 49 anos, é acusado de ter estuprado a filha de 15 anos, 30 dias após a morte de sua mulher. Lourenço é qualificado como lavrador e, excepcionalmente, não parece ser pobre, pois alude em depoimento a seus empregados. A vítima afirma que nunca teve namorado: o pai, homem severo, sempre a impediu de falar com rapazes. Logo após a morte da mãe, começou a ser assediada pelo pai, entre carinhoso e ameaçador. Acabou sucumbindo depois de resistir por várias noites. Lourenço confessa a princípio o crime — mais tarde dirá apenas que não deflorou a filha, já deflorada por terceiros —, atribuindo-o “ao descontrole em que ficou com a perda da mulher”. Acusado em 1905 de atentar contra a filha de 9 anos, o ferreiro Antonio Bertini, entre 40 e 49 anos, não nega o atentado, resultante da sua freqüente embriaguez por estar desorientado com a perda da mulher. O papel substitutivo da filha, no trabalho e na cama — expressões diversas de uma mesma obrigação —, aparece em um processo de 1895 em que Manoel Pereira, português, trabalhador braçal, entre 30 e 39 anos, após a morte da mulher tira a vítima (17 anos) do emprego para vir cuidar da casa e do irmão menor. Uma melodramática cena de ciúmes e desespero resulta em sua prisão. Segundo a moça e os vizinhos da casa de cômodos onde moram, a violência paterna se dá com grande resistência, a ponto de toda a vizinhança ouvir os gritos desesperados. Após o defloraumento, aparece um rapaz italiano que pede a ofendida em casamento. O pai expulsa o pretendente da casa, dizendo que “a filha não se casaria com um italiano filho da puta”. Depois, embriaga-se, promove uma série de desordens e é preso, confessando ser o autor do defloraumento da filha. Solto, volta para casa e tenta o suicídio. As alusões à embriaguez nestes relatos não são acidentais: em nada menos de 10 dos 11 pro-

cessos há referências ao fato de que o acusado se embriaga com freqüência ou estava embriagado ao praticar o delito.

Os processos em que as acusações partem de pessoa sexualmente interessada ou ligada à eventual ofendida são menos verossímeis, parecendo refletir a rivalidade entre membros masculinos da família. Uma indicação a mais neste sentido se encontra no fato de que em 2 dos 3 processos as vítimas se retratam de declarações acusatórias, sendo que no terceiro caso a retratação é impossível: a queixa contra o pai é promovida pelo marido, à vista das cartas deixadas pela mulher suicida. Carlota Lima, em 1911, acompanha o marido na queixa apresentada por ele contra seu pai. Diz o marido que se casou há uma semana e constatou na noite de núpcias que sua mulher não era virgem. Ela confirma ter sido deflorada pelo pai há 6 meses. Mas este lança pesadas acusações contra o genro. Trata-se de um tipo de maus antecedentes, sedutor de várias moças em Portugal, como teve ocasião de apurar antes do casamento, que não foi aliás de seu agrado. Tudo não passa de chantagem para extorquir-lhe dinheiro. Acareada com o pai, Carlota volta atrás, dizendo ter sido forçada pelo marido a mentir. O exame de corpo de delito constata defloraumento recente, reforçando a versão do acusado. Em outro processo, do ano de 1913, a figura acusatória é de um cunhado. Seu sogro reage com a mesma veemência: a suposta ofendida era desejada pelo genro, mas ele se opôs ao namoro. Este então raptou-lhe a outra filha e forçou assim um casamento. Agora, ao que tudo indica, fez mal a Palmira — primeiro objeto de seu desejo —, acusando-o por vingança. A princípio, Palmira confirma as declarações do cunhado, embora diga que ele também teve relações sexuais com ela, após ser deflorada pelo pai. Longe da família, no Asilo Bom Pastor onde vem a ser internada, a moça passa a acusar apenas o cunhado, “responsável por toda a trama e por sua desonra, sob a ameaça de um revólver”.

Nos dois casos relatados, a família do acusado se põe em bloco a seu lado. Em outros, a atitude de membros da família varia, incumbindo-se da carga acusatória mais pesada irmãos ou irmãs da ofendida que, por serem casados, ou terem emprego, não dependem do pai comum. Os indiciados pela prática de violência contra filhas pequenas têm contra si toda a família, inclusive a mulher. Os qualificativos negativos vinculam-se ao não preenchimento de papéis masculinos básicos: prote-

¹⁹ Wohl, *op. cit.*, especula com a constatação de que em uma época de elevada mortalidade das mães no nascimento dos filhos, onde filhas adultas agiam como mães substitutas, a atmosfera e as relações familiares existentes nas classes pobres eram bastante propícias ao incesto.

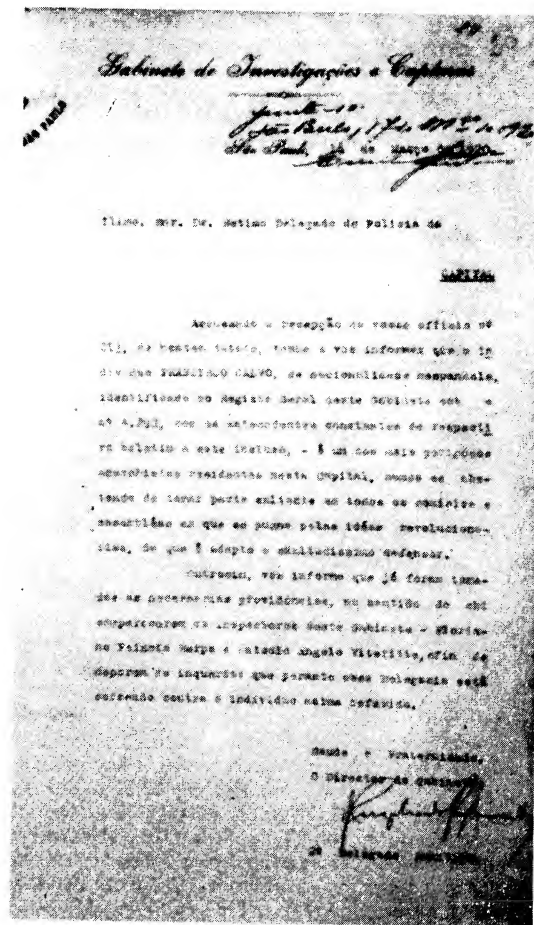
ção, sustento material. Estes homens são definidos como bêbados, vadios, incapazes de sustentar um lar.

Quando relatam com alguma minúcia cenas de relações sexuais com o pai, as vítimas não deixam escapar em seus relatos — nem mesmo por um lapso inconsciente — o menor indício de consentimento, para não falar de prazer. A iniciativa sexual do pai é sempre descrita como uma insuportável violência, combinada por vezes com uma tentativa de convencer, seja sob a alegação de que nada há de reprovável no ato, seja por alguma razão afetiva ou material: apelo “à filha mais querida”, promessa de melhor quinhão na herança etc. A isto, as ofendidas opõem uma resistência maior ou menor, pontilhada de gritos de socorro, fugas do quarto, em meio a uma atmosfera de horror e medo.

Estas descrições não importam em negar os impulsos edípicos. Elas são indicadoras porém de que entre a fantasia e a experiência vivida vai uma longa distância. A complexidade das relações entre pai e filha aparece com uma enorme carga dramática em um caso de 1919. Trata-se aliás de um processo muito significativo por vários outros ângulos, entre eles o da discriminação do acusado de crime comum, por suas idéias políticas supostas ou verdadeiras.

Em dezembro de 1919, a mãe de Angelina Calvo, menina de 16 anos incompletos, vai à polícia queixar-se porque “desconfia” da atitude de seu marido Francisco com relação à filha. Está casada há 16 anos e de quatro anos a esta parte o marido deu para beber, promovendo escândalos quando chega da rua tarde da noite. A menina afirma que o pai a ameaça e a impede por todos os meios de namorar. Chegou até a dizer que algum dia gravará no seu rosto a letra “F”. Ao mesmo tempo, o pai procura agradá-la, tendo contratado um automóvel para passear com ela em Santos, sem o conhecimento da mãe. Um mês depois, a vida desta filha-família se transformara. Vamos encontrá-la como prostituta em um bordel da ladeira de São Francisco. Suas declarações mudam de rumo: acusa o pai de tê-la estuprado há um ano, após uma cena de violência em que sua mãe foi espancada. A mãe continua porém reticente.

Nos agitados anos de 1919-1920, Francisco Calvo tem contra si uma corriqueira menção contravencional e uma nódoa de inconformismo político. Fichado em dezembro de 1909 como ébrio, recebeu em novembro de 1911 os epítetos



Ofício de Delegado de Polícia, informando que o indiciado Francisco Calvo, acusado de estupro, é um dos mais perigosos anarquistas existentes na Capital (1920).

de “anarquista e agitador”. Calvo percebe desde logo que na última referência há um perigoso ingrediente acusatório. Ao prestar declarações na polícia, afirma não ser e nunca ter sido anarquista pois o anarquismo não coincide com seu modo de pensar. Dispõe-se mesmo a declarar isto pela imprensa. Frequentou entidades obreiras com as quais hoje não está de acordo e afastou-se recentemente das reuniões operárias. Quanto à acusação em si, é vítima de uma vingança de sua pobre filha a quem sempre procurou vigiar com o maior rigor, castigando-a fisicamente por vezes para impedir que frequentasse bailes a fantasia e penoitasse em casas suspeitas.

Enfileiram-se testemunhas das mais variadas. Maria Nicolina, a “Romana”, 31 anos, dona do bordel, narra que a menina aí apareceu querendo ficar como pensionista. Levou-a à polícia para retratar-se e a colocou na casa. Em certa ocasião, chegou a conduzi-la de volta à casa da mãe mas ela recusou-se a ficar, retornando ao bordel. O acusado apareceu na casa, bebericou com a filha e pretendeu retirá-la dali à força, “por ter por ela uma grande paixão”. Guardião da moralidade pública, o principal redator do jornal *Il Piccolo* estralou o que vê de seu posto de observação em frente ao bordel: pai e mãe vão aí conversar com a filha, quando em geral, se uma moça cai na vida, há um corte nas relações de família.

Qualquer que fosse o grau de verossimilhança da acusação e não obstante os propósitos de Calvo, as autoridades policiais tecem os fios da discriminação política. O diretor do gabinete de Investigações e Capturas informa ao delegado responsável pelo inquérito que “o indiciado é um dos mais perigosos anarquistas residentes nesta Capital, nunca se abstendo de tomar parte saliente em todos os comícios e assembleias em que se pugna pelas idéias revolucionárias, de que é adepto e exaltadíssimo defensor”. Mais ainda, Calvo “além de anarquista perigosíssimo é homem de moral muito baixa, pois já foi acusado pelo anarquista Italo Benassi, em plena assembleia libertária, como tendo lesado a associação operária a que pertencia”. Um agente de segurança diz conhecê-lo desde 1911 quando tomou parte em agitações operárias, especialmente na greve dos sapateiros. Depois abandonou estas atividades, voltando a elas há pouco tempo, ao ficar desempregado. Em longo relatório, o delegado enumera as notas negativas de caráter do indiciado: “desempregado, anarquista, ocioso, de maus costumes”.

Na fase judicial do processo, Angelina muda de rumo. Tudo o que declarou na polícia é mentira, tendo como causa o ódio pelo pai, que a prendia muito. Além disso, ao prestar algumas das declarações, aspirara cocaína e estava atordoado. Quis retirar a acusação já na polícia mas foi impedida por um escrivão sob ameaças. Considera o pai uma vítima de perseguições policiais por ter idéias revolucionárias. Angelina esclarece um pouco mais as obsessões paternas. Há uns quatro anos namorou um dentista que não chegou a deflorá-la. O namoro fracassou, ela tentou suicidar-se e o pai deu queixa na polícia contra o dentista. (Do processo constam a queixa e a referência à tentativa de suicídio.) A seguir, tudo se torna nebuloso: “Meu defloramento se deu depois disto, há mais ou menos um ano, meu pai não ficou sabendo e o responsável — um rapaz chamado Luiz — viajou para a Europa”.

Mas, a tecla da combinação entre o caráter duvidoso de Calvo e suas inclinações políticas continua a ser martelada. Segundo o promotor público, “o réu é bêbado e anarquista. Para ele não existem laços de sangue e deveres de família. Com a mulher, visita a filha no prostíbulo; com esta se detém em longas e íntimas conversações!”. Não por acaso é sobretudo do ângulo político, mas em sentido oposto, que o combativo advogado do réu faz sua defesa. Ao recorrer ao Tribunal de Justiça do despacho de pronúncia, dirige violentos ataques à polícia, “autora de um plano para perseguir seu cliente e que, em contraste, auxilia exploradores notórios”. O Tribunal censura as acusações à polícia e ao próprio juiz, mandando riscar as linhas mais fogosas da crítica. Acaba porém por acolher o recurso e impronuncia Calvo dada a insuficiência de provas.

Resta uma palavra sobre os casos minoritários envolvendo gente em relação de parentesco diversa da relação pai-filha. O dado mais curioso é a ausência de irmãos. É difícil afirmar a que se deve isto, tendo-se como assente a existência de atração sexual entre eles. Não há razões para se pensar que irmãos ficassem mais a salvo que os pais de uma acusação formal, se tivermos em conta o peso da autoridade paterna e a função do pai como provedor do sustento da família. Sem pretender afirmar a inexistência de casos desta natureza, é viável especular que eles fossem em menor número, por se tratar de um impulso reprimido pela presença da autoridade paterna real ou introjetada em algum momento da vida fami-

liar. Sempre no terreno especulativo, nos casos em que um irmão assume em substituição a figura do pai, não seria a função protetora a realmente desempenhada, ficando reprimida uma latente atração sexual pela irmã?

Padrões de moralidade e classe trabalhadora

O controle da sexualidade das mulheres através do casamento e da família entre as classes dominantes tem sido encarado como instrumento fundamental à reprodução da desigualdade, sobretudo através da herança.

Se a constatação é verdadeira, por que estas instituições se conservaram no processo histórico nas camadas pobres e entre as classes trabalhadoras do mundo contemporâneo? Uma das explicações do problema consiste em sustentar que a força da família nuclear reside basicamente na sua adaptação às necessidades do modo de produção capitalista. Simplificando o argumento, afirma-se que o capitalismo adapta a família a seus interesses de reproduzir biologicamente a classe operária como força de trabalho; enquanto na vigência das relações feudais de produção a casa era uma unidade de produção e consumo, no capitalismo a família é principalmente uma unidade de consumo para mercadorias produzidas fora de casa; a sociedade feudal podia apoiar-se em uma estrutura de família extensa, pois a maioria dos camponeses estava ligada à terra, ao passo que a demanda de força de trabalho no capitalismo requer uma população móvel de pequenas famílias. Autoras como as inglesas Barrett e Mc Intosh, de quem tomei a sumária descrição do argumento, criticam esta suposta relação funcional, a partir de uma série de dificuldades empíricas aqui apenas anotadas: a passagem de um modelo de família extensa para o de família nuclear, acompanhando a Revolução Industrial, está longe de ser um fenômeno comprovado; a produção não desapareceu inteiramente da esfera doméstica; a mobilidade do trabalho está associada a grupos e trabalhadores em desvantagem e vulneráveis por outras razões, como é o caso dos trabalhadores imigrantes na Europa.²⁰

Em um texto significativo, Eunice Durham mostrou como a família se estrutura a partir da articulação entre a produção doméstica de valores de uso e a venda da força de trabalho. A compreensão desta articulação — diz ela — exige a análise de fatores propriamente culturais e históricos, especificamente os padrões de divisão sexual do trabalho que, embora se transformem no processo de adaptação da instituição familiar à realidade do modo de produção capitalista, não podem ser nem deduzidos das necessidades do capital nem eliminados por uma lógica estritamente economicista. Para explicar a família, sua persistência e transformação no mundo capitalista não basta, pois, considerar sua funcionalidade para o capital e determinar se sua existência barateia ou encarece o custo de reprodução da mão-de-obra. Tratando-se de uma unidade de vida social articulada internamente pela referência a fins e valores, a problemática se desloca para o “vivido humano” e se aproxima do campo da ideologia. A partir daí, Eunice Durham desenvolve o significado da família aqui apenas indicado sumariamente, como campo, embora restrito, de decisão coletiva no plano do consumo; como centro de elaboração cultural por meio da transmissão oral direta da experiência acumulada através de contatos interpessoais; como núcleo, entre outros, onde se constroem as dimensões do espaço social e do tempo histórico que permitem ao trabalhador avaliar sua posição na sociedade e suas perspectivas de alterar o quadro social existente.²¹

Convém ressaltar que o prestígio do modelo familiar vigente entre os trabalhadores da Europa e do Brasil, nas correntes dominantes de esquerda e mesmo em alguns círculos feministas, não nos induzem a valorizar indiscriminadamente o modelo. Muitas de suas vantagens são construídas socialmente por uma política deliberada, e o “santuário familiar” pode abrigar violências intocáveis em nome da esfera privada de existência. Como dizem Barrett e Mc Intosh, o que acontece fora das famílias é afetado diretamente pela existência desta como instituição privilegiada. Qualquer outro aspecto da vida

relação ao modelo que supõe a série família patriarcal — família conjugal moderna foram plantadas por Mariza Corrêa em “Repensando a família patriarcal brasileira”, *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*, 1982, pp. 13-36.

²¹ Eunice R. Durham, “A família operária: consciência e ideologia” *Dados* (1980), pp. 201-213.

²⁰ Michèle Barrett e Mary Mc Intosh, *The anti-social family*, 1982, pp. 86-88. No contexto brasileiro, ao que eu sabia, as primeiras dúvidas com

social é planejado no pressuposto de que as pessoas vivem em família. Aqueles que ficam de fora pagam o preço do isolamento e da privação de vantagens.²²

A instituição do casamento e da família manteve-se intacta não obstante a crescente perda de significação da virgindade. Esta dissociação pareceria inviável no passado ainda recente em que a instituição familiar se assentava sobre a castidade das moças solteiras. Referido este ponto, na linha do argumento reproduzido acima, algumas indagações concretas: o conceito de honra vinculado à virgindade e ao casamento regular tinha sentido específico entre a classe trabalhadora da época analisada neste texto? O que significava nos meios pobres de São Paulo ter um comportamento não enquadrado nestes padrões?

Em primeiro lugar, convém lembrar que normas e instituições de um alcance tão profundo como as que estou descrevendo atravessaram horizontalmente, embora transformadas, sociedades muito diversas no curso da história; verticalmente, abrangeram os mais diferentes agrupamentos sociais. Anoto apenas esta obviedade relevante para relativizar as análises de foco estreito, as explicações demasiado apoiadas em cálculos racionais de conveniência.

Sob um ângulo pragmático, rente ao cotidiano, nas condições sociais da época ser casado, ter filhos legítimos permite alcançar ao menos em parte benefícios materiais ou ideais. Entre os benefícios, alguns correspondem não só à auto-estima como à estima das classes superiores. O tema da necessidade de moralizar a classe trabalhadora não é estranho às prédicas e práticas de industriais da época. Estabelece-se assim uma vinculação entre a obediência às regras de boa moral e a disciplina da fábrica.²³ Os processos penais deixam entrever pelo menos a possibilidade de que a "perda da honra" venha a representar riscos na esfera do trabalho. Vejam

²² Barrett e Mc Intosh, p. 77.

²³ Isto ocorreu sobretudo nas fábricas afastadas dos centros urbanos ou que forneciam habitação aos operários, permitindo o maior controle de sua vida privada. Vejam-se os exemplos da fábrica Maria Zélia, dirigida por Jorge Street, e da Votorantim em Sorocaba. Nesta, os gerentes impediam as uniões livres, obrigando os trabalhadores a casar-se sob pena de despedida. Cf. Warren Dean, *op. cit.*, p. 168; Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, 1977, p. 117.

este caso de 1913 onde proteção e violência se combinam na narrativa da dona de um *atelier* de costura. Uma de suas costureiras começou a namorar um rapaz que a esperava à saída do trabalho. Embora a moça se portasse com algum exagero, era de bom procedimento; por isso resolveu indagar do namorado quais as suas intenções. Infelizmente, apesar de seu interesse, as coisas se passaram bem ao contrário do que esperava. Diante da desonra da moça, achou melhor despedi-la, dando-lhe serviços para fazer em casa e comida. O paternalismo não tem aliás uma conotação necessariamente negativa, pois leva às vezes certos patrões a não despedir a empregada doméstica grávida que tende a inabilitar-se para o serviço. Em alguns casos, os patrões assumem a proteção de jovens órfãs seduzidas, aconselhando-as a queixar-se à polícia. Ai atestam suas boas qualidades e procuram legitimar a queixa. Um acusado justifica a confissão inicial, posteriormente desmentida, alegando ter sido coagido pelo delegado, sob influência do patrão da suposta vítima.

Há também indícios de que o homem não está isento de sanções no campo do trabalho quando acusado de defloração. No curso de um processo desta natureza, uma testemunha afirma que, por ter feito mal à namorada e recusar-se ao casamento, o réu foi despedido da São Paulo Railway, onde trabalhava como ferreiro (1912). Provavelmente, correu para o fato a circunstância de que o pai da vítima era velho empregado da empresa. Na Força Pública, inferiores são objeto de sindicância ou punição, ao serem acusados de delito. Em um caso de 1917, cujo desfecho é o casamento, um praça de 39 anos vai à polícia acusar o jovem colega Benedito Indalécio de ter deflorado sua filha. Conta que há tempos Indalécio vinha tentando abusar da menina. Chegou a pedir providências a seus superiores, os quais determinaram a prisão do colega por dois dias. No mesmo ano, depondo em um processo por crime de estupro, um capitão narra que a mãe da vítima fora queixar-se de que o guarda-cívico Rufino contratara casamento com sua filha, mas deixara de comparecer à cerimônia no dia marcado. Afirma ter ouvido a moça e seu subordinado. Como ambos negassem ter havido relação sexual concluiu pela desnecessidade de tomar outras medidas.

Os casos de quadros intermediários de fábrica — especialmente contramestres —, acusados de atentar contra a honra de operárias, têm traços específicos. Estes quadros

encontram-se em posição ambígua. De um lado, tendem a sentir atração sexual pelas moças, reforçada por seu poder de comando sobre elas; de outro, ceder aos impulsos equivale a romper os laços de lealdade para com os patrões, por serem responsáveis pela ordem da produção. De acordo com as circunstâncias, eles ora sofrem sanções, ora recebem o apoio de seus superiores. Uma fimbria das hierarquias internas do mundo fabril se desvela em um processo de 1912, em que Felice Anieli, casado, contramestre de uma grande empresa, é acusado de estuprar uma operária de 15 anos. O pai da menina vai à polícia e queixa-se também ao fiscal da fábrica. Este realiza um verdadeiro inquérito paralelo, ouvindo as partes e outros empregados. A imagem da menina Maria Mariucci corresponde à identidade social da mulher pobre: boa operária, discreta, recatada. Em contraste, a figura de Anieli tem traços bastante negativos — um homem que abandonou a mulher e filhos e vive apalmando as operárias. O fiscal conclui pela veracidade da acusação e disto resulta a demissão de Anieli.

Entretanto, Giovanni Miniati, contramestre da fábrica de louças Santa Catarina (1914), permanece no emprego em situação semelhante. Tem a seu favor o depoimento do pai de duas colegas da vítima e do gerente da empresa que foi contratá-lo na Itália, considerando-o excelente trabalhador responsável pela supervisão de mais de 100 mulheres, das quais nunca recebeu queixa anteriormente. Não obstante, Miniati acaba sendo condenado no processo judicial diante das acusações de gente da Lapa — vendedores, vizinhos — onde está instalada a fábrica e onde mora a vítima América Merlini. Não falta até mesmo a figura de um *voyeur*. Ele não gosta de olhar como tantos outros pelo buraco das fechaduras. Prefere perspectivas mais elevadas. Colega de Miniati, com quem mora, sobe ao telhado da casa e lá do alto assiste por uma fresta às cenas amorosas.

O destino das vítimas, nos estreitos limites em que pode ser desvendado, é um indicador das conseqüências da perda da virgindade. Observo, desde logo, a variabilidade das histórias. Os desfechos polares do bordel de um lado e do asilo de outro aparecem aqui e ali. Vários homens, após deflorar meninas desorientadas, vão depositá-las em um bordel, como lhes parece normal. Quem sabe esta fosse uma fonte aliás tentadora de renovação do estoque das casas suspeitas, embora

não isenta de riscos. A prudência leva a dona de um prostíbulo da rua Minas Gerais a conduzir uma moça de 19 anos à presença do dr. Virgílio Nascimento. Alega ter-se certificado de que não fora procurá-la para se iniciar espontaneamente, como lhe parecera a princípio. Fora sim encaminhada por um namorado que, após deflorá-la, lhe dissera ter agora a oportunidade de obter um bom emprego (1914). No pólo oposto, a seção especial para “moças desencaminhadas” do Asilo Bom Bastor no Ipiranga recolhe muitas vítimas, ao menos por algum tempo. O estrito controle das visitas estabelece aí uma barreira entre as internadas e a “degradação moral” do mundo exterior. Excepcionalmente, as duas situações chegam a ser vividas pela mesma pessoa. Lydia Thomas, 18 anos, é filha de um engenheiro de Curitiba que se entrega à bebida e espanca a família. Com a morte da mãe tudo piora, a ponto de o pai pretender substituir as duas filhas. As moças apela-m sem êxito ao juiz de órfãos e resolvem fugir para São Paulo, onde vivem por uns tempos na casa de um tio. Lydia emprega-se como pagem mas detesta o emprego. Angustiado, sai um dia à rua sem rumo, disposta a suicidar-se. Anda pela rua Senador Queiroz quando encontra um moço que a leva a uma casa onde mantêm relações sexuais. Madame Lola vislumbra uma boa oportunidade. Força a moça a permanecer no bordel, manda-a à polícia para ser fotografada como prostituta e a obriga a ir para a cama com vários homens. Em desespero, Lydia consegue telefonar à irmã mais nova, que denuncia o caso às autoridades. A mocinha tímida, vestida de preto, ar de alemã, como a descreve Madame Lola com seu olhar experiente, é afinal internada no asilo Bom Pastor, onde sua figura triste parece enquadrar-se melhor.

Se nestes casos o defloramento resulta em uma perda dramática e aparentemente irremediável, em outros a perda é superada, pelo menos no aspecto formal. Refiro-me ao casamento de ofendidas com terceiros, demonstração de que há homens dispostos a casar-se com “moças desonradas”. Não tenho elementos para medir a extensão desse comportamento, verificar as circunstâncias da sua ocorrência, para poder afirmar que representa um sintoma da obsolescência de um preceito social. Anoto apenas que no curso de seis processos se dá o casamento da vítima com terceiro. O número é pequeno. É preciso considerar porém o curto lapso de tempo da observação, limitada ao decorrer de um processo, referente

em regra e quando muito a um período de um ano após o defloramento.

Nem sempre a chamada perda da virgindade é vivida como uma perda, contornável ou não. A relação sexual da jovem solteira pode ser um instrumento na busca de transpor obstáculos familiares ao casamento, ou simplesmente de obter proteção e amparo. Quando os objetivos são alcançados, a perda se converte em êxito. Em 1908, José Valadão, 33 anos, casado, vai a uma delegacia do Brás queixar-se “na dupla qualidade de irmão e chefe de família, tendo em vista o abandono do lar por seu pai e a atitude de sua mãe”, do defloramento de que foi vítima sua irmã Conceição por parte de um homem casado, o dentista João Alves da Silva. Alega que a mãe aprovou o ocorrido, a ponto de sair de sua casa e ir viver com o dentista em companhia de sua irmã. Chamada à delegacia, Conceição se indigna. Manteve relações sexuais com João espontaneamente, “por simpatia e para acabar com uma vida de privações”. Apesar dos esforços dela e de sua mãe viviam em situação difícil, ela fazendo chinelos de encomenda para uma fábrica e a mãe se encarregando dos afazeres domésticos, pois não podiam se permitir ao luxo de ter criados. Agora, o sofrimento acabou. Já não faz chinelos, a mãe não se entrega a serviços pesados e têm criados que as servem. Aliás, João só não se casa com ela por ser casado: a esposa — pobre mulher — ficou louca e se encontra internada há muitos anos no Juqueri.

Em alguns processos, o desinteresse das ofendidas, apesar da iniciativa deste ou daquele parente, explica-se pela constituição de uniões irregulares a que elas tendem bem ou mal a se ajustar. É provável que este seja também o motivo para a ausência de queixa em muitas situações impossíveis de quantificar.

Apesar da variedade dos relatos, um padrão se desenha, a partir de uma constatação básica que não é demais repetir: o controle da sexualidade feminina através do casamento e da família atravessa todas as classes e categorias sociais, mas não tem o mesmo sentido nem é vivido da mesma forma por cada uma delas. No período que estou considerando, a virgindade das filhas, a honestidade da mulher atestada por um casamento “com papel” são atributos componentes da honra, um bem valorizado entre as classes trabalhadoras como componente de sua afirmação e como instrumento de sobrevivên-

cia. Embora se refira ao contexto da Inglaterra vitoriana, Steven Marcus tem observações que vêm muito a propósito do que estou dizendo. Não é hoje comum — diz ele — encarar valores como castidade, decoro, recato e mesmo o estrito pudor como valores morais positivos, mas é difícil acreditar que na situação das classes inferiores urbanas não operassem com uma força positiva. A disciplina e o autocontrole que o exercício de tais virtudes exigiam constituíam um passo gigantesco no sentido da humanização de uma classe de pessoas tradicionalmente vistas quase com uma outra espécie. De fato, toda a questão da “respeitabilidade” aparece sob uma nova luz quando considerada sob este ponto de vista.²⁴

Contudo, a obediência a estes preceitos não é um dado comum da vida corrente. Trata-se de um objetivo difícil de ser alcançado, por força das próprias condições de existência caracterizadas por privações e pela irregularidade do trabalho. A não realização do ideal representa um fracasso. A irregularidade das uniões, o “desencaminhamento” das meninas acaba por se converter em um elemento a mais constitutivo do que vem a ser um inferior social, como o falar errado, os maus modos, a cor escura da pele ou a falta de dentes.

²⁴ Marcus, p. 146.

Julgamento

Passo afinal para o outro lado da fronteira, para o terreno onde os “homens bons” julgam determinados comportamentos, tendo em vista as normas escritas do Código Penal e as normas mais amplas que se corporificam em identidades sociais.

No Estado de São Paulo, coube ao Tribunal do Júri julgar os processos relativos às três infrações penais analisadas até 1925, quando uma lei estabeleceu a competência dos juizes togados para julgar furtos e roubos, delitos sexuais e outros crimes. Esta é aliás a razão do corte cronológico do texto em 1924, preservando-se a homogeneidade dos julgamentos do ponto de vista institucional.

O júri foi criado no Brasil pouco antes da Independência, em junho de 1822, como extensão da lei portuguesa. Restringia-se a julgar delitos de imprensa. A Constituição outorgada por Pedro I em 1824 previa sua existência “nos casos e pelo modo que os Códigos determinarem”. Partindo deste enunciado, o Código de Processo Criminal do Império (1832) deu ao júri extensas atribuições, mais tarde restringidas e novamente ampliadas como reflexo das lutas entre liberais e conservadores. Assim, a Lei nº 562, de 2 de julho de 1850 (e o

Regulamento nº 707, de 9 de outubro), subtraiu de sua competência o julgamento dos crimes de moeda falsa, roubo, homicídio nos municípios da fronteira do Império, resistência e tirada de presos, e bancarrota. Esta competência foi restabelecida pela Lei nº 2033, de 20 de setembro de 1871.¹

A Constituição republicana de 1891 manteve a instituição, que passou a ser regulada pelas leis dos Estados, pois interpretativamente entendeu-se que estes tinham competência constitucional para legislar sobre normas de processo. Em São Paulo, a maioria dos delitos era julgada pelo júri. Constituíam as exceções mais relevantes os crimes políticos, as contravenções — objeto dos chamados processos policiais — e alguns crimes contra a fé pública (moeda falsa, contrabando, peculato, falsificação de selos), submetidos à jurisdição do Juiz Federal, a partir da Lei nº 515, de 3 de novembro de 1898. A tendência a limitar as atribuições do júri tomou forma nos anos vinte e se completou com a Lei nº 2062-A, de 17 de setembro de 1925, que estabeleceu a competência dos juizes de Direito para processar e julgar grande número de delitos, com ressalva dos homicídios dolosos e da tentativa de homicídio.²

No período imperial, a instituição do júri foi um dos temas relevantes da controvérsia política que, em grandes linhas, opôs liberais e conservadores. Os primeiros viram nela uma das formas de expressão do princípio da soberania popular e de restringir o poder da elite de magistrados. Os últimos raramente combateram o júri em si — “vaca sagrada” instituída a partir de conspícuos modelos europeus e americanos —, concentrando seu fogo em aspectos concretos: a incompetência dos jurados, a lentidão em ministrar justiça, a tendência a absolver, tudo conduzindo à impunidade de muitos criminosos. De fato, como Thomas Flory observou, as condições sociais do país levaram à constituição de corpos de jurados timoratos, com medo de condenar. O júri se tornou um

¹ José Frederico Marques, *A Instituição do Júri* (1963), pp. 15 e segs.

² Nos primeiros anos da década de vinte, a Lei nº 1859, de 30.12.21, atribuiu aos juizes de Direito competência para processar e julgar os crimes previstos na Lei federal nº 4294, de 6.7.21, versando sobre contraventores na venda de entorpecentes. Pela Lei nº 1958, de 29.12.23, passou para a alçada dos juizes de Direito o processo e julgamento dos delitos de injúria, calúnia e dos crimes de imprensa.

veículo inútil para a perseguição de rivais: servindo para a impunidade de todos, não servia a ninguém.³

No correr dos anos, a crítica conservadora às características da instituição se generalizou e acabou por se converter em um lugar-comum. O antigo poder da elite de magistrados se transferira para as elites econômicas. Estas, sobretudo nas áreas rurais, selecionavam e controlavam os membros do júri. A ineficiência não da instituição em si mas da sua adaptação ao complicado sistema burocrático-administrativo brasileiro se tornou óbvia. A crítica à impunidade de criminosos foi geralmente admitida. Não é sem interesse salientar que a lei limitadora dos poderes do júri no Estado de São Paulo nasceu de um projeto apresentado em 1923 por um famoso criminalista da época — Marrey Junior — cujos atriros com o PRP eram constantes. Marrey viria aliás a ingressar no Partido Democrático, de oposição, constituído poucos anos depois. Na defesa de seu projeto, aprovado sem resistências, salientava o caráter incompatível do júri com a natureza de crimes como o furto, o roubo, o estelionato, e o problema da impunidade. Sob o último aspecto, preocupava-o sobretudo uma modalidade recente de delito, cujo avanço fora objeto aliás — mais de dez anos antes — de uma campanha de imprensa: o crime de homicídio ou de ferimentos culposos, “freqüentíssimo na cidade”, praticado pelos motoristas de automóveis que se tornavam impunes após obter fiança.⁴ Como os acusados não eram presos, os julgamentos iam sendo protelados até serem atingidos pela prescrição.

Ao longo dos debates que se travaram desde os tempos do Império era freqüente uma ressalva ao bom desempenho do júri nas grandes cidades. Mas, nem mesmo aí a instituição esteve a salvo de inúmeras críticas. Na cidade de São Paulo, a imprensa aludiu por vezes à incoerência de critérios nos julgamentos, às pressões contra os jurados e mesmo à sua desone-

³ Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871*, 1981, p. 126. No livro de Flory, há uma longa discussão em torno do júri no período imperial.

⁴ *Anais da Câmara de Deputados do Estado de São Paulo. Ano de 1923*, p. 469. Entre os anos 1911 e 1913, o *Comércio de São Paulo* dedicou vários artigos aos desastres provocados por motoristas em excesso de velocidade, ao incêndio produzido pelas buzinas estridentes. Como se vê, estavam sendo riscados apenas os primeiros fósforos do grande inferno. Ver o *Comércio de São Paulo*, 13.4.11; 15.11.12; 30.11.12 e 1.1.13.

tidade. “JURADOS QUE SE VENDEM — ABSOLVIÇÃO ESCANDALOSA” é o título de um artigo do *Comércio de São Paulo*, onde se lembra a inacreditável absolvição de um barbeiro, responsável pela morte de sua jovem mulher a pretexto de ciúmes, após ter sido condenado em primeiro julgamento a 30 anos de prisão. Em decorrência de fortes acusações aos jurados, a polícia abriu um inquérito onde se apurou que um deles recebera 50 mil réis em paga do voto absolutório.⁵ Outras críticas referem-se à cabala desenfreada que se faz na sala de deliberação entre os jurados, a ponto de quase travarem às vezes luta corporal. Insiste-se também no papel predominante do juiz togado, muito além de sua competência, sugerindo decisões.⁶

Estas indicações não significam que a instituição do júri fosse objeto de uma contínua e cerrada crítica. Quis apenas ressaltar os aspectos mais contundentes desta, reveladores de práticas pouco conhecidas. Ao lado dos ataques, surgem aplausos à soberania do júri, à justiça de certos julgamentos quando, em casos apaixonantes, os jurados decidem de acordo com a linha dominante na opinião pública.

É de senso comum que, embora tenha o qualificativo de popular, o júri não inclui gente das classes populares. Pela legislação vigente no Estado de São Paulo após a proclamação da República, os jurados seriam escolhidos entre os cidadãos que estivessem qualificados eleitores, fossem de reconhecido bom senso e integridade e tivessem meios para suportar quaisquer encargos que o serviço do júri acarretar. Segundo o art. 70 § 1º da Constituição federal de 1891, podiam ser eleitores os maiores de 21 anos, ficando implicitamente excluídas as mulheres e explicitamente os mendigos, analfabetos, prações de pré e religiosos. A lei estadual afastou também do júri os criados de servir, os pronunciados por despacho irrevogável, os que tivessem assinado termo de bom viver e segurança enquanto subsistissem seus efeitos, os condenados por crime

⁵ O *Comércio de São Paulo*, 21.4.1906.

⁶ O *Combate*, 1.9.18. O jornal se refere a um juiz togado conhecido por suas “fitas de vaidade”, que antes das sessões insinua decisões, conversando com os jurados a respeito dos réus: este não tem importância alguma, aquele, sim, é um facinoroso perigoso, e assim por diante.

⁷ Lei nº 18, de 21.11.91 (art. 42); Decreto nº 123, de 10.11.92 (art. 39).

de furto, roubo, bancarrota, estelionato ou moeda falsa ainda que tivessem cumprido pena ou obtido perdão.⁸ Estabeleceu-se uma junta de alistamento de juizes de fato, presidida pelo juiz de Direito da última sessão, a quem cabia fixar a lista de jurados a serem sorteados para o ano corrente, a partir de elementos fornecidos por prefeitos, juizes de paz, delegados de polícia, coletores estaduais.⁹

É assim bastante claro o recrutamento seletivo dos membros do júri, sobretudo se considerarmos que o voto não era obrigatório e não se generalizara socialmente como nos dias de hoje. Isto não quer dizer que o corpo de jurados fosse constituído somente por figuras da elite paulistana. Nomes desta extração, profissionais liberais, servidores públicos aparecem entre seus principais componentes. De um modo geral, esta gente se norteava por valores da classe dominante, afirmação que significa ao mesmo tempo muito e quase nada. De um lado, importa em afirmar que pessoas das classes populares eram (como são) julgadas segundo valores e representações mentais pelo menos até certo ponto estranhos a elas; de outro, não implica a homogeneidade do júri, sobretudo nos processos onde se veiculam imagens conflitantes dos envolvidos, de acordo ou em contraste com as respectivas identidades sociais. Nesta situação, os jurados se dividem segundo concepções individuais ou emoções de momento como demonstram os julgamentos empatados — cuja decisão tradicionalmente absolutória fica a cargo do juiz togado — ou decididos por escassa maioria de votos.

Convém ainda lembrar que, à margem das diferenças de classe, estabelece-se uma distinção entre a condição leiga dos membros do júri, abertos a diretas influências sociais e emocionais, e os juizes togados para quem a lei aparece como um postulado básico norteador da decisão. Nem sempre porém a preferência pela “sensibilidade” em detrimento da “fria letra da lei” resulta na maior benevolência do julgador, como muitos adversários do sistema do júri pressupõem.

As críticas ao júri por resultar na impunidade dos criminosos consistiam em afirmar que grande número dos casos

⁸ Em um indício da crescente preocupação com a vadiagem, o Decreto n.º 1575, de 19.2.1908, excluiu do júri os que assinaram termo de tomar ocupação e os condenados por vadiagem.

⁹ Decretos n.ºs 123/82; 1575, de 19.2.1908; 3015, de 20.1.19.

não era julgado e quando esses casos chegavam a ir a julgamento tinham em regra um desfecho absolutório. Até que ponto esta última referência é verdadeira? Infelizmente, os dados oficiais que consegui reunir são escassos, dizendo respeito às infrações penais em bloco, sem discriminar sua natureza, o que torna ainda mais precária a observação. De qualquer forma, as informações da Tabela 46 contêm pelo menos um elemento importante. Tomados os números em seu conjunto, as condenações superam as absolvições.

TABELA 46
Desfecho dos processos submetidos ao tribunal do júri,
1887-1924

Anos	Número de réus	Absolvidos	Condenados
1887	29	24	5
1893	78	50	28
1897	135	87	48
1906	105	55	50
1907	90	52	38
1921	299	86	213
1922	323	153	170
1923	326	147	179
1924	152	79	73
Total	1 537 (100,0)	733 (47,7)	804 (52,3)

Fonte: RSJCP.

Isto se deve sobretudo aos anos mais recentes, indicando uma tendência ao maior rigor, a que não parece estranha a pressão das críticas contra a benevolência dos jurados. É bem verdade que os processos submetidos a julgamento não representavam a massa dos casos, passando por um funil seletivo até chegar a esta fase. Nem sempre porém eles dizem respeito a delitos de maior gravidade: vários casos não passam de pequenos roubos, furtos de médio vulto, ou ferimentos leves. A Tabela 47 traz algumas indicações a respeito.

A comparação entre a Capital do Estado e o Interior só é possível para os anos 1906-1907. Dentre destes limites, há indicações no sentido de comprovar a tese da maior tendência a absolver por parte dos jurados do Interior. Enquanto a por-

TABELA 47
Natureza dos processos julgados
pelo tribunal do júri, 1887-1907¹

<i>Processos</i>	<i>%</i>
Homicídios	33,8
Furtos e roubos ²	27,4
Sexuais	3,2
Ferimentos ³	25,7
Fraudes	6,0
Outros	3,9
Total	100,0 (435)

Fonte: ATJESP.

¹ Refere-se apenas aos anos 1887, 1893, 1897, 1906, 1907.

² Os furtos representam cerca de 30% deste item.

³ Ferimentos abrangem tentativas de homicídio. Os crimes de sangue correspondem a 59,5% do total.

centagem média de absolvições na Capital nos dois anos é de 55%, alcança no Interior cerca de 77%.

As informações da amostra são muito mais amplas, permitindo um extenso cruzamento do desfecho dos processos com outras variáveis. Do ponto de vista das taxas de absolvição/condenação, cabe uma ressalva. Como os processos que estavam arquivados no Tribunal de Justiça foram melhor conservados, é possível haver um viés para mais no número de condenações. Isto porque, sobretudo em anos mais remotos, os casos iam ao Tribunal principalmente por apelação dos advogados de defesa diante de uma sentença condenatória, enquanto muitos promotores deixavam de recorrer de decisões absolutórias.

Começo por uma quantificação global. A Tabela 48 mostra como pelo menos com relação aos delitos nela considerados o número de condenações supera o de absolvições. A porcentagem mais desfavorável para os réus diz respeito a furtos/roubos, ficando na situação oposta os homicídios, com igualdade de julgamentos em um ou outro sentido. Entretanto, considerados todos os desfechos possíveis de um processo, inclusive aqueles que foram arquivados antes de ser submetidos ao Tribunal do Júri por não reunir indícios acusatórios suficientes para ensejar a denúncia ou pronúncia (ver

TABELA 48
Desfecho dos processos¹, 1880-1924

<i>Desfecho</i>	<i>Homicídios (%)</i>	<i>Furtos/roubos (%)</i>	<i>Sexuais (%)</i>	<i>Total (%)</i>
Absolvição	45,5	22,6	14,9	26,4 (229)
Condenação	45,5	48,5	21,3	40,4 (350)
Arquivamento	9,0 ²	21,3	63,8 ³	33,2 (288)
Total	100,0 (224)	100,0 (408)	100,0 (235)	100,0 (867)

Fonte: ATJESP.

Obs.:

¹ Nos casos de julgamento pelo júri, trata-se do único ou último julgamento, não se considerando pois decisões em julgamentos anulados. Estão também excluídos os processos truncados ou de réus foragidos. Não foram incluídos dois processos em que o júri julgou os réus mentalmente irresponsáveis.

² O arquivamento resulta em regra do despacho de impronúncia pelo juiz togado. O caso não vai a júri por considerar o juiz a falta de requisitos mínimos, para a acusação, após a instrução por ele dirigida, inclusive quando se constata a "loucura" do acusado. Os arquivamentos abrangem também a hipótese de prescrição do delito.

³ Estão incluídos os casos de extinção de punibilidade pelo casamento em número de 23.

observação 2 da Tabela 48), verificamos serem os réus de crime sexual os que com maior frequência deixam de ser condenados (78,7%), vindo a seguir os réus de homicídio (54,5%) e de furto/roubo (51,5%). Aqui transparece a discriminação dos acusados por crime de furto ou roubo, tanto no plano pessoal como no plano abstrato das normas penais. Muitos indiciados são "delinquentes de carreira", à margem da cidadania, estigmatizados às vezes pela cor. Afora isto, trata-se de gente acusada da prática de um delito que atenta para um bem especialmente valorizado — a propriedade — seja no consenso social seja através da proteção que lhe é dispensada pelo Código Penal.

Ao criticar a tendência absolutória dos jurados, Marrey Junior, por exemplo, reconhecia que o júri tinha prevenção contra os réus de crime contra a propriedade, sobretudo contra presumíveis reincidentes. Narra a história de um seu cliente condenado antes por crime de roubo a 6 anos e 6 meses de prisão e a seguir condenado por furto a 3 anos, sem provas. Um médico — membro do júri — justificou-lhe pessoalmente

a pena aplicada, de forma incrível, dizendo que todo ladrão merecia 10 anos de cadeia e assim o réu estava ainda a dever 6 meses.¹⁰ Ressalvo porém que nem sempre o júri chegava a estes extremos. Assim, tendia a desclassificar delitos de roubo para furto, quando era pequeno o valor da coisa furtada, dada a desproporção da pena.

De fato, o Código Penal cominava pesadas penas para o crime de roubo — 2 a 8 anos — definido de forma bastante abrangente. As normas posteriores e a jurisprudência tornaram processualmente mais rigoroso o tratamento dos acusados por furto. Assim, uma lei federal modificou o artigo do Código que regulava a fiança para vedar a sua concessão nos crimes de furto de valor igual ou excedente a 200\$000. Em contraste, tinham a possibilidade de escapar à prisão através deste benefício os homicidas involuntários, em sua imensa maioria motoristas de automóveis, e os acusados de apropriação indébita — típico delito do colarinho branco — neste último caso segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.¹¹

Além disto, o enunciado dos crimes em exame e das justificativas previstas no Código Penal mostram como um acusado de furto ou roubo tem menores possibilidade de escusa. O próprio texto definidor dos delitos sexuais introduz um elemento subjetivo: a “honestidade da vítima”, o “emprego de sedução” por parte do réu. Nos homicídios, o conteúdo aparentemente incontornável da norma (“matar alguém”) é abrandado pelas justificativas da legítima defesa, da perturbação dos sentidos e da inteligência. Aos acusados por furto ou roubo resta em princípio a negativa do fato. Aliás, eles estão bem conscientes disto (Tabela 49).

Como explicar então a desproporcionalidade de arquivamentos entre as figuras do homicídio e de furtos/roubos? No primeiro caso, trata-se de um crime grave, embora muitas vezes considerado escusável. Daí o juiz togado preferir deixar à apreciação do júri as justificativas invocadas. O maior número de arquivamentos nos furtos/roubos expressa o fato de que

TABELA 49
Processos penais, 1880-1924
Justificativa dos indicados que negam a responsabilidade¹

<i>Justificativa</i>	<i>Homicídios (%)</i>	<i>Furtos/roubos (%)</i>	<i>Sexuais (%)</i>
Negativa	28,7	76,1	61,7
Legítima defesa	43,9	—	—
Perturbação	20,2	0,5	2,8
Embriaguez	4,5	3,2	2,8
Ignorância da origem criminoso da mercadoria ²	—	16,5	—
Não virgindade/espontaneidade das relações sexuais	—	—	32,7
Outras	2,7	3,7	—
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

¹ Trata-se da negativa em algum momento do processo, ainda que tenha havido confissão anterior.

² Alegação restrita aos receptadores.

acusações desta natureza são feitas muitas vezes sem qualquer consistência, servindo como um instrumento de disputa entre vizinhos, entre inimigos etc.

Cor, sexo e idade

Cor

A especificação do desfecho dos processos segundo a cor dos acusados mostra como a absolvição e o arquivamento, tomados em conjunto, constituem um desfecho minoritário quando se trata de negros ou mulatos e majoritário quando se trata de brancos (Tabela 50).

Certamente, o maior índice de condenações de pessoas de cor não é ocasional. Estamos diante do produto de um tratamento discriminatório, a partir de um *handicap* social amplo sobre o qual incide um conjunto de circunstâncias. Ou seja, não se trata apenas do preconceito genérico contra o preto; o que se tem diante dos olhos, cabisbaixo diante da imponência

¹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Ano de 1923*, p. 469.

¹¹ Trata-se da modificação do art. 406 do Código Penal de 1890 pela Lei federal n.º 628, de 24.10.99. A alusão à jurisprudência do STF é de Marrey Junior.

TABELA 50

Desfecho dos processos segundo a cor, 1880-1924

Desfecho	Cor	
	Branços (%)	Negros ou mulatos (%)
Absolvição	27,3	20,2
Condenação	36,4	57,4
Arquivamento	36,3	22,4
Total	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

da sala de sessões, é um ser inferior — preto e pobre —, acusado de um delito com relação ao qual há má vontade dos julgadores leigos ou togados, defendido apenas formalmente por um advogado de circunstância.

Sexo

Se a discriminação opera com relação aos acusados de cor, há indícios de alguma benignidade no desfecho dos casos envolvendo mulheres. Isto não no que diz respeito às decisões, praticamente idênticas (Tabela 51), mas ao *quantum* das penas.

TABELA 51

Desfecho dos processos segundo o sexo dos indiciados, 1880-1924

Desfecho	Homens (%)	Mulheres (%)
Absolvição	26,3	28,9
Condenação	40,7	37,8
Arquivamento	33,0	33,3
Total	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

A especificação segundo as figuras delituosas revela um importante papel do juiz togado no desfecho favorável às acusadas de delitos de furto ou roubo. Mostra também que as condenações são proporcionalmente em maior número nos furtos domésticos, embora as penas sejam em regra leves. Para isto concorre a interiorização da culpa por parte das empregadas domésticas (ou a eficácia das pressões contra elas), as quais com frequência reconhecem a prática dos crimes (Tabela 52).

TABELA 52

Desfecho dos processos — Mulheres — Natureza do delito, 1880-1924

Delitos	Absolvição	Condenação	Arquivamento
Homicídios ¹	11	5	2
Furtos/roubos ²	2 [1]	12 [6]	13 [2]

Fonte: ATJESP. Não há dados de 9 indiciadas.

¹ Abrange infanticídios, com duas condenações e uma absolvição.² Os números entre colchetes referem-se aos processos por furto doméstico.

Quanto às processadas por homicídio, convém ressaltar que as condenações são também bastante leves, resultando sempre de uma desclassificação do delito para uma figura penal cominando pena mais branda. Excluídos os infanticídios, as penas vão de 7 meses (desclassificação para ferimentos) a 2 anos de prisão (desclassificação para o art. 295 § 2º do Código Penal de 1890, ou seja, consideram os jurados que resultou morte “não porque o mal fosse mortal, e sim por ter o ofendido deixado de observar o regime médico hospitalar reclamado pelo seu estado”).

Das 4 mulheres julgadas pela prática de infanticídio, 2 são absolvidas e 2 condenadas. Lembro porém que uma das condenadas — à pena mínima de 3 anos, aplicável ao infanticídio quando o agressor for a mãe para “ocultar a própria desonra” — confessa o crime; a outra se encontra em uma situação excepcional por ser a criança produto de relações incestuosas com seu pai: a mãe sofre a pena mínima de 3 anos, enquanto o pai é punido severamente com a pena de 16 anos de prisão.

É nítido o contraste no tratamento dispensado pelo júri às mulheres que matam companheiros e na configuração oposta. Como veremos adiante, há uma propensão punitiva com relação aos homens. Quanto às mulheres, em número de 4, três são absolvidas e uma é condenada. A sentença condenatória resulta da mencionada desclassificação do crime para o art. 295 § 2º do Código Penal, provocando uma apelação *ex officio* do juiz não acolhida pelo Tribunal de Justiça, sob o fundamento de ter sido contrariada a prova dos autos. Segundo o juiz, a vítima logo se internara na Santa Casa e a autópsia nada indicava sobre descuido da vítima no seu tratamento.

Duas das absolvições explicam-se pelas circunstâncias do crime, pondo em relevo a inferioridade física das mulheres. Elas se encontram diante de homens violentos, espancadores, contra os quais reagem em legítima defesa. Mas há um processo com desfecho absolutório que foge ao padrão. Ao contrário das demais rés ou vítimas — todas muito pobres nestes casos —, a acusada é filha de um “capitalista”; a vítima, qualificada como comerciante, provém de uma família tradicional. Catarina Pereira Magalhães Bonecker, jovem viúva de 26 anos, mata a tiros em 1919 seu jovem companheiro João Bueno Aguiar, conhecido como Nhô-Nhô Aguiar, também viúvo. Catarina declara ter vivido com ele por cerca de três anos, embora as relações fossem ignoradas pelas respectivas famílias. Sempre insistiu em casar-se mas o companheiro se recusava. Uns oito ou dez dias antes do crime, após ter sofrido um aborto, seu pai descobriu tudo e expulsou-a de casa. Diante deste quadro, premeditou o crime: comprou um revólver, aceitando depois um convite de Aguiar para sair a passeio. Discutem na rua e quando Catarina ameaça matar o companheiro, ele lhe diz: “Então quer matar um Dom Juan”? Em resposta, a moça desfecha vários tiros no amante e um em seu próprio peito.

O júri absolve-a por unanimidade, com fundamento na justificativa da privação de sentidos e da inteligência. Para este desfecho contribuem os traços dominantes no processo da personalidade da ré e da vítima. Nhô-Nhô Aguiar é descrito como um sedutor, um “desregrado sexual”, acusado (real ou falsamente, não importa) de deflorar várias moças. A imagem negativa se confirma na cena do crime, pelo menos segundo a palavra da ré (“Então quer matar um Dom Juan?”).

O bom procedimento de Catarina vem abonado por testemunhas de valia, entre elas um promotor público. De qualquer forma, sua figura é contraditória. A honra que defende a tiros tem um alcance até certo ponto fluido, pois não é o apanágio do marido enganado ou a virtude da jovem seduzida. Mas esta moça rica, capaz de premeditar um crime, apresenta concomitantemente muitas características reveladoras da sua feminilidade: depende de figuras masculinas (o pai, o amante) e do círculo familiar; mostra-se apegada aos filhos do primeiro casamento, enviando cartas à polícia, à família, para que cuidem deles enquanto se encontrar ferida e presa.

O caso de Catarina Bonecker se aproxima de outros três homicídios em que mulheres chamam a si o atributo da honra, assumindo o papel de vingar uma ofensa, reservado a pais ou irmãos. As partes são de condição relativamente elevada, indício da dramaticidade da “perda da honra” nas famílias de classe média. Em dois dos processos, há um traço semelhante: o casamento da ré parece reviver máculas e humilhações que se tornam insuportáveis. Estas moças vingadoras fogem, sob certos aspectos, à identidade social corrente da mulher e se aproximam de um outro tipo feminino, com raízes em várias culturas além da nossa. No campo da honra afetiva, assumem ainda que contraditoriamente a figura da donzela guerreira, portadora de uma “bravura masculina”, baseada na noção da honra em combate.¹²

23 de fevereiro de 1909, terça-feira de Carnaval. O jovem advogado Artur Malheiros é morto a tiros e quase degolado a faca em um quarto do Hotel Bela Vista, no centro da cidade. São acusados do crime Albertina Barbosa, professora, 22 anos, e seu marido Elisário Bonilha, também professor. Albertina declara que conheceu a vítima como estudante, inquilino de sua mãe, há uns quatro anos. Tornaram-se namorados e mantiveram relações sexuais, quando ela era ainda menor. Deu à luz um filho que viria mais tarde a falecer. Malheiros negou-se sempre ao casamento, alegando ser pobre e recém-formado. (A mãe de Albertina diz que, não obstante esta afirmação, o advogado ofereceu-lhe 10 contos de réis para acabar com o caso.) Agora, após seu casamento com Elisá-

¹² Ver a respeito, ao referir-se aos diferentes tipos de mulher em Guimarães Rosa, Walnice Nogueira Galvão, *Gatos de outro saco*, 1981, pp. 39-51.

rio, este verificou que não era mais virgem e pensou em anulá-lo. Mas acabou aceitando a idéia dela, Albertina, de matar o ofensor, resolvendo auxiliá-la na prática do crime. Atraíram a vítima ao hotel a pretexto de contratar uma causa. Aí ela escondeu-se atrás de uma porta e recebeu Malheiros com vários tiros até descarregar o revólver. Afinal, em um gesto expressivo de ódio acumulado, retalhou o corpo da vítima com uma série de facadas. O marido teve em tudo um papel secundário, auxiliando-a na execução. Bonilha confirma a história. Ressalva apenas que no último momento arrependeu-se e tentou sem êxito segurar a mulher. Embora o casal estivesse casado há somente quatro dias, é improvável que as divergências entre marido e mulher, “por ela se apresentar desonrada ao tálamo conjugal”, fossem o detonador do crime. Ambos reconhecem ter estado juntos a passeio no Rio de Janeiro, semanas antes do casamento, “onde dormiram em um hotel, no mesmo quarto mas em camas separadas”. É tentadora a hipótese de que Albertina tenha vislumbado no marido um ponto de apoio para vingar-se de não poucas humilhações: a desonra, o abandono, a morte do filho sem amparo.

A polícia esquadrinha o comportamento de Albertina e de sua família, procurando salientar os aspectos considerados negativos. Esta tendência contrasta com a simpatia que a ré desperta em alguns órgãos da imprensa.¹³ O inquérito ressalta que a indiciada tornara-se amante de seu futuro marido e cúmplice, sendo sua mãe de moral duvidosa, pois estava separada do marido e tivera um filho cuja procedência não era clara. Lembro, de passagem, o esforço dos atingidos em negar a quebra dos padrões morais vigentes, apesar da inverossimilhança de suas alegações. Albertina nega a “vida irregular” antes do casamento; seu pai afirma não estar separado da mulher, residindo sozinho temporariamente em Limeira,

¹³ Quando, no curso de sucessivos julgamentos, Albertina foi condenada a 25 anos e 6 meses de prisão, *O Comércio de São Paulo* denunciou a influência no desfecho da “classe dos bachareis”. Ressaltou a figura da ré, “uma jovem mãe que matou seu sedutor, obrigando-a a ir de léu em léu, de fazenda em fazenda, em demanda de trabalho honesto que a salvasse do abismo da prostituição”. Afora isto, não poupou ataques aos jurados, verdadeiras feras que não hesitam em absolver autores de latrocínio e criminosos de toda espécie. *O Comércio de São Paulo*, 28.1 e 31.1.1910.

por razões de saúde. Reconhece a paternidade do filho, embora não consiga sequer lembrar-se de seu sexo.

Além disto, a polícia trata de retraçar a vida da acusada em diversas cidades do interior onde lecionara. O depoimento mais desfavorável a ela é de um homem que se intitula ex-representante comercial e delegado de polícia. Refere-se ao seu comportamento em várias cidades, em algumas das quais “se comportou corretamente”. Mas em Sales de Oliveira, quando já tinha relações com Bonilha, Albertina foi obrigada a sair do hotel onde se hospedava por suas atitudes inconvenientes. Alugou uma casa onde ela mesma cozinhas e recebia rapazes à noite, iniciando-os inclusive no uso de certos preservativos para evitar a gravidez. Um fazendeiro, em cuja fazenda lecionara, refere-se ao seu excelente comportamento e lembra de ter sido portador de cartas dirigidas a Malheiros. Estranha apenas que, em certa ocasião, sua senhora desconfiou de uma possível gravidez da moça e lhe perguntou discretamente se ela se sentia mal. Ela respondeu-lhe de forma desinibida: “Vai ver que estou grávida”.

A figura de Albertina gera imagens conflitantes, refletindo-se nos argumentos da acusação e defesa, assim como nas decisões sucessivas e contraditórias. Imagens que fogem à identidade social corrente da mulher: Albertina é independente, de moral duvidosa (entre outras coisas, não recorreu à polícia para forçar a vítima a casar-se com ela), fria e determinada (planejou a vingança), monstruosa mesmo, ao contrariar os instintos maternos (entregou o filho a seu sedutor, a conselho da mãe; este encarregou uma antiga pagem de cuidar da criança, a qual acabou por interná-la doente na Santa Casa, onde morreu). Imagens que se ajustam à identidade feminina: Albertina é a pobre vítima de um sedutor, moça de bom procedimento (declarações por escrito de um punhado de autoridades do interior — coletores, fazendeiros, inspetores escolares, um delegado de polícia), disposta a levar a defesa da honra ao extremo de suprimir seu ofensor. Como negar instintos maternos a quem se apresenta grávida do marido por ocasião do primeiro julgamento e com o filho ao colo, nos seguitos?¹⁴

¹⁴ No segundo julgamento, já em plena madrugada, a criança pôe-se a choramingar no colo da mãe, sendo entregue à preta Sabina, encarregada de tratá-la. *O Comércio de São Paulo*, 27.1.1910.

Nos sucessivos julgamentos, aparece não só a divisão entre os jurados como o choque das propensões entre juízes togados e juízes de fato. O juiz togado não se conforma com a primeira decisão absolutória, resultante de um empate (6 × 6) entre os jurados. Recorre *ex-officio* ao Tribunal de Justiça, alegando que a decisão (reconhecimento da justificativa de privação dos sentidos e da inteligência) contrariava a prova dos autos.¹⁵ O júri deixara-se impressionar pela figura de uma mulher grávida, esquecido de que ela abandonara seu primeiro filho. O sentimentalismo brasileiro desprezara a realidade da prova, pondo em risco a coletividade. O Tribunal anula o julgamento e a ré vai o novo júri, onde é condenada a 25 anos e 6 meses de prisão. Mais uma vez aparece o dedo incriminatório do julgador togado, neste caso ao fixar a pena. Na consideração das circunstâncias agravantes e atenuantes, decide que as primeiras devem prevalecer, com base no art. 38 §1º do Código Penal, ou seja, por “preponderar a perversidade do alarme causado pelo crime ou por ser o criminoso avesado a praticar más ações ou desregrado de costumes”. Mas o vulto da pena permite à ré protestar por um novo júri, onde é absolvida. Há nova apelação, com fundamento na ocorrência de defeitos formais, mais uma vez acolhida pelo Tribunal de Justiça. A história termina aqui, pois do processo não constam dados sobre novo julgamento de Albertina assim como sobre o desfecho do caso com relação a seu marido.

O melodrama em que aparece como protagonista Maria Cardamone, de 19 anos, tem linhas mais enxutas. Segundo sua narrativa, Maria nasceu em Pinhal, numa fazenda onde seu pai trabalhava como administrador. Ai lhe deram um professor de primeiras letras — Rafael Gati — que acabou por deflorá-la quando tinha 11 anos. Casou-se há 15 meses, com um amigo de seu sedutor, mas não é feliz no casamento, pois o marido, percebendo que viera já deflorada ao leito nupcial, espanca-a constantemente. Em um dia de agosto de 1905, Rafael vai de visita à sua casa e se põe a beber vinho destraidamente com seu marido. Ela entra na sala e acerta-lhe três punhaladas. Como Albertina Barbosa, Maria Cardamone imprime todo o seu ressentimento na ação criminosa: as

¹⁵ A Lei n.º 1849, de 29.12.21, excluiu a possibilidade de recurso *ex-officio* das decisões do júri, por parte do juiz togado.

três punhaladas são desferidas com tanto ímpeto que produzem 15 ferimentos.

Ao longo do processo, tecem-se imagens contraditórias em torno da figura da vítima. Várias testemunhas italianas, seus conterrâneos, provenientes todos de uma aldeia da península, pintam-no com as piores cores. Conquistador de mulheres (chega-se a apontar os nomes das seduzidas), cometeu peculado quando funcionário do Correio e por isso fugiu para o Brasil. Um ex-delegado de polícia, muito chegado à família da ré, afirma ser entretanto suficientemente isento para atestar que Gati se envolvia em Pinhal em alguns casos onde se revelara um “desrespeitador das famílias”. Por outro lado, quase 200 membros da “Sociedade Dante Aleghieri”, de Pinhal, assinam um documento “em resposta às falsas versões do crime veiculadas por alguns jornais e às manobras da acusação visando a atrair para si a simpatia pública”. A vítima — morador há vários anos na cidade — surge aí como pessoa honestíssima, professor contratado pela entidade, incapaz da prática de atos imorais. Maria consegue livrar-se da prisão preventiva até a pronúncia, por ter um filho pequeno para amamentar. Julgada pelo júri duas vezes — o primeiro julgamento é anulado pelo Tribunal de Justiça — alcança a absolvição em ambos, com fundamento na justificativa de privação de sentidos e da inteligência.

Um longo lapso de tempo separa nestas narrativas o momento da ofensa e a supressão do ofensor. Ao contrário, Maria Notari age em uma sequência temporal relativamente curta, após o fracasso de uma saída legal para sua desonra. Filha de um construtor de casas, conhece Artur Clemente de Souza, em meados de 1913. Namoro, seguidas relações sexuais, gravidez, tentativa de aborto infrutífera. Artur abandona Maria, que conta a história a seus pais. A partir da queixa apresentada em janeiro de 1915, a polícia realiza um detalhado inquérito concluído em menos de um mês onde fica demonstrado que Maria Notari era maior na época do deflora-mento; mais ainda, seus pais haviam ocultado sua verdadeira idade, alegando ser a filha menor e não possuir registro de nascimento. Diante disto, o promotor pede o arquivamento do processo. Três dias após o arquivamento, a 1.º de fevereiro de 1915, Maria pega um revólver do pai e espera a passagem do antigo namorado na rua dos Timbiras. Mais uma vez repelida, após uma breve discussão, mata Artur com três tiros nas

costas. A decisão absolutória unânime dos 12 jurados, a ausência de recurso por parte da Promotoria convidam a pensar. O júri absolve uma mulher que tecnicamente não fora vítima do crime de defloração e cuja família usara de expedientes falsos para incriminar o morto. Sua atitude poderia ser ainda encarada como uma rebeldia sangrenta conta uma decisão judicial. Aparentemente, as circunstâncias do crime também não a ajudavam: aguardara a vítima na rua e lhe desfechava tiros pelas costas. Estes elementos não impressionam entretanto os jurados. As relações entre a ré e a vítima, o abandono desta, sua condição de “moça recatada, estudante de piano”, o aborto, o processo inútil geram uma situação capaz de privar uma mulher dos sentidos e da inteligência. A possível premeditação é na realidade uma prova de desespero; a aparente atitude traiçoeira, a maneira possível de agir de uma mulher, no confronto com um homem. A manobra da família parece compreensível, pois a honra tem um limite de idade nos códigos escritos mas não no consenso social.

Deixando-se de lado as condições específicas de cada um dos três casos, desenha-se uma tendência comum no desfecho que, se não indica um tratamento igual dos réus independentemente do sexo, introduz um matiz neste terreno: a “defesa da honra” é uma justificativa com elevado poder de sensibilidade, sejam os acusados homens ou mulheres.

Idade

O discurso sobre a proteção à infância abandonada estaria refletido em um comportamento mais benigno dos julgadores com relação aos adolescentes? Sem considerar aqui o *quantum* das penas, os indícios não vão neste sentido. (Tabelas 53 e 54)

No conjunto, 47% dos menores indiciados são condenados, enquanto os maiores condenados representam 38,2%. Nos delitos de furto e roubo — onde os menores estão em grande medida concentrados — constata-se a maior propensão a condená-los ou a não arquivar processos. Quanto aos crimes sexuais, o júri tende mais à absolvição mas, considerando-se também os arquivamentos, um indiciado maior tem possibilidades ligeiramente superiores de escapar da condenação. O tratamento favorável restringe-se aos me-

TABELA 53

Desfecho dos processos segundo a idade e tipo de delito —
Menores de 21 anos, 1880-1924

Desfecho	Homicídio	Furtos/roubos (%)	Sexuais (%)	Total (%)
Absolvição	(13)	18,1	24,6	23,5 (50)
Condenação	(15)	56,7	22,8	47,0 (100)
Arquivamento	(1)	25,2	52,6	29,5 (63)
Total	(29)	100,0 (127)	100,0 (57)	100,0 (213)

Fonte: ATJESP.

Obs.: Faltam dados de 26 indiciados.

TABELA 54

Desfecho dos processos segundo a idade e tipo de delito —
Maiores de 21 anos, 1880-1924

Desfecho	Homicídio (%)	Furtos/roubos (%)	Sexuais (%)	Total (%)
Absolvição	45,6	24,6	11,8	27,4 (179)
Condenação	44,5	44,8	20,8	38,2 (250)
Arquivamento	9,7	30,6	67,4	34,4 (225)
Total	100,0 (195)	100,0 (281)	100,0 (178)	100,0 (654)

Fonte: ATJESP.

Obs.: Faltam dados de 136 indiciados.

nores de 14 anos: dentre 10 deles, 1 é absolvido e 8 não são pronunciados, por reconhecer o juiz serem incapazes de entender o caráter criminoso do ato. Trata-se neste caso de crianças acusadas de furto.

As indicações vão pois no sentido de que a retórica sobre a infância desvalida não se traduz em uma compreensão social quando à imagem do menor inerme se sobrepõe a do delinqüente, embora responsável por delitos pouco expressivos.

A intensidade da pena

As observações gerais acerca da propensão a condenar devem ser em parte qualificadas pelo alcance das penas (Tabela 55).

TABELA 55
Quantidade da pena, 1880-1924

<i>Penas</i>	<i>Homicídios</i>	<i>Furtos/roubos*</i>	<i>Sexuais</i>
— de 6 meses	—	47	—
6 a 11 meses	—	25	1
1 a 2 anos	5	66	25
3 a 5 anos	9	50	17
6 a 9 anos	29	20	7
10 a 14 anos	25	—	—
Mais de 15 anos	34	1	—

Fonte: ATJESP.

* O número total de 361 condenações é maior do que o constante da Tabela 48 porque estão incluídas aqui 11 condenações pelo juiz singular, referentes a processos iniciados antes da Lei nº 2.062-A, de 1925, e julgados após a sua vigência.

As sentenças condenatórias por homicídio concentram as penas mais elevadas, ficando em situação oposta os furtos e roubos, tomados aqui englobadamente. De um lado, isto indica a propensão dos jurados a condenar a penas brandas réus acusados de furto de valor reduzido. Na vigência do Código Penal de 1890, a pena cominada para os furtos de competência do Tribunal do Júri (valor igual ou excedente a 200\$000) ia de 6 meses a 3 anos. O grande número de condenações inferiores a 6 meses se deve ao fato de que em muitos furtos o júri desclassificava o delito para furto de valor inferior, por ocasião do julgamento. De outro lado porém, lembro que os Códigos penais impõem uma gradação das penas para os diferentes crimes, à qual só é possível fugir em parte; isto, pela possibilidade de flexibilização da pena para cima ou para baixo através do jogo das circunstâncias agravantes e atenuantes.¹⁶

¹⁶ O Código Penal de 1890 cogitava para o homicídio qualificado — isto é, o perpetrado com o concurso de determinadas circunstâncias agravantes —,

Homicídios

A defesa da honra

A especificação do julgamento de processos por homicídio, cujo tema é a defesa da honra, abrange duas situações básicas: a do chefe de família que restaura sua honra violada pela mulher suspeita de infidelidade, suprimindo a mulher ou seu suposto amante; a do membro masculino da família (pai ou irmão) que repõe a honra do grupo, ao eliminar eventuais sedutores de filhas ou irmãs. Em qualquer das hipóteses, a principal justificativa dos acusados é a “privação dos sentidos e da inteligência” cuja desapareição no Código Penal de 1940 levou os defensores dos réus a construir a conhecida figura da “legítima defesa da honra”.

É de senso comum acreditar na tendência do júri a absolver maridos que matam as mulheres os seus presumíveis amantes sob a alegação de adultério. Na amostra, combinado ou não com outros, o tema aparece em 17 processos; em 14 deles a vítima é mulher e em 3 o suposto amante. Há 9 absolvições, 5 condenações, 1 arquivamento por ser o indiciado penalmente irresponsável, e 1 caso sem informações. Apesar de os casos serem poucos, os números indicam a maior possibilidade de estes acusados safar-se do processo do que os réus de homicídios em geral. Examinadas as situações mais de perto, reforça-se a presunção do senso comum. Quando as alegações de adultério são bastante verossímeis, os réus são invariavelmente absolvidos, como ocorre com os três homens responsabilizados pela morte do amante da mulher. Mais ainda, há desfechos absolutórios em casos em que o adultério é bem duvidoso. Para ficar apenas em um exemplo extremo lembro um homicídio ocorrido em 1924, tendo como figurantes um jovem casal pobre, ele alfaiate, de 21 anos; ela operária, de 20 anos. O réu é descrito por testemunhas como trabalhador irregular, a ponto de caber praticamente a sua mulher

penas entre 12 e 30 anos de prisão; o homicídio simples — não agravado com tais circunstâncias — era punido com penas entre 6 e 24 anos. As penas do crime de furto iam de 1 mês a 3 anos e as do roubo, de 2 a 8 anos de prisão. Para os diferentes delitos sexuais previam-se penas que iam de 1 a 6 anos de prisão. Na Tabela 55, as penas que não se enquadraram nestes limites resultam de desclassificação ou de circunstâncias específicas como o concurso de delitos.

o sustento da casa. Em suas declarações, justifica-se apenas com a afirmação de “ter ficado em dúvida sobre o comportamento da mulher porque sua irmã contou-lhe que, durante um período de separação, ela fora a um baile de fim de ano, de tipo carnavalesco”. Nos cinco casos onde há condenação, a alegação de adultério é muito vaga; em um deles, chega a ser premeditada através do envio de uma “carta suspeita” à mulher, pelo próprio marido. Os réus condenados distanciam-se da identidade social masculina, sendo descritos como espancadores, bêbados, avessos ao trabalho.¹⁷

Em resumo, as alegações de adultério claramente fantasiosas ou frágeis são em regra insuficientes para lograr um desfecho absolutório; isto não contradiz porém a ampla compreensão social para com os matadores de mulheres infiéis ou seus amantes.

De qualquer forma, ao lidar com a situação acima indicada, fui levado a introduzir algumas ressalvas. Estas praticamente desaparecem quando se trata de pais ou irmãos que “lavam” a honra familiar, suprimindo quase sempre o suposto deflorador da filha ou irmã e, em um caso, o assassino de um membro da família. Dentre os 3 pais acusados, 2 são absolvidos e 1 é impronunciado; dentre os 7 irmãos, 5 são absolvidos, 1 é condenado e 1 não é julgado, por estar foragido. A condenação é bastante atípica, nela se refletindo injunções políticas ligadas à Revolução de 1924. Trata-se de um caso em que a irmã do réu Luís Pascoal começa a namorar um homem casado, seu tutor. Alarmado, Luís vai queixar-se ao juiz de órfãos, que lhe aconselha levar a jovem à polícia. Aí sofre uma decepção. Nas suas palavras, após um exame genital, responderam-lhe estranhamente “que a moça estava intacta”. Mas a irmã se amasia com o tutor, de quem aliás tem um filho. A revolução tenentista apanha o drama quotidiano. Luís Pascoal adere aos revolucionários e obtém armas para ajudar a manter a ordem em Santo Amaro, onde vivem todos os personagens da história. Em contraste, o tutor da irmã — O dr. Francisco — é considerado um “legalista ver-

melho”, como se costumava dizer na época (“vermelho” era ainda sinônimo de exaltado, fosse defensor da ordem ou da revolução).

Numa noite escura de julho de 1924, quando se dirigia a sua casa em companhia da mulher legítima e de dois amigos, o dr. Francisco é morto a tiros e golpes de sabre. O processo se inicia com os revolucionários no poder em São Paulo. Depõem na polícia os dois amigos da vítima, dizendo nada poder afirmar quanto à autoria do crime, pois, ao ouvir um estampido, fugiram do local. Luís nega a acusação. Mas os revolucionários se retiram da cidade e o quadro se inverte. As mesmas testemunhas voltam a depor, apontando o réu como autor do crime. Nada haviam dito antes porque se sentiam aterrorizados pelos revolucionários e pelas ameaças feitas pelo acusado, que se julgava impune. A própria irmã de Luís Pascoal, “passada a tormenta revolucionária e diante da morte de seu filhinho”, vem fazer carga contra ele, falando da sua confissão diante dela própria e da mãe comum. Um inquérito que parecia não se encaminhar a parte alguma converte-se em forte peça acusatória. No relatório, o delegado acusa o réu de premeditar o crime, valendo-se dos poderes a ele conferidos pelos revoltosos; seu advogado — o célebre dr. Antonio Covello — denuncia “pressões de pessoas influentes, interessadas em condenar seu constituinte”. Afinal — caso único no grupo de pais ou irmãos acusados de lavar em sangue a honra familiar — Luís Pascoal é condenado pelo júri, sofrendo a pena de 12 anos de prisão.

Todas as absolvições apóiam-se na justificativa da privação de sentidos, embora os eventos tenham um ritmo bastante variável. De um lado, situações em que o ressentimento se decanta no curso de uma sequência de fatos espaçados ao longo do tempo; de outro, cenas explosivas como a que acontece à saída de uma delegacia de polícia, no ano de 1921, onde se encontram as famílias de uma empregada doméstica de origem italiana e de um industrial sírio, acusado de deflorar a moça. Como diz uma das testemunhas, apesar das diferenças de raça e fortuna, as relações entre ambos não tinham sido episódicas, pois ocorrera um namoro cercado de expectativa de casamento. A discussão familiar mediada pela autoridade policial dá em nada. À saída, cenas patéticas: a irmã da jovem atira-se aos pés do sedutor, exclamando “Como o senhor não repara o mal que fez”? Mais direto, seu irmão exige

¹⁷ Mariza Corrêa em *Os crimes da paixão*, p. 50, assinala com muito discernimento que nem sempre os assassinos passionais gozavam de absoluta aprovação social. Sugiro que maridos cujos padrões de conduta fugiam sem ambigüidade à identidade social masculina — variável segundo a condição de classe — expunham-se certamente à execração do público ou de uma parte deste.

uma resposta: “Então, casa ou não casa?” Ao ouvir a negativa, restaura com três tiros a honra da família.

No caso referente à eliminação de um suposto assassino, o desfecho absolutório envolve indiretamente uma prévia decisão do Tribunal do Júri. Maio de 1895. Na rua Conselheiro Crispiniano, um comerciante italiano é agredido a faca e ferido mortalmente, em uma cena obscura e sem testemunhas. A vítima chega porém a prestar declarações. Acusa uma família de patricios — os Cômodo, pai e dois filhos — que o consideravam autor da morte de um filho/irmão. Assim agindo, os Cômodo pretendiam “fazer justiça com as próprias mãos” pois o comerciante fora absolvido há um ano pelo júri. A acusação se reforça com os depoimentos de testemunhas, afirmando saber que a família preparava a vingança. Excepcionalmente, o desfecho absolutório neste caso não passa, ao menos de forma explícita, pela avaliação de comportamentos. Dada a ausência de testemunhas presenciais, o júri decide absolver todos os réus, por negativa da autoria.

Os amantes

O julgamento de homens que matam as amantes, em confronto com o dos que matam suas mulheres, confirma a percepção de serem eles vistos como um grupo específico, separado por seus atributos negativos dos casados regularmente (Tabela 56).

TABELA 56

Julgamentos — Réus: maridos e amantes, 1880-1924

Réus	Absolvição	Condenação	Inimputável pelo júri	Arquivado
Maridos	6	6	2	1
Amantes	1	8	—	—

Fonte: ATJESP.

A irresponsabilidade penal por loucura é reconhecida em três processos envolvendo maridos e nunca quando se trata de amantes. A diferença parece ser social, pois estes são em regra

gente mais pobre, mal defendida, cujos advogados não se dão ao trabalho de invocar a irresponsabilidade de seus clientes.

Há alegação de infidelidade em 6 dos 9 processos em que amantes são acusados de matar as companheiras. Nestes 6 casos, as condenações chegam a 5. A tese da privação de sentidos e da inteligência perde eficácia quando se trata de homens amasiados, geralmente muito pobres, cujas mulheres são de reputação duvidosa (uma delas é prostituta), gente afinal de contas “sem honra a preservar”.¹⁸ O único processo com desfecho absolutório (1905) é excepcional por mais de uma razão. O soldado negro Januário Antonio de Oliveira vivera por dois anos com a italiana Concetta. Segundo ele, separou-se porque a mulher gastava seu soldo no jogo do bicho. Alugou porém um quarto nas imediações e como verificasse que ela se amasiara com um carroceiro italiano foi tomar satisfações. Tratado com indiferença, sentiu-se muito perturbado e acabou matando Concetta a punhaladas. As testemunhas não favorecem o réu. Um filho de Concetta (10 anos) declara que Januário costumava espancar a mãe e, antes de matá-la, arrombara a pancadas a porta da frente da casa. A fúria parece ter favorecido o acusado, absolvido por privação de sentidos e da inteligência.

Namorados

A tendência a absolver maridos de mulheres tidas como adúlteras não parece corresponder à compreensão pelo criminoso passional, entendida a paixão no sentido de incontrolável sentimento afetivo. Ao absolver estes maridos, os membros do júri apegam-se a um valor menos romântico e mais conservador, — a defesa da honra familiar, que recobre o controle da sexualidade feminina.

Um indício desta distinção se encontra no comportamento do júri ao julgar os jovens matadores das namoradas. Dentre os 7 casos levados a julgamento, há 6 condenações e apenas 1 absolvição. A tese da privação de sentidos, argüida em quase todos os processos, não reveste a figura da defesa

¹⁸ Mariza Correa, em *Os crimes da paixão*, p. 26, refere-se a recentes decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo, aceitando o uso do argumento da legítima defesa da honra em favor de concubino que mata a companheira.

da honra, mas corresponde à loucura temporária motivada por um estado passional. Como vimos antes, os acusados procuram reforçar a tese, aludindo ao seu estado de semi ou total inconsciência no momento de praticar o crime. Do ângulo das possibilidades de defesa, o dispositivo do Código justificador da "privação dos sentidos e da inteligência" tende a ser utilizado de forma diversa. No caso dos maridos que defendem "a honra ultrajada", a privação não é um estado mórbido mas a condição passageira de um ser racional; no dos namorados, a justificativa assume a forma de uma anormalidade — a loucura — capaz de levar, senão à absolvição, ao reconhecimento da irresponsabilidade penal dos réus. Entretanto, nos estritos limites das informações de que dispõem, o júri não demonstra entusiasmo por este canal de defesa. Nos dois processos onde há exame médico a pedido do defensor, os réus são condenados. Em um deles, o laudo é negativo; no outro, o júri vai a ponto de contrariar o parecer técnico considerando o acusado irresponsável por ser epilético, "portador pois de uma forma de anormalidade do espírito".

Os réus menores são em regra condenados, mas o tratamento dado a eles é mais benigno. As duas condenações a penas mais pesadas — 25 anos e 6 meses, e 30 anos de prisão — correspondem aos dois acusados maiores. Não se trata apenas do fato de que a menoridade constitui circunstância atenuante, contribuindo para reduzir a pena. Os menores são condenados sempre por homicídio simples (cujas penas oscilam entre 6 e 24 anos) e os maiores por homicídio qualificado (penas entre 12 e 30 anos). A única absolvição não parece decorrer de nenhuma característica intrínseca ao caso, semelhante na sua brutalidade aos demais. Talvez se possa ligá-la ao fato de que o acusado contou com um defensor extremamente hábil — Marrey Júnior — que anos antes funcionara aliás como assistente de acusação do réu condenado à pena máxima de 30 anos de prisão.

Outras situações

O balanço do julgamento dos homicídios ocorridos no curso de brigas com um conteúdo explícito de discriminação racial ou rivalidade nacional, pende para as condenações. É

porém de se ressaltar o alcance limitado das penas, muitas vezes claramente benignas dadas as circunstâncias específicas dos processos, com uma única possível exceção. Trata-se de um caso em que um homem branco matou um preto, sendo condenado à pena máxima de 30 anos de prisão. O réu protestou por novo júri, recurso permitido pelo vulto da pena, não constando do processo dados sobre novo julgamento.

As decisões, ressalvado o pequeno número de processos, não sugerem uma especial discriminação contra gente de cor, revelada em tantas outras situações. Dentre os 4 brancos matadores de pessoas de cor, 3 são condenados e 1 é absolvido; nas 2 situações inversas há condenação. O caso mais curioso, por suas peripécias, é o do nosso conhecido Jerônimo do Espírito Santo, o mulato gaúcho vendedor de ervas e peles de cobra, responsável pela morte de um comerciante italiano. Absolvido em um primeiro julgamento, vai a novo júri por considerar o Tribunal do Júri que a decisão contrariaria a prova dos autos. Condenado a 6 anos de prisão, novamente é submetido a julgamento porque o Tribunal anula a sentença por vício formal. Em terceiro julgamento, sofre a pena de 10 anos e 6 meses de prisão — um crescendo inusitado quando ocorrem julgamentos sucessivos ao longo do tempo. Afinal, em grau de recurso, o Tribunal de Justiça decide que a pena não foi bem aplicada em vista das respostas dadas aos quesitos pelos membros do júri, reduzindo-a ao grau mínimo de 6 anos.

O júri não toma partido a favor de vagos defensores da honra nacional, nem acredita que razões patrióticas — as ofensas ao rei da Espanha, por exemplo — possam justificar a privação de sentidos. Quanto à ausência pelo menos aparente de discriminação racial, poderia ser explicada pela visível desproporcionalidade entre a insignificância dos atritos e a agressão fatal: a discriminação pois também discrimina, ou seja, em determinadas circunstâncias não é tão cega.

Por último, uma referência ao julgamento de presumíveis delinquentes que matam policiais, em regra no curso de uma tentativa de prisão. Todos os acusados alegam que estavam sendo injustamente coagidos, inclusive pela violência e reagiram em legítima defesa. O simples enunciado da situação sugere nítidas inclinações condenatórias. Não é bem isto o que acontece. As condenações superam por escassa margem as absolvições (3 a 2) e todas elas dizem respeito a réus com

passagens pela polícia. Dos 3 condenados, 2 chegaram a ser absolvidos pelo Tribunal de Justiça em primeiro julgamento.

Ressalvado mais uma vez o número muito pequeno de casos, os jurados não revelam grande compreensão para com os policiais mortos — todos eles agentes inferiores — quando os homicidas são primários. Em um dos casos de absolvição, o próprio delegado de polícia, superior hierárquico do morto, censura-o por ter agido por conta própria. A cena ocorre na Lapa, em 1918, na sequência de uma violenta disputa entre dois pequenos comerciantes italianos, com emprego até mesmo de bombas de dinamite. A vítima chefia uma “expedição” a um cortiço onde mora um dos contendores — Pedro Timpanari — acusado de vender ao desafeto vinho falsificado. Ao tentar derrubar a porta do quarto de Timpanari, o policial é morto a tiros.

Furtos e roubos

Vimos como o percentual de condenação dos réus responsabilizados por furto ou roubo é comparativamente mais elevado. Como se situam certos grupos de indiciados, dada a sua condição ou a especificidade do delito, quando em confronto com o percentual global?

No que diz respeito ao furto doméstico, confirmam-se as inclinações condenatórias já sugeridas ao lidar com as mulheres: há 15 condenações, 2 absolvições e 1 arquivamento. O mesmo ocorre com os “recém-chegados”, embora em proporções menores: 28 condenações, 9 absolvições e 3 arquivamentos. As penas são geralmente pesadas — há 16 condenações acima de 3 anos — indicio de tratamento discriminatório e/ou consequência do fato de que a pronúncia por roubo é mais freqüente entre os “recém-chegados”.

A tendência oposta (percentual mais baixo do que a média) se verifica, pela ordem, entre os acusados de “punga”, os passadores dos diferentes “contos”, os receptadores. Dentre os primeiros, 7 são condenados, 2 absolvidos e 4 obtêm o arquivamento do processo. Os arquivamentos explicam-se pela dificuldade de se fazer a prova da infração. Raros são os batedores de carteira cujo fracasso na ação chega a ponto de permitir uma prisão em flagrante com o produto do furto. Quanto aos “contistas”, 2 são condenados e em 5 situações o

processo é arquivado. Acentua-se aqui a tendência ao arquivamento. Este desfecho se deve principalmente ao fato de que as próprias vítimas são “malandros frustrados” cujas declarações elípticas, confusas, acabam contribuindo para lançar dúvidas sobre a autoria ou a veracidade da acusação.

Os receptadores constituem um grupo à parte. O alto percentual condenatório global dos acusados de furto ou roubo não lhes diz respeito. Eles se situam mesmo em posição mais favorecida na comparação com os acusados por quaisquer das três infrações estudadas (Tabela 57).

TABELA 57
Furtos/roubo — Desfecho segundo o enquadramento
dos indiciados na denúncia, 1880-1924

<i>Desfecho</i>	<i>Principais ou cúmplices (%)</i>	<i>Receptadores (%)</i>
Absolvição	21,8	26,1
Condenação	56,1	11,6
Arquivamento	22,1	62,3
Total	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

Vários fatores explicam os desfechos favoráveis aos indiciados. Raramente, os receptadores são “delinquentes de carreira”, embora muitas vezes sejam o elo final indispensável da infração penal. Suas vinculações sociais permitem-lhes demonstrar a honorabilidade através de atestados de boa conduta, da prova de pontualidade no pagamento fornecida por grandes casas comerciais quando se trata de pequenos comerciantes. A disponibilidade de alguns recursos facilita o “retoque” dos inquéritos policiais, para que sejam retratados com tintas mais favoráveis. É importante observar que dos 8 condenados apenas 2 são comerciantes. Ambos fortemente acusados pelos réus principais, 1 deles tem contra si o fato de ter sido processado também por receptação — embora absolvido — no mesmo ano em que é condenado (1917), sendo o agente da infração a mesma pessoa nos dois processos. Quanto aos

demaís condenados, trata-se de parentes, amigos do réu principal ou trabalhadores autônomos, carroceiros etc.

Crimes sexuais

Incestos

Os desfechos mais reveladores dizem respeito aos processos em que pais figuram como acusados. Em 13 casos, há 5 arquivamentos e 8 condenações. Nenhum caso levado à consideração do júri resulta pois em absolvição. Nos limites permitidos pela lei as penas são elevadas, sendo iguais ou superiores a 5 anos de prisão em 6 das condenações. Os desfechos refletem claramente as características dos processos: ou apresentam fortes traços de fantasia, ou são bastante incriminatórios. Ressalto afinal que resultam em arquivamento todos os casos em que o marido ou o cunhado da ofendida promove a queixa. Quanto ao cunhado, a sentença se volta contra ele: não só o juiz repele a acusação como manda abrir processo onde passa a figurar como indiciado.

Deflorações em geral

Uma análise específica do desfecho dos crimes de deflorações permite qualificar as informações genéricas sobre os crimes sexuais (Tabela 58).

A Tabela 58 mostra como os acusados de deflorações saem-se melhor do que os acusados dos demais crimes sexuais (estupros e atentados ao pudor, inclusive envolvendo relação homossexual). Verifica-se aliás uma propensão punitiva do júri, quando se excluem os deflorações, a ponto do percentual das decisões condenatórias se aproximar dos furtos ou roubos — 65,3% nos crimes sexuais e 68,3% nos furtos ou roubos (198 condenações e 92 absolvições). Por sua vez, sempre considerando-se apenas os processos que chegaram a ir a julgamento pelo júri, os deflorações se igualam aos homicídios, o que nos permite traçar uma ampla linha divisória. De um lado, com maiores possibilidades comparativas absolutórias, ficam os crimes que resultam em morte e a agressão sexual com emprego da sedução; no campo oposto,

TABELA 58
Crimes sexuais — Julgamento segundo
o tipo de delito, 1880-1924

<i>Desfecho</i>	<i>Deflorações (%)</i>	<i>Outros (%)</i>
Absolvição	17,5	12,9
Condenação ¹	17,5	24,2
Arquivamento	65,0	62,9
Total	100,0	100,0

Fonte: ATJESP.

¹ Foram incluídas duas condenações de réus cujos processos foram a seguir arquivados por terem se casado com as vítimas.

situam-se os delitos contra a propriedade e a sexualidade aberrante, corporificada especialmente nas violências contra menores de 16 anos definidas como estupro, por ficção legal.

É curioso observar como os juizes togados parecem mais propensos a decidir penetrando no âmago das identidades dos envolvidos do que os juizes de fato. Enquanto a inexistência do elemento sedução figura como causa motivadora de 34 dos 67 arquivamentos, a precariedade da prova da autoria é responsável ostensiva por 13 das 17 absolvições. Dentre os processos arquivados, chamam a atenção os marcados por uma forte desigualdade social. É o caso típico daqueles em que estão envolvidos o patrão ou seu parente e a empregada doméstica. Os dados são expressivos. Todos os processos desta natureza, seja qual for a tipificação do delito (há 8 deflorações, 7 estupros e 2 atentados ao pudor) são arquivados, não chegando pois sequer a ir a julgamento pelo Tribunal do Júri. Acumulam-se de um lado as condições favoráveis: gente respeitável, capaz de promover justificações onde são ouvidos “homens de bem e de bens”; tendência da polícia a preparar o inquérito em favor da parte mais poderosa; compreensão dos juizes por um ato que, afinal de contas, inscreve-se na ordem natural das coisas. Do outro lado, pobres moças apenas, valendo-se de sua palavra, de vizinhos, de alguma colega mais decidida.

Afora isto, não se pode descartar a possibilidade de que o patrão (pai poderoso, protetor) seja o alvo preferido

das fantasias de moças defloradas por um terceiro. Em 1914, uma jovem de origem alemã, chamada Heta Bucholz, vai à polícia contar uma história estranha. Há nove meses empregou-se na casa do advogado Adolfo Araujo, da qual saiu recentemente porque a família mudou-se para Santos. De uns meses a esta parte, começou a sentir incômodos e procurou um médico que constatou sua gravidez. Como nunca teve relações sexuais com ninguém, passou a desconfiar do patrão — homem de artimanhas envolventes, segundo lhe contaram os outros empregados da casa. Lembra-se mesmo de ter visto o dr. Araujo entrar certa vez em seu quarto, supondo ter sido narcotizada e violentada nessa ocasião. Mas há na história um subtexto: um irmão de Heta e uma amiga dizem na polícia que ela namora um rapaz pardo, com quem deseja casar-se, apesar da oposição da mãe. A hipótese de um expediente fantasioso para ocultar a desonra maior de ter um filho ilegítimo com um preto é tentadora. Ao pedir o arquivamento do processo, o promotor considera que a ofendida é maior de 21 anos e tudo indica “estarmos diante de uma escandalosa exploração”.

Decisões absolutórias ou condenatórias obedecem a um determinado padrão. No primeiro caso, as dúvidas quanto à autoria — através da exploração de um laudo pericial mal feito, da variação da fala da queixosa ou das testemunhas —, os indícios de relações sexuais espontâneas, a inexistência de namoro ou o namoro breve, as “manchas” na vida quotidiana da vítima, a desigualdade social abrem caminho à absolvição. No segundo, preponderam os elementos opostos: a autoria apurada, a credibilidade de uma promessa de casamento dada a posição social semelhante dos parceiros e o namoro formal, o recato da vítima, a sexualidade “excessiva” do ofensor, a premeditação do ato por ele praticado. Sob o último aspecto, em várias condenações pesa o fato de que os acusados se apresentaram às vítimas utilizando nomes falsos, ou assim se registrando em hotéis ou *rendez-vous*, nos quais se dá a relação sexual.

O padrão apontado não implica uma rigorosa coerência dos julgamentos. Assim, em vários casos, o júri condena os réus não obstante os fortes indícios de espontaneidade das relações. Sempre que isto ocorre trata-se de homens casados, que passam a viver com as “vítimas” ou manifestam esta intenção. Ai se vislumbra o objetivo de punir “uniões adulte-

rinas”, por parte de jurados moralistas ao extremo. Em outros casos, excepcionalmente, os réus são condenados, não obstante serem de condição social superior às ofendidas. João Cunha, casado, fazendeiro, é acusado em 1918 de deflorar Rosa Benetti, uma jovem costureira, filha de italianos, levando-a a um *rendez-vous* da Alameda Cleveland. Após um namoro de alguns meses, Rosa aceitara ir ao *rendez-vous*, julgando tratar-se da casa do rapaz. Quando voltou ao local no dia seguinte — pois Cunha deixou de ir a sua casa para formalizar diante de seu pai o pedido de casamento — verificou que estivera em uma casa suspeita, pondo-se a chorar. A condenação parece resultar dos traços negativos do acusado, não obstante a superioridade social. Sua figura ultrapassa claramente os limites da permissividade masculina: oculta seu estado civil, gerando uma expectativa impossível de ser cumprida; para chegar à relação sexual arma uma cilada contra uma menina ingênua; age como um perigoso conquistador, pois leva consigo um troféu — algumas toalhinhas manchadas de sangue; após o ato ronda “com más intenções” a casa da vítima, sendo preso nesta situação. Aparentemente, poderia ajudá-lo o fato de ser casado com a filha de um rico coronel de Rio Pardo. Mas uma testemunha, ex-morador naquela cidade — contrerrâneo do pai da vítima é certo — coloca dúvidas sobre a vida pregressa de Cunha. Trata-se de um conquistador de má fama que se casou à força com a filha do coronel Piedade, após desvirginá-la. Menos clara, entretanto, é a condenação de um dentista, Pedro Vitório Martinez, solteiro ou viúvo, responsabilizado pelo defloramento de uma jovem cliente, operária de fábrica. Não só não emerge do processo uma identidade do acusado em contraste com sua identidade social, como a ofendida presta declarações contraditórias, a princípio dizendo-se estuprada sob a ameaça de um revólver e depois seduzida pelo dentista.

Em resumo, os juízes de fato julgam a partir de determinados pressupostos e em obediência a certos padrões. Mas não se deve levar a constatação ao extremo. As dúvidas quanto à autoria pesam como um fato material relevante, ainda que conjugado com os outros elementos. Mais do que isto, seria um grande equívoco pretender racionalizar inteiramente comportamentos humanos, sujeitos a influências variáveis. E isto ajuda a entender não só a regra como a exceção.

Inconclusão

É possível encontrar no texto um fio condutor? Se entendermos pela expressão a existência de algumas premissas básicas que se explicitam gradativamente até chegar a uma síntese final, a resposta seria por certo negativa.

Penso porém que o trabalho tem certas constantes, a partir de uma mirada que tenta aproximar, de um lado, amplas estruturas e processos sociais e, de outro, as experiências do cotidiano. Esta mirada percorre todo o trabalho, embora o primeiro dos níveis de abordagem tenha maior ênfase no Capítulo I e o segundo em capítulos subsequentes. Uma das constantes consiste em lidar com relações de poder específicas cujos personagens são bastante diversos. Quando trato de processos e estruturas sociais vou ao encontro — do lado dominante — da ação de instituições ou figuras com um grau de concreção maior do que o abstrato “Poder Oligárquico”: a atividade da polícia, do judiciário, com destaque no último caso para o júri. Não tive porém o propósito de empreender uma análise específica de organizações, que seria de enorme importância. Tenho a esperança de que alguém se proponha por exemplo a estudar concentradamente a instituição policial na sua dimensão histórica, desvendando seus padrões

organizatórios, a estrutura de funcionamento, a atividade do dia-a-dia.

Do ângulo dos grupos humanos sobre os quais se exerce o poder, lido com gente cujo denominador comum é quase sempre a pobreza. Não se trata de uma “opção preferencial pelos pobres” mas do simples fato de que quem estuda formas abertamente repressivas de controle social e a criminalidade fala de pessoas destituídas, em maior ou menor grau. Mas para além do denominador comum, cada grupo ganha contornos próprios, abrindo-se para temáticas preferenciais: os negros levam gritantemente ao tema da discriminação; os imigrantes, às questões da ascensão social e da adaptação a novas condições de vida; as mulheres, em geral, à dominação através da família e do casamento e à construção de identidades sociais; as empregadas domésticas, a relações de dominação onde se fundem o público e o privado, em que a sexualidade — mais do que em outras áreas — expressa o par inferioridade-poder; os “delinquentes de carreira”, ao problema da sua produção social etc. etc. Nem sempre, como é fácil perceber, as relações desiguais se estabelecem entre ricos e pobres, entre instituições controladas pelos dominadores e gente dominada. Um dos temas recorrentes do livro é o da família (no caso, da família pobre), lidando com interações assimétricas cuja assimetria não é dada pela pobreza mas pela posição no grupo familiar.

No nível do comportamento e das representações mentais há também uma temática central: a temática do “masculino” e do “feminino”, já sugerida acima, que implica entre outras coisas a questão da honra, corporificada na virgindade, no casamento, na integridade da família garantida quando possível por zelosos (e atormentados) guardiães masculinos. Aqui destaco uma questão complicada. Até que ponto, o comportamento e as representações da “gente pobre” neste nível se insere em um modelo global? Esta é uma questão de um alcance tão profundo que pode ser apenas aflorada nos limites de um curto período histórico e de uma análise socialmente restrita. Como disse em algum trecho do livro, por maiores e óbvias que sejam as transformações, há necessidade de se prestar um pouco mais de atenção à continuidade histórica de instituições como a família e de códigos ligados à honra, à pureza ou à poluição das pessoas, dotados de um forte conteúdo instrumental e simbólico.

Nos limites do texto, há uma linha que se opõe à idéia explícita ou implícita de uma "cultura da pobreza". Obviamente, não quero com isto dizer que a população pobre não tenha um modo de vida específico, adaptado bem ou mal às possibilidades de existência e até bastante racional se considerarmos estas condições. Sustento que os valores, normas, instituições acima referidas não são apenas impostas mas são interiorizadas ao longo de gerações. Tal processo contribui para produzir, dada a dificuldade do preenchimento dos requisitos, a figura do inferior social, tanto aos olhos dos grupos privilegiados como dos próprios destituídos.

Por último, acho que procurei enfrentar alguns problemas relevantes, abrir novas trilhas, além de meter a minha colher em discussões em andamento. Renunciei porém, em tudo, às respostas demasiado fechadas. O respeito pela objetividade histórica aconselha que se caminhe devagar em um campo novo; o tempo nos ensina a afirmar, duvidando um pouco. Deste modo de ver e não do pedantismo literário se origina o rótulo destas linhas finais.

Textos

1. Laudo médico — O caso de Domingos Loureiro (1915)

Domingos Loureiro matou a mulher em 1915, sendo julgado inimputável com fundamento no exame pericial. O laudo é um dos exemplos mais nítidos da ideologia médica da época.

As breves observações aqui feitas não pretendem lançar um olhar olímpico sobre o passado, mesmo porque muitas das verdades científicas de nossos dias terão também curta duração. Não pretendo, por outro lado, fazer uma análise do discurso, mas chamar a atenção do leitor para alguns pontos essenciais. Sem negar que o acusado fosse pessoa muito problemática e pudesse ser considerado irresponsável pelos padrões atuais, importa ressaltar os pressupostos básicos através dos quais se construía a figura do louco.

Em primeiro lugar, salta aos olhos o peso explicativo do determinismo psicobiológico que conduz ao diagnóstico de degenerescência constitucional. Domingos tem um tio louco, irmãs histéricas e uma "mãe tarada". Um pai, que parece escapar ao quadro, é inserido na ordem: "era homem sadio, mas morreu pelo cérebro". Estabelece-se assim a ponte com a má organização cerebral do acu-

sado, dando conta dos problemas de sua adolescência. Os estigmas físicos de degeneração confirmam a morbidez congênita. Os “vaidens da mente” até chegar ao momento do assassinio decorrem essencialmente de uma luta orgânica: “no momento de depressão do tónus psíquico, quando se rompeu a coesão hierárquica dos centros cerebrais superiores, a idéia fatal surdiu de novo, imperativa, irresistível, se transformando no ato desenfreado que todos nós conhecemos”.

Contra estas verdades científicas, a voz do réu nada pode. Pouco importam seus protestos de sanidade (“não sou louco, nunca fui louco”), que não são tomados em consideração como uma afirmativa de sentido estrito. Só se pergunta se eles seriam uma tentativa de simular loucura, optando-se pela negativa, pois a hipótese contraria a própria intenção simulativa.

Por outra parte, ao lado de dados constitutivos aos nossos olhos de um quadro paranóico, ressaltava-se uma série de elementos de qualidade diversa cuja leitura sob a ótica da anormalidade seria hoje no mínimo inteiramente arbitrária. Um episódio indicativo de uma crise do réu ligada ao descenso social — a substituição do qualificativo *chauffeur* pelo de “comerciante” na carteira de identidade — é vista como uma expressão de “ vaidade algum tanto infantil”, de superficialidade de raciocínio. Os possíveis insultos, ruídos, comuns em uma prisão ou em um manicômio são levados à conta de “alucinações auditivas”. A dificuldade do acusado em verbalizar racionalmente a cena do crime é um indicador a mais de loucura. Loucura semântica, loucura inventiva que se traduz na criação de um neologismo — a “instintividade”.

• • •

“EXAME DO ESTADO MENTAL DE DOMINGOS LOUREIRO

Domingos Loureiro, brasileiro, de cor branca, 26 anos de idade, viúvo, residente em S. Paulo, foi recolhido no dia 29 de outubro de 1915 ao Hospício de Juqueri, onde o examinamos.

Antecedentes — Entre os avós do paciente houve um que sofria de moléstia mental, cujos sintomas não podemos dar aqui com precisão, porque nos faltam informações minuciosas. Teve um tio materno que morreu louco. O pai do examinando era muito mais idoso que a própria esposa (diferença de idade que chegava a 20 anos); era homem sadio, mas morreu pelo cérebro — embolia cerebral.

A mãe de Domingos Loureiro foi por nós observada e tratada, há oito anos, não só neste Hospício como na Casa de Saúde onde ela hoje se acha de novo em tratamento. É uma enferma sujeita a acessos periódicos de delírio furioso, acompanhados de atos destruidores, impulsivos, às vezes perigosos para os que a rodeiam. O paciente é, portanto, filho de uma senhora tarada, que apresenta um defeito psíquico congênito e por demais evidente. Entre as irmãs do paciente há casos de histeria bem acentuada.

O paciente foi gerado sob a influência de um sistema nervoso viciado e, para cúmulo, sua mãe teve febre amarela durante a gestação dele. Nasceu o menino a termo, mas o parto foi mui laborioso. Domingos aprendeu a andar e a falar tardiamente. Aos 7 anos sofreu muito dos intestinos; apresentara na infância os fenômenos bem conhecidos pelo nome de terror noturno. Foi sempre muito rebelde à educação; mais de uma vez fugira dos colégios, tanto de Itu como do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Na puberdade se manifestara com temperamento irascível, impulsivo, de caráter sorumbático e retraído, fugia ao convívio dos parentes mais íntimos. Revelava desconfiança, mas era simplesmente a desconfiança oriunda de suscetibilidade mórbida exagerada e não do conhecimento que porventura tivesse das perversidades do mundo.

Na adolescência foi vítima de crises neurastênicas, com depressão do tónus psíquico: ficara por alguns dias insone e sem tomar alimento. Manifestava frequentemente idéias de perseguição, como que fragmentos de delírio persecutório sem fundamento real, só originado do vago sentimento de medo que lhe é originário por sua má organização cerebral.

.....

Já quase reduzido à pobreza pelos anteriores esbanjamentos, andava Domingos nestes últimos tempos lutando com algumas dificuldades; mal se alimentava e dormia mal. No Paraná adotara a profissão de ‘chauffeur’, que o fazia passar às vezes mal as noites. Vimos sua caderneta de identidade, como ‘chauffeur’; ali riscou ele a lápis a palavra ‘chauffeur’ e escreveu por cima — comerciante. Pura vaidade. Não se lembrou que a profissão de ‘chauffeur’ é tão honesta e digna como outra qualquer. Esta nova observação só tem por objeto por em relevo a superficialidade de raciocínio, a vaidade algum tanto infantil, nada mais.

Nestes últimos tempos, como dissemos acima, a vida já não lhe corria tão fácil como antes. Sempre sorumbático e apreensivo,

tinha na alma o espinho do ciúme a espicá-la sem tréguas. Via sedutores por toda a parte, e nos olhares da esposa só via sinais e acesnos combinados com pessoas que ele paciente não conhecia. Das mãos da esposa não recebia alimento algum; a suspeita da possível narcotização era um espectro que lhe surgia na mente como corolário natural das outras idéias que o avassalavam. Motivos não lhe escasseavam para alimentar no espírito esses pensamentos perturbadores: um transeunte que por acaso parasse à frente de sua casa, era o suficiente para despertar-lhe toda uma associação de idéias deprimentes, acompanhada de torturante angústia. Um gesto qualquer da esposa, mesmo o mais natural e insignificante, era logo interpretado como evidente prova de combinação para o adultério. Nas folhas das portas pregava pedacinhos de papel sobre as juntas, a noite, para verificar se a esposa saía de casa enquanto ele dormia; colocava nas portas fios de linha, amarrados de um portal a outro, sempre com o mesmo fim — verificar se a esposa o mistificava.

.....

Exame somático — Domingos Loureiro é um homem de estatura mediana e como atualmente está emagrecido, nos dá a impressão de um doente de moléstia consumptiva. O peso de seu corpo — 48 kilos — não está em proporção com a altura, que é de 1,62 m. Notamos no pulmão direito a respiração áspera e sopro; a percussão dá macidez no ápice. Ritmo respiratório — 16. A temperatura tomada em horas diversas no correr do dia varia de 36 a 37 graus, o que não é fisiológico. Esses sinais que encontramos são os que se encontram na tuberculose incipiente.

O coração não apresenta anomalia alguma apreciável; funciona bem. Não lhe encontramos sinais reveladores de sífilis, embora apresente cicatrizes de bulbões inguinais. Foi operado por causa de uma fistula anal; essa fistula veio reforçar muito os sinais encontrados no pulmão e a suspeita da existência do bacilo de Koch.

O exame da urina denuncia a perda de fosfatos, fenômeno frequentíssimo nos neurastênicos.

Fora disso, nenhuma outra moléstia somática foi descoberta que mereça menção.

Na busca de estigmas físicos de degeneração encontramos os seguintes: orelhas sésseis; abóbada palatina muito funda; reflexo faríngeo abolido; reflexos plantar e cremasteriano muito diminuídos. Além desses, só a fronte fugidia nos chama a atenção como sinal evidente de degeneração.

Se esses sinais não têm grande valor quando isolados, junto

aos estigmas psíquicos adquirem muita importância; são sinais subsidiários que merecem cuidadosa referência como prova de viciada evolução orgânica.

Deixamos de referir aqui o resultado do exame da sensibilidade e de diversos reflexos, como o pupilar e patelar, porque não encontramos anomalia alguma.

Exame psíquico — Temos diante de nós um homem que protesta energicamente contra a pecha de demência que lhe querem lançar: 'Não sou louco, nunca fui louco; que querem fazer de mim aqui no meio de dementes?' São palavras suas, que merecem especial atenção. O indivíduo que pretende simular loucura não pode começar pela repulsa formal de imputação que viria exatamente ao encontro de seus desejos. A simulação, portanto, está fora de discussão: não existe.

A instrução do paciente é bem rudimentar e não porque lhe faltassem os meios de adquiri-la. Fosse ele dócil aos desejos de seus pais, teria adquirido um capital intelectual muito superior ao que realmente possui.

O exame mental revela a conservação perfeita da memória.

A atenção do paciente é hoje normal; quando foi recolhido ao Hospício achava-se em fase de depressão psíquica, na qual se lhe notava um acentuado grau de aprosexia, isto é, atenção embotada e dificuldade de síntese mental.

.....

Ouve insultos, palavras pesadas, alusivas a sua pessoa, mas não se revolta, não reage. Não sabe quem lhas dirige; supõe serem os companheiros de casa, que são em grande número. Essas alucinações auditivas são mal esboçadas, como se acontecer nos delírios de perseguição; limitam-se muitas vezes a interpretações falsas de palavras realmente ouvidas; serão antes ilusões orientadas por uma idéia obsidente que o coloca em estado de atenção expectante.

Não compreende como praticara o crime que lhe é imputado. Esse momento de sua vida é uma fase nebulosa de sua consciência. 'Eu não podia ter feito isso com os meus sentidos, com meus sentimentos; fui arrastado, fui levado; isso foi sugestão, foi uma instintividade'.

São expressões suas e, habitualmente, uma explosão de pranto interrompe essas palavras. Vê-se que lhe é quase impossível formular em termos claros o que se passou no seu íntimo, naquele dia. A palavra 'consternado' vem lhe à boca a todo o momento: 'eu vivia consternado, ficava consternado, sentia uma consternação'. É dig-

na de nota essa pobreza ideativa que ele revela quando quer explicar o fato estranho, brutal, de que foi o protagonista. O termo instintividade é um característico desse estado de espírito. É sabido que os delirantes crônicos, quando se sentem atribulados por fenômenos até então para eles desconhecidos, recorrem à criação de neologismos, inventam palavras mais ou menos estrambóticas com que pensam traduzi-los.

O paciente aparentemente não tem perturbação da forma lógica exterior do raciocínio. A associação de idéias se faz com certa lentidão, sim, mas sem incoerência, sem confusão; sua compreensão é regular; as respostas são coerentes e a consciência da própria situação atual é nítida. Tem noção de tempo, lugar e meio.

Todos os antecedentes de sua vida o denunciam como um irresoluto: não sabe bem o que quer nem o que deve fazer. A facilidade que chamamos 'vontade' é fraquíssima no nosso paciente, mesmo fazendo abstração da abulia que ora existe como fenômeno concomitante da depressão psíquica. Esses homens, os degenerados, quando auxiliados pela sorte ou pelas fortunas que tenham herdado, vão vivendo como vencedores na luta pela vida; quando a fortuna lhes vira as costas, baqueiam vencidos. Isso é dos livros; está escrito, e com a sua reconhecida mestria Sergi — o grande psicólogo italiano — aponta o fato no seu livro 'Le Degenerazione Umane'.

Num momento de tempestade afetiva, de desespero, de angústia, a consciência se obscureceu e todas as más tendências latentes se desencadearam num raptus homicida contra a própria esposa, objeto de suas perenes lucubrações mórbidas. A idéia do assassinato devia ter lhe brotado na mente muitas vezes, anteriormente; repeli-da sempre por outras idéias frenadoras, nem por isso deixava de ir tomando lugar no subconsciente do seu cérebro defeituoso. No momento de depressão do tônus psíquico, quando se rompeu a coesão hierárquica dos centros cerebrais superiores, a idéia fatal surdiu de novo, imperativa, irresistível, se transformando no ato desenfreado que todos nós conhecemos.

Súmula — Vamos enfiar os dados colhidos sobre o paciente num resumo que facilite o abrangê-los num só golpe de vista.

- I) Tara hereditária pesadíssima: avô louco, tio louco, mãe louca;
- II) Enorme diferença de idade entre os seus progenitores;

- III) Gestação do paciente realizada em más condições: sua mãe teve febre amarela nessa época;
- IV) Infância atormentada por graves doenças intestinais;
- V) Na puberdade revela um caráter indisciplinado: fuga dos colégios;
- VI) Revelação, ao mesmo tempo, de gênio sorumbático, irascível, desconfiado e retraído;
- VII) Perdulário e inconstante em tudo, em afetos, em negócios e até no domicílio;
- VIII) Crises passageiras de depressão psíquica que eram tidas por neurastenia;
- IX) Vontade fraca, ausência da energia necessária no agir a vida; tendência impulsiva;
- X) Arrastado ao casamento por caminhos irregulares, criou no espírito o germe de uma dúvida que cresceu e se avolumou, tornou-se idéia obsidente;
- XI) Sem base alguma, sem uma única prova, acusava a própria esposa de adultério;
- XII) Formou-se no seu espírito um sistema delirante interpretativo, guiado sempre por um raciocínio de premissas falsas — o exemplo típico da paralógica;
- XIII) O sistema delirante, cujo conteúdo era o ciúme, encontrava apoio firme nas interpretações ilusórias e confirmação em alucinações do aparelho auditivo e gustativo;
- XIV) Teve um episódio de depressão melancólica ansiosa, fenômeno esse frequentíssimo nos degenerados;
- XV) Estado de saúde geral precária: emagrecimento rápido; perda de fosfatos pela urina; sinais muito positivos de tuberculose incipiente;
- XVI) Estigmas físicos de degeneração: abolição do reflexo faríngeo; reflexos plantar e cremasteriano diminuídos, fronte fugidia, orelhas sésseis, abóbada palatina mal conformada, e outros de pouca importância.

Diagnóstico — Convencer os leigos de que o nosso paciente é um louco, bem sabemos, é tarefa muito árdua. Os próprios médicos, quando estranhos ao estudo da psiquiatria, chegam a desconhecer os casos de loucura como este que ora nos ocupa. Baste-nos lembrar o caso do Dr. Miguel Bombarda. Este ilustre Professor teve um cliente extraordinariamente delirante, por ele classificado como delirante sistemático interpretador (delírio de ciúme), depois de ter

sido examinado por mais de vinte médicos que se negavam a assinar-lhe atestado de loucura, tal era a aparência de razão com que o enfermo se apresentava.

Domingos Loureiro é um degenerado hereditário, sofredor de uma psicose sistematizada interpretativa, cujo delírio tem por conteúdo o ciúme. É, além disso, sujeito a episódios de depressão psíquica ansiosa.

Hospício de Juqueri, 12 de janeiro de 1916

a) Dr. Franco da Rocha

Thales Alvarenga"

2. Laudos médicos —

O caso Luiz Ferreira dos Santos (1919)

O caso de Luiz Ferreira dos Santos, além de constituir um bom exemplo da ideologia médica, mostra a relatividade das conclusões tidas como científicas. Ao mesmo tempo, é possível entrever como a escolha dos peritos, o momento em que os laudos são emitidos em função da situação processual do réu têm influência nas conclusões.

Luiz Ferreira dos Santos, jovem de 19 anos, matou a tiros sua também jovem mulher em novembro de 1919. Ele era servente do Serviço Sanitário; ela, operária. O casal morara na casa dos pais da moça que acusa o réu da prática de "aberrações sexuais". Ele responsabiliza a família da mulher pelas desavenças, por criticar a conduta irregular de seus membros.

Condenado no primeiro julgamento a 25 anos de prisão, Luiz protestou por novo julgamento em que foi julgado inimputável. O primeiro laudo, apesar de positivo, não impediu a condenação; o segundo permitiu o reconhecimento da irresponsabilidade; o último fundamentou a decisão judicial de liberar o réu do Juqueri e entregá-lo a sua família. Observe-se como conclusões diametralmente opostas partem do mesmo quadro de referência.

1º Laudo (15 de maio de 1920)

"Nós abaixo assinados, peritos nomeados para examinar o sr. Luiz Ferreira dos Santos, branco, brasileiro, casado (sic), com 20 anos de idade, ex-servente do Serviço Sanitário, atualmente preso na Cadeia Pública, depois de apurados exames, chegamos às seguintes conclusões:

De há muito conhecemos o paciente. Já em 2 de julho de 1918, um de nós, em um quarto da Santa Casa, o esteve tratando, depois de operá-lo de uma hérnia inguinal. Não houve acidente operatório algum e em 16 de julho de 1918 o paciente teve alta, curado. Se as sequências operatórias foram ótimas, não aconteceu o mesmo ao estado de saúde geral do paciente que foi acometido frequentes vezes de acessos nervosos, de caráter histérico, que traziam em sobressalto os enfermeiros e as pessoas que o assistiam. Assistindo um de nós a diversas dessas crises, pôde formar juízo seguro sobre a sua natureza nevropática, histérica, podendo eliminar por completo a hipótese de simulação ou exagero nessas manifestações, que cediam sempre com a contra-sugestão.

Uma irmã do paciente, também operada, de uma falsa apendicite, com dores intensas no ponto de Mac Burney, vômitos incoercíveis etc., que disvirtuaram o diagnóstico exato, apresentou igualmente perturbações mentais de caráter histérico que cederam na Santa Casa com a psicoterapia instituída pelo Prof. Ovidio Pires de Campos. Existe incontestavelmente na família do paciente uma tara degenerativa acentuada.

Quando, um dia, L.F.S. foi participar ao seu médico o seu contrato de casamento, este procurou convencer-lhe que não o realizasse, pois nevropata como era, não daria um bom marido. Depois de casado, o Dr. Salles Gomes Jr. negou-lhe um atestado médico, em que pedia afirmar-lhe que já estava curado de seus males nervosos. Queria o atestado para acalmar a esposa, que já tinha deixado sua casa e convenceu-a assim mais fortemente a voltar à sua companhia. Pôde então verificar o Dr. Salles, mais uma vez, que estava nesse dia em franca excitação mental, tal a sua maneira de proceder.

Em 12 de maio de 1919, passou dois dias na Diretoria do S. Sanitário em mutismo histérico. Queixava-se de fortes pontadas no coração, tão intensas que lhe prendiam a língua, que ficava voltada para baixo, impedindo-o de falar. Tal era sua dificuldade em falar,

que em casa arrebatava os colarinhos, gravatas etc., tendo idéia de se matar.

Assim sendo, passamos a responder aos quesitos:

- I) O paciente sofre das faculdades mentais. É um degenerado, nevropata, de caráter epileptóide, histérico, impulsivo.
- II) A sua moléstia mental é de origem hereditária; nasceu já um doente, um tarado.
- III) O paciente Luiz Ferreira dos Santos é moralmente irresponsável, devido ao seu caráter epileptóide e impulsivo, e à histeria que padece e que pudemos bem verificar. Tem porém uma responsabilidade social, sendo um indivíduo perigoso, que estando em liberdade, acarreta grande ameaça à comunhão social, grande prejuízo ao público, à sociedade. É um delinquente alienado perigoso, que não deve ser punido, porém tratado durante longos anos. Aconselhando a internação do paciente em um hospício de alienados, os abaixo-assinados, como peritos, fazendo igualmente profilaxia, procuram remover as causas de novos desastres, impedir a produção de novos delitos, procedendo de acordo com a lei.

Conhecendo, como conhecemos, os antecedentes do paciente L.F.S., conforme as demonstrações feitas neste parecer, estamos inclinados a acreditar que o réu cometeu o crime em estado de loucura, sendo um louco perigoso que não deve andar em liberdade.

a) Dr. (ilegível) Vampré
Dr. Francisco de Salles Gomes Jr."

2º Laudo (1º de maio de 1921)

"Encontramo-nos diante de um desses criminosos cujo estado mórbido escapa a um simples exame e que por isso são a miúdo pronunciados e até condenados malgrado a existência de pareceres médico-legais que os irresponsabilizariam.

De fato, L.F.S. à parte algumas esquisitices, levadas à conta de mau gênio, atravessou a infância, frequentou escolas,

desenvolveu-se normalmente, conseguiu uma colocação pública, sem denunciar a existência de nevropatia constitucional que o levaria mais tarde ao crime. Em 1918 porém, após uma operação de hérnia praticada na Santa Casa, manifestou perturbações neuropsíquicas evidentes, verificadas pelos médicos do estabelecimento, que as classificaram de histéricas. Em maio de 1919, apresentou mutismo absoluto e depois dor na região precordial, à qual o paciente atribuía os frequentes ataques de que era acometido.

Por essa ocasião já se havia casado e já começara também a manifestar sua inaptidão para se adaptar às normas de uma vida regular em suas relações com a mulher e com a família desta. Os frequentes atritos, os acessos infundados de ciúme, idéias de suicídio e, o que mais é, o empenho em arrastar a esposa a práticas sexuais condenáveis fizeram com que esta o abandonasse. Lutando depois, por todos os meios, chegando mesmo a ameaçar de morte o sogro e a mulher, para que esta voltasse para sua companhia, nada conseguiu.

Deu-se então o crime, realizado com calma e sangue frio, sem piedade, com multiplicidade de ferimentos, alguns dos quais praticados quando a vítima jazia por terra já sem sinais de vida. Mesmo na ausência de informações sobre o passado do réu, o modo de execução do delito caracteriza o crime de um louco.

Cerca de um ano depois, fomos vê-lo na Cadeia Pública. Durante esse tempo seu estado mental não sofreu alterações e os ataques se repetiam com frequência sempre crescente. Conta o examinando entre os ascendentes imediatos um caso de alcoolismo inveterado e tem uma irmã nervosa que já apresentou há tempos perturbações mentais de caráter histérico.

Apesar de uma aparência física normal, apresenta alguns estigmas degenerativos e mórbidos, de ordem anatômica e fisiológica: fronte baixa, manchas pigmentais da iris, abóbada palatina funda e estreita, notável desvio da úvula para a esquerda, reflexos exagerados, hipoestesia do hemitórax e membro superior direitos e do membro inferior esquerdo.

Os ataques são rápidos, caracterizados por perda repentina dos sentidos, acompanhada de queda violenta, sem convulsões e seguidos de amnésia, a darmos crédito às informações do paciente.

O tônus afetivo é de colorido sombrio, objetivado em constantes queixas sobre a saúde e as mil pequenas misérias de vida de um recluso, em contraste com uma indiferença quase absoluta pela sua sorte. Assim, não manifesta o menor interesse pelo novo julgamento a que vai ser submetido e denota que lhe não causa abalo a

idéia de cumprir a pena de 25 anos de prisão a que fora condenado pelo júri anterior. Essa sensível diminuição da auto-afetividade coincide com uma frequente tendência ao negativismo: opõe dificuldades ao exame médico e se recusa muitas vezes a responder.

É de inteligência pouco desenvolvida, fato esse que resulta de um sensível déficit das reações neuro-psíquicas em geral, aí compreendida a memória que se ressent de um estado de dismnésia por deficiência. A síntese dos exames parciais sobre os diversos ramos da atividade intelectual deu-nos noção clara da debilidade mental do paciente, sobrecarregada por evidente torpor psíquico.

Conclusão — Luiz Ferreira dos Santos é um degenerado, débil mental, histérico, e como tal, propenso à execução de atos extravagantes ou criminosos pelos quais é moralmente irresponsável.

Além dos dados acima, notam-se no paciente alguns sinais que fazem lembrar a epilepsia, tais como: humor sombrio; torpor intelectual; insuficiência da memória... O que se pode concluir é que convém perfeitamente ao caso o adjetivo epileptóide, que não destrói e antes melhor define a noção de um criminoso degenerado, fraco de espírito e histérico, dado a crises de furor e de ciúme, com obusão dos sentimentos éticos.

a) Dr. Tomé de Alvarenga
Dr. Vargas Cavalheiro"

3º Laudo (16 de agosto de 1924)

"O paciente chega a nossas mãos depois de ter sido examinado e longamente observado por vários médicos, constituindo todos eles um grupo de notáveis especialistas e clínicos de alta nomeada no meio científico de São Paulo e que em nosso conceito são colocados no mais elevado grau de estima e de admiração. Por este motivo, julgamo-nos mais no dever de analisar com o maior cuidado e o mais absoluto escrúpulo todas as peças que podiam nos inteirar dentro dos volumosos autos deste processo crime e dar todos os detalhes da longa observação que fizemos na pessoa de L.F.S.

L.F.S. entrou neste Hospício, em 8 de dezembro de 1920, perfeitamente calmo e lúcido, orientado no tempo e no lugar para onde entrava, dócil e obediente a todas as determinações, sem denunciar profundo grau de depressão moral, porém, mostrando abatimento e tristeza.

Durante 4 anos de internação no Hospício, manteve a mesma

norma de conduta ... a sua resignação é relativa à situação atual em que se encontra, mas não implica a renúncia completa da esperança de um dia reaver sua liberdade. Não foi observada a menor anormalidade em sua norma de conduta. Dorme sossegadamente, alimenta-se bem, passa os dias inteiramente calmo, mas sempre moderadamente triste, sem ruidosas expansões de dor moral. Seus gestos são moderados e sóbrios, suas maneiras delicadas; nunca se mostrou fatigado e impaciente nos longos interrogatórios a que se sujeitou; suas respostas são prontas e oportunas e tendo a memória fiel e de ótima reação, há inteira precisão de cenários, de nomes, de datas e dos mais minuciosos detalhes nas narrativas de seu passado. Guarda relações normais com o meio social, trata a todos com delicadeza e os empregados superiores do Hospício com respeito e humildade. Durante 4 anos em que tem sido diariamente observado, nunca foi surpreendido na prática de qualquer ato extravagante ou irracional, ou mesmo em qualquer gesto menos decente ou pronunciando qualquer termo lúbrico ou obsceno.

Nas narrativas que faz de sua vida passada, do delito que cometeu e das cenas que o precederam, o paciente não procura ocultar ou deturpar a verdade. Pinta com cores vivas todo o sofrimento que passou, a luta ingente que sustentou para reaver sua mulher, obstinadamente guardada pela família, para vencer a resistência tenaz que ela mantinha, amparada por seus parentes, de não voltar para sua companhia ... Nestas longas narrativas notávamos o seguinte: sensível e progressivo aumento da tonalidade emotiva, mas sem nunca atingir grande exacerbação psíquica e nem exaltação intensa de ordem moral, dando lugar a expansões de ódio, planos de vingança, pragas, ameaças etc. Exteriorizando uma grande dor moral, contínua e irremediável, o paciente procura fazer compreender aos outros a grande extensão de sua desgraça.

Balanco genealógico — Nulo. Apenas é apontada uma irmã como histórica. Seus pais ainda vivem, perfeitamente equilibrados e sadios. Há harmonia em seu lar; o pai é trabalhador de roça, simples de vida e sóbrio de costumes. Não há laços de consanguinidade entre seus pais.

Anamnese pessoal — Toda sua infância passou sem grandes moléstias. Recentemente foi operado de hérnia inguinal. Seu desenvolvimento físico e psíquico processou-se normalmente. Em sua mocidade não apresentou notável capacidade de estudos e de trabalho, recebendo apenas instrução primária ... Enquanto solteiro,

não se assinalou um ato extravagante ou extraordinário: como todo moço procurava divertir-se, mas não era amante de troças e de noitadas alegres; nunca abusou do álcool ou do onanismo. Não há informação alguma de antes de seu casamento assinalando qualquer ato que viesse denunciar alguma aberração sexual ou mesmo excitação genésica exagerada.

Dando por finda a observação que fizemos na pessoa de L.F.S., não querendo bordar comentários sobre a opinião de nossos distintos colegas, procurando estar em paz com nossa consciência, chegamos às seguintes conclusões:

- 1.º) *Por fenômeno algum conseguimos colocar Luiz Ferreira dos Santos em qualquer quadro clínico de alienação mental.*
- 2.º) *Não encontramos caminho para chegar ao diagnóstico de epilepsia ou histeria.*
- 3.º) *As aberrações sexuais, fobias, obsessões alegadas pelas testemunhas não foram por nós observadas no longínquo tempo de contínua e meticulosa observação.*
- 4.º) *O delito de L.F.S., a nosso ver, é um crime passionnal que pode ser praticado por qualquer indivíduo normal, sem tara degeneratória, apenas com o caráter modificado transitatoriamente, com o sistema nervoso irritado e grandemente abalado de modo rápido e violento ou contínuo e persistente, por uma grande crise emocional.*
- 5.º) *As alterações de sua conduta, durante o período em que esteve casado, foram motivados por um abalo nervoso profundo, ocasionado por considerável soma de contrariedades e desgostos.*
- 6.º) *O desvio da razão que pode provocar atos extravagantes, destruidores e agressivos representa grande número de vezes episódio na vida do indivíduo normal e não está ligado a alienação mental persistente ou definitiva. Desde que desapareça a causa que deprime ou irrita o sistema nervoso, a razão se restabelece e a conduta se normaliza, podendo o indivíduo viver na sociedade sem oferecer perigo iminente.*

a) *Dr. Eduardo Pirajá
Dr. Vieira de Mello*

3. Laudo médico — Discriminação racial. O caso Antonio Viviani (1926)

Antonio Viviani, italiano, solteiro, operário, 48 anos, matou um desafeto que entrara em uma chácara da Vila Prudente na qual era guarda. A transcrição tem por objetivo destacar a anormalidade do amasiamento com uma preta.

• • •

“Resumamos, em linhas essenciais, o quadro mórbido, fazendo antes a seguinte súmula:

1. *Presença dos estigmas dos degenerados;*
2. *Anomalias na sensibilidade, nos reflexos cutâneos e tendinosos;*
3. *Crises de agitação e de depressão psíquica; tentativa de suicídio;*
4. *Periodicidade da sintomatologia reveladora da moléstia mental;*
5. *Demonstração de um gênio irascível, rixento, desconfiado, que o tornava antipatizado (Vide depoimentos de testemunhas do processo).*
6. *Vontade fraca, instabilidades, impulsos;*
7. *Distúrbios cinestésicos: ‘sentia que lhe quebravam os ossos, que lhe triturravam as carnes’;*
8. *Irregularidades na vida doméstica: amasiado com uma preta;*
9. *Delírios, baseados em alucinações, que o obrigavam a passar noites inteiras a ensaiar cachorros policiais;*
10. *Dificuldades de expressão pela palavra, esforçando-se, durante esse longo período de mudez para, em expressiva gesticulação, traduzir seus pensamentos.”*

4. Documentos de antecedentes

1. Fornecido a Ernesto Proreti, acusado de roubo em 1899

*“Norbert Dischler
Ingénieur Architecte
Français, Espagnol, Allemand, Italien*

Certificado

Eu abaixo assinado declaro que o pedreiro Ernesto Proreti tem trabalhado abaixo minhas ordens desde o mês de julho de 1898. Durante este tempo se tem sempre demonstrado homem capaz e honestíssimo até que eu mesmo o dei alojamento em minha casa no tempo que morava na rua Maria Antonia. Os senhores redatores do Fanfulla também podem atestigar o mesmo.

São Paulo, 9 dezembro, 1899

a) Norbert Dischler”

2. Documento oficial proveniente da Espanha para atestar os bons antecedentes de Francisco Peña Parrado, acusado de homicídio em 1904

“Don Sebastian Perez... (ilegível)..., Licenciado en Derecho Civil y Canonico y Secretario Especial de la Alcaldia de esta Ciudad,

Certifico que segun los informes adquiridos por el Alcalde de Barrio del Cuartel treinta y dos, resulta que Francisco Peña Parrado, natural de Sedella, de estado casado, de cinquenta e três años de edad, empleado que fué en las Oficinas de la Empresa de Consumos, hasta el día veinte y nueve del Septiembre del año mil ochocientos noventa y nueve, que embarcó para el Brasil, observó una conducta intachable. Y para que pueda hacerlo constar donde le convenga con las debidas referencias y a instancias de parte interesada, expido el presente que visará el Señor Alcalde de Malaga a veinte de junio de mil novecientos cuatro.”

3. Documento oficial proveniente da Itália para atestar os bons antecedentes de Baldi Natale, acusado de furto em 1900

*“Regno d'Italia
Il Sindaco del Comune di Canaro
nella Provincia di Rovigo*

Certifica che Baldi Natale figlio di Giov. Battista e Gennari Maria, nato in Canaro il di 25 Dicembre 1879 e quivi domiciliato, ora residente nello Stato di S. Paolo nel Brasile, durante la sua permanenza in questo Comune fu sempre tenuto in conto di persona proba, onesta e debbene, di carattere mite e tranquillo, assolutamente incapace di commettere azioni criminose, perchè onesto fino allo scrupolo, alieno in conseguenza di attentare alla proprietà altrui a scopo di lucro.

Si rilascia il presente a richiesta di Baldi Pio Battista padre, perche venga presentato ali autorità Giudiziaria dello Stato di San Paulo nel Brasile, pendendo presso la medezima processo penale per furto a carico dell'intestato.”

5. Apelação manuscrita

Apelação manuscrita de Luiz Ferrari (italiano, 34 anos, condenado por crime de roubo em 1914). O texto deve ter sido redigido por algum sentenciado de origem espanhola e assinado pelo réu, pois as caligrafias do corpo e da assinatura não parecem coincidir.

“Illmo. Exmo. Sr. Dtor. Presidente e demais membros do Egregio Tribunal de Justiça. Alias o Snr. Dr. Ministro Relator

Luiz Ferrari sentenciado a 5 anos de prisão celular pelo juri desta Capital vem com todo respeito fazer as seguintes declarações que são a fiel expressão da verdade e que justificam a minha inocência do crime de que sou acusado.

No dia 15 de Fevereiro fui preso mentras transitava por uma rua desta capital, em companhia de um tal Gaggiero, e conducido ao posto policial da Estação Sentral de Polícia, sem saver ao tanto o motivo do meu arresto.

.....

Conheço o tal Gaggero por meira casualidade e explicando-lhe minha crítica situação por não encontrar trabalho, ofereceu-me agasalho no Hotel onde ele se hospedava ao que eu aceitei, devido a situação precária que atravessava por causa da crise e não poder achar trabalho.

Minha pessoa sempre foi pobre mais honrado, e pode provar isto quaesquier informe que a Policia tenha obtido em Italia, minha terra natal.

Desde o fundo do meu coração vejo-me completamente inocente do delito que se me acusa e minha razão estranha ao ver-me com uma sentencia que destrue toda a minha vida de homem honrado e lança uma mancha indelevel na minha vida de homem trabalhador.

Sem recursos de nenhuma especie achei-me neste hospitaleiro pais, onde esperava achar um relativo bem estar a força do meu trabalho quando a fatalidade me atirou no fundo de um carcere vítima de um erro policial.

Faço estas declarações perante os Exmos. Snrs. Ministros para que de suas puras e imparciais consciências saia o veredictum da justiça e da legalidade.

*Humildemente e com todo respeito peço
Justiça*

*Cadeia Publica de São Paulo, 7 Dezembro 1914
a) Luiz Ferrari"*

6. Casos de defloração com happy end

1. *Carta enviada pelo ofensor à ofendida.* Ele tem 20 anos, comerciante, boa caligrafia; a menina tem 15 anos e é operária. O casamento ocorre a 17-11-21 e o defloração, segundo a denúncia, a 9-12-20.

*"Poços de Caldas, 13 de outubro de 1921
Saudosa negrinha*

Não podes calcular quanto me maguastes, em dizer na tua última carta que eu te desprezava por não teres nada a herdar. Pois então pensas, que se eu te tive e tenho amor, é só com interesse no

que possues, isto é, no teu trabalho diário? Estais muito enganada; se te amo, é por reconhecer em ti uma pessoa digna de me fazer feliz, felicidade esta que espero muito cedo, ou mesmo um pouco tarde, possui-la.

Marina, se tiveres amor em mim, na tua família, e mesmo no que ainda não existe, não tornes mais a pensar no suicídio, pois seria não só para mim, como para nossas famílias, o que poderia haver de mais vergonhoso neste mundo. E depois não é só isto, se por desgraça a loucura te fizesse praticar este desatino, bem sabes que não eras só a morrer; matavas também um coitadinho que não tem culpa alguma de tudo que está sucedendo. Com toda certeza não pensas também que desse modo me condenarias a 6 ou mais anos de prisão? Ou ainda causarias a minha morte para escapar à justiça da terra? E a vergonha não seria maior?

Pense bem em tudo isso e depois me mande dizer se tenho ou não razão. Benzinho, este mes ainda não me é possível voltar, bem sabes que o mundo não foi feito em um só dia, é preciso que eu trabalhe bastante, para que adquira a prática necessária para trabalhar em São Paulo. Como vai muito longe, termino beijando-te com amor e esperançado no teu bom pensar.

a) Cupido

P.S. — Não deves deixar estas cartas em tua casa, pois nos poderia causar um erro imperdoável. Se as rasgares seria bem melhor."

2. *Carta enviada pelo ofensor.* Ele tem 30 anos, espanhol, viajante. Ela tem 17 anos, brasileira, de pais italianos, costureira. Segundo a denúncia, o defloração ocorreu em março de 1920 e o casamento é de maio do mesmo ano.

*"Marzo 14 de 1920
Querida y estimada Italia*

Mi corazón muy triste y algo abatido porque me tuve que yr de voce, aora estoy aqui y pronto voy a estar perto de voce para poder pasar umas horas contento. Voce no ymagina cuanto dolor sufro, asiendo esto viaje que tengo que dechar a voce sosinha, mia Italia, pode desir a sua may para que fale con ese hombre da estrada, e aver o que ele dise. Italia, perdoname si mando esta carta, de esta manera, porque no puedo escrever mas melhor que estoy doente e me trema a man, no tenho mais que desir, por el momento ledoy

muyta lembransa para toda a familia, e cunhada e tu elman, e voce resiba muytos besos, y abrasos, de tuo ben querido, que nunca se esquece un instante de voce. Senpre tuo asta Deus queçer,

Fernando.”

7. Razões de advogado — Caso Francisco Calvo (1919-1920)

A primeira peça era destinada a evitar a pronúncia do acusador. O trecho escolhido se destaca pelos ataques à discriminação política feita pela polícia e pelo violento libelo aos exploradores do povo, abençoados pela Igreja, um tema recorrente nos anos 1917-1921. A segunda petição, transcrita em pequena parte, é um recurso contra a pronúncia do réu, dirigido ao Tribunal de Justiça. Os alvos principais da crítica são aqui o promotor público e também o juiz, procedimento que não é habitual. Mas há também ataques à polícia, acusada de provocar a morte “natural” daqueles “desgraçados de quem quer se vingar”. Em ambas as peças, destaca-se a impetuosidade do defensor, o advogado Amadeu da Cunha Bueno Jr. As indicações “riscado” correspondem a palavras ou frases do arrazoado riscadas por ordem judicial, sendo consideradas impróprias.

“A causa, que ora me está confiada, até o instante de chegar as mãos de V. Exa., não foi somente má — foi também péssima!... Também péssima, digo-o sem tergiversação (que se não alegre por enquanto o Ministério Público!...) não porque o denunciado tivesse praticado o crime torpe e nefando que se lhe imputa, não porque ele, num ímpeto de luciferina lascívia, tivesse desvirginado sua própria filha, mas simplesmente porque ele não conta com as simpatias de uma instituição desta terra — a polícia de S. Paulo, que (riscado) vê na sua modesta blusa de operário os trajes vermelhos de um grande agitador social!... Daí o motivo por que está sendo perseguido!... Mas, pergunto eu: que crimes cometeu ele nessa falsa qualidade, que a polícia, (riscado), lhe empresta, para lhe infligir toda a sorte de flagícios?!... O denunciado, por acaso, perpetrar algum dia, no instante em que as massas populares se empolam e explodem em horríveis escarcéus, depredações, sa-

ques ou chacina?!... Não, Meritíssimo Juiz!... O denunciado apenas um dia, falando numa praça pública, concitara seus companheiros de trabalho e de sofrimentos, então vítimas imbeles das revoltantes expoliações de uma bengalê de ladrões e de falsários, infelizmente seus patrões, e que fazia, como ainda hoje faz, desta praça de comércio o cenário das suas infâmias-desde o contrabando até a moeda falsa, desde a falsificação até o envenenamento, a declararem-se pacificamente em greve. Ai está no que consistiu o seu grande crime — em se rebelar contra indivíduos que já de há muito deviam de estar com calcetas aos pés e amarrados ao poste de uma penitenciária!... E, interessante!... Esses indivíduos, ou, melhor, esses miseráveis, que envenenam o povo para acumularem milhões, não atentam contra... a tranqüilidade social; esses miseráveis que, com as suas manobras fraudulentas, elevam até o inverossímil o preço dos gêneros de primeira necessidade, até o ponto de levarem a muitos lares a fome e a desesperação, esses também... não atentam contra a tranqüilidade pública!... Pelo contrário — são homens respeitáveis e de bem, são enfim, homens de tão preclaras virtudes e de tanta beatitude que até contam com as benções da Caixa de S. Pedro, com as condecorações régias e têm as ‘costas quentes’, guardadas pelos quadrilheiros policiais, quando, na hora da justiça popular, vão pedir-lhes proteção a tanto por cabeça!...

Belo contraste!... Para os grandes celerados, toda a proteção!... Para o pobre operário, toda a perseguição!...

• • •

“Si o Meritíssimo Juiz a quo tivera concentrado, nas páginas destes autos, todas as irradiações de seu brilhante talento e alta cultura jurídica, certamente não teria proferido (riscado) despacho, que faz objeto do presente recurso. Entretanto... (foi pena!...) S. Exa. preferiu antes ‘montar’ na promotoria pública, esquecido de que o seu atual representante, durante toda a sua vida, outra coisa não tem feito senão ornejar pareceres do jaez do que se nos depara a fls. 94, e nos quais cronicamente opina pela pronúncia de quantos lhe caem nas garras, só para satisfazer a sua luciferina delícia de os recovar para o júri, onde os fere com os ervados venábulo de sua palavra

cavilosa, ... e daí ... o desastre — proferiu um despacho que constitui um grave atentado à Justiça!...

Si o recorrente é 'o mais perigoso anarquista que ainda aqui vive' só porque, não tendo cometido nenhum crime como anarquista, no dizer das testemunhas fornecidas pela polícia, entretanto 'proferiu um discurso' então que qualificativo estará reservado a Rui Barbosa — o ídolo do povo brasileiro e que, com o seu verbo inflamado, incendiou, ainda há bem pouco toda a Bahia, calcinando toda a vida nacional, ou o ilustre senador Paulo de Frontin, fazendo a apologia do anarquismo na própria tribuna do senado republicano?!... E tanto é verdade que o recorrente nenhum crime cometeu que, pondo-se de margem esse indecorosíssimo processo que a infâmia policial tramou contra ele, nenhum outro se lhe moveu!...

E quando tudo isso não bastasse para realçar a perseguição da polícia contra esse infeliz, ainda há provas bem mais poderosas nos autos!...

Como se vê das declarações prestadas por Angelina Calvo, a fls. 57v., ela diz 'que é certo que dirigiu uma petição à autoridade policial expondo os fatos tais como se passaram, isto é, dizendo que havia caluniado seu pai porque não gostava do mesmo'.

Entretanto tal petição, apesar de entregue à referida autoridade, que destino teve, que não figura nestes autos?!... O destino daqueles desgraçados de quem a polícia se quer vingar e que abruptamente aparecem mortos nos ergástulos, tudo por culpa... da morte 'natural'!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Nota sobre o procedimento

Processos judiciais

A análise dos processos judiciais baseia-se nos autos arquivados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Considerei desnecessário repetir no texto a citação genérica desta fonte, utilizada em larga escala. Conseqüentemente, optei por não individualizar a referência a cada processo, como se costuma fazer. A razão se encontra no fato de que, pelo menos nos anos em que trabalhei no arquivo, não havia um critério classificatório para o período considerado, permitindo identificar um processo a partir dele.

A escolha dos crimes (homicídios — furtos ou roubos — delitos sexuais) decorreu sobretudo da necessidade de delimitar um campo vastíssimo, selecionando-se delitos suficientemente diferenciados e abrangentes para permitir uma análise de comportamento em diferentes campos (vida e morte, propriedade, sexo) e sob diferentes ângulos (o ângulo policial, o dos envolvidos, dos membros do júri etc.). Isto me levou a excluir, por exemplo, as tentativas de homicídio e os ferimentos, estes sobretudo em número avassalador.

Através do exame dos pacotes de autos dos anos 1880-1924, consegui encontrar 442 homicídios, 588 furtos e roubos e 506 crimes sexuais. A partir deste universo de 1536 processos, foi extraída por sorteio a amostra correspondente a 50% dos processos localizados, segundo a seguinte periodização: 1880-1899; 1900-1913; 1914-1919; 1920-1924. A periodização desigual teve por objetivo garantir a representatividade de casos em épocas consideradas em princípio

relevantes no início da pesquisa, como é o caso dos anos 1914-1919. Disto resultaram 768 processos nos quais se baseia o estudo, assim distribuídos: 221 homicídios; 294 furtos e roubos, sendo 189 furtos e 105 roubos; 253 crimes sexuais, correspondentes a 130 deflorações, 74 estupro, 36 atentados ao pudor e 13 raptos. A tipificação dos delitos foi feita segundo a denúncia, independentemente de mudança posterior. Por exemplo, um processo figura como roubo se é este o enquadramento da denúncia, embora possa ter havido desclassificação para furto quando do julgamento. O crime de latrocínio — morte com o fito de realizar um roubo — foi em regra incluído entre os homicídios. No Código Penal de 1890, as penas a ele cominadas são as mesmas do homicídio qualificado (12 a 30 anos de prisão). Às vezes, ao fazer a análise de certos indicadores do roubo, incluí neles o latrocínio, fazendo expressa menção.

Os inúmeros dados quantificáveis dos processos foram obtidos mediante um programa de computação, SPSS. Os relatos qualitativos decorrem de transcrição manual. Convém ainda notar que lidei com dois Códigos Penais — o de 1830 e o de 1890 — os quais dão tratamento algo diverso aos delitos estudados. Entretanto, a diversidade tem pouca incidência nas conclusões do conjunto, em razão do escasso número de casos apurados anteriores à vigência do Código Penal de 1890.

É difícil dizer em que medida os processos encontrados se aproximam do número total de processos efetivamente instaurados. Tudo leva a crer que o universo está bastante abaixo da realidade, se considerarmos os dados esparsos existentes sobre o número de inquéritos tendo por base as infrações penais estudadas, ou os processos submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. No tocante à primeira referência, vejamos as Tabelas constantes do texto; no tocante à segunda, uma rara informação: em 1906, foram julgadas na Capital 31 pessoas por homicídio, 29 por furto ou roubo e 7 por delito sexual. Muitos autos se perderam ou talvez se encontrem extraviados na enorme massa de processos existente no arquivo. Afora isto, devemos levar em conta a ação dos revolucionários de 1924, certamente despreocupados naquele momento com a conservação de uma história anônima. Com suas bombas, atingiram o prédio onde se encontrava instalado o Fórum Criminal, que se incendiou parcialmente. Muitos processos foram destruídos ou ficaram chamuscados, como o pesquisador pode constatar hoje com suas vacilantes mãos.

Deste modo, a quantificação alicerçada nos processos deve ser vista com as devidas ressalvas, para desespere dos perfeccionis-

tas. Mas o que se perdeu, se perdeu; quanto ao fogo, espero que tenha sido bastante democrático no seu trabalho, queimando indiferentemente de forma a deixar um rescaldo significativo do conjunto.

Tabelas

O cálculo de população ano a ano foi feito utilizando-se a fórmula de crescimento exponencial de população: $N_t = N_0 e^{Rt}$, onde N_t = população no momento t ; N_0 = população no momento 0; R = taxa de crescimento da população; t = tempo transcorrido entre 0 e t . Tomando-se como populações base as recenseadas em 1890, 1893, 1900 e 1920, foram estimadas as taxas de população entre os referidos anos. Com os valores destas taxas aplicados às populações base calcularam-se as populações entre 1890 e 1920, ano a ano.

Com relação à porcentagem de menores a partir dos 9 anos relativamente à população total, tomaram-se as datas para as quais havia informação, ou seja, 1890 e 1920, e considerou-se que a mudança de percentual entre estas datas distribuía-se proporcionalmente por todo o período. Estimados então os menores para o ano de 1893, seguiu-se o mesmo procedimento já descrito, calculando-se as taxas de crescimento da população de 9 a 20 anos entre 1890 e 1893 e entre 1893 e 1920. Com estas taxas, calculou-se a população menor ano a ano. A população maior de 21 anos foi estimada por diferença entre as populações totais e as de menores de 21 anos.

Os dados de prisões para os anos em que não há informações foram estimados pelo método de ajuste dos mínimos quadrados, mas para isso foi preciso fazer um gráfico dos dados conhecidos de prisões com a finalidade de observar se descreviam um comportamento linear. Através da observação dos gráficos, no caso das prisões totais optou-se por ajustar uma linha reta formando os dados para os anos de 1892 a 1905 e, no caso de prisões de menores, os correspondentes a 1900-1905. As prisões de maiores de 21 anos foram obtidas por diferença entre as prisões totais e as de menores de 9 a 21 anos.

Quanto aos coeficientes de prisões, foram estimados dividindo-se os números de prisões totais de menores e de maiores pelas populações correspondentes, ano a ano, por quinquênios e para o total, expressas por 10000 habitantes.

Fontes utilizadas

1. Processos penais

1880-1924. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Abreviatura: ATJESP).

2. Jornais

A Capital
O Combate
O Comércio de São Paulo
Correio Paulistano
Diário Popular
O Estado de S. Paulo
A Nação
A Platéia

3. Publicações oficiais

a) Textos legais

Coleção de Leis do Estado de São Paulo, 1890-1924
 Coleção de Leis do Brasil, 1890-1924
 Código Criminal do Império
 Código de Processo Criminal do Império
 Código Penal de 1890
 Código Penal de 1940
 Livro V das Ordenações Filipinas

b) Relatórios

Relatórios apresentados ao Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário da Justiça e Segurança Pública — São Paulo, Imprensa Oficial, 1890 a 1924 (Abreviatura: RSJCP).

Relatórios apresentados pelo Chefe de Polícia da Capital ao Secretário da Justiça e Segurança Pública. São Paulo, Imprensa Oficial, 1890 a 1924 (Abreviatura: RSJCP).

Relatório do Chefe de Polícia de São Paulo, Sebastião José Pereira — Ano de 1871, in *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo* — vol. I — 1941. São Paulo, Tip. do Gabinete de Investig., 1941.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Batista Pereira, Presidente da Província de São Paulo, pelo Chefe de Polícia, Joaquim de Toledo Piza e Almeida.

Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto de Padua Fleury — Ano de 1880. São Paulo, Tip. do Diário de Santos, 1881.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Correia de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Imprensa Oficial, 1886.

Franco, F. A. de Carvalho — *Gabinete de Investigações*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Ano de 1934. São Paulo, Imprensa Oficial, 1935.

Mota, Candido — *Prostituição — Polícia de Costumes*. Lenocínio. Rel. apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia da Capital. São Paulo, Imprensa Oficial, 1897.

c) Recenseamentos

Brasil: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1890*. Rio de Janeiro, 1895/1901.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro, 1922/1929.

São Paulo: Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Mota Jr., Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, Sr. Antônio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894. Rio de Janeiro, 1894.

d) Anais legislativos

São Paulo: *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. Ano de 1914. São Paulo, Imprensa Oficial, 1914.

Anais da Câmara de Deputados do Estado de São Paulo. Ano de 1923. São Paulo, Imprensa Oficial, 1924.

e) Outras

São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados — SEADE. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Ano de 1981*. São Paulo, 1982.

4. Livros e artigos

- Almeida Jr., Antonio e J. B. de O. Costa Jr., *Lições de Medicina Legal*, 8ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968.
- Ariès, Philippe, *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Aufderheide, Patricia Ann, "Order and violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840", Ph. D. dissertation, University of Minnesota, 1976.
- Barrett, Michèle e Mary Mc Intosh, *The anti-social family*, Londres, Verso Editions, 1982.
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita, "A violência através da imprensa: os linchamentos e a 'justiça popular'", *Espaço e Debates*, Ano I, nº 3, set. 1981.
- Bohannon, Paul (ed.), *African homicide and suicide*, Princeton University Press, 1960.
- Bosi, Ecléa, *Memória e sociedade (Lembranças de velhos)*, São Paulo, 1979.
- Brandão, Berenice Cavalcanti e outros, *A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, série Estudos PUC nº 4, 1981.
- Brownmiller, Susan, *Against our will. Men, women and rape*, Nova Iorque, Bantam Book, 1976.
- Bruno, Ernani Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- Camargo, Otavio Goulart de, "A vadiagem no Brasil", *Investigações*, Ano I, nº 3, março 1949.
- Cardoso, Fernando Henrique, "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social", *Mudanças sociais na América Latina*, São Paulo, DIFEL, 1969.
- Carone, Edgard, *A República Velha (Evolução política)*, São Paulo, DIFEL, 1971.
- Castan, Yves, "Mentalités rurale et urbaine à la fin de l'Ancien Régime dans le ressort du Parlement du Toulouse d'après les sacs à procès criminels (1730-1790)", em *Crimes et criminalité en France sous l'Ancien Régime, 17-18^e siècles*, Cahiers des Annales nº 33, Paris, Armand Collin, 1971.
- Cattrell, V. A. C. e T. B. Hadden, "Criminal statistics and their interpretation", em E. A. Wrigley (ed.), *Nineteenth century society: Essays in the use of quantitative method for the study of social data*, Cambridge, Mass, 1972.

- Chevalier, Louis, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle*, Paris, Plon, 1958.
- Corrêa, Mariza, *Os crimes da paixão*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- _____, "Antropologia e medicina legal. Variações em torno de um mito", *Caminhos cruzados*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- _____, "Repensando a família patriarcal brasileira", *Colcha de retalhos. (Estudos sobre a família no Brasil)*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- _____, *Morte em família*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- Da Matta, Roberto, *Carnavais, malandros e heróis. (Para uma sociologia do dilema brasileiro)*, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1981.
- Daunt, Ricardo Gumbleton, "A Carteira de Identidade — Evolução e conceito", *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, vol. IX, 1945.
- _____, "Histórico da evolução do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo", *Arquivos da Polícia e Identificação*, vol. II, 1938-1940.
- Dean, Warren, *A industrialização de São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1971.
- Durham, Eunice R., "A família operária: consciência e ideologia", *Dados*, vol. 23, nº 2, 1980.
- Fausto, Boris, *Trabalho Urbano e conflito social*, São Paulo, DIFEL, 1977.
- _____, "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)" em Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Crime, violência e poder*, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983. (Comentários de Barbara Weinstein, Ligia Silva e Mariza Corrêa.)
- Fernandes, Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Dominus, 1965.
- Fernandes, Heloisa Rodrigues, *Política e segurança. (Força Pública do Estado: Fundamentos Histórico-Sociais)*, São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1974.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer, *Meninos da rua (Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo)*, São Paulo, CEDEC, 1980.
- Flory, Thomas, *Judge and jury in imperial Brazil, 1808-1871*, Univ. of Texas Press, 1981.
- Fonseca, Guido, *A prostituição em São Paulo*, Ed. Resenha Universitária, 1982.
- Foucault, Michel, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975.
- Foucault, Michel (coord.), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- Fry, Peter, "Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei", em *Caminhos cruzados*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

- Galvão, Walnice Nogueira, *Gatos de outro saco*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1891.
- Gebhard, Paul H. e outros, *Sex offenders*, Nova Iorque, 1967.
- Gold, Martin, "Suicide, homicide and the socialization of aggression", *American Journal of Sociology*, n° 62 (maio de 1958).
- As grandes entrevistas do Pasquim*, 2ª ed., Rio de Janeiro, CODE-CRI, 1976.
- Greenfield, Gerald Michael, "The challenge of growth: The growth of urban public services in São Paulo, 1885-1913", Ph. D. dissertation, Indiana University, 1975.
- Gurr, Ted Robert e outros, *The politics of crime and conflict. A comparative history of four cities*, Londres, 1977.
- Hall, Michael M., "The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914", Ph. D. Dissertation, Columbia University, 1969.
- Handlin, Oscar, *The Uprooted*, Boston, 1951.
- Hindus, Michael Stephen, "The contours of crime and justice in Massachusetts and South Carolina: 1767-1878", *The American Journal of Legal History*, v. XXI, 1977, p. 213.
- Holloway, Thomas H., *Immigrants on the land. Coffee and society in São Paulo, 1886-1934*, Chapel Hill, 1980.
- Hungria, Nelson e Romão Cortes Lacerda, *Comentários ao Código Penal*, vol. VIII, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1959.
- Landau, Simha F. e Israel Drapkin, *Ethnic patterns of criminal homicide in Israel*, Jerusalém, 1968.
- Lane, Roger, *Violent death in the city. Suicide, accident and murder in 19th century Philadelphia*, Harvard Univ. Press, 1979.
- Leite (Sobrinho), João Leite, "O conto do vigário", *Investigações*, Ano I, n° 2, fev. 1949.
- Lombroso, Cesare e G. Ferrero, *The female offender*, Londres, 1895.
- Love, Joseph L., *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*, Stanford, Ca., 1980.
- Maram, Sheldon Leslie, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
- Marcus, Steven, *The other victorians. (A study of sexuality and pornography in mid-nineteenth century England)*, Nova Iorque, Basic Books, 1966.
- Marques, José Frederico, *A instituição do júri*, São Paulo, Ed. Sarai-va, 1963.
- Martinez-Alier, Verena (Verena Stolcke), *Marriage, class and colour in nineteenth century Cuba*, Londres, Cambridge Univ. Press, 1974.
- Monkkonen, Eric H., *Police in urban America, 1860-1920*, Cambridge Univ. Press., 1981.
- Moraes (Filho), M. J. Vieira de, *A lenda dos assassinatos políticos em São Paulo*, São Paulo, Rothschild & Cia., 1911.
- Mota, Candido, *Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1909.
- Neder, Gizlene e outros, *A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930*, Rio de Janeiro, Série Estudos PUC n° 3, 1981.
- Oaks, Robert F., "Things fearful to name: Sodomy and buggery in seventeenth century New England", in *Journal of Social History*, vol. 12, n° 2, 1978.
- Penteado, Jacob, *Belenzinho, 1910. (Retrato de uma época)*, São Paulo, Martins, 1962.
- Pinheiro, Paulo Sérgio, "Violência do Estado e classes populares", *Dados* n° 22, pp. 15-24. Rio de Janeiro, 1979.
- Pokorny, A. D., "A comparison of homicides in two cities", *The Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, n° 56, 1965.
- Pollak, Otto, *The criminality of women*, Nova Iorque, 1961.
- Prado (Jr.) Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, 4ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1953.
- Raffard, Henrique, *Alguns dias na Paulicéia*, São Paulo, Bibl. da Academia Paulista de Letras, 1977.
- Ramos, Antonio de Paula (Junius), *Notas de viagem*, São Paulo, 1883.
- Ruggiero, Guido, "Sexual criminality in the early Renaissance: Venice, 1338-1358", *Journal of Social History*, vol. 8, 1975.
- Sellin, Thorsten e Marvin E. Wolfgang, *The measurement of delinquency*, Nova Iorque, Wiley, 1964.
- Shorter, Edward, *The making of the modern family*, Nova Iorque, Basic Books, 1977.
- Smart, Carol, *Women, crime and criminology (A feminist critique)*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1976.
- Souza, Laura de Mello, *Desclassificados do ouro. (A pobreza mineira no século XVIII)*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- Taylor, William B., *Drinking, homicide and rebellion in colonial mexican villages*, Stanford, Ca., 1979.
- Telarolli, Rodolpho, *Poder local na República Velha*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.
- Tobias, J. L., *Crime and industrial society in the nineteenth century*, Nova Iorque, Schocken, 1967.
- Vecoli, Rudolph J., "'Contadini' in Chicago: A critique of the 'Uprooted'", *Journal of American History*, n° 51, (dez. 1964), pp. 404-417.
- Violante, Maria Lucia V., *O dilema do decente malandro*, 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1983.
- Wohl, Antony S., "Sex and the single room: Incest among the victorian working classes", em Anthony S. Wohl (ed.) *The victorian family. Structure and stresses*, Londres, 1978.
- Wolfgang, Marvin E., *Patterns in criminal homicide*, Nova Iorque, Wiley, 1966.